



climacom
Cultura Científica

ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte
VOL. 4 - ANO 2 / DEZEMBRO DE 2015 / ISSN 2359-4705

(In)finitos



(In)finitos

VIAGEM AO SOL*

Lá longe, longe, muito mais longe do que o longe que *longe* quer dizer, numa distância mais dura que a pedra dura do pensamento durante a longidão da pedra, que dura, resiste, como a luz, na velocidade, a ser menos que a luz movente, matéria e energia, luz distante, pedra longínqua, luz de pedra, pedra de luz.

Lá, pois, longiluz, pedraluzente, quando a estrela solar, o Sol que aquece e a vida renova em nosso planeta, daqui a bilhões, bilhões, bilhões, bilhões e bilhões de anos, estiver chegando, envelhecida, enfim, ao final de si própria para transformar-se, cumprindo seu destino cósmico, numa anã branca, lá nesse ponto de fuga, nessa dobradura do espaço-tempo, de nada valerá a memória de nossas perdas e das quedas sucessivas do homem em busca da afirmação, pelo conhecimento, de sua própria humanidade.

Ninguém já saberá de erros, de culpas, de arrependimentos e os mitos de criação, cumprindo seus presságios, terão percorrido, na série infinita de gerações, a saga de suas narrativas que os homens contam, sendo contados, como a chuva molha e aquece e o solo seca e o Sol esfria.

Quem mandou Galileu também chamar-se Galilei e repetir-se, assim, quase fechado, no nome arredondado, como a observação que lhe confirmou a suspeita de que o repouso era movimento e de que a Terra, como outros corpos semelhantes, andava em círculos, circulando o Sol, pelos espaços?

Como não ouvir estrelas se elas, mensageiras do universo, estiveram, sempre, desde que eles se deram conta, falando com os homens, traçando-lhes caminhos, indicando-lhes rotas, desenhando-lhes futuros, revelando-lhes passados, silentes como a eloquência do silêncio nas pausas da peroração?

Deu no que deu!

Nicolau Copérnico, Giordano Bruno, Hans Lippershey, René Descartes, Isaac Newton, Albert Einstein, John Wheeler, todos, outros mais e nós também, olhando juntos, de “perspicillum” para Galileu Galilei.

É o destino - a destinação, melhor talvez fosse dizer —, que permite enxergar, na longa distância cósmica, o futuro dos astros e estrelas que daqui já vemos, ou que não vemos, e admiramos: anã branca, como se tornará o Sol, supernova, buraco negro, buraco negro supermaciço, sem paradoxo de conceito, só o do dizer, com defeito.

Paradoxo mesmo é o da teoria, a da relatividade geral, que, de tanto prever tudo o que cabia e o que não cabia, acabou prevendo o buraco negro, ponto único, alef dos contos siderais, que em si concentra uma densidade infinita e no qual as leis da física não têm validade, nem mesmo as que o previram e explicam sem, contudo, serem de sua existência e funcionamento explicação.

Freud, cuja morte tem 70 anos, ao lado dos 150 da publicação de *A origem das espécies*, de Darwin, e dos 400 anos das observações telescópicas das estrelas por Galileu, havia anotado que o homem veio, ao longo de sua história e de sua vida mítica, sofrendo quedas traumáticas para a imagem narcísica de sua reputação senhorial. Cai do paraíso, deixa o centro do universo, cai do galho da divindade e segue a escala da evolução, é ejetado do centro da história e, enfim, do abrigo da consciência para as complicações do inconsciente, como tijolos de sua solidão.

Tudo isso também se junta num único ponto como uma estrela que colapsa, como uma singularidade de espaço-tempo, como um buraco negro, como o que já era previsto pelo que sabíamos, como o que sabemos o que tem sido a vida, que expande e resume nosso movimento para dar sentido ao que não compreendemos e velar de mistérios nossa compreensão.

Carlos Vogt

* Texto publicado originalmente na revista ComCiência (edição n. 112).

LABJOR - UNICAMP

Prédio V da Reitoria - Piso 3
CEP 13083-970
Email: climacom@unicamp.br
Fones: (19) 3521-2584 / 3521-2585 / 3521-2586 /
3521-2588

DIRETOR CHEFE DE REDAÇÃO:

Prof. Dr. Carlos Vogt

EDITORAS:

Profa. Dra. Susana Dias
Profa. Dra. Carolina Cantarino

EDITORA EXECUTIVA:

Ana Godoy (bolsista CNPq)

CO-EDITORA EXECUTIVA DA SEÇÃO DE ARTE:

Fernanda Pestana (bolsista CNPq)

REPÓRTERES:

Janaina Quitério (bolsista CNPq)
Michele Gonçalves (bolsista CNPq)

DESIGNER:

Fernanda Pestana (bolsista CNPq)

PRODUÇÃO AUDIOVISUAL:

Oscar Guarin (bolsista CNPq)
Sebastian Wiedemann (bolsista CNPq)

CONSELHO CIENTÍFICO:

Prof. Dra. Isabelle Stengers, *Université libre de Bruxelles, Bruxelas, Bélgica*
Prof. Dr. Martin W. Bauer, *The London School of Economics and Political Sciences (LSE), Londres, Reino Unido*
Prof. Dra. Donna Haraway, *University of California at Santa Cruz, Santa Cruz, EUA*
Prof. Dr. Paulo Nobre, *Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Cachoeira Paulista - SP, Brasil*
Prof. Dr. Marcel Bursztyn, *Universidade de Brasília (UnB), Brasília - DF, Brasil*
Dr. Carlos Afonso Nobre, *Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Brasília - DF, Brasil*

Projeto gráfico: Thiago La Torre e Fernanda Pestana
Diagramação e Produção gráfica: Fernanda Pestana
Revisão: Ana Godoy e Janaina Quitério

Esta publicação é uma contribuição da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais financiado pelos projetos do CNPq Processo 550022/2014-7, CNPq No. 458257/2013-3 e FINEP Processo 01.13.0353.00

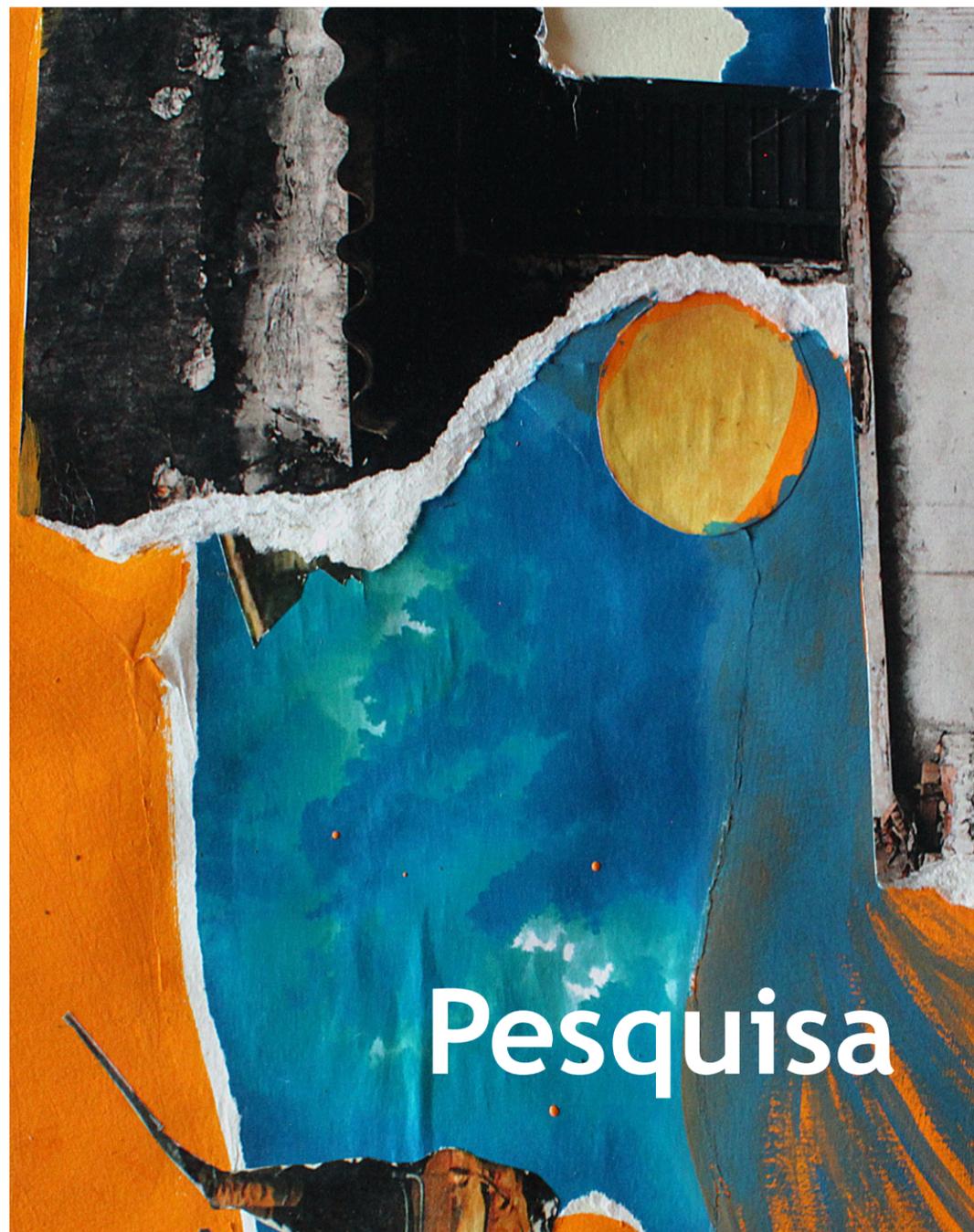
Carta de Apresentação “(In)finitos”

Como seguir diante da finitude? O que resta de infinito em um mundo finito? Como as ciências, as artes e a filosofia podem potencializar os modos de conceber o finito e o ilimitado? Neste dossiê da revista *ClimaCom*, tais questões se impõem como um desafio para pensar, sentir e expressar as mudanças climáticas, numa época em que a geoengenharia e o desenvolvimento tecnológico são cada vez mais apresentados como possíveis soluções capazes de suprir, de maneira ilimitada, a finitude de recursos, numa espécie de redenção propiciada pelas tecnociências, numa busca por capitalizar a própria catástrofe e utilizar a crise ambiental como oportunidade de negócios. Problemas que emergem, neste número da *ClimaCom*, e que nos colocam diante da urgência de combater aquilo que nos torna fracos e impotentes quando a catástrofe é apresentada como fim único e inexorável a justificar qualquer saída em seu nome.

Emergem, portanto, e também com força, neste dossiê, outros gestos de escrita e pensamento que querem politizar a própria imaginação, confrontando impossibilidades e a finitude dos vínculos e modos de estarmos juntos. Porque diante desse panorama, lidamos não apenas com a finitude das coisas e seres do mundo, mas com a finitude relacionada aos limites que se colocam para os modos como estamos habituados a nos relacionar com eles. Problema este que expõe as forças que nos compõem como humanos, bem como a necessária abertura a outros modos de existência, de pensamento e criação, que permitam a tessitura de novas composições: em vez daquelas apoiadas em predicados e atributos (por exemplo, dos “humanos entre si”, das potencialidades das artes ou das ciências tidas como dadas de antemão), outros modos de engajamento sensível com o mundo, capazes de dar ao conjunto finito de coisas e seres uma infinidade de possibilidades de relação, combinação, alianças.

Uma abertura do pensar e do criar que acolhe, de outra maneira, a catástrofe: como força de proliferação e variação dos finitos, que desorganiza os conjuntos, formas e problemas já dados, inclusive o modo de dizer, escrever, criar imagens, comunicar, sentir e pensar com as mudanças climáticas. Abertura catastrófica da própria divulgação científica, que preferimos não conceber como construção de espaços-tempos de comunicação de conhecimentos já prontos e acabados, mas que queremos afirmar como catalisação de encontros entre imagens, palavras, sons, conhecimentos, ciências, artes, filosofia, olhos, mãos, cabeças, chuvas, rios, céus, águas, mares, ruas, praças, livros, câmeras fotográficas, satélites, gráficos, métodos e tantos outros corpos, seres e coisas, tornando-os porosos a novas composições, incalculáveis e imprevisíveis.

Ana Godoy, Carolina Cantarino e Susana Dias



SUMÁRIO

A revista *ClimaCom Cultura Científica* - pesquisa, jornalismo e arte lança, a cada dossiê quadrimestral, uma chamada para artigos e resenhas de pesquisadores que desenvolvem estudos relacionados ao tema proposto para a edição. Trata-se de uma revista interdisciplinar e são aceitas contribuições de pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, bem como estágios de formação. Os artigos e resenhas podem ser submetidos em português, espanhol e inglês e são avaliadas por *peer review*.

ARTIGOS

Crítica do geoconstrutivismo. Antropoceno & geoengenharia
Frédéric Neyrat
Pág. 10

A teoria e a queda do céu
Marco Antonio Valentin
Pág. 20

Capitalizando o caos: mudanças climáticas e capitalismo do desastre
Robert Fletcher
Pág. 36

Autoorganizaci3n e interdependencias: las cuencas como laboratorios de gobernanza
Ala Plástica
Pág. 56

Falar antes de falar. Abordagem polifônica das situações ecológicas
Vanessa Kohner
Pág. 64

Sismografia
Ana Godoy
Pág. 76

ENSAIOS

A corrida pela antena - sobre o antropocentrismo e o antropomorfismo
Fabiane Borges e Hilan Bensusan
Pág. 88

RESENHAS

Escrever e publicar em tempos de catástrofe
Natalia Monz3n Montebello e Ana Godoy
Pág. 96

Lembranças do futuro: memória e escolha no filme *Mr. Nobody*
Renato Salgado de Melo Oliveira
Pág. 104

ARTIGOS

Crítica do geoconstrutivismo. Antropoceno & geoengenharia*

Frédéric Neyrat [1]

Resumo: O objetivo deste artigo é a análise e crítica da componente construtivista do discurso que, de Bruno Latour à geoengenharia, leva à justificação do Antropoceno e das delícias do desenvolvimento tecnológico desenfreado. Chamo geoconstrutivismo à política global que gerou as mudanças climáticas, as soluções tecnológicas que são propostas para as regular, e o discurso geral subjacente a esta política e a estas soluções. Ainda há tempo para se recusar a geoengenharia? Ou estamos condenados a acompanhar o desenvolvimento do Antropoceno até a eventualidade de seu fim prematuro?

Palavras-chave: Antropoceno. Geoconstrutivismo. Geoengenharia.

Critique du géo-construtivisme. Anthropocène & géo-ingénierie

Resumé: L'objectif de cet article est l'analyse et la critique de la composante constructiviste du discours qui, de Bruno Latour à la géo-ingénierie, conduit à la justification de l'Anthropocène et des délices du développement technologique débridé. J'appelle géo-construtivisme la politique globale qui a généré les changements climatiques, les solutions technologiques qui sont proposées pour les réguler, et le discours général qui sous-tend cette politique et ces solutions. Est-il encore temps de refuser la géo-ingénierie? Ou sommes-nous condamnés à suivre le développement de l'Anthropocène jusqu'à l'éventualité de sa fin prématurée?

Mots-clefs: Anthropocène. Géo-construtivisme. Géo-ingénierie.

Critique of constructivism. Anthropocene & geoengineering

Abstract: The purpose of this article is the critical analysis of the constructivist component of speech, which from Bruno Latour up to geoengineering leads to the justification of the Anthropocene and of the unbridled technological development delights. I call geoconstrutivism to the global policy that has generated the climate change, the technological solutions proposed as way to regulate them and the general discourse underlying both the policy and the solutions. Is there still time to refuse geoengineering? Or are we doomed to follow the Anthropocene development up to an eventuality of it's untimely end?

Keywords: Anthropocene. Geoconstrutivism. Geoengineering.

[1] Frédéric Neyrat é filósofo e ex-diretor de programa no Collège International de Philosophie. Atualmente é professor visitante no Departamento de Literatura Comparada na Universidade de Wisconsin-Madison. Integra o conselho editorial da revista *Multitudes* e da revista *Lignes*.

“Poder-se-ia acolher o Antropoceno sem ceder ao discurso dominante dos antropocenólogos?”: esta é a questão que Christophe Bonneuil e Jean-Baptiste Fressoz (2013, p. 109) colocam em *L'Événement Anthropocène*, um livro que utiliza a ideia de Antropoceno contra seu uso dominante. Este uso considera a Humanidade como um único sujeito atrelado à Terra, objeto igualmente unificado. A consagração de tal visão do mundo conduz diretamente aos projetos de “otimização” do clima, descritos por Clive Hamilton em *Les apprentis sorciers du climat* (2013), em que a geoengenharia é a continuação (tecno)lógica do Antropoceno.

O objetivo deste artigo é a demarcação da componente construtivista do “discurso dominante” que, de Bruno Latour à geoengenharia, conduz à justificação do Antropoceno e das delícias do desenvolvimento tecnológico desenfreado. Chamo de *geoconstrutivismo* a política global que gerou as mudanças climáticas, as soluções tecnológicas que são propostas para regulá-las, e o discurso geral que sustenta tal política e tais soluções. O geoconstrutivismo parece não estar vendo que a Terra, como escreve Clive Hamilton (2013, p. 37), é um “bicho pouco cooperativo”, que não reagirá como desejado às manipulações da atmosfera². Contudo, chegou a hora de recusar a geoengenharia? Ou estamos condenados a seguir o desenvolvimento do Antropoceno até a eventualidade de seu fim prematuro?

ACONTECIMENTO COGNITIVO, ACONTECIMENTO MATERIAL: UMA ZONA DE TENSÃO CONCEITUAL

Primeiramente, em quê o Antropoceno é um acontecimento? O termo supostamente indica um momento significativo na História, em que o ser humano virou uma “força geológica”. Para Paul Crutzen, o químico e meteorologista que

forjou esse novo termo, tal transformação é o efeito primário da Revolução Industrial. Em seu livro, Bonneuil e Fressoz lembram que existem, doravante, teses concorrentes, propondo outros começos possíveis: a *hipótese Homo Sapiens* toma como ponto de partida as transformações ocasionadas pelo fogo e pela caça, há 200.000 anos; a “*early anthropogenic hypothesis*”, do paleoclimatólogo William Ruddiman, insiste no papel da agricultura que nascia há 7000 anos; e a *hipótese da aceleração* faz tudo começar após a Segunda Guerra Mundial. Meu escopo, aqui, não é retomar essas explicações, mas mostrar em quê tais páginas são importantes para o propósito do livro: determinar o ponto de começo é aquilo que permite criar uma *zona de tensão conceitual* entre essa origem e o nosso hoje.

Qual seria, com efeito, o erro geoconstrutivista padrão? A confusão entre o *acontecimento cognitivo*, que concerne ao aparecimento da palavra “Antropoceno”, à produção dos saberes que lhe são acoplados, às controvérsias relativas à sua datação precisa etc., e o *acontecimento material* que esse termo e esses saberes supostamente descrevem. É patente que a História é aquele discurso de ancoragem científica que ata intrinsecamente o *fato* e o *conhecimento* que temos dele - como se o conhecimento e sua narração (*story*) fossem constitutivos do próprio fato (*history*). Essa imbricação, no entanto, não deve conduzir-nos a pensar, uma vez tendo sido concebida a *palavra* Antropoceno no início dos anos 2000, uma vez que ela gera uma tomada específica de consciência quanto ao que nos ocorre hoje em dia, que isso significa que o *fato* estava opaco aos que nos precediam. Considerando-nos como a consciência esclarecida do (e pelo) Antropoceno, disso inferimos erroneamente que os outros, antes de nós, patinavam nas trevas do

não saber. De certa maneira, tudo se passa como se a distância entre acontecimento cognitivo e acontecimento material se esvaecesse, a ponto de criar a ilusão de que o acontecimento material desdobrou-se ao mesmo tempo em que o acontecimento cognitivo! Consultem rapidamente todos os ensaios eruditos, os artigos na imprensa e os filmes que trazem como título *Welcome to the Anthropocene*. Tirando o fato de que essa fórmula assimila uma nova era geológica a um parque temático, algum *Jurassic Park* cujos heróis seríamos nós, ela tende a nos fazer crer que teríamos acabado de entrar nesse novo período...

Tratar-se-ia, então, simplesmente de identificar um real puro, um objeto de saber subjetivamente neutro, destacado de qualquer relação interpretativa, assim como propõe um tosco objetivismo de moda? Não, o *Acontecimento Antropoceno* propõe algo muito mais interessante: criar uma *zona de tensão conceitual* entre o acontecimento material e o acontecimento cognitivo, ou seja, reinterpretar os 250 anos que escoaram entre o início do Antropoceno e a atualidade. À luz hermenêutica do Antropoceno, é toda uma releitura da modernidade que está sendo proposta.

AS CENAS DO SER HUMANO

Na verdade, Bonneuil e Fressoz tomam ao pé da letra a palavra Antropoceno, segundo um *princípio de aplicação máxima*. Com efeito, se existe Antropoceno, então ele não caiu do céu! É bom falar da “intrusão de Gaia” (Isabelle Stengers), ou ainda, da maneira catastrófica pela qual o natural climático intervém brutalmente na cena social e política da humanidade, mas não nos esqueçamos - coisa que a expressão de Stengers poderia deploravelmente fazer acreditar - que essa

intrusão é a etapa segunda, que segue a *extrusão* humana na atmosfera. Os dois historiadores demarcam aquilo que nomeiam as “técnicas do Antropoceno”, ou seja, as maneiras pelas quais escolhas políticas, econômicas e tecnológicas deram margem a essa mudança. O Antropoceno foi conscientemente instalado, e o escopo do livro é “deslocar o foco do estudo dos meios prejudicados e dos ciclos biogeoquímicos perturbados para os autores, as instituições e as decisões que produziram esses prejuízos e essas perturbações” (BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 87). Assim, os “empreendedores da revolução industrial” “elaboraram ativamente” o Antropoceno; e Saint-Simon sabia que “a exploração” doglobou “transforma” (BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 10). Desenvolver o carvão no século XIX, nos Estados Unidos, recorrer de maneira geral às energias fósseis e favorecer a frota de automóveis, nada disso depende de um “progresso inexorável” qualquer, mas de decisões que poderiam ter sido outras: o Antropoceno foi um “termoceno” deliberado, fruto de escolhas energéticas.

À guisa de progresso, antes se dirá que as decisões antropocênicas deram margem ao que Bonneuil e Fressoz chamam de “tanatoceno” - uma Idade da Morte tecnologicamente assistida, reforçada pelas massivas possibilidades de destruição inauguradas no século XX. A guerra é o prosseguimento do Antropoceno por outros meios. Pois o ser humano não é somente uma força geológica quando se trata de criar estradas ou cidades, ele também o é quando se trata de destruí-las - quantos desmatamentos, destruições estratégicas e táticas dos territórios por motivos de guerra? Da força tanatológica à potência urbanológica, as passagens abundam, e os autores descrevem as invenções de “tecnologias brutais” (Paul R. Josephson^{NT}) que passaram de um uso militar a um uso

civil - pensemos, por exemplo, na reconversão dos gases de combate em pesticidas. A destruição tem rostos múltiplos, o da guerra evidentemente, mas também o do capitalismo e do consumismo - consumir é consumir^{NT}. Neste sentido, o Antropoceno é um “fagoceno”. Esse termo remete, evidentemente, à ideia de uma consumação dos recursos do planeta, logo a uma imediata destruição para a autoproclamada satisfação das necessidades. Mas ele igualmente define uma maneira de produzir o não durável: os empreendedores capitalistas sabiam muito bem o que estavam fazendo quando começaram a propagar o desprezo por toda forma de reciclagem; eles igualmente sabem muito bem o que estão fazendo ao fabricarem a obsolescência programada dos objetos³.

Assim como o Antropoceno foi conscientemente elaborado, é de maneira também resoluta que as resistências são organizadas. A ideia segundo a qual o ambientalismo, enquanto prática de uma ecologia política contestadora, teria sido deslanchado nos anos 1960 é discutível, caso se compreenda bem que o Antropoceno é a soma de todas as “cenas” que acabamos de descrever. Termoceno, tanatoceno e fagoceno não emergiram sem que uma outra cena, política, se formasse, o “polemoceno”, definindo o conjunto das lutas que se desdobraram do início da Revolução Industrial até os nossos dias, dos Luditas aos movimentos das Cidades em Transição, das oposições ferozes aos desmatamentos até os objetos de crescimento. Com atenção se lerá as páginas consagradas às petições e associações que se formaram, no curso do século XIX, para denunciar as poluições industriais e suas doenças aferentes⁴. O geoconstrutivismo torce o nariz para aceitar a multiplicidade das cenas do humano; ele prefere pensar o vínculo dos humanos com os não humanos.

COMO DIVIDIR BEM A MODERNIDADE

Há uma cena que ainda não descrevemos: o “fronoceno”, que define a existência de uma Idade da Prudência (frônese^{NT}), uma sensibilidade para com o ambiente, que emergiu com a Revolução Industrial. Sem esta sensibilidade, o polemoceno seria evidentemente incompreensível - por que lutar pelo ambiente se o seu prejuízo em nada nos afeta? Se, todavia, escolhi diferir no estudo do fronoceno, é porque apenas ele permite compreender e contestar o Antropoceno. Bonneuil e Fressoz utilizam, com efeito, o conceito de Antropoceno para recolocar em causa o discurso dominante que consiste em separar a época moderna em duas: primeiro, teria havido a modernidade ingênua, inconsciente dos seus atos, fabricando sua máquina de Watt na alegria e no bom humor, à qual seria preciso quase perdoar, pois ela não sabia o que estava fazendo; depois, a modernidade “reflexiva”, que teria passado da adoração do progresso à tomada de consciência dos “riscos” (Ulrich Beck) e dos “apegos” (Bruno Latour). Primeiro, a denegação do meio ambiente; depois, sua descoberta como espaço frágil. Ora, todo o livro de Bonneuil e Fressoz contesta essa ideia⁵. De Fourier^{NT}, constatando a “deterioração material do planeta”, aos cientistas do século XX, para os quais a Grande Aceleração era perfeitamente visível⁶, sempre houve reflexividade. Sensibilidade às frágeis *circumfusa* (coisas circundantes) no século XVIII⁷, consciência da relação entre desmatamento e possibilidade de mudança climática desde os anos 1770⁸, consciência do esgotamento inevitável dos recursos - *sabia-se*.

Ou, pelo menos, *podia-se saber*. Em vez de considerar uma pseudo-ruptura na História, entre uma modernidade inicialmente

ignorante, e em seguida instruída, é uma divisão *na* modernidade, uma modernidade que sempre terá sido dual, que se trata de compreender: “Longe da narrativa de uma cegueira seguida de um despertar, é portanto a história da marginalização dos saberes e dos alertas que convém considerar” (BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 95-96). A história oficial do Antropoceno é a história dos vencedores. Dito de outro modo, houve repressão e recalque dos discursos e das práticas que sabiam e experimentavam as relações entre natureza e sociedade. Isso também quer dizer que, quando um Latour assegura que os humanos viraram agentes geológicos “sem querer” (BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 93), é falso. Mas é preciso ainda dizer o seguinte: é necessário afirmar que esse discurso: 1) é a retomada do discurso dos vencedores; 2) é uma maneira de assegurar o prolongamento e o reforço da repressão dos discursos minoritários.

O que é terrível nesse discurso que divide *temporalmente* a modernidade, é que ele joga em cima de dois quadros de uma só vez: por um lado, propõe-se como ecologia política esclarecida, “reflexiva”; mas, por outro, ele se anuncia como o primeiro a poder pensar o fim das Grandes Partilhas entre os humanos e seu ambiente, entre as produções industriais e suas perigosas consequências, o primeiro a pensar não apenas tais partilhas, mas também as soluções para sair delas. Esse discurso, portanto, é ao mesmo tempo a palavra dos vencedores, e a daqueles que foram reduzidos ao silêncio pelos vencedores.

Aí então é preciso conseguir interpretar a poderosa conclusão do capítulo consagrado ao Antropoceno: se “os modernos possuíam suas próprias formas de reflexividade ambiental”, então “impõe-se a conclusão, na verdade assaz

inquietante, de que nossos ancestrais destruíram os ambientes, com todo conhecimento de causa” (BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 221). Daí a “natureza esquizofrênica da modernidade”: por um lado, os modernos sabiam que natureza e sociedade estão reunidas; por outro, destruíam a natureza terrestre (BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 221). Mas poder-se-ia sustentar, antecipando nossa próxima seção, que só há esquizofrenia se, e somente se, considera-se a humanidade como uma. Ora, o que esse livro nos diz claramente é que esse modelo não funciona: a modernidade não tinha uma cabeça, mas dois corpos. Um que, deliberadamente, construiu o desastre; outro que, sacrificado, tentou opor-se a isso. Contra a ideia de uma modernidade *temporalmente* cindida, está a de uma modernidade *politicamente* dividida, que é preciso sustentar.

A CAIXA VAZIA E O CORPO PLENO: ELEMENTOS PARA UMA ECOANÁLISE

A “narrativa oficial” do Antropoceno opõe uma “Terra única” a “uma humanidade tomada como entidade biológica e agente geológico” (BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 81). Ora, Bonneuil e Fressoz sustentam, de um ponto de vista ambiental, que “a humanidade tomada como um todo não existe” (BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 89). Pois certos países, em certas épocas, são muito mais responsáveis que outros pelos danos ambientais, e o Antropoceno é primeiramente um “Angloceno” - Grã-Bretanha e Estados Unidos representam 55% das emissões acumuladas de CO₂ em 1900, 65% em 1950, e quase 50% em 1980⁹. Por esta razão, os dois historiadores recusam a tese de Chakrabarty^{NT} que, segundo eles, “ilustra o abandono da grade marxista e pós-colonial em proveito de uma humanidade indiferenciada”¹⁰. Seria, com efeito, perigosamente anestésico,

e despolitizante, falar do Antropoceno sem evocar o capitalismo, a guerra, os Estados Unidos e algumas grandes empresas¹¹.

Quanto à Terra, o discurso oficial a apresenta como uma “máquina cibernética autorregulada”, uma “máquina-organismo” (BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 72-74). Essa visão “sistêmica” do planeta está perfeitamente adaptada aos votos democráticos de controle planetário que os geoengenheiros nos prometem. Para esses últimos, assim como para o discurso construtivista dominante, a Terra é uma espécie de caixa vazia que se pode empalhar à vontade. Na fantasia dos engenheiros, assim como na dos construtivistas, tudo deve se passar como se a natureza não existisse. O que existe são materiais que se pode indefinidamente rearranjar. Talvez fosse preciso opor essa representação da Terra à que a considera como um corpo pleno, uma entidade viva irreduzível aos seus componentes químicos. Contrariamente ao que sustentam Bonneuil e Fressoz, parece-me que essa representação não é exatamente superponível à anterior: para Lynn Margulis^{NT}, que defende com Lovelock^{NT} a dita “hipótese Gaia”, nunca os homens estarão prontos para controlar a Terra - as florestas tropicais, ela nos diz, “continuarão suas cacofonias e suas harmonias por muito tempo depois que não estivermos mais aqui” (MARGULIS, 1998, p. 128).

Não se deve, portanto, enganar-se com os adversários. Aqueles que hoje realizam a fusão humanos-natureza não são os *deep ecologists*, nem os fanáticos de *Avatar*! São os construtivistas ou, mais precisamente, os geoconstrutivistas que produzem o “discurso fusional de uma antroponatura”, e que definitivamente

[...] negam toda alteridade à natureza e a Gaia: mesmo que façamos parte dela e que a natureza deva ser acolhida em nosso coletivo político, é importante reconhecer sua alteridade, através de uma escuta não instrumental e um respeito a certos limites ao agir humano. A fusão e a suma potência são sentimentos próprios à pequena infância (BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 107-108).

Essas linhas mereceriam ser longamente comentadas e desenvolvidas no registro daquilo que seria bom nomear de uma *ecoanálise*, ou seja, o estudo do inconsciente político do Antropoceno. Nesse estudo, seria preciso mostrar como o “discurso dominante”, que Bonneuil e Fressoz criticam, é atravessado por uma terrível angústia de separação, que conduz os geoconstrutivistas (que sustentaram, com suas produções teóricas e práticas, o estabelecimento do Antropoceno), a privilegiarem a hibridação e os “apegos”, e a recuarem horrorizados diante das potências da divisão, da contestação, do Dois político. Se os geoconstrutivistas só gostam da Terra quando ela está vazia, e não plena e quase viva, é porque assim ela poderia ser inteiramente refeita, recombinada, limite nenhum - natural ou outro - “arriscando” interromper sua antropização. No final, o cara a cara diante do espelho do Homem-Uno e da Terra-Una se soldaria por uma simples unidade incestuosa, definitivamente vitoriosa, das Grandes Partilhas.

OTIMIZAR A TERRA (COM OTIMISMO)

Talvez seja esse voto inconsciente que estructure o desejo dos “*Earth-masters*”, esses geoengenheiros que sonham em controlar o clima. Claramente evidencia-se que a geoengenharia é a continuação tecnológica do Antropoceno, caso se perceba que Paul Crutzen, inventor da palavra Antropoceno, é também

aquele que, desde 2002, evoca a possibilidade de “projetos de geoengenharia em grande escala” (CRUTZEN, 2002, p. 23) para, por exemplo, “otimizar” artificialmente o clima. É esse mesmo Crutzen que, em 2006, propôs num artigo estrondoso o envio de toneladas de enxofre para a atmosfera, a fim de constituir um “escudo” apto a resfriar o planeta. Como mostra Clive Hamilton, um projeto desses pode se nutrir das melhores intenções do mundo: diante do perigo de uma mudança climática abrupta talvez iminente ou, em todo caso, provável pelo fato dos *feedbacks* e pontos de inflexão (*tipping points*) engendrarem irreversivelmente tais mudanças, e porque os Estados se revelam incapazes de limitar drasticamente suas emissões de CO₂, o único “Plano B” plausível seria o escudo atmosférico (CRUTZEN, 2003, p. 13-16; p. 159-160)¹².

Para avaliar bem a especificidade da geoengenharia, voltemos um pouco atrás. Com efeito, é importante não confundir essa tecnologia com o geo-sequestro, que consiste em captar CO₂ na atmosfera, a fim de estocá-lo no solo ou no fundo dos oceanos. Durante os anos 2000, foi o geo-sequestro que atraiu todas as esperanças, e uma grande parte dos financiamentos. Já pressagiando que os Estados não chegariam a um acordo qualquer sobre a redução das emissões de CO₂, e querendo manter o progresso e o desenvolvimento tal qual, a solução aparecia assim: queimar sem restrição as energias fósseis, mas apostar no fato de que a tecnologia seria capaz, rapidamente, de recuperar o CO₂ e enclausurá-lo em algum lugar. Não foi o que ocorreu, e Hamilton tem razão ao falar em “década perdida” (HAMILTON, 2013, p. 172). Hoje em dia, os projetos de CCS (*Carbon Capture and Storage*) estão em grande parte abandonados. Com efeito, sequestrar o CO₂ exige um

dispositivo industrial – que produziria enormes quantidades de CO₂. Ficaria parecendo que nossos engenheiros sofreram da crença segundo a qual a entropia seria interrompida às portas da modernidade reflexiva; contudo, estaria na hora de se render à seguinte evidência: sendo a Terra redonda e finita, toda ação industrial sobre a Terra terá consequências industriais – sobre a Terra.

Exit o geo-sequestro. *Welcome to the geo-engineering*. Se o meio é diferente – impedir a irradiação solar de atingir esse CO₂, construindo um escudo químico –, o dispositivo parece idêntico: continuar a queimar todas as energias fósseis, ou dizendo de outro modo, manter, custe o que custar, o capitalismo termoindustrial. Mas a geoengenharia tem uma vantagem formidável sobre o infeliz geo-sequestro, pois ela permite que se mantenha tanto o capitalismo termoindustrial quanto a denegação do caráter antropogênico das mudanças climáticas. Hamilton retrata, em seu livro, todas as estratégias preparadas pelas grandes sociedades atreladas às energias fósseis, seus *think tanks* e institutos associados, assim como os partidos conservadores, para denegar as mudanças climáticas. Longe de representar um ceticismo qualquer da inteligência, essas recusas incidem sobre as *consequências* que um tal reconhecimento acarretaria: recolocar em causa aquilo que construiu o Antropoceno. Ora, a geoengenharia, de certa maneira, é a produção *ad hoc* de um desabono: por um lado, ela reconhece que há mudança climática; porém, por outro lado, ela esquiva a responsabilidade ou a culpabilidade humana, pois apresenta a tecnologia, a indústria, o capitalismo e a possibilidade de ser senhor (e possuidor) da Terra como as únicas soluções aos nossos problemas. Lá onde o geo-sequestro devia, ainda assim, confrontar-se com o CO₂

da atmosfera, a geoengenharia, diretamente voltada para o Sol (para o qual ela tenta se fazer de tela), volta as costas para a Terra¹³. Bem-vindo ao Fotoceno...

FATALIDADE DE UM *TECHNOFIX*

Diversos cenários se perfilam. Repetindo o fracasso do geo-sequestro, o primeiro seria o abandono, em uma década, dos projetos de geoengenharia. Para tanto, seria preciso que os geoconstrutivistas reconhecessem que o enunciado segundo o qual “a natureza não existe” é insuficiente, e que a Terra é muito mais um bicho incontrolável do que uma caixa vazia, suscetível de sobre reagir de maneira inesperada. Seria então preciso que os engenheiros parassem de *engenhar-se* a controlar o incontrolável. Mas tal reconhecimento chegaria tarde demais. Tecnologia “conservadora” (BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 120), a geoengenharia permite não mais preocupar-se com a redução das emissões de CO₂; porém, como o retorno do recalcado, um fracasso do projeto de geoengenharia tornaria patente o fato de que se *deveria*, num passado doravante inacessível, proceder a essa redução. O cenário mais provável será, portanto, o seguinte: a geoengenharia será aplicada a despeito dos riscos maiores, experimentar-se-á em escala natural o que só poderá ser parcialmente testado.

Bonneuil e Fressoz têm razão em insistir nas escolhas e decisões que instalaram o Antropoceno. Todavia, num certo grau de instalação, a escolha se torna fatal. Hamilton qualifica a geoengenharia de *technofix* [conserto técnico], uma solução de fortuna tecnológica que nada muda nas causas das mudanças climáticas (HAMILTON, 2013, p. 173-177). Mas a solução de fortuna torna-se doravante incontornável. Desde a conferência

de Copenhague sobre o clima, em 2009, os geoengenheiros são os novos “espíritos” do capitalismo climático. Os construtivistas que, como Latour, exclamam “É o desenvolvimento, idiota!”¹⁴ – podem estar satisfeitos. Hamilton pensa que a situação estaria menos dramática, se os geoengenheiros não fossem “prometéicos”, convencidos de sua força demiúrgica, mas estivessem atentos aos limites “soterianos” – do nome da deusa da segurança e da preservação, Sotéria (HAMILTON, 2013, p. 209-209). Essas páginas talvez sejam as menos convincentes do livro, pois é a própria geoengenharia que é prometida! Ou é aplicada, ou não. É preciso, pois, admitir que, na ausência de um movimento político radical global, exigindo a redução planejada das emissões de CO₂, nada impedirá a geoengenharia¹⁵. Nada, ao que me parece, impedirá que o “belo conceito de Antropoceno” se torne a “filosofia legítima de um novo geopoder tecnocrático e mercantil” (BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 65).

O discurso dominante nos assegura que o Antropoceno está prometido a um futuro brilhante, ao menos em termos geológicos, porque as consequências antropogênicas sobre a atmosfera (e sobre o resto do planeta) se farão sentir durante milênios. Mas no caso de catástrofes abruptas, estejam elas ligadas apenas às emissões de CO₂, ou àquelas acumuladas com o *technofix* dos geoengenheiros, poder-se-ia imaginar uma estranha cena: uma Terra duravelmente antropogenizada; mas na ausência de seres humanos – ou espalhados, amputados de sua antiga “força geológica”. Como um Antropoceno sem *anthropos*.

Tradução de Guilherme Ivo

REFERÊNCIAS

BONNEUIL, C.; FRESSOZ, J.-B. **L'Événement Anthropocène**. La Terre, l'histoire et nous. Paris: Seuil, 2013.

CRUTZEN, P. Geology of Mankind. *Nature*, v. 415, 2002.

FRESSOZ, J.-B. **L'apocalypse joyeuse**. Une histoire du risque technologique. Paris: Seuil, 2012.

HAMILTON, C. **Earthmasters**. The Dawn of the Age of Climate Engineering. Yale University Press, 2013.

LATOUR, B. **It's Development, Stupid!**. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/node/153>> Acesso em: 29 out. 2015

MARGULIS, L. **Symbiotic Planet: A new Look at Evolution**. New York: Basic Books, 1998.

NEYRAT, F. Climate Turn. L'anthropo-scène, Chakrabarty et l'espèce humaine. **La Revue Internationale des Livres et des Idées**. 28/09/2010 Disponível em: <<http://revuedeslivres.net/articles.php?idArt=547&page=actu&PHPSESSID=7f9865d4b912511c7c20b6df5e8a2322>>. Acesso em: 29 out. 2013, e alternativamente em <<https://atoposophie.wordpress.com/2013/06/11/anthropo-scene/>>. Acesso em: 29 out. 2015.

REES, M. Astronomer royal calls for 'Plan B' to prevent runaway climate change. **The Guardian**, 11/07/2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/science/2013/sep/11/astronomer-royal-global-warming-lord-rees>>.

Recebido em: 24/10/2015

Aceito em: 24/10/2015

* Originalmente publicado em francês no periódico *Multitudes*, n. 56, p. 37-47, 2014/1 (DOI: 10.3917/mult.056.0037) e gentilmente cedido pelo autor para tradução e publicação pela revista *ClimaCom*. Alguns dos endereços eletrônicos disponibilizados pelo autor foram atualizados.

² O livro foi traduzido e publicado pela Seuil em 2013 sob o título *Les Apprentis sorciers du climat. Raisons et déraisons de la géo-ingénierie*.

[NT] Paul R. Josephson, historiador americano e professor no Colby College, especialista em história do século XX e ciência e tecnologia.

[NT] Em francês, *consommer, c'est consumer*, sendo que este último verbo está ligado a *détruire*, destruir. Antes na frase, "consumismo" traduziu *consumérisme*.

³ Cf. BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 185-187.

⁴ Cf. BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 236-239.

[NT] Palavra grega, φρόνησις, *phrónêsis*, que designa uma espécie de propósito no espírito, e é explorada na filosofia grega como virtude da vida prática, como sabedoria prática, principalmente em Aristóteles.

⁵ A obra anterior de Jean-Baptiste Fressoz, *L'apocalypse joyeuse*. Une histoire du risque technologique (2012), instruiu admiravelmente os elementos desse dossiê (NE: aqui o autor se refere ao dossiê onde o artigo foi originalmente publicado).

[NT] Jean-Baptiste Joseph Fourier (1768-1830), matemático e físico francês.

⁶ Cf. BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 91-96.

⁷ Cf. BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 202-203.

⁸ Cf. BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 205-206.

⁹ BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 134.

[NT] Dipesh Chakrabarty (1948-), historiador indiano.

¹⁰ Proponho uma leitura alternativa aqui: "Climate turn. L'anthropo-scène, Chakrabarty et l'espèce humaine" (2010).

¹¹ Cf. BONNEUIL; FRESSOZ, 2013, p. 84-85.

[NT] Lynn Margulis (1938-2011), bióloga e professora americana.

[NT] James E. Lovelock (1919-), pesquisador britânico.

¹² A ideia de "plano B" também é defendida pelo famoso astrofísico Lord Rees, a fim de "se ganhar tempo para desenvolver fontes de energia mais limpas". Ver Rees (2013). Disponível em: <<http://www.theguardian.com/>>

science/2013/sep/11/astronomer-royal-global-warming-lord-rees>.

¹³ Antítese do retorno à Terra, que o filme *Gravity* alegoricamente propõe. Disponível em: <<http://blogs.mediapart.fr/edition/les-invites-de-mediapart/article/041113/gravity-ou-comment-revenir-sur-terre>>.

¹⁴ A esse respeito, ver texto de Bruno Latour intitulado "It's Development, Stupid!", disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/node/153>>.

¹⁵ Planejada no sentido em que essa redução deverá levar em conta o *global dimming*, escurecimento global, ligado ao aumento dos aerossóis na atmosfera, que mascara o *global warming* [aquecimento global]: uma simples diminuição drástica de toda forma de poluição (CO₂ e enxofre confundidos) iria aumentar, como efeito imediato, as mudanças climáticas...

A teoria e a queda do céu

Marco Antonio Valentim [1]

Resumo: O ensaio procura considerar criticamente o caráter antropocêntrico (segundo suas condições de sentido) da cosmologia filosófica moderna, exemplificada pela *Teoria do céu* e pelos *Sonhos de um visionário*, de Immanuel Kant – sob a perspectiva do diagnóstico xamânico da catástrofe climática proposto por Davi Kopenawa Yanomami, em *A queda do céu*. Investiga-se principalmente o estatuto cosmológico da humanidade cosmopolita em relação aos extraterrestres, de um lado, e aos espíritos ou espectros terrenos, de outro, tomados como figuras radicalmente distintas da alteridade cosmológica. Ao fim, especula-se sobre se haveria um nexos escatológico necessário entre a teoria do céu, enquanto discurso do homem cosmopolita, e a sua queda, enquanto símbolo da catástrofe cosmopolítica iminente.

Palavras-chave: Cosmologia. Antropologia. Extraterrestre. Espectro. Cosmopolítica.

The theory and the fall of the sky

Abstract: This essay seeks to consider critically the anthropocentric character (according to its conditions of meaning) of modern philosophical cosmology, exemplified by Immanuel Kant's *Theory of Heavens* and *Dreams of a Spirit-Seer* – from the point of view of the shamanic diagnosis of the climate catastrophe proposed by Davi Kopenawa Yanomami, in *The Falling Sky*. It mainly investigates the cosmological status of the cosmopolitan humanity in relation to the extraterrestrials, on one side, and the terrene spirits or spectres, on the other, taken as radically distinct figures of the cosmological otherness. Finally, it speculates whether there is a necessary eschatological nexus between the theory of heavens, as the discourse of the cosmopolitan man, and its fall, as a symbol of the imminent cosmopolitical catastrophe.

Keywords: Cosmology. Anthropology. Extraterrestrial. Spectre. Cosmopolitics.

[1] Marco Antonio Valentim é doutor em Filosofia, professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pesquisador do SPECIES – Núcleo de Antropologia Especulativa. E-mail: mavalentim@gmail.com

Para Alexandre Nodari,
por me lembrar que
“a verdade ainda está lá fora”

O céu fuliginoso da Calmaria, sua atmosfera pesada não são apenas o sinal evidente da linha equatorial. Resumem o clima em que dois mundos se defrontaram. Esse elemento sombrio que os separa, essa bonança onde as forças maléficas parecem apenas se recobrar, são a última barreira mística entre o que constituía, ainda ontem, dois planetas opostos por condições tão diversas que as primeiras testemunhas não puderam acreditar que fossem igualmente humanos. Nunca a humanidade conhecera provação tão dilacerante, e nunca mais conhecerá outra igual, a não ser que um dia, a milhões de quilômetros do nosso, outro globo se revele, habitado por seres pensantes. Nós ainda sabemos que essas distâncias são teoricamente transponíveis, ao passo que os primeiros navegantes temiam enfrentar o nada.

(Claude Lévi-Strauss, *Tristes trópicos*, “A calmaria”)

que os conhecimentos e habilidades adquiridos sirvam para o uso do mundo, mas no mundo o objeto mais importante ao qual o homem pode aplicá-los é o *ser humano*, porque ele é o seu próprio fim último. – Conhecer, pois, o ser humano segundo sua espécie, como ser terreno dotado de razão, merece particularmente ser chamado de *conhecimento do mundo*, ainda que só constitua uma parte das criaturas terrenas (KANT, 2006, p. 21).

Desse modo, ao abandonar a posição de centro empírico-material de um “mundo fechado” (e, não obstante, muitíssimo mais diversamente povoado), o homem passa a ocupar, com total exclusividade, o centro ontológico-transcendental do “universo infinito” (KOYRÉ, 2006). A ampliação literalmente exorbitante da cosmologia científica na modernidade seria acompanhada por uma drástica redução da “política cósmica”:³ com efeito, na filosofia crítica de Kant, uma “metafísica antropocêntrica” fundamenta a ciência experimental da natureza (KEMP SMITH, 1913, p. 549).

“Há vida inteligente em outros planetas?” – longe de exprimir meramente uma curiosidade vã, essa indagação traduz, segundo o ponto de vista extraterrestre de Kant, nada menos que uma dimensão inalienável da investigação acerca da natureza e da estrutura do universo, relativa à existência política de outros mundos, tão exaltada, como fundamento positivo da cosmologia, no discurso xamânico de Davi Kopenawa Yanomami (2010). Segundo formula brilhantemente Tim Flannery (2015), a propósito da descoberta cada vez mais frequente e intensa de “sociedades não-human[o]s altamente inteligentes”: “Temos desde há muito nos perguntado se estamos sozinhos no universo. Porém, claramente, não estamos sozinhos na terra”.

POLÍTICA CÓSMICA²

Gostaria de refletir sobre um traço particularmente característico da cosmologia no quadro do assim chamado discurso filosófico da modernidade, em vista sobretudo de elucidar, sob certo aspecto, a sua situação cosmológica. Como se sabe, esse traço é manifestamente ambíguo: se, de um lado, com a revolução copernicana celebrada por Kant, o universo se torna infinito, de outro, esse mesmo universo como que se fecha sobre o homem enquanto *único* “cidadão do mundo”:

Todos os progressos na civilização, pelos quais o homem se educa, têm como fim

Mediante um exercício de “antropologia especulativa” (SAER, 2009, p. 4), pretendo explorar certos limites do conceito filosófico moderno de mundo com foco no problema da alteridade cosmológica. Procurarei guiar-me, ao longo do percurso, por uma sagaz conclusão de Alexandre Nodari (2013, p. 269): “Se o *extra-terrestre* é o *humano* projetado cosmicamente, o *extra-humano* é o *terreno* projetando o cosmos”. Ao término, é possível que se nos mostre, como renovado escândalo filosófico, em lugar do velho ceticismo acerca do mundo exterior, a “extramundanidade” da própria filosofia, ou seja, a sua face propriamente *cosmo-política*⁴. “Do universo fechado ao mundo infinito”, como formula Emilie Hache (2013, p. 12) ao inverter o lema consagrado por Koyré:

[...] o ponto de vista extraterrestre – seja marciano, lunar ou siriano – a partir do qual os Europeus, e depois todos aqueles incitados a segui-los, aprenderam a ver e pensar, isto é, aprenderam a ver e pensar a terra, mas também a partir do qual se habituaram a se ver e sentir, está prestes a desaparecer face à intrusão de Gaia e à convulsão climática que temos provocado.

A TEORIA DO CÉU

Primeiro projeto filosófico de Kant, *História universal da natureza e teoria do céu* (1755) tem por objetivo “deduzir a formação dos corpos siderais e a origem de seus movimentos desde o estado primitivo da natureza por meio das leis da mecânica” (KANT, 1946, p. 25). Mas a dificuldade de princípio com que Kant se defronta escapa ao domínio da investigação estritamente científica: era preciso compatibilizar a incomparável certeza do conhecimento natural mediante leis mecânicas com o princípio teológico-político do governo do mundo. O filósofo procura realizar essa

compatibilidade postulando de saída que “as leis gerais da ação da natureza derivam também do supremo designio” (KANT, 1946, p. 25-26). O próprio fato de que “a matéria [tem] leis que precisamente tendem à ordem e ao decoro” (KANT, 1946, p. 31) testemunharia que física e teologia devem, em princípio, poder concordar quanto a um fundamento comum. Assim, se, por um lado, é inegável a contribuição da *Teoria do céu* para a cosmologia moderna, particularmente no sentido de promover a ideia de uma história da natureza (ENGELS apud SADOSKY, 1946, p. 10), Kant (1946, p. 31) não hesita, por outro, em propor o seu escrito como uma prova cosmológica, ao menos indireta, da existência divina: “Existe um Deus porque, até mesmo no caos, a natureza não pode proceder de outra forma que regular e ordenadamente”.

Após a dedução da “constituição sistemática” das estrelas fixas, dos planetas e seus satélites, com destaque para uma engenhosa especulação em torno da origem dos anéis de Saturno e da história do Sol, Kant (1946, p. 163) dedica a terceira e última parte do seu tratado de cosmologia a um “ensaio de comparação entre os habitantes de diversos planetas, baseada nas analogias da natureza”. Reconhecendo diante do leitor que “em tema dessa espécie não existe um verdadeiro limite para a liberdade de ficção” (KANT, 1946, p. 165), o autor apresenta esse ensaio como motivado por uma opinião convicta, capaz de “contribuir para a ampliação de nosso conhecimento” e dotada de probabilidade “tão bem fundada” a ponto de exigir reconhecimento por parte dos investigadores da natureza cósmica (KANT, 1946, p. 165): “A maioria dos planetas estão certamente habitados, e os que não estão, estarão alguma vez” (KANT, 1946, p. 168). Segundo Kant, “a necessidade de que os corpos

siderais estejam povoados” repousa em uma consideração teleológica: “a finalidade da natureza é a contemplação de seres racionais” (KANT, 1946, p. 166-167). Desse modo, a especulação ensaiada por Kant encontra firme apoio no mesmo princípio que comanda toda a *Teoria do céu*⁵: a probabilidade de outros planetas serem povoados respeita a ordem teleológica do universo tanto quanto a efetiva disposição sistemática dos planetas no sistema solar. Porém, Kant não se contenta com a afirmação dessa opinião provável; ele a desenvolve, como diz Szendy (2011, p. 73), sob a forma de uma “filosoficção”, guiada pelos princípios racionais do governo divino: uma “especulação etnocosmológica livre”.

Notavelmente, no princípio dessa dedução da existência e do caráter dos habitantes de outros mundos, Kant confere às faculdades humanas da razão e da sensibilidade um estatuto eminentemente cosmológico: “A capacidade de pensar racionalmente, e o movimento do corpo que obedece àquela, são restringidas pelas condições proporcionadas pela distância do Sol à matéria à qual [o espírito humano] está atado” (KANT, 1946, p. 169). Quanto mais a matéria é vivificada pela influência da luz solar, mais ela capacita, e condiciona, a alma humana aos “trabalhos da economia animal”, impondo limites e obstáculos ao cumprimento de sua destinação racional (KANT, 1946, p. 171). Isso implica, por exemplo, que os habitantes de Júpiter e Saturno, de corpos constituídos por “matérias muito mais leves e fugazes”, seriam detentores de um caráter anímico mais sublime e perfeito do que os habitantes dos planetas inferiores. Essa “suposição mais que provável” é proposta quase como uma lei: a “clareza e vivacidade dos conceitos” dos habitantes planetários é tanto mais intensa quanto maior a distância de suas residências em relação ao Sol

(KANT, 1946, p. 172-173). Donde a comparação entre as “qualidades dos diversos habitantes” do cosmos prometida por Kant (e formulada mediante paráfrase do *Ensaio sobre o homem* de Alexander Pope):

A natureza humana, que na escala dos seres ocupa, por assim dizer, o degrau intermediário, se mantém entre os dois limites extremos da perfeição no justo meio, igualmente distante de ambos os extremos. Se a ideia das classes mais sublimes de seres racionais que habitam Júpiter ou Saturno incita os zelos e humilha os homens pelo reconhecimento de sua própria baixaza, pode satisfazê-los novamente e tranquilizá-los o aspecto dos graus baixos que, nos planetas Vênus e Mercúrio, estão reduzidos muito abaixo da perfeição da natureza humana. Que visão mais assombrosa! De um lado, vemos seres racionais perante os quais um esquimó ou um café seria um Newton, e do lado oposto outros que considerariam este último como um macaco! (KANT, 1946, p. 173).⁶

Percebe-se claramente que a “etnocosmologia” kantiana prenuncia, de maneira exemplar, essa outra “filosoficção” que consiste no cosmopolitismo vindouro da *Ideia de uma história universal* (1784)⁷, caracterizada, como revela Lévi-Strauss (2013, p. 53) em um profundo diagnóstico, pela tentativa de erigir o “reino supremo” da humanidade universal mediante um duplo corte, a separar, de um lado, “a humanidade da animalidade” e, de outro, “homens de outros homens”: trata-se, com efeito, daquele mesmo “ciclo maldito”, simultaneamente especista e racista, que constitui a máquina antropológica do Ocidente moderno. Não é à toa, aliás, que o conhecimento do homem sobredetermina, na filosofia de Kant, a ciência da natureza: como se lê no início da *Geografia física*, a cosmologia, em acepção estrita, equivale à antropologia (KANT, 2012, p. 445-446).

Ora, vendo-se as coisas a partir da *Teoria do céu*, o que permite a *instauratio magna* daquela política cósmica, a do Estado cosmopolita, se não a adoção heurística de uma perspectiva extraterrestre, enquanto extrapolação narcísica do egoísmo humanista? De fato, na conclusão do tratado – em que ademais Kant especula sobre a possibilidade futura de os habitantes da Terra encontrarmos “novas residências em outros céus quando se tiver cumprido por completo o tempo que nos fora indicado aqui para nossa permanência” –, invoca-se justamente a contemplação do “céu estrelado em uma noite serena”, “espécie de deleite que só sentem as almas nobres”, como perspectiva sobremaneira favorável à constatação da inferioridade e miséria terrestre dos homens mas, ao mesmo tempo, de sua possível elevação moral no sentido da existência sublime dos habitantes de planetas superiores (KANT, 1946, p. 181-182).

(ANTI)PERSPECTIVA EXTRATERRESTRE

“Tudo se passa”, escreve Szendy (2011, p. 99), “como se, segundo uma necessidade do discurso kantiano que se verifica sem cessar, o cosmopolítico apelasse ao cosmológico”: a “necessidade de pensar a humanidade desde seu limite extra-terreno” (SZENDY, 2011, p. 101) levantar-se-ia como condição *sine qua non* para a garantia da universalidade do juízo cosmopolita, em face da ameaça suscitada pela emergência virtual de outros mundos, extra-humanos, principalmente terrenos. Hipótese exagerada? Vejamos.

Contrariamente, poder-se-ia talvez argumentar, a partir da célebre analogia proposta por Kant, no Segundo Prefácio da *Crítica da razão pura* (2001, p. 20), entre a explicação copernicana dos movimentos celestes e a revolução epistemológica da metafísica, que a perspectiva extraterrestre não coincide com um ponto

de vista antropocêntrico (ptolomaico?), uma vez que desloca o espectador humano de sua posição central para “fazê-lo girar em torno aos astros”. Contudo, é manifesto que, no quadro dessa analogia, aquilo que para Kant conta como centro de perspectiva não é o homem como ente natural e objeto empírico, mas o homem como ente racional finito, ou seja, sujeito transcendental do conhecimento. E tal sujeito, por cujo poder de representação todos os objetos da natureza devem se regular, não é senão o entendimento enquanto faculdade dos conceitos *a priori*. Indeterminável pelas leis que ele mesmo impõe aos fenômenos, esse sujeito faz exceção ao campo da experiência, situando-se, por natureza, *fora*.

Assim, se é verdade, como dizem Deleuze e Guattari (1997, p. 113), que “a ideia da revolução copernicana põe diretamente o pensamento em relação com a terra”, é certo, por outro lado, que o faz para projetá-lo em definitivo além dela e, mais ainda, para assim territorializá-la – a terra, “a Desterritorializada” – em função e proveito exclusivos da subjetividade transcendental, extraterrestre. Decerto, enquanto centro de referência para toda objetividade possível, o sujeito kantiano teria, ao menos pretensamente, mais em comum com os habitantes etéreos de Júpiter e Saturno do que com os povos terrenos, por demais expostos à luz do Sol e, por isso, aprisionados na matéria densa... Mas importa sobretudo notar que, longe de propor uma relação meramente analógica, externa, entre metafísica e cosmologia, a ideia da revolução copernicana instaura, como se dizia, uma situação cosmológica inteiramente nova, que a política correspondente, o cosmopolitismo estatal, não fará senão impor, com violência verdadeiramente sobrenatural, aos povos da terra e seus respectivos mundos.

Diante disso, não deixa de espantar que Szendy avalie positivamente (sem dissimular um gesto iluminista) a constituição universal da perspectiva humana – “o todos-e-cada-um” – por meio do “desvio cosmoteórico pelo todo-outro” (SZENDY, 2011, p. 102), quase no sentido de um perspectivismo:

Os extraterrestres kantianos não são uma superstição, até porque não são divinizados. Eles encarnam antes, exemplarmente, uma espécie de para-além necessário da razão humana, a fim de que ela possa ser pensada em sua luz e como luz, sempre e ainda a vir. É por isso que eles figuram, em sua filosofização recorrente, uma certa ideia esclarecida da justiça (SZENDY, 2011, p. 119).

É evidente, nesses termos, que os extraterrestres imaginados por Kant devolvem ao filósofo apenas a sua própria imagem, agora confirmada como universalmente válida e normativa: esses outros não seriam “invasores que nos chegam do exterior, mas antes os que sempre estiveram aí, habitando nosso ponto de vista com a estranheza que o torna possível” (SZENDY, 2011, p. 150). Esses outros não são senão o mesmo, isto é, *todos*⁸ – por exclusão, é óbvio, daqueles que habitam outros mundos, na terra ou no céu.

Nada mais distante, portanto, daquilo que, em vista do pensamento dos povos ameríndios, Eduardo Viveiros de Castro denomina “perspectivismo cosmológico” (2002) – “a cosmologia contra o Estado” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 256) –, em que a originária determinação pelo “ponto de vista de Outrem” frustra de saída a possibilidade de algo como o “ponto de vista de Sirius”, multiplicando assim vertiginosamente os agentes e patamares cósmicos, celestes e terrestres⁹, ao invés de reduzi-los àquele “mundo comum” que, segundo

Kant (2005a, p. 176), deve ser a morada dos filósofos, “tal como os matemáticos já possuem há muito tempo”. Com efeito, enquanto, na “epistemologia objetivista favorecida pela modernidade ocidental”, “conhecer é dessubjetivar, explicitar a parte do sujeito presente no objeto, de modo a reduzi-la um mínima ideal”, na epistemologia xamânica ameríndia, “conhecer é personificar, tomar o ponto de vista daquilo que deve ser conhecido” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 358).

Ora, é precisamente essa virtualidade da perspectiva, segundo a qual “um objeto é um sujeito incompletamente interpretado”, sendo “o objeto da interpretação a contra-interpretção do objeto” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 360), que termina por ser radicalmente neutralizada pela revolução copernicana de Kant, a exigir a plena objetivação de outrem para o sujeito universal do conhecimento. Afinal, a reduplicação transcendental do ponto de vista por meio de seu espelhamento projetivo no extraterrestre interdita, por princípio, qualquer possível colocação do humano em perspectiva, para resguardá-lo, absoluto, em seu “isolamento metafísico” (HEIDEGGER, 1990, p. 172). Ao invés de designar uma efetiva alteridade cosmológica, o extraterrestre kantiano consiste, enquanto duplo especular do sujeito transcendental, no limite negativo da própria perspectividade.

CRÍTICA SOBRENATURAL

A hipótese lançada acima, de que o cosmopolitismo de Kant – a sua “teoria do céu” em sentido mais amplo – consiste em uma certa política cósmica, resultante da aliança dos humanos com os extraterrestres, ganha uma confirmação decisiva a partir de outro ensaio, *Sonhos de um visionário explicados por sonhos da metafísica* (1766). Aí se torna

possível discriminar que espécie de outro extra-humano é necessariamente preterido ou, como propõe Monique David-Ménard (1996, p. 102), “recalcado” pelo homem cosmopolita, em benefício de seu duplo extraterrestre. No entanto, é curioso observar que Kant escreve esse ensaio, decisivo no advento da Crítica, para denegar como irremediavelmente ilusórias “filosoficções” sobre a ideia de mundo, tais como as que ele próprio desenvolve na *Teoria do céu*. Segundo David-Ménard (1996, p. 25-27), essa “denegação” se consolida na discussão da antinomia da razão pura realizada pela Primeira Crítica, mediante a exclusão do “estatuto do provável nas categorias do entendimento”, e seria motivada, principalmente, pela necessidade de desmentir “a perigosa vizinhança do *noumenon* com os espíritos dos mortos”. Resta saber se essa vizinhança é apenas ideológica ou propriamente cosmológica.

Tomando como alvo exemplar de suas considerações a obra do místico sueco Swedenborg, o filósofo empreende uma “Anticabala” (KANT, 2005a, p. 176 e ss.). Nessa polêmica, Kant preocupa-se em elucidar a ilusão que acomete “pessoas incomuns”, fazendo-as tomar “objetos como exteriores a elas, os quais seriam tidos como uma presença de naturezas espirituais em seus sentidos corporais”, de modo que “imagens aparentadas da fantasia [assumam] a aparência de sensações” (KANT, 2005a, p. 173). O perigo de tal espécie de ilusão reside, em seu limite, no fato de que os sujeitos dela cativos - sejam loucos, impostores ou mesmo filósofos - julgariam habitar ou ter acesso a “mundos diferentes daqueles em que eles têm sensações” (KANT, 2005a, p. 210-211). No limite, essa hipótese da alucinação espiritual teria por consequência uma violação da própria apercepção identitária subjetiva (a “unidade pessoal” [KANT, 2005a, p. 163]):

É certamente um mesmo sujeito que pertence como um membro simultaneamente ao mundo visível e invisível, mas não exatamente a mesma pessoa, porque as representações de uma não são ideias que acompanhem as representações do outro mundo, devido à sua constituição distinta, e, por isso, não lembro enquanto homem aquilo que penso como espírito e, vice-versa, meu estado como um homem não entra na representação de mim mesmo como um espírito (KANT, 2005a, p. 170).

Dito de outro modo, “a alma humana deveria, por isso, ser considerada já na vida presente como ligada a dois mundos simultaneamente” (KANT, 2005a, p. 162): o “mundo comum”, objetivamente dado, e a “comunidade dos espíritos”, em que “seria tão fácil falar com um habitante de Saturno quanto com uma alma humana defunta” (KANT, 2005a, p. 204). Onde o problema não simplesmente epistemo- mas intensamente cosmo-lógico, com o qual Kant se debate (sem dúvida, muito além de seus *Sonhos*): como “construir a fronteira entre um espírito e outro, ou entre o interior e o exterior para um mesmo sujeito” (DAVID-MÉNARD, 1996, p. 99)? Contra a ilusão da diferença entre mundos que paradoxalmente se superpõem em conflito, como assegurar em definitivo a unidade do “mundo comum”?

Com extrema perspicácia, David-Ménard (1996, p. 92 e ss.) demonstra como Kant oscila, quanto a esse propósito, entre uma explicação fisiológica da ilusão espectral e um fascínio pelo “estranho parentesco”, “acordo prodigioso”, do idealismo metafísico com o ocultismo visionário. De fato, há que observar a indisfarçável semelhança de condição entre os “outros cosmopolitas defuntos” (KANT, 2005a, p. 204) que, segundo o filósofo, jamais poderíamos ser e os genuínos “cidadãos do mundo”, em que todos sempre podemos nos tornar: assim como um espírito

“ocupa um espaço sem poder preenchê-lo” (KANT, 2005a, p. 151) — possibilidade que, sem dúvida, subverteria inteiramente a armação estético-transcendental do mundo —, o homem cosmopolita exerce sua liberdade moral em meio à causalidade da natureza. Ora, desse ponto de vista, que diferença haveria entre a sobrenatureza de um e a Cultura de outro, senão aquela que Kant presume haver entre os “sonhos da sensação”, supostamente idiossincráticos, e os “sonhos da razão”, necessariamente universalizáveis (DAVID-MÉNARD, 1996, p. 94)? Seria, então, a soberania do próprio sujeito racional, contrariamente ao designio consciente da *Aufklärung*, uma condição de natureza espectral?¹⁰

Seja como for, importa aqui destacar, sobretudo a manifesta divergência de função entre os espíritos e aqueles “outros” (*them...*), os extraterrestres, na economia do discurso kantiano: enquanto os primeiros multiplicam os mundos, constituindo como que o paradigma extra-humano da alteridade cosmológica, os segundos só vêm a confirmar a unidade do mundo, refletindo, como que em negativo, a imagem assombrosa de uma humanidade universalmente exclusiva.

De fato, é quando, em seu pensamento antropológico mais tardio, Kant parece por um momento abdicar do ponto de vista extraterrestre, que essa projeção exorbitante desempenha um papel ostensivamente fundamental na autodeterminação do caráter específico do homem. Como se diz na *Antropologia pragmática*, “o problema de indicar o caráter da espécie humana [seria, a princípio] absolutamente insolúvel”:

Se o conceito supremo da espécie for o de um ser racional *terrestre*, então não

poderemos nomear nenhum caráter seu, porque não temos nenhum conhecimento [empírico] de seres racionais *não-terrestres* para poder indicar [por comparação] sua particularidade e caracterizar assim aqueles seres terrestres entre os racionais em geral (KANT, 2006, p. 216).

Mas, note-se bem, a falta desse conhecimento chancela de forma efetiva a redução antropocêntrica da cosmologia: “nada mais nos resta a não ser afirmar que ele [o ser humano] tem um caráter que ele mesmo cria para si enquanto é capaz de se aperfeiçoar segundo os fins que ele mesmo assume” (KANT, 2006, p. 216) — capacidade, aliás, que, em seus níveis técnico, pragmático e moral, “diferencia caracteristicamente o ser humano dos demais habitantes da terra” (KANT, 2006, p. 216), situando-o hierárquica e incomensuravelmente acima de todos os “animais irracionais”, que são assim aproximados às meras coisas, “de que se pode dispor à vontade” (KANT, 2006, p. 27). Com total clareza, vemos, pois, que o extraterrestre não é senão a imagem negativa — e, por isso mesmo, constitutiva — do homem cosmopolita, formador de mundo. Se “o próprio do Homem é não ter nada de próprio”, é justamente “tal im-propriedade humana” aquilo que “lhe daria, por feliz consequência, direitos ilimitados sobre todas as propriedades alheias” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 26-27).

Mas isso não é tudo; na melhor das hipóteses, apenas a metade: pois, em Kant, os extraterrestres surgem, verossimilmente, para conjurar os espectros de outros mundos, os espíritos. É notável quanto a isso que Kant, nos *Sonhos de um visionário*, jamais consiga oferecer uma refutação cabal de sua existência. Após ensaiar uma argumentação que aponta para o fundamento fisiológico da ilusão espectral — “o homem confuso põe fora de si simples

objetos de sua imaginação e os considera como coisas efetivamente presentes diante dele”; “o transtorno do tecido nervoso pode ser a causa de se tranpor o *focus imaginarius* para o lugar de onde viria a impressão sensível de um objeto corporal efetivamente dado” [KANT, 2005a, p. 181-183] -, o filósofo parece capitular diante da possibilidade, jamais de todo alienável, de que essa mesma “ilusão dos sentidos” seja ocasionada pelos próprios espíritos, constituindo como que uma prova de sua existência paradoxal: “Elas [as histórias comuns sobre espíritos] justificam bastante a suspeita de que poderiam ter nascido de uma tal fonte” (KANT, 2005a, p. 183).

Extrapolando-se para além dos *Sonhos*: seria a espectralidade uma outra forma, uma forma outra, do transcendental? Seria a transcendentalidade mesma irremediavelmente equívoca, ponto de disputa *a priori* entre pensamentos, com seus respectivos mundos, estruturalmente divergentes? Ou ainda, seria a transcendentalidade – paradoxalmente – uma forma da espectralidade, isto é, um modo de autodeterminação por outrem? Segundo David-Ménard (1996), a refutação kantiana, não sendo capaz de demonstrar a inexistência da alteridade espectral, só pode “virar-lhe a cara”, consumando o ocultismo para afastá-lo em definitivo:

Trata-se de, liquidando a questão, pensá-la perfeitamente, dela se distanciando. E aqui se reconhece a própria ambiguidade da relação com o outro num modo de pensamento que remonta a um fantasma de onipotência: trata-se indiferentemente de suprimir o outro, aqui a questão repugnante dos espíritos, ou de dele se distanciar (David-Ménard, 1996, p. 109).

Tal supressão seria operada mediante distanciamento, e este por meio do

estabelecimento daquela fronteira “entre um espírito e outro, ou entre o interior e o exterior para um mesmo sujeito”: nos termos de nossa discussão, entre os outros-mesmos que são os extraterrestres e os outros-outros, os espíritos. Mostra-se que a referida fronteira – somente ela capaz de garantir a coincidência aperceptiva dos humanos consigo próprios e, com isso, a unidade de um mundo comum – é erigida por Kant, nos *Sonhos de um visionário*, mediante a “noção crítica de limite”, por recurso inaugural à *objetividade*, entendida aqui como dispositivo de neutralização, ou melhor, de conjuração da alteridade cosmológica: o objeto da experiência “*contrastava com os fantasmas e limita-lhes com isso o desenvolvimento*” (DAVID-MÉNARD, 1996, p. 101)¹¹. O objeto, pois, como antifantasma - se “a metafísica é uma ciência dos limites da razão humana” (KANT, 2005a, p. 210), essa ciência, que a *Crítica da razão pura* chamará de filosofia transcendental, nasce justamente em uma confrontação direta com o “mundo dos espíritos”: “*O conceito positivo do limite como restrição de um uso aberrante do pensamento é descoberto graças à reflexão sobre Swedenborg*” (DAVID-MÉNARD, 1996, p. 106, grifo no original).

Portanto, considerada assim cosmológicamente, em meio a conflito entre mundos, a revolução copernicana de Kant consiste, antes de tudo, em um levante político: do homem cosmopolita, espectro extraterrestre, *contra* a multidão dos espíritos terrenos, extra-humanos.

A QUEDA DO CÉU

Como vimos, em Kant, a redução antropocêntrica da política cósmica é evidenciada exemplarmente pela solidariedade essencial da *Teoria do céu* com o Estado cosmopolita:

Nós também e acima de tudo, seguindo uma via em parte aberta por Hannah Arendt, esboçamos uma passagem da estética à política através da cosmologia especulativa: é como se, voltando para trás no tempo de uma cronologia clássica de leitura, a articulação, a ligação, a dobradiça entre a universalidade subjetiva da *Crítica do juízo* e o cosmopolitismo da *Ideia de uma história universal* residisse na visão cósmica da *Teoria do céu*. Como se o todos-e-cada-um sobre o qual se orienta o juízo de gosto só pudesse incluir a humanidade como tal por meio de um desvio cosmoteórico pelo todo-outro que habita os globos extraterrestres (SZENDY, 2011, p. 102).

Mas a mesma evidência é também proporcionada, de um ponto de vista completamente diverso, pela crítica xamânica de Davi Kopenawa, quando anuncia, em *A queda do céu*, a causalidade sobrenatural imanente que liga o “pensamento enfumaçado” dos *napë* (os brancos) à destruição da “terra-floresta”¹²:

Os espíritos vivem na floresta e dela se nutrem, e é por isso que, como os humanos, querem defendê-la. Mas os brancos os ignoram. Eles derrubam e queimam todas as árvores para alimentar seu gado. Escavam o leito dos rios e destroem os montes em busca de ouro. Explodem grandes rochas que fazem obstáculo à abertura de suas estradas. Contudo, montes e montanhas não estão simplesmente postos sobre o solo. Eles são casas de espíritos! Mas essas são palavras que os brancos não compreendem. Eles pensam que a floresta está morta e vazia, que a natureza jaz aí sem razão, que é muda. Então, eles dizem a si mesmos que podem dela se apossar para pilhar à vontade as casas, os caminhos e o alimento dos *xapiri*! Eles não querem ouvir nossas palavras nem as dos espíritos. Preferem permanecer surdos (KOPENAWA; ALBERT, 2010, p. 515-516).¹³

Haveria, portanto, um nexos escatológico da teoria do céu com a sua queda? Afinal, e se o

“céu estrelado acima de mim”, como lemos na célebre conclusão da *Crítica da razão prática* – imagem que “aniquila minha importância enquanto criatura animal” ao mesmo tempo em que, suscitando o sentimento da lei moral em mim, “eleva infinitamente meu valor enquanto inteligência” (KANT, 2002a, p. 255) –, e se esse céu sublime viesse enfim a desabar sobre todos, especialmente sobre aqueles outros que, resolutos em sua “insegurança” terrena, recusam espiritualmente a “vida independente da animalidade e mesmo de todo o mundo sensível” (KANT, 2002a, p. 256) prometida pela racionalidade cosmopolita?

Asse respeito, ouçamos novamente Kopenawa, enquanto porta-voz dos espíritos da floresta:

O que os brancos nomeiam o “mundo inteiro” se corrompe por causa de usinas que fabricam todas as suas mercadorias, as suas máquinas e os seus motores. A terra e o céu podem ser vastos, mas suas fumaças se estendem em todas as direções, e todos são atingidos: os humanos, os animais e a floresta. É verdade. Mesmo as árvores estão doentes. Tornadas espectros, elas perdem suas folhas, secam e se quebram sozinhas. Também os peixes morrem disso, na água contaminada dos rios. Com a fumaça dos minerais, do petróleo, das bombas e das coisas atômicas, os brancos vão fazer adoecer a terra e o céu. Então, os ventos e as tempestades entrarão em um estado de fantasma. No fim, os *xapiri* e a imagem de Omama, até mesmo eles, serão atingidos! É por isso que nós, xamãs, estamos tão atormentados. Quando a epidemia *xawara* nos toma e cozinha a nossa imagem com gás e petróleo em suas marmitas de ferro, ela nos faz virar outros e sonhar sem interrupção. Nós vemos então todos esses brancos à procura do metal que cobijam. Vemos as fumaças de inumeráveis tropas de seres maléficis *xawarari* que os acompanham, e os combatemos com força. [...] Os brancos pensam talvez que *Teosi* fará desaparecer do céu a fumaça de suas usinas? Eles se enganam. Carregada muito ao alto em seu peito pelo vento, ela já

começa a sujá-lo e queimá-lo. [...] Se isso continuar, a imagem do céu será perfurada lentamente por buracos, sob o calor das fumaças do mineral. Ela derreterá então pouco a pouco, como um saco plástico lançado ao fogo, e os trovões não pararão mais de vociferar de cólera. Isso só não acontece ainda porque seus espíritos *hutukarari* não cessam de verter água sobre ele para resfriá-lo. Mas essa doença do céu é o que nós, xamãs, mais tememos. Os *xapiri* e todos os outros habitantes da floresta também estão muito inquietos por isso, pois, se o céu se incendiar, ele cairá novamente. Então, nós seremos todos queimados e, como nossos ancestrais nos primeiros tempos, jogados no mundo subterrâneo (KOPENAWA; ALBERT, 2010, p. 390-391).

O cientista Antonio Nobre — pesquisador do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CCST/Inpe) e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) —, cujas pesquisas revelam espantosas continuidades entre a atmosfera celeste e a floresta amazônica, embasando uma grave avaliação sobre o futuro climático desta (NOBRE, 2014), subscreve de todo o diagnóstico xamânico de Kopenawa, a quem, aliás, se refere como “o Einstein da Amazônia” (MILANEZ, 2011):

Alguns meses depois, eu o encontrei num evento e falei: “Davi, como é que você sabia que tirando a floresta acaba a chuva?”. Ele falou: “O espírito da floresta nos contou”. E isso para mim foi um *game-changer*, foi uma mudança total. Por que estou fazendo ciência para concluir o que ele já sabe? E aí, bateu-me algo absolutamente crítico. O que os olhos não veem, o coração não sente: *out of sight, out of heart*. Isso foi uma necessidade que o meu antecessor colocou, a de que nós precisamos ver as coisas... Nós, quero dizer, a sociedade ocidental que está se tornando global, nós precisamos ver, se a gente não vê, não registra. A gente vive na ignorância. Então, faço a seguinte proposta (claro que

os astrônomos não vão gostar): vamos virar o Hubble de ponta-cabeça! Vamos fazer o Hubble olhar para cá, e não para os confins do universo. Vivemos num cosmos desconhecido; nós somos ignorantes, nós estamos tripudiando deste cosmos maravilhoso que nos dá morada e abrigo. Converse com um astrofísico: a Terra é uma improbabilidade estatística. A estabilidade e o conforto que nós apreciamos, com todas as secas do Rio Negro, com todos os calores e frios, etc., não existe nada igual no universo, nada conhecido. Então, viremos o Hubble para cá e vamos olhar a Terra. Vamos começar pela Amazônia! Vamos dar um mergulho, vamos chegar à realidade que vivemos cotidianamente, e olhá-la bem de perto, já que a gente precisa disso. Davi Kopenawa não precisa, ele já tem algo que eu acho que perdi, eu que fui educado pela televisão. Eu acho que eu perdi esse algo, que é um registro ancestral, que é uma valorização daquilo que eu não conheço, que eu não vi. Ele não precisa da prova de São Tomé. Ele acredita com veneração e reverência naquilo que os ancestrais e os espíritos lhe ensinaram. Já que a gente não consegue, então vamos olhar para a floresta (NOBRE, 2010, [s.p]).

Aquelas “palavras dadas” (KOPENAWA; ALBERT, 2010, p. 37) alertam expressamente para a urgente necessidade de uma virada terrena da cosmologia, mais ainda, de um incontornável “retorno à Terra” por parte da nossa filosofia (HACHE, 2013, p. 12), a ser motivado pelo reconhecimento do conflito cósmico entre os povos diferentemente (extra-)humanos, com seus “mundos múltiplos e divergentes” (STENGERS, 2005, p. 995) disseminados profusamente entre a terra e o céu.¹⁴ Pois se trata, por ocasião das palavras dos *xapiri*, de um diagnóstico rigorosamente “hipercosmológico”, a implicar — como afirma Ludueña Romandini (2013) a propósito da “*in-harmonia mundi*” de Lovecraft —,¹⁵ nada menos que “uma anulação do conceito mesmo de cosmos”, em virtude da “transformação inelutável da situação do ecossistema da vida em seu conjunto dentro

da ordem de esferas que agora não somente não estão mais diante do homem mas que, além disso, são chamadas a prescindir da vida” (ROMANDINI, 2013, p. 193).

Em suma, se a “fera do clima (*the climate beast*)” faz com que “o nosso mundo v[á] deixando de ser kantiano” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 19-20, 25), isso acontece tanto por causa do desarranjo catastrófico das coordenadas espaço-temporais — “devir-louco generalizado das qualidades extensivas e intensivas que expressam o sistema biogeofísico da Terra” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 25) — quanto, ao mesmo tempo, por obra da cada vez mais intensa, irremediável “permeabilidade” da consciência transcendental às “forças [assediantes] de um exo-mundo” (LUDUEÑA ROMANDINI, 2015, p. 18, 20) — cosmos extramundano ou multiverso espectral, habitado pelas inumeráveis “sombras que adejam diante do entendimento [humano]” (KANT, 2005b, p. 274).¹⁶

Tomás apalpou o próprio corpo e, sentindo o calor, ficou tranquilo. Eu sou de verdade, pensou. O marciano tocou o próprio nariz e os lábios. — Eu tenho carne — disse, meio em voz alta. Tomás ficou olhando para o estranho. — E se eu sou real, então você deve estar morto. — Não, você! — Um fantasma! — Um espectro! Apontaram um para o outro, com as estrelas queimando em seus membros como adagas, pedacinho de gelo e vaga-lumes, e então começaram a se apalpar de novo, os dois se sentindo intactos, quentes, animados, estupefatos, surpresos; e o outro, ah, sim, o outro ali, irreal, um prisma fantasmagórico emitindo a luz acumulada de mundos distantes. [...] — Nunca estaremos de acordo — disse. [...] Tomás estendeu a mão. O marciano fez o mesmo, imitando-o. As mãos não se tocaram, fundiram-se uma na outra.
(Ray Bradbury, *As crônicas marcianas*, “Encontro noturno”)¹⁷

REFERÊNCIAS

- BRADBURY, R. *As crônicas marcianas*. Tradução de Ana Ban. São Paulo: Globo, 2013.
- CIVRIEUX, M. de. *Watunna: un ciclo de creación en el Orinoco*. Caracas: Monte Avila Editores, 1992.
- DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. *Há mundo por vir?* Ensaio sobre os medos e os fins. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie, Instituto Socioambiental, 2014.
- DAVID-MÉNARD, M. 1996. *A loucura na razão pura: Kant, leitor de Swedenborg*. Tradução de H. B. S. Rocha. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Tradução de B. Prado Jr. e A. A. Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1997.
- FLANNERY, T. The Amazing Inner Lives of Animals. *The New York Review of Books*, October 8, 2015 Issue, 2015. Disponível em: <<http://www.nybooks.com/articles/2015/10/08/amazing-inner-lives-animals/>>.
- FONTENELLE, B. *Diálogos sobre a pluralidade dos mundos*. Tradução de Denise Bottmann. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.
- HACHE, E. Introduction: Retour sur Terre. In: HACHE, E. (ed.). *De l'univers clos au monde infini*. Paris: Éditions Dehors, 2014. p. 11025.
- HEIDEGGER, M. *Gesamtausgabe II. Abteilung: Vorlesungen 1923-1944, Band 26: Metaphysische Anfangsgründe der Logik im Ausgang von Leibniz*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1990.
- KANT, I. *Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita*. Tradução de A.

Morão. [s.d.]. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/kant_ideia_de_uma_historia_universal.pdf>.

_____. **Historia natural y teoria general del cielo:** ensaio sobre la constitución y el origen mecánico del universo, tratado de acuerdo a los principios de Newton. Traducción de P. Merton. Buenos Aires: Lautaro, 1946.

_____. **Crítica da razão pura.** Tradução de M. Pinto dos Santos e A. F. Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. **Crítica da razão prática.** Tradução de Valerio Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Sonhos de um visionário explicados por sonhos da metafísica. Tradução de Joãozinho Beckenkamp. In: KANT, I. **Escritos pré-críticos.** São Paulo: Ed. da Unesp, 2005a. p. 141-218.

_____. Formas e princípio do mundo sensível e do mundo inteligível. Tradução de P. R. Licht dos Santos. In: KANT, I. **Escritos pré-críticos** (pp. 219-282). São Paulo: Ed. da Unesp, 2005b. p. 219-282.

_____. **Antropologia de um ponto de vista pragmático.** Tradução de C. A. Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

_____. **Physical Geography.** Translated by Olaf Reinhardt. In: WATKINS, E. (ed.). **The Cambridge Edition of the Works of Immanuel Kant: Natural Science.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 434-679.

KEMP SMITH, N. The Meaning of Kant's Copernican Analogy. **Mind**, v. 22, n. 88, p. 549-551, 1913.

KOYRÉ, A. **Do mundo fechado ao universo**

infinito. Tradução de D. M. Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. Les ancêtres animaux. In: ALBERT, B.; CHANDÈS, H. (eds.) **Yanomami - L'esprit de la forêt.** Paris: Fondation Cartier/Actes Sud, 2003. P. 66-87.

_____. **La chute du ciel:** paroles d'un chaman yanomami. Paris: Plon, 2010.

LATOUR, B. **War of the worlds: What About Peace?** Translated by Charlotte Bigg. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2002.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos.** Tradução de R. F. D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do homem. In: LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural dois.** Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 45-55.

LUDUEÑA ROMANDINI, F. Astrophobos o la inharmonia mundi. Glosas a la obra poética de H.P. Lovecraft. **Landa**, v. 1, n. 2, p. 175-196, 2013.

_____. Do espectro da metafísica à metafísica do espectro. **SPECIES**, v. 1, p. 7-20, 2015.

MILANEZ, F. Garimpo na terra yanomami: violência e ganância. **Terra Magazine** (por Bob Fernandes), 27/11/2011. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5437416-EI16863,00.html>>.

NOBRE, A. D. Há um rio sobre nós. **TEDxAmazônia.** 2010. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/antonio_donato_nobre_the_magic_of_the_amazon_a_river_that_flows_invisibly_all_around_us?language=pt-br>.

_____. **O futuro climático da Amazônia:** relatório de avaliação científica. São Paulo: ARA - Articulación Regional da Amazônia, 2014.

NODARI, A. O extra-terrestre e o extra-humano: notas sobre "a revolta cósmica da criatura contra o criador". **Landa**, v. 1, n. 2, p. 251-272, 2013.

_____. **Antropofagia.** Único sistema capaz de resistir quando acabar no mundo a tinta de escrever. 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/17573406/_Antropofagia._Único_sistema_capaz_de_resistir_quando_acabar_no_mundo_a_tinta_de_escrever_>.

PARRY, R. L. Os fantasmas do tsunami. **Piauí**, n. 91, p. 48-53, 2014.

PIERRI, D. Como acabará essa terra? Reflexões sobre a cataclismologia Guarani-Mbya à luz da obra de Nimuendajú. **Tellus**, v. 24, p. 159-188, 2013.

SADOSKY, M. Nota preliminar. In: KANT, I. **Historia natural y teoria general del cielo:** ensaio sobre la constitución y el origen mecánico del universo, tratado de acuerdo a los principios de Newton. Traducción de P. Merton. Buenos Aires: Lautaro, 1946. p. 7-21.

SAER, J. J. O conceito de ficção. Tradução de Joca Wolff. **Sopro**, v. 15, p. 1-4, 2009. Disponível em: <<http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n15.pdf>>.

STENGERS, I. The Cosmopolitical Proposal. In: LATOUR, B.; WEIBEL, P. **Making Things Public.** Atmospheres of Democracy. Cambridge: The MIT Press, 2005. p. 994-1003.

SZENDY, P. **Kant chez les extraterrestres:** philosophies cosmopolitiques. Paris: Minuit, 2011.

VALENTIM, M. A. Extramundandade e sobrenatureza. **Natureza Humana**, v. 15, n. 2, p. 48-93, 2013.

_____. A sobrenatureza da catástrofe. In: OS MIL NOMES DE GAIA - do Antropoceno à Idade da Terra, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/marco-antonio-valentim.pdf>>.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: **A inconstância da alma selvagem.** São Paulo: Cosac Naify, 2002. p. 345-399.

_____. O intempestivo, ainda. In: CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência:** pesquisas de antropologia política. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 295-361.

_____. **Metafísicas canibais:** elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Recebido em: 5/11/2015

Aceito em: 5/11/2015

² Uma primeira versão deste ensaio foi apresentada como comunicação no I Seminário do Instituto de Exercícios Transdisciplinares: "Cosmologias", realizado no Espaço Guiomar Novaes (Sala Cecília Meireles, Rio de Janeiro) em 15 de outubro de 2015 e organizado por Maria Borba, a quem agradeço o generoso convite, sem o qual o texto jamais teria sido escrito.

³ Emprego essa expressão tendo em mente o sentido original que lhe dá Viveiros de Castro (2002, p. 358) em sua exposição acerca do perspectivismo cosmológico ameríndio: a política cósmica é "multinaturalista", por implicar uma "diferença [ontológica, e não apenas cultural] de mundo" entre os sujeitos que fazem parte do cosmos (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 55 e ss.). Para o uso estendido da noção de multinaturalismo ao plano da divergência política entre a

modernidade ocidental e outros povos, cf. também LATOUR, 2002, p. 21 e ss.

⁴ Sobre esse ponto, aqui apenas mencionado, cf. VALENTIM, 2013. Contrastando o discurso fundamental da ontologia, representado pelo pensamento de Heidegger sobre o ser em geral, ao perspectivismo cosmológico ameríndio (Viveiros de Castro), interpretado como uma “contra-ontologia” infundamental, procurei aí demonstrar como, desde um ponto de vista extramundano (isto é, exterior ao mundo enquanto contexto presidido pela essência do homem), a compreensão ontológica constitui, antes de tudo, uma situação cósmica definida principalmente por certa configuração hegemônica da interação política entre humanidade e não-humanidade, bem como entre povos diferentemente humanos.

⁵ Princípio que é aí empregado quase em sentido constitutivo, ao passo que, na *Crítica da razão pura*, seu emprego será restringido tão somente à regulação da experiência.

⁶ Outra fonte principal da especulação kantiana são, sem dúvida, os *Diálogos sobre a pluralidade dos mundos*, de Fontenelle (1686), em que a imaginação cosmológica apresenta, tanto ou mais do que na *Teoria do céu*, um sentido fortemente político, demonstrando, tal qual em Kant, traços expressamente racistas: “Mas como serão os habitantes de Mercúrio? Estão duas vezes mais perto do Sol do que nós. Devem ser loucos de tanta vivacidade. Creio que não têm memória, não mais do que a maioria dos negros: nunca tecem reflexões sobre coisa alguma; agem apenas a esmo e por repelões; e, por fim, creio que é em Mercúrio que ficam os manicômios do universo” (FONTENELLE, 2013, p. 119).

⁷ “O papel dos homens [na tentativa de organizarem-se em uma sociedade civil presidida pelo Estado] é, pois, muito delicado. Não sabemos qual a constituição dos habitantes dos outros planetas e qual a sua índole; mas se cumpríssemos bem esta missão da natureza, poderíamos gloriar-nos de ocupar, entre os nossos vizinhos do edifício cósmico, um posto não pequeno. Talvez entre eles cada indivíduo consiga atingir plenamente o seu destino durante a sua vida. Conosco, as coisas passam-se de modo diverso; apenas a espécie pode a isso aspirar” (KANT, s/d, p. 13, nota 1).

⁸ Como se lê exemplarmente em *Sonhos de um visionário*: “O juízo daquele que refuta minhas razões é meu juízo, depois de tê-lo pesado contra o prato do amor-próprio e em seguida contra minhas supostas razões e encontrado nele uma maior consistência. Antes eu considerava o entendimento humano universal apenas do ponto de vista do meu entendimento: agora ponho-me no lugar de uma razão alheia e externa, e observo meus juízos, junto com seus mais secretos motivos, do ponto de vista dos outros” (KANT, 2005a, p. 183-184).

⁹ Para um exemplo suficientemente eloquente da vertigem perspectivística ameríndia, eis um trecho do mito ye’kuana “Medatia”, constante do ciclo *Watunna*: “Não sabemos como ver as outras casas: fora das nossas estamos cegos. Tampouco podemos ouvir as vozes dos espíritos. Estamos surdos nas outras casas. Entramos nelas, e nem sequer nos damos conta. Quando observamos o Céu, não vemos nada: ele nos parece vazio, não podemos ver as suas casas. Não vemos os Avós, os espíritos dos animais nem das plantas, os que vivem lá em cima. [...] Os donos daquela gente, os avós dos animais, sabem que nós não sabemos” (CIVRIEUX, 1992, p. 213).

¹⁰ Ludueña Romandini (2015, p. 13-15) encontra na antropologia hobbesiana a mesma recusa, que averiguarmos nos *Sonhos de um visionário*, da “substancialidade dos espectros” como condição metafísica de possibilidade para a instituição do Estado cosmopolita: “De fato, o próprio Hobbes confirma esta hipótese quando argumenta que ‘se este temor supersticioso pelos espíritos fosse eliminado, e com ele as previsões baseadas em sonhos, as falsas profecias e muitas outras coisas que dependem deles, mediante as quais algumas pessoas astutas e ambiciosas abusam das pessoas simples, os homens estariam mais aptos do que estão para a obediência civil’. [...] Como se pode ver, o rechaço metafísico da espectralidade revela-se o gesto político que inaugura o *nomos* da Modernidade, dado que age sobre a imaginação, que ao mesmo tempo, constitui, segundo Hobbes, a *arché* última sobre a qual os homens operam para constituir regimes políticos e assegurar a paz da sociedade civil”.

¹¹ “O objeto percebido não se define aqui por si mesmo, independentemente do efeito de limitação que exerce sobre os fantasmas; uma representação merece o nome de percepção quando contrasta com as imaginações e, com isso, assegura estar-se no sonho de vigília e não na alucinação. O limite entre o interior e o exterior é aqui o resultado de uma limitação da manifestação da imaginação, decorrente do efeito de contraste. O que vem antes é esse efeito. O sonho de vigília é de imediato uma relação; é a efetividade de uma diferenciação entre o sonho e o percebido, garantindo com isso a separação entre o interior e o exterior. [...] com a *Crítica da razão pura*, essa origem voltará no fato de que, no seio de uma teoria do conhecimento em princípio tomada em si mesma, o objeto de conhecimento tem, em relação às errâncias da razão, a mesma função restritiva que tinha o efeito de contraste assegurado pelo objeto percebido no sonho de vigília” (DAVID-MÉNARD, 1996, p. 101, 105).

¹² Sobre como essa crítica incide virtualmente sobre o idealismo transcendental de Kant, cf. VALENTIM, 2014, p. 11-20.

¹³ Daniel Pierri (2013, p. 167-168) constata o mesmo nexos causal (motivacional) em narrativas guarani-mbya contemporâneas, interpretando-as no sentido de uma

“transformação estrutural” da escatologia apokouva tal qual descrita por Curt Nimuendaju. Essa transformação seria caracterizada, entre outros fatores, pela incorporação da agência destrutiva dos brancos à cataclismologia, enquanto motivo primeiro para o designio catastrófico de Nhanderu, a “limpeza da terra”. Lê-se, por exemplo, na principal das narrativas transcritas por Pierri: “Aquele que mandava primeiro, não cuida mais dessa terra porque ficou bravo que os brancos a estragaram. Eles furaram a terra, e ele não queria ver isso, acabaram com as matas, acabaram com os bichos e ainda culparam os Mbya. Nhanderu está bravo agora, e por isso não vai mais deixar os brancos se reproduzirem. Antigamente, não foi assim, na primeira terra. Ele já destruiu a terra antes, já queimou a terra, e sempre sobraram os brancos. Dizem que ficou para se reproduzir de novo. Mas agora é diferente. Nhanderu Tenonde já está muito bravo, e vai acabar mesmo com os brancos”.

¹⁴ Para uma interpretação, de inspiração antropofágica (“*O cosmos parte do Eu*”, Oswald de Andrade), da concepção cosmológica de Uexküll acerca do entrelaçamento “aracnídeo” entre diferentes mundos humanos e não humanos, pensada ao modo de uma “texterioridade”, cf. NODARI, 2015, p. 6-9.

¹⁵ “O universo que se prefigura nos contos imbuídos do materialismo próprio do último período lovecraftiano é também profundamente in-humano, isto é, ali não regem mais as grandes polaridades que haviam estrutura o mundo do *ánthropos*: os deuses são substituídos por seres biologicamente diversos que habitam o universo desde eras inconmensuravelmente anteriores ao homem, as leis humanas abolidas, as noções de bem e mal carecem de todo fundamento e, finalmente, o cosmos se revela como o lugar mais inóspito que se possa conceber para uma espécie insubstancial como a humana” (LUDUEÑA ROMANDINI, 2013, p. 192).

¹⁶ Veja-se, por exemplo, o relato aterrador sobre os “fantasmas do tsunami” feito por Richard L. Parry (2014) por ocasião da catástrofe sísmico-marítima que atingiu o norte do Japão em 2011.

¹⁷ Não por acaso, esse conflito, descrito por Bradbury, entre o terráqueo invasor e o marciano nativo em torno à condição de vivo ou morto deixa-se assimilar, guardadas as devidas diferenças de mundo, à divergência de perspectiva que há, segundo Kopenawa, entre os “seres humanos” (*yanomae thëpë*) e os “espíritos xamânicos” (*xapiripë*) na cosmologia yanomami: “Nossa noite é para eles o dia. Quando dormimos, eles brincam e dançam. E quando falamos de nós, chamam-nos de espectros [*spectres*]. Aparecemos a seus olhos como fantasmas [*fantômes*], pois somos semelhantes a estes. Eles nos dizem assim: ‘Vocês são estrangeiros e zumbis [*revenants*], pois morrem’” (KOPENAWA; ALBERT,

2003, p. 68). Essa semelhança enseja a hipótese de que o espectro seja a forma mais originária da alteridade cosmológica. Para uma discussão sobre espectralidade como categoria metafísico-política, cf. especialmente LUDUEÑA ROMANDINI, 2015.

Capitalizando o caos: mudanças climáticas e capitalismo do desastre*

Robert Fletcher [1]

Resumo: Enquanto críticos conservadores reclamam que uma atenção séria às mudanças climáticas antropogênicas vão impactar de maneira adversa o crescimento econômico, ambientalistas radicais alegam que, em longo prazo, a mitigação das mudanças climáticas exigirá uma transformação substancial do sistema capitalista, senão o próprio fim do regime por completo. Em curto prazo, porém, o enfrentamento das alterações climáticas configura-se como uma indústria em crescimento, alimentando um desenvolvimento considerável de vários setores. Esse crescimento sustenta a tese de Naomi Klein (2007 a) sobre o “capitalismo do desastre”, que argumenta que o neoliberalismo gera desastres ao mesmo tempo em que os utiliza como uma oportunidade para favorecer a própria expansão capitalista. Como resultado, longe de experimentar as restrições previstas pelo marxismo ecológico, o capitalismo atual é capaz de aproveitar as crises tornando-as uma ocasião para mais expansão. As implicações dessa dinâmica, em longo prazo, no entanto, não estão claras, exigindo uma investigação mais aprofundada. Gostaria de ilustrar essa análise com uma discussão sobre o crescimento exponencial de financiamento para o enfrentamento das mudanças climáticas, centrado no comércio dos mercados internacionais de carbono, seguindo a ascensão recente desse assunto ao se tornar a nova “concepção dominante” no âmbito da governança ambiental global.

Palavras-chave: Mudanças climáticas. Mercados de carbono. Neoliberalismo.

Capitalizing on chaos: climate change and disaster capitalism

Abstract: While conservative critics complain that serious attention to anthropogenic climate change will adversely impact economic growth, radical environmentalists contend that mitigating climate change in the long term will require substantial transformation of the capitalist system, if not this system's demise altogether. In the short term, however, addressing climate change has become a boom industry in its own right, a source of substantial growth in a variety of sectors. This provides support for Naomi Klein's (2007a) 'disaster capitalism' thesis, which contends that neoliberal capitalism both precipitates disasters and employs these same disasters (and others) as an opportunity to facilitate its expansion. As a result, far from experiencing the constraint predicted by ecological Marxists, in the present capitalism is actually able to harness crises to which it contributes as a source of further expansion. The long-term implications of this dynamic, however, are unclear, demanding further investigation. I illustrate this analysis through discussion of the exponential growth of financing to address climate change, centered on trade in international carbon markets, following the issue's recent ascendance to become the new 'master concept' within global environmental governance generally.

Keywords: Climate change. Carbons markets. Neoliberalism.

[1] Robert Fletcher é Professor Associado na Wageningen University, Holanda. Seus interesses de pesquisa incluem mudanças climáticas, desenvolvimento, ecoturismo, globalização, governança ambiental, resistência e movimentos sociais. Realizou pesquisa de campo sobre essas questões no Chile, Costa Rica e Estados Unidos. E-mail: robert.fletcher@wur.nl

INTRODUÇÃO

Neste artigo, sugiro que o esforço crescente para enfrentar as mudanças climáticas antropogênicas, através dos mercados de carbono e outros dispositivos financeiros, constitui uma forma de “capitalismo do desastre” (KLEIN, 2007), em que políticas neoliberais procuram aproveitar as crises, com as quais elas mesmas contribuem, como oportunidade para dar continuidade à expansão econômica. Esta tese contrasta fortemente com a maior parte do comentário crítico sobre políticas climáticas que atualmente circula na esfera pública. Os esforços convencionais da comunidade internacional para enfrentar as mudanças climáticas são usualmente contestados pelos críticos das duas extremidades do espectro político que, de maneira semelhante, afirmam - embora por razões drasticamente diferentes - que o crescimento econômico sustentado dentro de um arcabouço capitalista é incompatível com as mudanças sociais necessárias para mitigar os impactos climáticos previstos por órgãos de autoridade como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2007). Da direita, por exemplo, Robinson, um pesquisador do ultraconservador *American Enterprise Institute*, afirma:

Mitigação teria um enorme efeito negativo nas economias desenvolvidas e causaria um sério revés nas nações emergentes [...] Será que vale a pena causar estragos na economia global para evitar um nível de aquecimento ao qual nós poderíamos nos adaptar ao longo de um século? (ROBINSON, 2008, [s.p.]).

Para os comentaristas da extrema esquerda, em oposição, a raiz do problema reside na natureza do próprio capitalismo (p. ex. FOSTER

et al., 2009; WALLIS, 2009). Como Foster e coautores afirmam:

É cada vez mais evidente que o capitalismo, e o seu conhecido desejo insaciável de acumulação, é o principal motor por trás da iminente catástrofe climática [...] Nada menos que uma revolução ecológica - uma reordenação fundamental das relações de produção e reprodução para gerar uma sociedade mais sustentável - é necessária para evitar um desastre planetário (FOSTER et al., 2009, p. 1085).

Essa tese assenta-se numa antiga linha de pensamento dentro da literatura ecossocialista (veja p. ex. O'CONNOR, 1988, 1994; SANDLER, 1994), cuja estrutura básica é bem conhecida. O capitalismo, críticos argumentaram, é baseado numa contradição identificada por Marx: a tensão fundamental entre o desejo capitalista em extrair o lucro máximo de um sistema e a necessidade de que alguma renda permaneça nas mãos dos trabalhadores para que os mesmos consumam, de modo que o lucro possa ser realizado. Essa contradição regularmente resulta numa crise de superprodução/superacumulação, durante a qual o consumo se estagna e a economia retrai. Para resolver essa crise, o excesso de capital acumulado deve ser deslocado mais uma vez para empreendimentos produtivos, forçando capitalistas a buscar o que Sandler (1994) chama de imperativo GOD (“Grow or Die”)². Tudo isso é alcançado através de “reparações” (“fixes”) espaciais, temporais ou espaço-temporais descritas por Harvey (1982, 1989), por meio das quais uma crise de superacumulação pode ser (temporariamente) evitada.

O esforço para resolver uma crise de acumulação através da ampliação da produção, no entanto, agrava o que James O'Connor (p.ex. 1988, 1994) chama de “segunda contradição” do

capitalismo: a oposição entre o imperativo do crescimento e as condições limitadas de produção (incluindo recursos naturais) das quais este crescimento depende. A tese de O'Connor afirma que como as condições de produção são cada vez mais tributadas, a fim de aumentar a produção e reestabelecer uma alta margem de lucro, os custos de produção, por sua vez, sobem, reduzindo o lucro mais uma vez, forçando ainda mais a intensificação da produção, de modo a tentar aumentar os retornos, o que apenas reforça o mesmo dilema e, eventualmente, precipita uma crise de sub-produção. Deste modo, as duas contradições do capitalismo se fortalecem mutuamente, num círculo vicioso – insustentável – cada vez pior, do qual uma das consequências é a continuação da degradação ecológica. Obviamente as dinâmicas social e ambiental presentes nesse modelo não devem ser vistas de maneira separada, mas imbricadas numa relação dialética (pace MOORE, 2011).

O *mainstream* das políticas de mitigação das mudanças climáticas, por outro lado, contesta afirmações como essas, argumentando que um enfrentamento bem-sucedido das mudanças climáticas é de fato compatível com o crescimento econômico. O influente *Stern Review*, por exemplo, calcula que as concentrações de carbono na atmosfera podem ser estabilizadas naquilo que os autores consideram um nível administrável de 500-550 ppm³ (uma quantidade considerada excessiva por outros; veja, p. ex., FOSTER et al., 2009), com o custo máximo de 1% do PIB global no curto prazo de até 2050 (esse número, porém, tem sido fortemente contestado por outros economistas; p.ex., WEITZMAN, 2007). Mesmo esse custo, no entanto, teria que ser ostensivamente compensado com a criação, a longo prazo, de novos mercados (mais sobre

isso abaixo), e o *Stern Review* assim mantém que:

O mundo não precisa escolher entre evitar as mudanças climáticas e promover o crescimento e o desenvolvimento [...] Combater as alterações climáticas é a estratégia em longo prazo em proveito do crescimento e pode ser feita de modo que não limite as aspirações dos países ricos ou pobres (STERN et al., 2006, Sumário Executivo, p. i-ii).

Uma posição ainda mais forte está implícita nessa declaração, qual seja, a de que o enfrentamento das mudanças climáticas não só é compatível com o crescimento econômico mas constitui, por si mesmo, um modo de se crescer economicamente. Uma perspectiva semelhante é oferecida em *Uma verdade inconveniente* (2004), o igualmente influente livro/documentário de Al Gore, com o qual o ex-vice-presidente dos Estados Unidos virou celebridade ambientalista (BROCKINGTON, 2009) também buscando contrariar quem teme que dar respostas às mudanças climáticas pode comprometer o crescimento econômico (perspectiva representada pela imagem impressionante que Gore exibe de um slide da Administração Bush no qual uma balança contém a Terra de um lado e pilhas de barras de ouro do outro), esboçando as inúmeras maneiras pelas quais produtos e serviços *climate-friendly* podem ser desenvolvidos e comercializados para manter a competitividade dos Estados Unidos na economia global.

Essas caracterizações da crise climática como uma nova oportunidade de negócios multiplicaram nos últimos anos. Apenas um dentre muitos exemplos, o financista Stanley Fink afirmou durante um banquete de gala em apoio ao *Rainforest Project* do Príncipe Charles em setembro de 2008:

Deixando de lado o valor incomensurável das nossas florestas tropicais em relação à diversidade e à sua função na conservação da água, estamos diante de uma grande e quase incalculável oportunidade de negócios, que podemos compartilhar com as nações do mundo que possuem florestas tropicais... Com uma estimativa de 610 bilhões de toneladas de CO₂ sequestrados pelas nossas florestas tropicais, uma oportunidade de negócios de 18 trilhões de dólares está diante de nós (apud BROCKINGTON; DUFFY, 2010a, p. 469).

Essa perspectiva – do enfrentamento das mudanças climáticas não ser apenas compatível com o crescimento econômico, mas uma forma de crescimento em si mesma – lembra o que a análise da jornalista investigativa Naomi Klein (2007 a) denomina como “capitalismo do desastre”, definido como “incursões orquestradas na esfera pública na esteira de eventos catastróficos, combinadas com o tratamento de desastres enquanto animadores oportunidades de marketing” (KLEIN, 2007a, p. 6). Segundo o arcabouço de Klein, o capitalismo neoliberal tem, desde sua explosão numa fase globalizada, iniciada mais seriamente nos anos 1970 (veja HARVEY, 2005), tem estabelecido o que ela chama de “doutrina do choque” (*shock doctrine*) do empreendedorismo para explorar a desorientação e confusão presentes nas crises tanto “naturais” quanto sociais, como um meio de expandir políticas de livre mercado, durante os esforços de recuperação. Ela identifica a resposta ao furacão Katrina em New Orleans (em seguida do qual o sistema de ensino público foi amplamente privatizado, dentre outras medidas neoliberais) e o tsunami de 2004 na Ásia (após o qual, numerosas praias deixaram de ser públicas e comunidades locais de pescadores foram removidas para que se promovesse o estabelecimento de grandes cadeias de hotel) como exemplos paradigmáticos dessa estratégia.

Com um espírito semelhante, Cooper, seguindo Gowan (1999), descreve a “produtividade da turbulência”, afirmando:

A produção de turbulência financeira e monetária, sendo apenas uma ameaça ou real, exerce uma inegável influência política. Ela permite que instituições financeiras internacionais pressionem pela privatização de indústrias estatais, assistência social e infraestrutura, e imponham formas de financiamento e endividamento... Os mais voláteis e rentáveis para os fundos de investimento institucionais (COOPER, 2010, p. 168).

A reação por parte da comunidade internacional às preocupações com as mudanças climáticas globais também parece cada vez mais passível de análise enquanto uma modalidade de capitalismo do desastre. De fato, o *Stern Review*, previu exatamente isso em sua conclusão, ao afirmar que:

Ações relacionadas às mudanças climáticas abrem significativas oportunidades de negócios, na medida em que novos mercados são criados com as tecnologias de baixo carbono ligadas à geração de energia, dentre outros bens e serviços. Esses mercados podem fazer valer centenas de bilhões de dólares a cada ano, e o emprego nesses setores vai se expandir em conformidade com eles (STERN et al., 2006, Sumário das Conclusões, p. viii).

Embora Klein faça várias alusões à conexão entre a reação às mudanças climáticas e o capitalismo do desastre, ela não desenvolve uma análise sobre isso. Da mesma forma, dois artigos recentes que analisam o crescimento dos mercados de crédito de carbono observam essa mesma conexão, mas também não a aprofundam (PATERSON, 2009, p. 250; SULLIVAN, 2009, p. 256). Essa ligação também aparece num punhado de meios populares de comunicação

(p. ex. FUNK, 2010; THOMPSON, 2010). Cooper (2010), mencionado anteriormente, oferece um quadro um pouco análogo, ainda que sua análise sobre como a turbulência funciona dentro da resposta às mudanças climáticas, descrita logo abaixo, ainda seja incipiente.

A seguir descrevo, então, as várias maneiras nas quais a reação internacional às mudanças climáticas podem ser vistas como um modo de capitalismo do desastre. Começo com uma breve discussão sobre a originalidade da tese de Klein *vis-à-vis* um conjunto emergente de literatura que explora a neoliberalização no âmbito da política e da prática de gestão dos recursos naturais. Em seguida, forneço uma visão geral do recente crescimento exponencial de financiamento para o enfrentamento das mudanças climáticas, particularmente da ascensão, ao longo dos últimos anos, dos mercados para o comércio de créditos de carbono, durante os quais a crise climática tornou-se o que While e colegas (2009, p. 2) denominam como “a nova ‘concepção dominante’ na governança ambiental”. Em seguida, descrevo os modos nos quais, nesse período, as finanças das mudanças climáticas ficaram cada vez mais atadas ao capitalismo neoliberal, enfatizando-se a mitigação através de mecanismos baseados no mercado. Concluo com um apelo por mais análise sobre as consequências da reação do capitalismo do desastre à crescente crise climática, avaliando em que medida ela é de fato capaz de oferecer as pretendidas “reparações” para as iminentes contradições do capitalismo.

NATUREZA NEOLIBERAL

Num certo sentido, a aplicação da tese do capitalismo do desastre de Klein à política ambiental pode ser vista como um desvio

na rapidamente crescente literatura sobre a neoliberalização no âmbito da gestão dos recursos naturais (veja p. ex. MCCARTHY, PRUDHAM, 2004; BAKKER, 2005; HEYNEN, ROBBINS, 2005; SWYNGEDOUW, 2005; HEYNEN et al., 2007; SMITH, 2007; CASTREE, 2008). Essa pesquisa documenta numerosos casos nos quais recursos naturais anteriormente externalizados nos mercados convencionais de *commodities* são agora mercantilizados como uma fonte de lucro ainda maior através de privatização e venda dentro dos mercados neoliberais. Por isso, Castree (2008) descreve essas atividades como o oferecimento de uma série de “soluções ambientais” para a contradição central do capitalismo, em busca de novas fontes de rendimento para combater a queda das taxas de lucro, incluindo: 1) mercantilização e comercialização de novas formas de “capital natural”; 2) substituição do controle estatal dos recursos pelos mercados capitalistas; 3) intensa exploração de um determinado recurso natural para produzir o aumento de lucros no curto prazo; e 4) transferência da responsabilidade da governança de recursos (e, portanto, das receitas) de atores estatais para não estatais. Nesse sentido, a neoliberalização de recursos naturais pode ser vista como parte integrante da estratégia de “acumulação por espoliação” que Harvey (2005) considera como característica do neoliberalismo em geral, a partir do qual a riqueza é gerada menos através da criação de fontes inteiramente novas de valor do que pela apropriação, para o enriquecimento de uma elite, de recursos anteriormente controlados por outros ou mantidos no domínio público.

Bumbus e Liverman (2008) enfocam a criação de mercados de carbono ao tratar do enfrentamento das mudanças climáticas (que o *Stern Review* [2006] notoriamente anunciou como a maior externalidade do mundo). A

maior parte da literatura neoliberal também descreve esforços para criar mercados para o uso sustentável dos recursos naturais. A resposta às mudanças climáticas permanece distinta, entretanto, já que o seu objetivo é, pelo contrário, incentivar o não uso dos recursos, através, por exemplo, da conservação de florestas intactas e combustíveis fósseis no solo para evitar a liberação de gases de efeito estufa na atmosfera. Em relação a isso, a reação às mudanças climáticas é mais bem considerada como um aspecto não da gestão neoliberal dos recursos naturais, mas do conservacionismo neoliberal em particular. Como pesquisadores cada vez mais observam, o esforço global para preservar os recursos naturais da extração e do uso tem se tornado, nas últimas décadas, progressivamente neoliberal (p. ex. SULLIVAN, 2006, 2009, 2013; IGOE, BROCKINGTON, 2007; BROCKINGTON et al., 2008; BROCKINGTON, 2009; BROCKINGTON, DUFFY, 2010b; BÜSCHER, 2010; FLETCHER, 2010a), e sua prática requer mecanismos diferentes para tentar aproveitar o valor dos recursos naturais *in situ* (BÜSCHER et al., 2012), como descrevo adiante.

O que o capitalismo do desastre de Klein acrescenta a essa análise é o entendimento de como a percepção da crise é empregada como uma estratégia para facilitar a neoliberalização do controle dos recursos e de sua comercialização. E ainda que essa dinâmica tenha sido mencionada pela literatura conservacionista neoliberal (BROCKINGTON et al., 2008; SULLIVAN, 2009, 2013), sua utilização, ao se problematizar as soluções apresentadas como resposta às mudanças climáticas, permanece pouco desenvolvida (cf. COOPER, 2010). Minha análise quer destacar justamente esse aproveitamento da imagem das mudanças climáticas como um desastre

iminente para se promover novas formas de governança neoliberal e mercado privatizado.

É importante ressaltar que a análise de Klein também sugere uma intrigante alteração para o exame que O'Connor (1988, 1994) faz sobre a segunda contradição do capitalismo que tem sido recentemente destacada por pesquisadores conservacionistas neoliberais (BROCKINGTON et al., 2008; IGOE et al., 2010; NEVES, 2010; SULLIVAN, 2013; FLETCHER, 2011). Embora a análise de O'Connor tenha previsto que o esgotamento das condições de produção acabaria por aumentar os custos e, assim, reduzir o lucro alcançado pelas empresas, a tese de Klein sugere que, no curto prazo, paradoxalmente, a degradação ecológica causada pela produção capitalista pode ser aproveitada, em si mesma, como um fonte adicional de lucro. Pesquisadores observaram esse processo, por exemplo, na prática do ecoturismo, capaz de gerar maior receita com preços de ingressos mais caros, na medida em que seus objetos (baleias, florestas tropicais etc.) tornam-se cada vez mais escassos (NEVES, 2010; FLETCHER, 2011).

Mudanças climáticas podem ser um pouco distintas das crises descritas por Klein (2007) que tendem a ser concretas, de curto prazo, e fenômenos relativamente localizados (como furacões, tsunamis e guerras), cujos impactos são imediatos e facilmente vinculados com suas causas. Comparativamente, as alterações climáticas são caracterizadas por uma grande incerteza relativa tanto às suas repercussões quanto à sua duração (IPCC, 2007). Além disso, a maioria das graves consequências que costumam ocorrer, vão se desdobrar de maneira gradual, durante períodos substanciais de tempo, e pode ser difícil vincular, de maneira

direta, os impactos localizados com uma proveniência que é difusa e global. A despeito destas ambiguidades, no entanto, as mudanças climáticas são cada vez mais concebidas como um desastre cujas consequências serão provavelmente devastadoras se não forem imediatamente enfrentadas de modo substancial (GORE, 2004; STERN et al., 2006) e, neste contexto, a crise climática é passível de análise a partir do arcabouço do capitalismo do desastre. A crise climática, no entanto, foi causada menos por um processo neoliberal *per se* do que por um capitalismo industrial baseado na exploração de combustível fóssil, originário do século XVIII – para o qual o neoliberalismo, na verdade, serve como uma tentativa de correção, esforçando-se para internalizar os recursos naturais como meios essenciais de produção que requerem cuidado em longo prazo (juntamente com a criação de valor adicional), naquilo que Martin O’Connor (1994) nomeia como “fase ecológica” do capitalismo (veja também BROCKINGTON et al., 2008).

Finalmente, é importante reconhecer que o empenho em se tirar proveito das mudanças climáticas como uma oportunidade de negócios permanece como uma resposta minoritária entre os capitalistas, já que a maioria deles continua ignorando o fenômeno ou negando completamente sua existência, como uma miríade de críticos lamenta. Isto, obviamente, evidencia que o capitalismo não é uma entidade monolítica, mas um sistema complexo contendo interesses e forças diferentes e divergentes. No entanto, quando atores influentes no sistema capitalista levam a sério a perspectiva de uma iminente crise climática, o fazem em grande parte a partir do arcabouço do capitalismo do desastre - e esta reação, descrita logo abaixo, está aumentando rapidamente na atualidade. É para ela que eu agora me direciono.

FINANCIAMENTO DO CLIMA E CAPITALISMO DO DESASTRE

Tal como apresentado na definição citada anteriormente, existem dois elementos distintos, ainda que inter-relacionados no conceito de capitalismo do desastre de Klein: 1) a neoliberalização das estruturas de governança dos recursos que anteriormente eram de domínio público e/ou a criação de mercados para comercialização de produtos que antes não eram monetarizados; 2) a exploração de desastres para ganhos financeiros. Vamos considerar o segundo deles em primeiro lugar.

O *Stern Review* (2006) previu que o futuro dos mercados financeiros voltados para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas aproximasse de 500 bilhões de dólares, e o progresso em direção a esse número está em ritmo acelerado na atualidade. Esse crescimento pode ser observado principalmente na emergência dos mercados de comercialização de carbono, muitos dos quais favorecidos pelo Protocolo de Quioto, cujos “mecanismos flexíveis” (isto é, o assim chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo [MDL]) preveem a criação desses mercados. Esses mecanismos surgiram em grande parte em razão das reivindicações dos países ricos de que deslocar suas emissões para as sociedades mais pobres, pagando a essas últimas para reduzirem suas próprias emissões, seria mais eficiente do que empreender reduções em casa, onde os custos seriam maiores (BUMPUS, LIVERMAN, 2008). Uma vez que o Protocolo de Quioto entrou em vigor em 2005, o crescimento dos mercados globais de carbono tem sido, desde então, astronômico.

De acordo com as estatísticas do Banco Mundial, em 2005, o mercado global de comercialização de carbono totalizou aproximadamente 10 bilhões

de dólares (BANCO MUNDIAL, 2007). Em 2006, ele triplicou para 30 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2007), dobrando para 63 bilhões em 2007 e, então, dobrando novamente para 126 bilhões de dólares em 2008 (BANCO MUNDIAL, 2009). Em 2009, a despeito da crise econômica global, o mercado cresceu 8%, alcançando quase 144 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2010). Em 2010 (últimos dados disponíveis até o momento da escrita desse texto), no entanto, a recessão (assim como as questões relativas às perspectivas de um acordo pós-Quito) terminou afetando o mercado de carbono, fazendo-o cair ligeiramente para 142 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2011).

Juntamente com o mercado de carbono, o Esquema Europeu de Comércio de Emissões (*European Trade Scheme* – ETS) constitui, atualmente, e de longe, o maior dispositivo de comércio de carbono. Totalizando aproximadamente 8 bilhões de dólares em 2005; no ano seguinte (BANCO MUNDIAL, 2007), o ETS triplicou para mais de 24 bilhões no ano seguinte. Então dobrou em 2008 para 49 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2009), e novamente em 2009, alcançou 119 bilhões (BANCO MUNDIAL, 2010). Em 2010, a despeito da recessão, o mercado cresceu ligeiramente para 120 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2011).

O crescimento do comércio de compensação a partir do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) – incluindo tanto os mercados primários quanto os secundários (nos quais os contratos são negociados através de instituições intermediárias como os bancos) – também experimentou, recentemente, um crescimento similar, permanecendo em 2,5 bilhões de dólares em 2005, dobrando para 5 bilhões em 2006 (BANCO MUNDIAL, 2007), e duplicando

novamente para 13 bilhões de dólares em 2007, e então triplicando para aproximadamente 33 bilhões em 2008 (BANCO MUNDIAL, 2009). Em 2009, por outro lado, o mercado MDL caiu para pouco mais de 20 bilhões, em virtude da “complexidade e natureza cambiante das regulações, ineficiências e gargalos na cadeia de regulamentação” (BANCO MUNDIAL, 2010, p. 2), caindo novamente, em 2010, para 19,8 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2011).

Do mercado MDL, a maior parte (por volta de 26%) é dedicada aos projetos hidrelétricos, que são amplamente considerados como uma forma de produção de energia limpa e renovável, com nível zero de emissão de gases de efeito estufa (veja FLETCHER, 2010b). De acordo com um banco de dados montado pela International Rivers, uma organização não governamental de monitoramento⁴, em 30 de dezembro de 2011, o MDL tinha expedido 65,9 milhões de toneladas de dióxido de carbono (tCO₂e) em reduções certificadas de emissões (RCE), através de 395 projetos hidrelétricos e um total de 2083 projetos que haviam sido registrados ou solicitado registro para futura comercialização⁵.

O mercado global de carbono deve se expandir ainda mais drasticamente no futuro. Uma estimativa prevê que ele alcançará 2 trilhões de dólares nos próximos anos (USCFTC, 2010), outra que chegará a 3 trilhões de dólares em 2020, e uma terceira de que ascenderá a 10 trilhões de dólares (BLOOMBERG, 2010). Comentando este potencial, Sandor afirma que “vamos presenciar um mercado mundial onde o carbono será inequivocamente a maior mercadoria não financeira do mundo” (apud BLOOMBERG, 2010, [s.p.]).

O segundo atributo do capitalismo do desastre de Klein - a propagação de mecanismos do

mercado neoliberal no decorrer da reação aos desastres - pode ser observado mais claramente no crescimento do mercado de carbono paralelamente aos dispositivos governamentais como as MDL e ETS que comercializam os chamados “créditos voluntários de carbono” (CVC). Bumpus e Liverman (2008, p. 137) observam que “os CVC não têm estrutura administrativa formal”, dependendo inteiramente das negociações entre indivíduos e/ou empresas. Harris (2006) relata um crescimento anual de 150% nos mercados de CVC a partir de 2006 (citado em BUMPUS; LIVERMAN, 2008, p. 144) quando, de acordo com a avaliação anual feita pelos grupos industriais Ecosystem Marketplace e New Carbon Finance, o mercado total alcançou 91 milhões de dólares (EMNCF, 2007). No ano seguinte, este valor quase quadruplicou para 335 milhões de dólares, dobrando novamente para 705 milhões em 2008 (EMNCF, 2009). Como resultado da recessão global, por outro lado, em 2009, o mercado caiu dramaticamente para 415 milhões de dólares⁶, levantando-se um pouco, logo em seguida, em 2010 (o último ano sobre o qual há números disponíveis) para alcançar 424 milhões (EMNCF, 2011).

Os CVC continuam a ser uma pequena porcentagem do mercado global de carbono, embora, tal como observado anteriormente, tenham sido estimados em 142 bilhões de dólares. No entanto, mesmo no mercado de carbono mais amplo, no qual tanto os governos nacionais quanto as instituições financeiras transnacionais desempenham um papel regulatório central, uma forte tendência à neoliberalização pode ser encontrada. Em relação a isso, é importante reconhecer que a neoliberalização não equivale apenas à privatização *per se*, como os críticos costumam afirmar. Em vez disso, como

Castree (2008), dentre outros, assinala, a neoliberalização caracteristicamente implica não tanto uma desregulamentação, mas uma re-regulamentação, deslocando o lócus da governança dos recursos dos Estados para atores não estatais, incluindo, de cima para baixo, instituições financeiras transnacionais e, de baixo para cima, organizações não governamentais.

Nos mercados neoliberais, a presença do Estado ainda é requerida para criar e manter um quadro regulatório abrangente, dentro do qual os agentes do mercado podem se envolver em formas aparentemente livres de negociação (FOUCAULT, 2008; PECK, 2010). Assim é que Foucault (2008, p. 132), por exemplo, afirma que “o neoliberalismo não deve ser identificado com o *laissez-faire*, mas sim com atividade, intervenção e vigilância permanente”.

A esse respeito, vários pesquisadores tem observado no âmbito da política climática global uma forte tendência à neoliberalização ao longo do tempo (OELS, 2005; WHILE et al., 2009; LOHMANN, 2009 a). Oels (2005) conta que, antes da década de 1980, o aquecimento global era tido como uma ameaça à vida humana a ser administrada de maneira centralizada pelo Estado, por meio de uma abordagem de comando e controle com ênfase em dispositivos *top-down* de prevenção. Após a consolidação de uma agenda internacional de desenvolvimento sustentável no final dos anos 1980, contudo, a política climática tornou-se cada vez mais neoliberal ao ressignificar o aquecimento global principalmente como uma ameaça para o crescimento econômico continuado, de modo coerente com a discussão sobre os problemas ambientais que ocorriam no âmbito de um movimento em torno da sustentabilidade (ESCOBAR, 1995). Depois disso, While e colegas

(2009:83) afirmam que, a partir das reuniões de Quioto em 1997, a política climática global passou por uma nova fase de neoliberalização, demonstrando uma “preferência pelas soluções baseadas no mercado que estabelecem um preço para o carbono expresso em unidades de custo por tonelada (tCO₂), e um sistema de *cap and trade*” em que as licenças para emissões são distribuídas a partir de limites acordados, e leiloadas por empresas ou organizações (os autores observam uma outra mudança em 2005/2006, quando o discurso público a respeito das mudanças climáticas cresceu exponencialmente em todo o mundo, tornando-se a nova “concepção dominante” dentro da governança ambiental, como relatado acima [While et al. 2009]). Em suma, os autores afirmam:

A governança pós-Quito tem então resultado num sistema complexo e multi-escalar de controle das emissões de carbono, envolvendo um certo grau de transferência do poder regulatório para o nível supranacional e para os mercados e atores institucionais não-nacionais, mas também numa ênfase continuada na gestão dos fluxos de carbono pelos Estados-nação. Tudo isso parece consistente com a onda de mercantilização neoliberal (WHILE et al., 2009, p. 85).

Da mesma forma, Bumpus e Liverman (2008) consideram qualquer modo de investimento em mercados de carbono como uma estratégia de “acumulação por descarbonização”, apoiando-se na influente análise de Harvey (2005) sobre o neoliberalismo como um meio de “acumulação por espoliação”, como mencionado anteriormente. Segundo Harvey, essa estratégica ocasiona quatro movimentos inter-relacionados: 1) mercantilização de recursos; 2) financeirização de recursos através da sua incorporação aos mercados

internacionais; 3) gestão das crises de acordo com o interesse do setor privado; e por fim, 4) Estados funcionando principalmente como agentes de redistribuição e regulação (em vez de alocadores de recursos) em meio a tudo isso. Bumpus e Liverman (2008) encontram todos esses atributos nos mercados globais de carbono, tal como estão atualmente estruturados. Enquanto a maior parte do mercado continua a ser regulada por políticas governamentais e intergovernamentais, essa regulação, coerente com os princípios neoliberais (veja FOUCAULT, 2008; PECK, 2010), serve principalmente para estabelecer os parâmetros do mercado, deixando grande parte das transações serem conduzidas pelos participantes individuais. Assim, Bumpus e Liverman (2008, p. 145) declaram “os créditos de carbono como um caso de governança neoliberal em que a gestão do problema ambiental é em parte transferida para o mercado e para o indivíduo, na qual o Estado, eventualmente, estabelece regras segundo as quais os mercados operam”. Além disso, os autores observam que, ao longo do tempo, esses mercados ostensivamente geridos pelos governos tornam-se cada vez mais infiltrados por agentes privados, dizendo:

O entusiasmo pelos mercados de carbono é cada vez mais conduzido por agentes do mercado que veem possibilidades tanto de investimento direto em projetos de compensação como oportunidades indiretas em mercados secundários, tais como a verificação das reduções, derivativos e seguros associados com o comércio de emissões (BUMPUS; LIVERMAN, 2008, p. 142).

Tudo isso sugere que os mercados de carbono devem ser vistos como uma expressão do que Peck e Tickell (2002) chamam de “neoliberalismo *roll-out*” em oposição ao “neoliberalismo *roll-back*”⁸. Os autores descrevem “uma

mudança no padrão de desregulamentação e desmantelamento tão dominante durante os anos 1980 que pode ser caracterizada como um neoliberalismo roll-back”, para uma fase emergente de um ativo *state-building* e reforma regulatória, um momento ascendente de “neoliberalismo roll-out” (PECK; TICKELL, 2002, p. 384). Os mercados de carbono foram estabelecidos logo após a transição neoliberal para um status *roll-out* e claramente estiveram em conformidade com essa estratégia ao criar uma estrutura original de emprego de mecanismos mercadológicos na regulação do uso do carbono em escala global.

AS NOVAS FRONTEIRAS

Enquanto um modo de conservacionismo neoliberal, a resposta climática via mercados de carbono envolve não apenas a *comoditização* de recursos naturais, mas também a sua *financeirização* (SMITH, 2007; SULLIVAN, 2013; BÜSCHER, s.d.). Como Büscher (s.d.) demonstra, isto é necessário por conta da natureza única da *conservação* neoliberal *vis-à-vis* o caráter neoliberal da gestão de recursos em geral. Em oposição a recursos cujos usos podem ser comercializados, os recursos nos quais o controle de carbono (assim como outras medidas conservacionistas) é baseado devem, por definição, ser preservados *in situ* e, assim, meios criativos devem ser encontrados para atribuir valor de troca a eles sem a concessão de acesso à sua utilização. Em outras palavras, o “capital fixo” (na forma de recursos naturais localizados) no qual a conservação é sustentada deve ser transformado num capital fluido, que possa ser abstraído e circular livremente pelo mundo. Isso leva ao que Büscher (s.d.) denomina como estratégia de “conservação fictícia”, seguindo a descrição de Marx sobre a

financeirização dos mercados capitalistas como a criação de um “capital fictício” (veja HARVEY, 1982, 1989). Isso é alcançado através da criação e troca do que Büscher (2010), num outro momento, rotulou como “natureza derivativa”, isto é, mecanismos financeiros que não são diretamente valorizados através de recursos materiais ou trabalho produtivo sobre os quais eles estão visivelmente baseados, mas a partir de uma noção abstrata do que tais recursos podem valer na relação com as especulações sobre a sua disponibilidade no futuro. Mercados de carbono que derivam seu valor de previsões relativas aos efeitos futuros do aumento da concentração de CO₂ na atmosfera constituem claramente esse tipo de câmbio em natureza derivativa, financeirizada.

É provável que a financeirização através de mercados de carbono convencionais continue a sua drástica expansão, como descrito anteriormente, sobretudo tendo-se em conta a recente aprovação pela Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) do dispositivo global Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), cuja expectativa é a de gerar um mercado de 30 bilhões de dólares num futuro próximo (veja p. ex. PHELPS et al., 2010). No entanto, a financeirização da preservação da natureza como resposta às mudanças climáticas está sendo levada a novos extremos. Primeiro, através de discretos mercados de carbono como ETS ou MDL, estamos testemunhando o desenvolvimento de fóruns mais amplos para negociação de derivativos e outros produtos relacionados ao carbono, incluindo os já estabelecidos Chicago Climate Exchange e European Climate Exchange (baseado em Londres), e iniciativas similares surgindo em diversos outros lugares como Austrália, China e Montreal (BUMPUS; LIVERMAN, 2008; WHILE et

al., 2009; SULLIVAN, 2013). Além disso, Sullivan (2013) descreve a emergência de empresas de investimento financeiro especificamente dedicadas a consolidar e proporcionar negociações ambientais de “produtos de investimento através de uma ampla classe de ativos”, tal como o fundo Inflection Point Capital Management propõe (na verdade, ele define a si mesmo como “a primeira loja multiestratégia de gestão de ativos do mundo”) (apud SULLIVAN, 2013, p. 203). Da mesma forma, a EKO Asset Management Partners declara-se no negócio de “descobrir e monetizar ativos ambientais que sejam potenciais ou ainda não reconhecidos”, para comercializar dentro e através de múltiplos mercados ambientais, incluindo os de carbono, água e biodiversidade (apud SULLIVAN, 2013, p. 2033). Sullivan também observa a exploração recente do potencial do mercado de créditos de carbono nos programas de redução de população nos países menos desenvolvidos (proposta feita pela Optimum Population Trust), bem como os “títulos indexados de carbono” emitidos pelo governo, em que “os pagamentos de juros são ligados ao cálculo das emissões de gases de efeito estufa do país emissor quando comparadas a metas estabelecidas”, possibilitando “um rendimento adicional se as emissões estiverem acima das metas publicadas pelo governo” (SULLIVAN, 2013, p. 203).

Na mesma linha, Cooper (2010, p. 170) descreve o surgimento de um “mercado para a gestão do risco climático” que se

[...] estende para além do mercado de carbono, para incluir todo um novo espectro de inovadores instrumentos financeiros projetados para estimar o preço e gerenciar os riscos associados aos eventos climáticos extremos, catástrofes naturais e variações inesperadas de temperatura (COOPER, 2010, p. 175).

Isso inclui “títulos de catástrofe, apólices de seguro que gerenciam os riscos do improvável, mas não eventos catastróficos naturais, e derivativos ambientais, instrumentos financeiros que respondem às flutuações imprevisíveis no clima” (COOPER, 2010, p. 175), os quais estão de acordo com o cenário da “natureza derivativa” de Büscher (2010), descrito acima, em que esses dispositivos são especificamente “projetados para calcular e comercializar tanto as incertezas do tempo quanto as próprias incertezas sobre o futuro das mudanças climáticas” (COOPER, 2010, p. 176). Desse modo, a incerteza sobre os efeitos das mudanças climáticas não se torna um obstáculo para a mercantilização, mas uma oportunidade para o lucro; tanto a crise climática quanto a incerteza sobre ela tornam-se fontes para obtenção de ganho, uma dupla reversão das previsões feitas por James O’Connor (1994). Ecoando novamente a tese do capitalismo do desastre, Cooper (2010, p. 175) observa sobre tudo isso que “o efeito curioso é que as mudanças climáticas - e os eventos críticos ou singulares que elas podem engendrar - tornaram-se, como qualquer outra, uma oportunidade para especulação, em um mercado ávido de eventos críticos”.

A resposta às mudanças climáticas no âmbito do capitalismo do desastre tem estimulado o surgimento de novos esforços para aproveitar a crise do mercado de *commodities* mais tradicionais. Muitas dessas tendências são tão recentes que, até onde sei, elas ainda não foram relatadas em publicações *com peer-review*. Funk (2010), por exemplo, descreve uma série de ações de grilagem de terra ao redor do mundo praticadas por aqueles que ele denomina como “capitalistas do caos”, que modelam⁹ o impacto das mudanças climáticas sobre a produção agrícola a fim de prever

onde a terra irá provavelmente aumentar sua produtividade, de modo a adquiri-la por um preço mais barato, antecipando a escassez de comida que as mudanças climáticas podem provocar. Nesse sentido, Funk (2010, p. 65) estima que investidores já compraram 19 milhões de acres na China e 6 milhões na Arábia Saudita e Coreia do Sul. Um norte-americano que tem sido explicitamente acusado de se envolver com um “*hyperdistaster capitalism*” (FUNK, 2010, p. 62), adquiriu, de uma vez, um milhão de acres no sul do Sudão, “tornando-se um dos maiores proprietários de terras na África” (2010, p. 59).

Da mesma forma, a página do *site* oficial de Naomi Klein dedicada ao “capitalismo do desastre em ação” descreve a especulação em torno das mudanças climáticas praticada pelas empresas multinacionais fabricantes de organismos geneticamente modificados, relatando que recentemente “três companhias - a BASF da Alemanha, a Syngenta da Suíça e a Monsanto de St. Louis - entraram com pedidos para controlar quase dois terços das famílias de genes relacionados com o clima, a fim de “usar as mudanças climáticas como alavanca para ingressar em mercados resistentes”, já que a crise crescente torna as safras convencionais cada vez menos lucrativas. Embora destinadas à produção convencional de *commodities*, todas essas iniciativas são claramente baseadas numa estratégia de natureza derivativa, assim como vários dispositivos financeiros descritos acima.

Outro aspecto curioso da resposta às mudanças climáticas no âmbito do capitalismo do desastre pode envolver a indiferença ou mesmo um trabalho ativo para desacreditar as previsões em torno da iminente crise climática, com o intuito de aproveitar as atuais fontes de lucro que seriam comprometidas por uma resposta

séria de mitigação e, além disso, deixar a crise se desdobrar para poder antecipar as fontes de lucro que podem assim ser criadas. Klein afirma:

O capitalismo do desastre não planeja deliberadamente os cataclismos dos quais se alimenta (embora o Iraque seja uma exceção notável), mas há muitas evidências de que as indústrias que compõem esse complexo trabalham intensamente para assegurar que as atuais tendências acerca dos desastres permaneçam inquestionáveis (KLEIN, 2007b, [s.p.]).

Ela destaca o financiamento que a ExxonMobil promove do negacionismo das mudanças climáticas como um exemplo dessa tendência (KLEIN, 2007b). O prognóstico feito por fabricantes de transgênicos sobre a ampliação dos mercados de sementes resistentes à seca, mencionado acima, configura outro desses domínios. Dessa forma, em vez de serem vistas como processos opostos, as tentativas tanto de explicitamente aproveitar a crise climática como uma fonte de lucro quanto de ignorá-la ou negá-la podem, por vezes, ser as duas faces de Jano de uma mesma resposta ao capitalismo do desastre.

CONCLUSÃO

Sustentei, anteriormente, que a resposta contemporânea internacional às preocupações com as mudanças climáticas, liderada pelo comércio global de créditos de carbono, funciona cada vez mais como uma forma de capitalismo do desastre, explorando a crise climática tanto como uma oportunidade de *marketing* quanto como justificativa para expandir os mercados neoliberais e os mecanismos regulatórios. Nesse processo, os mercados de carbono buscam claramente fornecer um número de

reparações temporais, espaciais e ambientais descritas por Harvey (1982, 1989) e Castree (2008). Segundo o arcabouço de Harvey, os mercados de carbono simultaneamente deslocam o capital geograficamente (p. ex. do centro para a periferia, através de projetos de compensação) e, temporalmente, em direção ao futuro, com o investimento em projetos de “desenvolvimento sustentável” nas sociedades menos desenvolvidas (p. ex. através do MDL). Os mercados de carbono também podem ser vistos como possuindo ao menos três das quatro reparações ambientais apontadas por Castree: 1) comoditização e criação de novos mercados para comercialização de carbono; 2) privatização das doações de emissão através do sistema *cap and trade*¹⁰; 3) alteração da regulação estatal da política climática em nome de dispositivos neoliberais cada vez mais controlados por agentes de mercado. Além disso, como já observado, os mercados de carbono estimulam outra fonte de lucro, que nem Castree ou O’Connor parecem ter previsto, que é o aproveitamento da crise ecológica, suscitada pela própria expansão capitalista, como mais uma fonte de valor.

Pesquisas futuras seriam úteis para avaliar as dimensões específicas desse processo, explorando de que maneira os mercados de carbono ou projetos de compensação pretendem realizar suas propostas de reparação e medir o sucesso que eles obtêm com esse objetivo. Além disso, precisamos de pesquisas para investigar a questão fundamental levantada pela presente análise: até que ponto tudo isso contribui efetivamente para atenuar os impactos das mudanças climáticas? Afinal, os críticos questionam se os mercados de carbono realmente constituem uma cadeia de redução de emissão ou se eles servem apenas para esconder a continuidade da produção de carbono com

um truque de contabilidade. Lohmann (2009b, p. 149), por exemplo, provocativamente, argumenta que “a comercialização de carbono é um cadáver apodrecido que precisa rapidamente ser levado embora por um carro fúnebre antes que envenene iniciativas genuínas de investimento”. Longe de reduzir as emissões, Lohmann sustenta,

Em uma década de existência [...] eles fizeram exatamente o oposto, oferecendo aos maiores poluidores usuários de combustíveis fósseis nas sociedades industrializadas novos meios para atrasar os passos em direção às mudanças estruturais que precisam ser feitas imediatamente, ao mesmo tempo fornecendo financiamento suplementar para os padrões industriais de utilização intensiva de combustíveis fósseis no Sul (LOHMANN, 2009, p. 149).

Um exemplo flagrante das maneiras pela quais os mercados de carbono não só falham em diminuir, mas, na verdade, fazem aumentar as emissões de gases de efeito estufa, a despeito de reduções aparentes, é o financiamento de hidrelétricas como um mecanismo de compensação. Como mencionado anteriormente, projetos hidrelétricos são o mecanismo mais corrente de financiamento pela MDL. Enquanto a energia hidrelétrica, como foi indicado, é comumente considerada, por construtores de barragens e seus defensores, como uma energia limpa com nível zero de emissão de carbono, um número crescente de pesquisas demonstram que as barragens são, de fato, emissoras significativas de gases de efeito estufa, principalmente por conta das emissões de metano provenientes da vegetação submersa em seus reservatórios, bem como a energia gasta em sua construção. De fato, alguns pesquisadores sugerem que as barragens (particularmente em áreas tropicais) podem poluir mais que as usinas baseadas no uso do carvão mineral (veja MÄKINEN; KHAN,

2010, para um levantamento dessa pesquisa). Assim, o emprego de barragens como projetos de compensação - uma estratégia cada vez mais comum ao redor do mundo - tem ajudado a reestimular a indústria de construção de barragens que estava em declínio há uma década (veja FLETCHER, 2010b), e pode também estar aumentando consideravelmente as emissões de carbono em escala global.

Dinâmicas como essa pedem uma investigação mais aprofundada, a fim de avaliar em que medida a crescente campanha global para enfrentar as mudanças climáticas através de mecanismos neoliberais de mercado de carbono é de fato capaz de contribuir com uma resolução eficaz para a crise iminente, em lugar de apenas estimular a expansão capitalista.

Pesquisas sistemáticas nesse sentido ainda são incipientes (OLSEN, 2007), em parte em razão do surgimento bastante recente dos mercados de carbono, e devem aumentar substancialmente no futuro. De posse dessa informação, estaremos em melhores condições para contribuir com a reflexão sobre o futuro da política das mudanças climáticas em relação ao capitalismo do desastre.

Isso é particularmente pertinente dada a atual recessão econômica global, que tem provocado uma contração substancial do financiamento para iniciativas ambientais e dado origem a prognósticos generalizados de que a era do neoliberalismo pode estar chegando ao fim (p. ex. BROAD; CAVANAUGH, 2008; STIGLITZ, 2008). O capitalismo do desastre, é claro, tem sido uma estratégia neoliberal, que serve para facilitar a acumulação via privatização e liberalização do mercado (KLEIN, 2007). Se estamos ingressando numa era “pós-neoliberalismo” que implica novas formas de regulação sobre mercados e *commons*¹¹ (e

existem importantes questões sobre em que medida isso de fato está ocorrendo), a eficácia dessa estratégia para enfrentar as mudanças climáticas, bem como outras dinâmicas, pode estar seriamente comprometida. Além disso, a recessão pode ter um impacto adverso na capacidade de gerar recursos para financiar o comércio de carbono (isso já ocorreu em algum grau com os mercados MDL e CVC, descritos acima).

Essas perspectivas, e suas implicações no que diz respeito à capacidade de se enfrentar eficazmente as mudanças climáticas, através de mercados de carbono e outras formas de financeirização, exigem também um estudo mais aprofundado.

Tradução de Carolina Cantarino

REFERÊNCIAS

BAKKER, K. Neoliberalizing Nature? Market Environmentalism in Water Supply in England and Wales. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 95, n. 3, p. 542-565, 2005.

BLOOMBERG. *China, Greenpeace Challenge Kyoto Carbon Trading* (Update1). 2009. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=20601080&sid=aLM4otYnvXHQ>>.

BROAD, R.; CAVANAUGH, J. *Development redefined: How the market met its match*. New York: Paradigm Publishers, 2008.

BROCKINGTON, D. *Celebrity and the environment: Fame, wealth and power in conservation*. London: Zed Books, 2009.

BROCKINGTON, D.; DUFFY, R.; IGOE, J. *Nature unbound: Conservation, capitalism and the future of protected areas*. London: Earthscan, 2008.

BROCKINGTON, D.; DUFFY, R. Capitalism and conservation: The production and reproduction of biodiversity conservation. *Antipode*, v. 42, n. 3, p. 469-484, 2010a.

_____. (eds.). *Antipode*, Special issue on Capitalism and conservation, v. 42, n. 3, 2010.

BUMPUS, A. G.; LIVERMAN, D. M. Accumulation by decarbonisation and the governance of carbon offsets. *Economic Geography*, v. 84, p. 127-56, 2008.

BÜSCHER, B. Derivative nature: Interrogating the value of conservation in “Boundless Southern Africa”. *Third World Quarterly*, v. 31, n. 2, p. 259-276, 2010.

_____. *Nature on the move: Capital, circulation and the value of fictitious conservation*. Unpublished article manuscript, [s.d.].

BÜSCHER, B. et al. Towards a synthesized critique of neoliberal biodiversity conservation. *Capitalism Nature Socialism*, v. 23, n. 2, p. 4-30, 2012.

CASTREE, N. Neo-liberalising nature I: The logics of de- and re-regulation. *Environment and Planning A*, v. 40, n. 1, p. 131-152, 2008.

COOPER, M. Turbulent worlds: Financial markets and environmental crisis. *Theory, Culture & Society*, v. 27, n. 2-3, p. 167-190, 2010.

ECOSYSTEM MARKETPLACE AND NEW CARBON FINANCE (EMNCF). *State of the voluntary*

carbono markets 2007. New York and Washington DC: EMNCF, 2007.

ECOSYSTEM MARKETPLACE AND NEW CARBON FINANCE (EMNCF). *State of the voluntary carbono markets 2009*. New York and Washington DC: EMNCF, 2009.

ECOSYSTEM MARKETPLACE AND NEW CARBON FINANCE (EMNCF). *State of the voluntary carbono markets 2011*. New York and Washington DC: EMNCF, 2011.

ESCOBAR, A. *Encountering development: The making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FLETCHER, R. Neoliberal environmentalism: Towards a poststructuralist political ecology of the conservation debate. *Conservation and Society*, v. 8, n. 3, p. 171-181, 2010a.

_____. When environmental issues collide: Climate change and the shifting political ecology of hydroelectric power. *Peace & Conflict Review*, v. 5, n. 1, p. 14-30, 2010b.

_____. Sustaining tourism, sustaining capitalism? Theorizing the tourism industry's role in global capitalist expansion. *Tourism Geographies*, v. 13, n. 3, p. 443-461, 2011.

FOSTER, J. B.; CLARK, B.; YORK, R. The Midas effect: A critique of climate change economics. *Development and Change*, v. 40, n. 6, p. 1085-1097, 2009.

FOUCAULT, M. *The birth of biopolitics*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

FUNK, M. Meet the new capitalists of chaos. *Rolling Stone*, 27 May 2010.

GORE, A. *An inconvenient truth: the planetary emergency of global warming and*

what we can do about it. New York: Rodale Books, 2004.

GOWAN, P. **The global gamble: Washington's Faustian bid for world dominance.** London: Verso, 1999.

HARVEY, D. **The limits to capital.** London: Verso, 1982.

_____. **The condition of postmodernity: An inquiry into the origins of cultural change.** Oxford: Basil Blackwell, 1989.

_____. **A brief history of neoliberalism.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

HEYNEN, N.; ROBBINS, P. The neoliberalization of nature: Governance, privatization, enclosure and valuation. **Capitalism Nature Socialism**, v. 15, n. 1, p. 5-8, 2005.

HEYNEN, N. et al. (eds.). **Neoliberal environments: False promises and unnatural consequences.** New York: Routledge, 2007.

IGOE, J.; BROCKINGTON, Dan. Neoliberal conservation: A brief introduction. **Conservation and Society**, v. 5, n. 4, p. 432-449, 2007.

IGOE, J.; NEVES, K.; BROCKINGTON, D. A spectacular eco-tour around the Historic Bloc: Theorising the convergence of biodiversity conservation and capitalist expansion. **Antipode**, v. 42, n. 3, p. 486-512, 2010.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Climate change 2007: The physical science basis.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

KLEIN, N. **The shock doctrine: The rise of disaster capitalism.** New York: Metropolitan Books, 2007a.

_____. **Disaster capitalism: The new economy of catastrophe.** Harpers, October 2007b. <<http://www.angelfire.com/il/photojerk/klein.pdf>>.

LOHMANN, L. Neoliberalism and the calculable world: The rise of carbon trading. In: BÖHM, Steffen; DABHI, Siddhartha (eds.). **Upsetting the offset.** London: MayFly Books, 2009a.

_____. Climate as investment. **Development and Change**, v. 40, n. 6, p. 1063-1083, 2009b.

MÄKINEN, K.; Khan, S. Policy considerations for greenhouse gas emissions from freshwater reservoirs. **Water Alternatives**, v. 3, n. 2, p. 91-105, 2010.

MCCARTHY, J.; PRUDHAM, S. Neoliberal nature and the nature of neoliberalism. **Geoforum**, v. 35, p. 275-283, 2004.

MOORE, J. Transcending the metabolic rift: A Theory of crises in the capitalist world ecology. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 1, p. 1-46, 2011.

NEVES, K. Cashing in on cetourism: A critical ecological engagement with dominant E-NGO discourses on whaling, cetacean conservation, and whale watching. **Antipode**, v. 42, n. 3, p. 719-741, 2010.

O'CONNOR, J. Capitalism, nature, socialism: A theoretical introduction. **Capitalism Nature Socialism**, v. 1, n. 1, p. 11-38, 1998.

_____. Is sustainable capitalism possible?. In: ALLEN, P. (ed.) **Food for the future: Conditions and contradictions of sustainability.** New York: Wiley-Interscience, 1994.

O'CONNOR, M. On the misadventures of capitalist nature. In: O'CONNOR, M. (ed.). **Is capitalism sustainable?** New York: Guilford

Press, 1994.

OELS, A. Rendering climate change governable: From biopower to advanced liberal government?. **Journal of Environmental Policy & Planning**, v. 7, p. 185-207, 2005.

OLSEN, K. H. The Clean Development Mechanism's contribution to sustainable development: A review of the literature. **Climate Change**, v. 84, p. 59-73, 2007.

PATERSON, M. Resistance makes carbon markets. In: BÖHM, S.; DABHI, S. (eds.) **Upsetting the offset: The political economy of carbon markets.** London: Mayfly Books, 2009.

PECK, J.; TICKELL, A. Neoliberalizing space. **Antipode**, v. 34, p. 380-404, 2002.

PECK, J. **Constructions of neoliberal reason.** Oxford: Oxford University Press, 2010.

PHELPS, J.; WEBB, Edward L.; AGRAWAL, A. Does REDD+ threaten to recentralize forest governance?. **Science**, n. 328, p. 312-13, 2010.

ROBINSON, C. H. **Climate for Change.** 2008. Disponível em: <<https://www.aei.org/publication/climate-for-change/>>.

SANDLER, B. Grow or die: Marxist theories of capitalism and the environment. **Rethinking Marxism**, v. 7, n. 2, p. 38-57, 1994.

SMITH, N. Nature as accumulation strategy. **Socialist Register**, January: 1-36, 2007.

STERN, N. et al. **Stern review: The economics of climate change.** London: Her, 2006.

STIGLITZ, J. The End of Neoliberalism?.

Project Syndicate, 7 July, 2008. Disponível em: <<http://www.projectsyndicate.org/commentary/stiglitz101>>.

SULLIVAN, S. The elephant in the room? Problematising "new" (neoliberal) biodiversity conservation. **Forum for Development Studies**, v. 33, n. 1, p. 105-135, 2006.

_____. Green capitalism, and the cultural poverty of constructing nature as service provider. In: BÖHM, Steffen; DABHI, Siddhartha. (eds.) **Upsetting the offset: The political economy of carbon markets.** London: Mayfly Books, 2009.

_____. Banking nature? The spectacular financialisation of environmental conservation. **Antipode**, v. 45, n. 1, p.198-217, jan. 2013. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8330.2012.00989.x/epdf>>. Acesso em: 20/10/2015

SWYNGEDOUW, E. Dispossessing H2O: The contested terrain of water privatization. **Capitalism, Nature Socialism**, v. 16, n. 1, p. 81- 98, 2005.

THOMPSON, C. Disaster capitalism: Is the planet really warming up? Just ask the corporations that stand to make - or lose - billions due to 'climate exposure. **Mother Jones**, 19 April., 2010.

UNITED STATES COMMODITIES FUTURES TRADING COMMISSION (USCFCT). 2010. Disponível em: <<http://www.cftc.gov/newsroom/generalpressreleases/2009/pr5648-09.html>>.

WALLIS, V. Beyond 'green capitalism. **Monthly Review**, v. 61, n. 9, p. 32-48, 2009.

WEITZMAN, M. L. A review of the Stern Review

on the Economics of Climate Change. *Journal of Economic Literature*, v. 45, n. 3, p. 703-724, 2007.

WHILE, A.; JONAS, A., E. G; GIBBS, D. From sustainable development to carbon control: Eco-State restructuring and the politics of urban and regional development. *Trans Inst Br Geogr*, NS 2009, p. 1- 19, 2009.

WORLD BANK. *State and trends in the carbon market 2007*. Washington, DC: World Bank, 2007.

_____. *State and trends in the carbon market 2009*. Washington, DC: World Bank., 2009.

_____. *State and trends in the carbon market 2010*. Washington, DC: World Bank, 2010.

_____. *State and trends in the carbon market 2011*. Washington, DC: World Bank, 2011.

Recebido em: 4/10/2015

Aceito em: 4/10/2015

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada na conferência *Climate Change: Disaster or Opportunity* na University for Peace, em Ciudad Colón, na Costa Rica, em 17 de abril de 2010. Agradeço a Sian Sullivan e Steffen Böhm pela valiosa assistência na preparação da atual versão.

Esta versão foi originalmente publicada na revista *Ephemeria - theory & politics in organization*, v. 12, n. 1/2, p. 97-112, disponível em: <<http://www.ephemerajournal.org/contribution/capitalizing-chaos-climate-change-and-disaster-capitalism>>, e gentilmente cedida pelo autor para tradução e publicação pela *ClimaCom* para este dossiê. Referências então no prelo foram atualizadas, bem como links sempre que necessário.

² [NT] Em português “Crescer ou morrer”.

³ *ppm=partes por milhão

⁴ [NT] Nota da tradução: traduzimos *watchdog NGO* como “organização não governamental de monitoramento”.

⁵ Disponível em: <<http://www.internationalrivers.org/resources/spreadsheet-of-hydro-projects-in-the-cdm-project-pipeline-4039>>.

⁶ [NT] Nesse parágrafo e no seguinte, o autor não se refere explicitamente à moeda. Considerando-se referências anteriores no texto, mantivemos o dólar.

⁷ [NT] Mantivemos a expressão no original, considerando que, logo a seguir, o autor apresenta sua definição.

⁸ [NE] Manteve-se a designação no original, uma vez que são discutidas pelos autores no artigo referido. Em português, pode-se encontrar um detalhamento na entrevista realizada com Jamie Peck por André Pasti, Luciano Duarte, Melissa Steda e Wagner Nabarro, em 13 de junho de 2012, quando o autor deu conferência no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). Cf. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, n. 2, p. 364-383, mais especificamente a página 371 e ss.

⁹ Modelam = criam cenários futuros.

¹⁰ [NT] Este sistema foi explicado anteriormente no texto. Preferimos manter a expressão no original.

¹¹ [NT] O conceito refere-se a um modo de partilhar um comum, sendo utilizado, de maneira ampla, nas discussões sobre recursos naturais e também digitais e informacionais (softwares, Internet).

Autoorganización e interdependencias: las cuencas como laboratorios de gobernanza*

Ala Plástica [1]

Resumen: Artistas nacionales e internacionales que trabajan en prácticas territoriales en América y Europa fueron invitados en 2014 a desarrollar una investigación que tomó la forma de acciones urbanas nómadas y diálogos relacionados con las comunidades del frente fluvial en la franja costera del Río Paraná y del Río de la Plata; una aglomeración urbana, industrial y agrícola que incluye al macro-sistema de humedales del delta paranaense, al estuario del Río de la Plata y a las ciudades de La Plata, Buenos Aires y Rosario. En este proyecto autogestionado por 3 nodos La Plata, Buenos Aires y Rosario y los 2 Sub-Nodos Delta y Victoria, el equipo compartió sus experiencias con invitados y referentes locales de comunidades de base en sus propios escenarios complejos, para promover herramientas y acciones orientadas a desarrollar una nueva imaginación ambiental y geo-política partiendo de preguntas tales como ¿Quién diseña los territorios? ¿Para quién los diseña?, ¿Qué es el diseño de la integración territorial?, ¿Qué quiere decir ecología humana?, ¿Cómo incluirnos en el tejido ecológico en tanto seres humanos?, ¿Qué ejercicios de imaginación política son necesarios para salirnos de las redes de monocultura y monocultivo? ¿Son la Pachamama y la Tierra sin Mal meras ensoñaciones? ¿Qué agenda política se oculta detrás del régimen de visibilidad en la actual gobernanza de la región?

Palavras-clave: Prácticas territoriales. La Cuenca del Plata. Laboratorios de gobernanza.

Auto-organização e interdependências: as bacias como laboratórios de governança

Resumo: Artistas nacionais e internacionais que trabalham em práticas territoriais na América e na Europa foram convidados, em 2014, para desenvolver uma pesquisa que tomou a forma de ações e diálogos nômades urbanos relacionados com as comunidades da frente fluvial, na faixa litorânea do Rio Paraná e do Rio da Pata; uma aglomeração urbana, industrial e agrícola que inclui macro-sistema de zonas húmidas do delta paranaense, o estuário do Rio da Prata e as cidades de La Plata, Buenos Aires e Rosario. Neste projeto autogerido por três nós - La Plata, Buenos Aires e Rosario - e dois Sub-nós, Delta e Victoria, a equipe compartilhou suas experiências com convidados e referências locais de

[1] Ala Plástica es una organización artístico-ambiental que desarrolla su actividad principalmente en el área del Estuario del Río de la Plata (Argentina) y el Delta del Paraná. Desde 1991, AlaPlástica ha llevado a cabo una serie de iniciativas artísticas no convencionales a escala bioregional. Sus miembros y colaboradores provienen de saberes diversos, cambiando la conformación del colectivo según las investigaciones, ejercicios o proyectos. Éstos reúnen una trama compleja de intervenciones que articulan al mismo tiempo ecología, sostenibilidad, trabajos en red, producción de conocimiento, recuperación de economías locales y entramados sociales partiendo de modelos de expansión rizomática e investigación participativa. 2 personas se encuentran tras la coordinación de las operaciones: Silvina Babich y Alejandro Meitin.

comunidades de base em seus próprios cenários complexos, para promover ferramentas e atividades voltadas ao desenvolvimento de uma nova imaginação ambiental e geo-política partindo de questões, tais como: quem cria os territórios? Quem os projeta? O que é o projeto de integração territorial? O que quer dizer ecologia humana? Como nos incluímos no tecido ecológico como seres humanos? Que exercícios de imaginação política são necessários para sairmos das redes de monocultura e monocultivo? São a Pachamama e a Terra sem Mal meros sonhos? Que agenda política se oculta por trás do regime de visibilidade na governança atual da região?

Palavras-chave: Práticas territoriais. Bacia do Rio da Prata. Laboratórios de governança.

Self-organization and interdependencies: watersheds as laboratories governance

Abstract: National and international artists working on territorial practices in America and Europe were invited in 2014 to develop a survey that turned in actions and urban nomads dialogues related to the riverine communities, along the coast of Parana and Prata rivers; an urban, industrial and agricultural agglomeration which includes macro-systems of wetlands of the Paraná delta, the Prata river estuary and the cities of La Plata, Buenos Aires and Rosario. In this project self-managed by La Plata, Buenos Aires and Rosario and also by Delta and Victoria, the team has shared their experiences with guests and local references of grassroots communities living in their own complex scenarios, to promote tools and activities aimed at developing a new environmental and geopolitical imagination, based on questions such as: who creates the territories? Who designs them? What is a project of territorial integration? What means human ecology? How can we include ourselves in the ecological tissue as human beings? Which political imagination exercises are required to get out of the monoculture networks? Are the Pachamama and the No-Evil-Land only a dream? Which political agenda is hidden behind the visibility regime in the region's current governance?

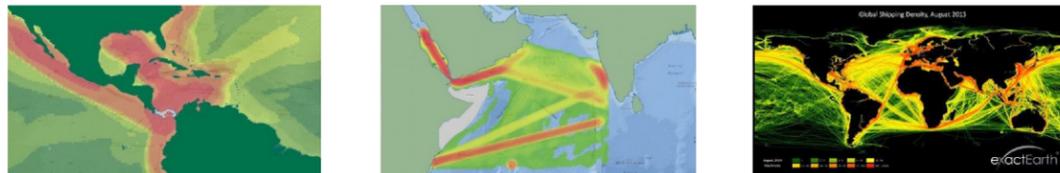
Keywords: Territorial practices. La Plata River basin. Governance laboratories.

... una conversación diseminada en el tiempo y el espacio puede ser análoga a una región, región que es el objeto de esa conversación.

El nombre de la Cuenca del Plata² lleva el valor simbólico del mito fundacional colonial que ha venido acompañándonos desde hace más de 500 años. Los conquistadores europeos creían que navegando aguas arriba del viejo Paraná Guazú³ al que llamaron Río de la Plata, llegarían a la Sierra de la Plata gobernada por el Rey Blanco. Esta leyenda tuvo su origen en los relatos que los tupiguaraníes realizaron a un grupo de naufragos de la trágica expedición de Juan Díaz de Solís. Se supone que la Sierra de la Plata y el Rey Blanco no habrían sido otros que el Cerro Rico⁴ de Potosí y Huayna Cápac undécimo monarca inca.

Actualmente esta cuenca es específicamente un reto, pues es un área de renovada sensibilidad geopolítica, rica en disputas territoriales⁵. Asimismo es un marco de visualización de gran alcance de cómo las fronteras se redistribuyen hoy día⁶. Alimentos genéticamente modificados para Asia y Europa, biocombustibles a Estados Unidos o flujos de energía que se intercambian entre países de la región. La Cuenca del Plata se ha convertido así en un inmenso laboratorio para observar por ejemplo la dinámica de la explotación a gran escala de la naturaleza y cómo las redes extractivas y su logística están mercantilizando materialmente la ecología de esta cuenca con regiones distantes. También podemos ver en ella, las consecuencias que estas dinámicas tienen en lo local: migraciones, relocalizaciones forzadas, violencia institucional, y nuevos asentamientos poblacionales. Estas controversias están

Figura 1 - Densidades de tránsito y rutas de comercio naval. Fuente: Archivo personal



Fonte: Archivo personal

creando nuevas conexiones entre el local y lo global conectando regiones e influyéndose mutuamente.

El papel de la cuenca como un proveedor mundial de energía, mineral y nutrientes tiene consecuencias económicas, sociales, culturales y ambientales que han llevado a la región y sobre todo a las ciudades de pequeña y mediana escala a nuevas posibilidades geopolíticas e incertidumbres. Esta dinámica también está reconfigurando ciudades con grandes áreas urbanas que han desarrollado nuevos conflictos urbanos. Planes institucionales como IIRSA-COSIPLAN diseñados para desarrollar e integrar las infraestructuras de transporte, energía y telecomunicaciones con la finalidad de promover oportunidades comerciales de aprovechamiento de los recursos naturales en el territorio sudamericano y proyectos de alto impacto como la Hidrovía Paraná - Paraguay, son también pruebas para testear el músculo geopolítico ante sinergias con otras megarregiones que se están organizando alrededor de cuencas.

LA REDEFINICIÓN DE LOS ESPACIOS DE CREACIÓN Y ACCIÓN

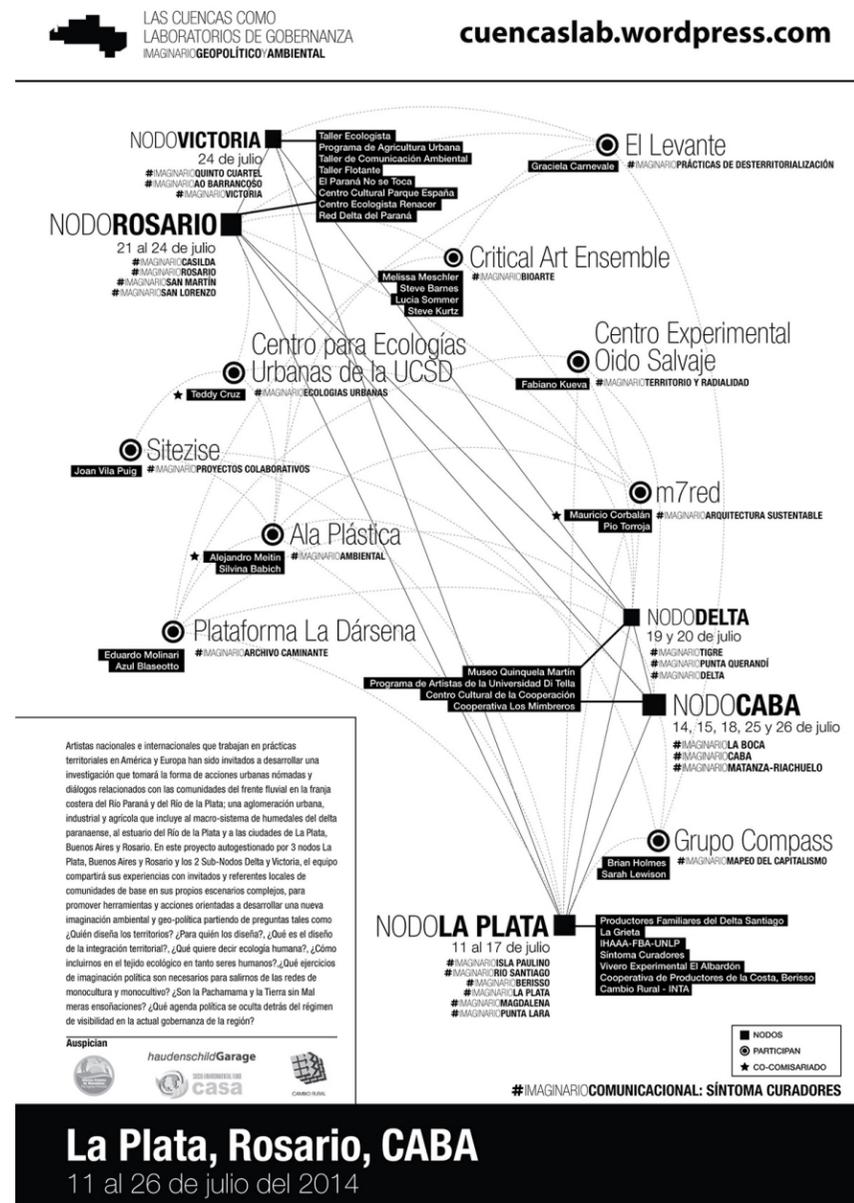
Muchas veces el trabajo de Ala Plástica se trata de recorridos para relacionarse en movimiento y producir investigaciones y agenciamientos que integran en su constitución y desarrollo la manera artística de pensamiento, tendiente a generar no anticipadas formas de conocimiento colaborativo. Estos desplazamientos comprenden estrategias dialógicas ligadas a los contextos sociales, donde el compromiso de los participantes se da por la inmersión en ese proceso y donde el pensamiento y el debate público se convierten en material central y núcleo constitutivo de la obra que involucra a

un colectivo social o a veces a toda la población de una región en la escenificación de micro utopías de interacción humana. Un movimiento cultural enfocado hacia la creatividad social más que a la auto expresión.

Durante 2014, artistas nacionales e internacionales que trabajan en prácticas territoriales y en cuencas hidrográficas de América y Europa⁷ fueron invitados a desarrollar un programa de 2 semanas que consistió en un andar juntos por ecosistemas litorales, para mapear conflictos y controversias en fusión con el contexto local, guiados por la idea de producción colectiva, dentro de una iniciativa autogestionada denominada "Las cuencas como laboratorios de gobernanza"⁸.

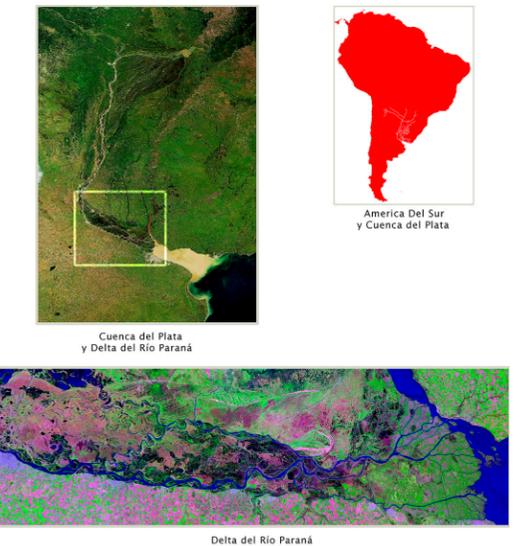
Este ensamble desplegó acciones nómadas expandidas y estrategias dialógicas ligadas a los contextos sociales a lo largo de un corredor de 400 km en el área que comprende el frente fluvial de la franja costera derecha del Río Paraná y del Río de la Plata y que incluye al macrosistema de humedales del delta paranaense, al gran estuario del Río de la Plata y a grandes centros urbanos como el Gran Buenos Aires, el Gran La Plata y el Gran Rosario, una aglomeración urbana, industrial y agrícola que supera los 20 millones de habitantes y encuadra en lo que podría definirse como una ciudad-región global. La escala y la complejidad que esta presenta es comparable con formaciones emergentes como el "San San" (San Francisco-San Diego) en California, el Delta del Río de las Perlas en el sur de China, la conurbación litoral de Lagos, en África occidental y varias otras áreas mega-urbanas de América Latina y Asia del Sur.

Figura 2 - Cartografía del Laboratorio.



Fonte: Archivo personal

Figura 3 - Identificación de área de la investigación.



Fonte: Archivo personal

Este programa autogestionado por 3 nodos: La Plata, Buenos Aires y Rosario y 2 Sub- Nodos Delta y Victoria⁹, contó con la experiencia acumulada de varios antecedentes previos y formas de trabajo y procesos participativos extendidos en este territorio desarrollados desde los tempranos 90's por Ala Plástica a través de su Iniciativa Bioregional, una intención de rescate de largo plazo de remanentes de cultura local y sistemas socio/naturales amenazados que nos permitieron redimensionar las posibilidades de intervención artística, tratando problemas socioambientales, explorando modelos no-institucionales e interculturales en la esfera social. Interactuando, intercambiando experiencias y conocimientos con productores de cultura y cultivo, de arte y artesanías, de ideas y de objetos en el área del estuario y el delta del Río de la Plata

El colectivo compartió sus experiencias en reciprocidad con pobladores de zonas de isla y costa, centros culturales, referentes de las comunidades, movimientos sociales, agricultores, cooperativas, organizaciones socio-ambientales, maestros, estudiantes y profesionales de arquitectura, agronomía, derecho, urbanismo, geografía, arte, biología, comunicación social y planificadores entre otros.

El plan tuvo como objetivo promover herramientas y acciones orientadas a desarrollar una nueva imaginación ambiental y geopolítica, partiendo de preguntas tales como ¿Quién diseña los territorios? ¿Para quién los diseña?, ¿Qué es el diseño de la integración territorial?, ¿Qué quiere decir ecología humana?, ¿Cómo incluirnos en el tejido ecológico en tanto seres humanos?, ¿Qué ejercicios de imaginación política son necesarios para salirnos de las redes de monocultura y monocultivo? ¿Son

la Pachamama y la Tierra sin Mal meras ensoñaciones? ¿Qué agenda política se oculta detrás del régimen de visibilidad en la actual gobernanza de la región?

La investigación incluyó puntos de tensión socio-ambiental relacionados con las políticas territoriales que conectan lo local con lo global. La nueva terminal de contenedores del Puerto la Plata y sus impactos directos sobre las poblaciones de Isla Paulino e Isla Santiago asentadas en sus márgenes entre Ensenada y Berisso, las nuevas urbanizaciones cerradas en la cuenca baja del Río Lujan y las formas de suburbanización y reestructuración económica y socioespacial que se encuadran en los procesos de globalización que afectan al área metropolitana de Buenos Aires. El delta y la alteración de los ecosistemas de humedal por

terraplenamientos, quemas y polderización para dar lugar a la agricultura industrial en un proceso conocido como pampeanización del delta. Espacios agroecológicos urbanos y de zonas rurales del gran Rosario que se organizan como alternativa a los modelos productivos imperantes bajo la inspiración de la idea de soberanía alimentaria. La Conexión Vial Rosario-Victoria que forma parte del corredor bioceánico de IIRSA¹⁰ y los puertos de San Martín y San Lorenzo sobre el río Paraná donde se ubican los megacomplejos dedicados especialmente a la exportación de agrograneles y la planta agroindustrial integrada más grande del mundo. Específicamente esta zona es considerada el núcleo del proyecto hidrovía Paraguay-Paraná, una estrategia de transporte fluvial transfronterizo diseñada para aumentar la capacidad de tráfico de productos agrícolas (principalmente soja genéticamente modificada) a lo largo de 3.500 kilómetros, desde el Pantanal hasta el Río de la Plata y desde allí hacia regiones distantes.

En estos sitios el colectivo y los colaboradores con la ayuda de un laboratorio móvil equipado con un dispositivo básico portátil para la activación radial sonora a cargo de Fabiano Kueva (Oído Salvaje) realizaron diálogos de radio abierta con decisores y referentes locales e invitados relevantes movilizándolo discusiones y realizando talleres de documentalismo radial, grabaciones de campo, entrevistas y difusión colectiva de contenidos, recorridos profundos por zonas fluviales y rurales, visitas a experiencias de soberanía alimentaria, mesas de trabajo, cartografías públicas, conferencias y presentaciones en centros culturales, museos y universidades. Todas estas acciones permitieron fortalecer alianzas regionales y la creación de nuevos procesos de comunicación.

El evento se convirtió así en una extraordinaria plataforma de producción, investigación y visualización de problemáticas locales enlazadas y de identificación de posibilidades de construcción de identidad territorial desde los pueblos. Vigorizando la autogestión organizativa se fortalecieron redes a partir de formas asociativas de base suelta y empatía mutua, para extender una nueva imaginación ambiental y geopolítica y favorecer la emergencia de nuevas visiones tendientes a fortificar el debate y la práctica desde una aproximación al punto de vista socio/ecológico frente a las unilaterales concepciones tecno/políticas de describir la realidad en el complejo y rico escenario de la Cuenca del Plata.

Recebido em: 11/10/2015

Aceito em: 11/10/2015

* Imagens do trabalho podem ser vistas na seção artes deste dossiê.

² La Cuenca del Río de la Plata cuya toponimia original de raíz guaraní es Paraguai, abarca parte de los territorios de Argentina, Brasil, Bolivia, Paraguay y Uruguay tiene una superficie aproximada a la de un tercio del área total de los EEUU y casi igual al área de todos los países que componen la Unión Europea.

³ Juan Díez de Solís, topó con un grandísimo río que los naturales llaman Paranaguazu, que quiere decir río como mar o agua grande. Vio en él muestra de plata, y nombró de ella. Historia General de las Indias disponible en: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/02588400888014428632268/p0000003.htm#_i_97_>

⁴ En quechua Sumac Orckoo 'cerro hermoso'

⁵ La Cuenca del Plata es específicamente un reto, ya que se ha convertido en un laboratorio para observar por ejemplo, la dinámica de la explotación a gran escala de los recursos en las últimas décadas y cómo estas redes logísticas están redistribuyendo materialmente la ecología de esta cuenca con regiones distantes. Estas controversias están creando

renovadas conexiones entre el local y lo global, influyéndose mutuamente.

⁶ Ya que este papel de la cuenca como un proveedor mundial de energía mineral y nutrientes tiene consecuencias económicas, sociales, culturales y ambientales que han llevado a la región y sobre todo a las ciudades de pequeña y mediana escala a nuevas posibilidades geopolíticas e incertidumbres.

⁷ Brian Holmes, Sara Lewison (Grupo Compass, Chicago, Estados Unidos), Graciela Carnevale (El Levante, Rosario), Steve Kurtz, Lucia Sommer, Steve Barnes Melissa Meschler (Critical art Ensemble - CAE, Estados Unidos), Alejandro Meitin, Silvina Babich (Ala Plástica, La Plata, Argentina), Joan Vila Puig (Sitezise, Barcelona, España), Eduardo Molinari (Plataforma La Dársena, Buenos Aires), Fabiano Kueva (Centro Experimental Oído Salvaje, Quito, Ecuador), Mauricio Corbalán y Pio Torroja (m7red, Buenos Aires, Argentina).

⁸ Proyecto co-comisariado por Alejandro Meitin de Ala Plástica, Mauricio Corbalán de m7red ambos integrantes de Nodo Sur del Ecuador Político y Teddy Cruz del Centro para Ecologías Urbanas de la UCSD como interlocutor remoto. Mas Información disponibles en: <<https://cuencaslab.wordpress.com/>>.

⁹ Nodo La Plata. Productores Familiares del Delta Santiago, La Grieta, IHAAA-FBA-UNLP, Síntoma Curadores, Vivero Experimental El Albardón, Cooperativa de Productores de la Costa Nodo CABA. Museo Quinquela Martín, Programa de Artistas de la Universidad Di Tella, Centro Cultural de la Cooperación, Cooperativa Los Mimbres. Nodo Rosario. Taller Ecologista, Programa de Agricultura Urbana, Taller de Comunicación Ambiental, Taller Flotante, El Paraná No se Toca, Centro Cultural Parque España, Centro Ecologista Renacer, Red Delta del Paraná

¹⁰ El Proyecto de Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA), consta de más de 400 proyectos diseñados para facilitar el acceso de materias primas y recursos naturales a centros de producción y mercados locales e internacionales generando fuertes impactos ambientales, económicos y sociales.

Falar antes de falar. Abordagem polifônica das situações ecológicas*

Vanessa Kohner [1]

Resumo: Este artigo expõe alguns gestos de pensamento tomados a partir de uma pesquisa em filosofia inscrita numa perspectiva ecosófica onde dialogam e o ecossistema de si e aquele dos arredores. Esta investigação centra-se em “o que” há a “trabalhar” nas condições de desastres ambientais anunciados ou já em curso. Como tomar aquilo que nos acontece? Ou seja, não apenas como levar em consideração a diversidade e a singularidade dos problemas ambientais, mas também como contar/dizer o que desperta em nós a catástrofe ecológica: nossos recursos, nossas paixões, nossas feridas, nossas responsabilidades? A arte de contar histórias permite acompanhar a subjetividade no seu trabalho de percepção da diversidade de vozes mobilizadas por questões ecológicas, mas também de dar a sentir como essas vozes (voz do coração, da razão, do medo, a voz animal, vegetal, mineral,...) estão interligadas e entram ou não em relação. Através da ativação da dimensão polifônica da consciência, a narração permite também a escritura de novas distribuições de existência, na qual nossos gestos se tornam mais sensíveis aos movimentos destes outros seres que habitam o planeta, participando na composição de um mundo comum em grande saúde.

Palavras-chave: Narrativa. Félix Guattari. Ecosofia.

Parler avant d'en parler. Approche polyphonique des situations écologiques

Resumé: Par cette communication, il s'agit d'exposer quelques gestuelles de pensée extraites d'une recherche en philosophie inscrite dans une perspective écosophique où dialoguent l'écosystème du soi et celui des alentours. Cette recherche porte sur «ce» qu'il y a à «travailler» dans les conditions de désastres écologiques annoncés ou déjà en cours. Comment prendre en «compte» ce qui nous arrive? C'est-à-dire, non seulement comment prendre en considération la diversité et la singularité des problèmes environnementaux, mais aussi comment raconter ce que suscite en nous la catastrophe écologique: nos ressources, nos passions, nos blessures, nos responsabilités? L'art du récit permet d'accompagner la subjectivité dans ce travail de perception de la diversité des voix mobilisées par les questions écologiques, mais aussi de donner à sentir la façon dont ces voix (voix du coeur, de la raison, de la peur, voix animales, végétales, minérales...) s'enchevêtrent et entrent ou non en relation. En activant la dimension polyphonique de la conscience, la mise en récit permet aussi l'écriture de nouvelles partitions d'existence où nos gestes se rendraient plus attentifs aux mouvements de ces autres êtres qui peuplent la planète et participeraient de la composition d'un monde commun en grande santé.

Mots-clefs: Récit. Félix Guattari. Écosophie.

[1] Vanessa Kohner é doutoranda na Université Libre de Bruxelles (ULB) onde desenvolve a tese intitulada *La danse écosophique. Articulation d'une écologie mentale, sociale et environnementale dans la lignée de Gilles Deleuze et Félix Guattari*, orientada por B. Timmermans.

Speaking before speaking. Polyphonic approach to environmental situations

Abstract: This article exposes thoughts taken from a research in philosophy inscribed in an ecosophy perspective in which dialogues our own ecosystem and the surrounding ones. This research focuses on “what” is to be “worked” under the conditions of announced or “in course” environmental disasters. How can we appropriate ourselves on what happens to us? In other words, our interests are not only discuss about how to consider the diversity and uniqueness of environmental problems, but also how to tell / say what awakens in us the ecological disaster: our resources, our passions, our wounds, our responsibilities? The art of storytelling allows to follow the subjectivity in its work of perception on the voices' diversity mobilized by ecological issues, and also allows to follow the subjectivity in its work of enable to feel how that voices (the voice of heart, reason and fear; animal, vegetable and mineral,...) are connected and get or not in relation. By activating the polyphonic dimension of consciousness, the narrative also allows the writing of new existence distributions in which our gestures become more sensitive to the movements of these other beings that inhabit the planet, participating in the composition of a common world in great health.

Keywords: Narrative. Felix Guattari. Ecosofia.

Não se assuste se começo minha apresentação de maneira um tanto abrupta. Faço isso de propósito. É a esse abrupto, à brutalidade daquilo que vão ouvir que se dedica uma parte da minha reflexão.

Pôde-se observar nitidamente um aquecimento da terra e da atmosfera, uma diminuição da quantidade de neve e de gelo, uma elevação do nível dos mares e das concentrações de gases de efeito estufa. A responsabilidade desta mudança pode ser atribuída em 95% às atividades humanas: queima de combustíveis fósseis, desmatamento (20%)... Além de um aumento de 2°C em relação à era pré-industrial, corremos o risco de enfrentar transtornos e precipitações climáticas incontroláveis, colocando em perigo os ecossistemas humanos e não humanos. O 5º Relatório do IPCC revela que esse aquecimento poderá atingir 5,5 °C até 2100². Se não mantivermos o aumento da temperatura abaixo do patamar de 2°C, se não mudarmos o cenário do consumo energético atual, haverá consequências sem precedentes. Atualmente, a temperatura aumentou em 0,85°C com relação à era pré-industrial. Inundações, secas, incêndios, tempestades violentas já fazem parte dos impactos nefastos destas mudanças climáticas. Hoje em dia, fala-se também de uma sexta extinção, a do holoceno. Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza, uma em cada oito espécies de pássaros, um em cada quatro mamíferos, um em cada três anfíbios e 70% de todas as plantas estão em perigo. A taxa de extinção é de 100 a 1000 vezes mais elevada que o ritmo natural. Juntamente com as espécies que desaparecem, estão igualmente ameaçados os meios que os abrigam (recife de corais, mangues). Observa-se também uma rarefação no nível dos recursos indispensáveis à vida na terra. A ONU estima que hoje 2,4 bilhões de indivíduos (ou seja, 1/3 do planeta), são privados do acesso à água potável. Segundo a FAO, em média 13 milhões de hectares de florestas desaparecem anualmente. A estes desaparecimentos acrescentem-se as poluições do ar, do oceano, dos solos, da saúde humana (câncer, má formação...). A isto se acrescenta a dificuldade cada vez maior de administração dos resíduos ligados a uma população crescente e a uma sociedade muito consumista: 1 quilo de lixo por dia por habitante nos países desenvolvidos (sem contar os

lixos escondidos), o aumento de 33% dos lixos elétricos e eletrônicos de hoje até 2017, criando 65,4 milhões de toneladas de detritos. A isto se acrescenta a ausência de controle no que diz respeito aos lixos radioativos da indústria nuclear. A isto se acrescenta...

Tomar conhecimento das numerosas catástrofes ecológicas que estão acontecendo tem o efeito de um anúncio de morte, de um aviso de fim de sonho. O choque ligado à declaração do diagnóstico ecológico poderia se comparar àquele experimentado no momento do prognóstico de uma doença grave, de uma ruptura sem volta possível quanto a certa maneira de vivenciar seu corpo. Um sentimento de paralisia e impotência nasce diante de um “como” habitar de maneira responsável aquilo que corre o risco de tornar-se inabitável, e que já o é para muitos indivíduos. A tarefa parece imensurável. Para não sucumbir ao caos das emoções, à tristeza, ao medo que acompanham esta experiência, um caminho que se toma é aquele de “anestesiá-lo”, suprimir a possibilidade de ser afetado e tocado pelo que nos envolve. Esta anestesia se traduz por uma perda de movimento, de consciência, de memória, por uma liberação de qualquer tipo de responsabilidade quanto ao inventário do nosso corpo ou do corpo coletivo.

A aposta da minha pesquisa é que existe outro caminho, que consiste em “estesiá-lo”, em despertar os sentidos, em ficar atento àquilo que nos toca e fazê-lo ecoar através de uma composição que evocará um canto vital, individual e coletivo. Pois este tipo de fenômeno sísmico desperta também sensibilidades, formas de questionar, de problematizar, de estar no mundo, em si próprio, em seu corpo e nos outros, que podem ser exploradas, de certo modo, através delas mesmas. Só se pode viver com uma doença grave, com um traumatismo, um ferimento, com a consciência

de nossa mortalidade próxima, tentando dar-lhes sentido, inscrevê-los em uma história.

Minha hipótese de trabalho trata precisamente *daquilo* que existe para *trabalhar* nessas condições de desastre, anunciado ou já em andamento. Nossa vida é feita de uma infinidade de pequenos gestos e sopros imperceptíveis, anedóticos. São estes pequenos gestos que povoam um ser e constroem seu meio ambiente. Se a anedota é um pequeno acontecimento que tomamos por secundário e menor aos olhos de uma ação dita principal e maior, a anedota “vital” é um microrrelato do qual gravamos intensamente o traço, porque o essencial aí se encontra. E, justamente, são estes microrrelatos que revelam outras relações com o vento, o sol, a eletricidade, a terra, que eu gostaria que fizessem a diferença.

Através da escolha de narrativas (*Sexta-feira ou os limbos do Pacífico* de Michel Tournier, *O Pequeno Príncipe* de Antoine de Saint-Exupéry, *Eu, Christiane F., 13 anos, drogada prostituída...*), exploro aquilo que “a declaração da catástrofe ecológica” mobiliza como fontes de energia, possibilidades, novas alianças. Logo, minha hipótese principal demonstra que estas fontes podem ser encontradas em algumas narrativas individuais e coletivas, mas que não temos necessariamente o hábito de caracterizá-las como “ecológicas” - da mesma maneira que aquilo que faz “sentido” ou o “histórico” em uma doença não pertence propriamente nem ao diagnóstico nem ao remédio, nem ao sentido médico destes termos. Sob este ponto de vista, a “cura” não é somente a supressão da lesão, mas a cultura de uma arte do cuidar que pode se comparar a implantação de uma nova consciência. A via que sigo consiste em uma estetização na qual se intensifica o movimento da consciência, estimula-se a capacidade de resistir aos choques que enfraquecem e se

ganha impulso, imaginando, desembaraçando, cultivando outras relações para aquilo que defendemos como vital.

Esse insensível e incômodo veredicto do diagnóstico ecológico no que concerne à atmosfera, aos rios, às florestas, esse estilo não narrativo, é uma maneira de falar que se dirige apenas a uma das vertentes cognitivas do ser humano. Ao lado desta maneira de falar, seria conveniente outros modos de enunciação que estimulem outras versões do corpo quanto às modos de alcançar, de tocar, de entrar em relação com as florestas, os oceanos, os rios, o ar. Proponho multiplicar as narrativas, no sentido de *relatio*, relacionar tudo isso de maneira que a diversidade polifônica de um ser e das situações seja levada em consideração. Isto me leva a questionar filosoficamente o relato, não para defini-lo, mas para testar sua eficácia, sua repercussão. O relato me parece representar o papel de intercessor. Ele permite um diálogo com os medos, os traumas, as feridas, os indizíveis, e dessa maneira, pelas aberturas espaço-temporais que ele suscita (nos conectar a tais e tais *tópos* do corpo), ele permite negociar a comunicação pela reflexão tanto conceitual quanto afetiva, e traçar os pontos entre essas diversas maneiras de pensar.

FALAR ANTES DE FALAR

Procuro, então, criar maneiras de falar, de contar aquilo que a catástrofe ecológica provoca em nós: nossos consolos, nossas paixões, nossas feridas, nossas responsabilidades. A questão que me estimula é a seguinte: como levar em conta o que acontece conosco? Quer dizer, não somente como levar em consideração a diversidade e a singularidade dos problemas ambientais, mas também como relatá-los, colocá-los em forma de relato, para poder

habitá-los? A meu ver, o que importa é criar e conviver com lugares significativos que acolham a diversidade de vozes interessadas pelo que nos acontece, de tal modo a nos fazer entrar em contato com a diversidade das vozes que falam em nós (vozes do coração, vozes da razão, vozes do medo, da raiva, da resignação, do suicídio) e, assim, fazendo com que outras maneiras de se expressar, incluindo as sensibilidades e formas de vidas extra-humanas, contribuam para estimular e tornar vivo o mundo que habitamos. Outra das minhas hipóteses ou linhas de pensamento é que *falar* só exalta a expressão verbal (nós choramos, rimos, dançamos, construímos, emanamos odores, vibrações) e que não somos os únicos a *falar*, a existir no atual cenário ecológico (as montanhas falam, os cachorros são excelentes contadores, os pássaros fazem frases que povoam o céu de relatos com entradas múltiplas, a terra respira...). Compor um mundo comum que esteja com grande saúde (sabendo que a saúde de um ecossistema se deve à diversidade de seus componentes, e também às interações entre estes) necessita que as vozes, as proposições de existência, possam crescer juntas umas com as outras e não em detrimento umas das outras. Então *falar* não “de”, mas “com”, implica estar estimulado pelos sopros que fazem falar e não desligado deles.

Mas como fazer falar nas nossas vidas estes não humanos e o que nos contam eles?

Nós falamos de contar, então eu proponho a vocês uma pequena história...

A FALA DAS MONTANHAS E DAS BORBOLETAS

Na ilha de Stromboli, na Itália, diz-se com relação ao antigo vulcão que “Ele fala”. Eu me lembro desse

insulano que, no momento de lhe pagar uma compra, interrompeu ouvindo um barulho ao longe. Ele me olhou, dizendo num tom interrogativo: “ele falou?”. Sem esperar pela minha resposta, correu para fora da loja para averiguar “alguma coisa”. Naquele momento eu não tinha entendido muito bem. Mas durante minha escalada noturna à montanha de fogo, quando me encontrava a alguns metros das crateras, e ao longe a tempestade trovoava sobre um fundo de mar agitado, violento, e a meus pés se estendia um vertiginoso abismo, entendi a importância crucial daquele “ele falou?”, e ouvi muito bem o que contavam aquelas bocas cuspidoras de cinzas e de lavas incandescentes. Pois naquela noite, minha vida, que estava suspensa em seus lábios, começou a depender de minha escuta e da maneira pela qual eu responderia. O diálogo que se produziu então, dentro e fora de mim, penetrou em inúmeras vertentes do meu ser, e ativou inúmeras vozes: a de Empédocles, a dos vulcanólogos, a da minha morte, do meu medo e do meu desejo ardente de permanecer viva. Fez-se entre minha temporalidade humana e a do antigo vulcão de 220.000 anos, entre as frases de seu corpo, cujas palavras eram estes velhos relevos com os quais eu podia me agarrar, e estas frases jovens que brilhavam no céu e das quais não podia afastar os olhos caso contrário poderia ser atacado pelas costas. Como compor uma música com ele sem me deixar capturar pelo sublime desse canto que era testemunha da infância da terra? Enquanto isso, o vento e a névoa se intensificaram. Havia essas palavras no céu: CINZAS. Havia essas palavras no chão: CINZAS. Cinzas, cinzas em todos os lugares. A ordem do vulcão era clara: era preciso “descer”, mas ainda foi necessário que isto tocasse minha consciência e que esta entrasse em acordo com tudo. As palavras da minha resposta foram feitas através de gestos: escutar o som, não dar as costas às cinzas que saem da sua boca, aceitar voltar atrás porque o vento mudou e lançou em minha direção gazes nocivos, não tirar a foto que faria de mim um herói, deixar-me guiar por sua encosta optando por uma postura animal e me lembrando de que, cedo ou tarde, eu precisaria parar de fumar...

Este diálogo com o vulcão, com esse não humano, recolocando-me na minha dimensão em relação à dele, como a de uma criança em comparação com a terra, conectando-me

com minha situação de mortal, ativou em mim aptidões inusitadas, despertou em mim uma língua que não falava havia muito tempo, uma língua mais que humana, feita de gamas animais e elementares. O vulcão, quando entramos em contato com seu fraseado, não ensina a *hybris*, ou a desmesura, mas, sim, a humildade.

Dizer que uma montanha fala (e não precisa ser o caso particular de um vulcão) e se deixar levar pelo aprendizado de sua língua não é cair em poética desencarnada procedente unicamente da bela metáfora: é uma realidade com a qual o montanhês deve se adaptar, se quiser viver, comer, dormir, pensar. Falar a *língua de uma montanha* reconhece o fato de produzir um ato de fala, de enunciação, de reflexão que não é emitido somente a partir do ponto de vista humano, mas igualmente em parceria com as forças que constituem a montanha e os habitantes que vivem no local. A palavra da montanha é claramente performativa, ela conduz a uma metamorfose, por menos que se aceite deixar-se *habitar* por suas vozes diversas, variadas, ritmar-se pela sua tectônica, suas respirações, suas luzes, percorrer diferentes escalas temporais que vão de um dia (para as borboletas) a bilhões de anos (para o rochedo). Aceitando aprender como é feita sua organização, colocando-se à altura das problemáticas suscitadas, isto desperta em um ser saberes escondidos, em que se veem ativados pensamentos da altura de arbustos, reflexões com a envergadura de águas, bem como gestos existenciais que um estilo de vida em um único diálogo com as invenções humanas normalmente fazem calar. Aponto aqui um duplo movimento: de um lado, aceitar essa operação de *epoché*, quer dizer, de pôr entre parênteses o monólogo humano, deixar-se transpassar pela melodia comum aos animais e vegetais, e do outro lado retomar

nosso “solo” com uma consciência maior daquilo que nos constitui enquanto humanos. Compreendendo sua situação, sua posição na cadeia das interdependências e trocas vitais, o humano pode avaliar melhor o impacto que tem sua maneira de tocar o mundo e assim ajustar sua ética ambientalista, quer dizer, sua arte de se conduzir no ambiente que o envolve, a fim de respeitar aquilo que faz sua organização vital.

Claro que vou dizer uma palavra sobre leituras que inspiram e alimentam minha pesquisa, mas se falo primeiro da montanha é porque foi ela que me fez falar hoje. É pelo contato com ela (quase 10 anos de vida em comum) e com seu povo que pude dar significado à palavra humildade que o vulcão havia comunicado e lembrado à minha consciência. A palavra humildade vem de *humus* (terra) e é geralmente definida como uma qualidade que se liga à tomada de consciência da sua condição e seu lugar entre os outros e no universo. Foi tomando consciência dos limites da minha temporalidade, da beleza graciosa de estar vivo aqui e agora, neste planeta terra, que fiquei atenta à polifonia do ser vivo, a todas essas questões que me faziam viver e das quais precisava, então, cuidar.

Falar “desta maneira” exalta a anedota vital. Quando o filósofo Gilles Deleuze fala de anedota vital quer dar a entender que a criação de conceitos (própria da filosofia) e a criação de um estilo de vida são conjuntas. A anedota vital retrata “quem fala” e “de onde ele fala”. Deleuze retoma aqui o método nietzschiano que consiste em fazer da filosofia e da vida duas entidades não separadas. Pensar depende das forças que se apaixonam por este pensamento, dos afetos e das energias que se apossam do corpo. Parece-me que se desenha então uma

maneira fecunda de abordar as relações entre pensamento filosófico e ecologia. Fundar uma tipologia ou uma topologia das forças permite conectar o “eu” e seu discurso ao seu meio ambiente. Esta posição contrasta com outra postura filosófica vinda do cartesianismo que consiste em abstrair sua existência das circunstâncias e dos arredores. No *Discurso sobre o Método*, o “eu” descobre que é uma substância pensante: para ser, “não precisa de nenhum lugar, nem depende de qualquer coisa material” (DESCARTES, 1966, p. 67). O “Eu” é universal e não se torna *outro* em contato com o que encontra. Herdo aqui o conceito de Félix Guattari que consiste em dizer que a subjetividade não é uma entidade fixa, mas processual, ou seja, ela pode se transformar no decorrer desses encontros. Para Guattari, a subjetividade é polifônica. Ela é constituída e disposta em uma multiplicidade de componentes heterogêneos³. Voltarei (se tiver tempo) a essa dimensão polifônica da subjetividade, bem como à noção polifônica do ser coeso.

TRANSPORTADORES DE SEIVA OU ESTIMULADORES DE QUESTÕES

Com esta história do vulcão, você poderia dizer, repetindo a expressão de Gilles Deleuze, que me pegou “em flagrante delito de legendar”. O que acontece com este tipo de anedota vital como a do vulcão é realmente a capacidade de produção de sentido e valor. O que isso implica? O que é que isso restaura? O que isso desperta como novos vínculos? Esta pequena história é o que me permite iniciar uma relação com a terra, recolocar em questão uma maneira de pensar as problemáticas ecológicas sempre que o pensamento esbarra no impensável que paralisa (qual é o sentido da vida na Terra? De onde viemos? Para onde escolhemos ir e como?).

Esta história chama naturalmente outras histórias, porque em uma abordagem ecológica todas as coisas estão interligadas. A ecologia precisa de estimuladores de questões, de transportadores de seivas. Se a pessoa vive nas montanhas ou na cidade, esses transportadores capazes de reativar nossas vozes e de readaptar nossa relação com o que nos rodeia não faltam, mas é conveniente dar-lhes importância, recebê-los e dar-lhes voz. Estes podem ser de vários tipos: chuva, vento, sol, cão, árvore, flor, terra vegetal, filósofo, horticultor, professor de canto. Podem até estar em alguns livros e filmes.

Portanto, é uma nova sensibilidade ético/estética que proponho desenvolver, uma nova consciência (no sentido de estar alerta, de estar presente) na qual nossos movimentos (gestualidades do pensar, tocar, conhecer) estariam atentos aos movimentos dos outros seres, do ar e da terra, das colinas e dos rios, do sol e da lua, do dia e da noite, dos animais e das florestas e de todas essas forças que participam da formação dos corpos e daquilo que os faz viver (a terra nos alimenta, o ar nos faz respirar). Neste contexto, a paisagem ecológica não é percebida, vivida como um mundo voltado para o sujeito, o sujeito não é espectador, mas parte atuante. Este enfoque lhe permite aprimorar esta arte, discernir, avaliar o que favorece a vida (os focos de intensificação da respiração), ou o que a altera a ponto de ameaçar nossa própria sobrevivência e a de nossos companheiros não humanos.

A ECOSOFIA SEGUNDO FÉLIX GUATTARI

Para me orientar no desdobramento dessa consciência ecológica na qual se articulam o ecossistema íntimo e o circundante, parti dos trabalhos do filósofo e psicanalista Félix Guattari e de alguns conceitos que ele

desenvolveu com o filósofo Gilles Deleuze. Para Guattari não há uma ecologia, mas pelo menos três registros ecológicos. Trata-se de articulá-los de maneira solidária assegurando a singularidade do processo de cada um dos registros: meio ambiente “natural”, relações sociais e subjetividade humana. Situar-se na perspectiva ecosófica consiste em operar a articulação conjunta de uma ecologia mental, social e ambiental, em que a ecosofia é o arranjo ético-político, ético-estético destes três continentes solidários. A práxis ecosófica é um verdadeiro desafio para a criação de outros “viver juntos”. O livro *As três ecologias*, publicado em 1989, parte da constatação da deterioração crescente da nossa relação com o *socius* (casal / família / grupo / vizinhança), com a natureza e com a nossa psique. Ele nos mostra que estas três áreas estão intimamente ligadas. Os desastres e as catástrofes dos ecossistemas sociais, que se são postos em jogo no interior do *socius* ocidental (marginalizados, imigrantes...), ou que se produzam no terceiro mundo, não estão separados dos dramas ambientais (Chernobyl, secas, desmatamentos) nem dissociados do desaparecimento maciço de populações criadoras de nossa psique, nem da invasão desse mesmo espaço íntimo pelos modelos desvitalizantes dos meios de comunicação de massa de um capitalismo com intenção hegemônica. Portanto, as crises serão “curadas” apenas se pensarmos juntos, de maneira conjunta, estes três eixos. O pensamento e a práxis ecosófica, portanto, vivem em uma lógica diferente da estrutura fixa dos sistemas comunicativos comuns, dos conjuntos delimitando seus objetos. A eco-lógica é a lógica das intensidades, na qual a atenção é dada “aos movimentos e à intensidade dos processos evolutivos”. Ela “visa à existência se formando, se definindo, se desterritorializando” (GUATTARI, 1989, p.

36). Ela favorece a obra aberta. Esta outra sabedoria do habitat entende que o inesperado, o desconhecido e a ínfima pequena incursão vivida na forma de um redemoinho terrível no seio de nossos frágeis equilíbrios não geram um endurecimento das nossas fronteiras, mas a reestruturação criativa de outros mapas. Guattari entende essa eco-lógica de um modo semelhante ao do artista cujos planos de criação se veem constantemente remanejados ao sabor dos obstáculos que encontra no traçado de sua linha vital.

Para Guattari, ecosofia mental envolve a criação de outras relações existenciais, outras escrituras do corpo, outras experiências com a natureza, a morte, o sexo e o fantasma, procurando antídotos para a uniformização midiática e telemática. A ecosofia social estabelece uma relação com o estar junto por meio das diversas maneiras de ser já constituídas pelo casal, a família, a vizinhança, os colegas de trabalho... Com a crescente degradação deste arranjo em face da contaminação desta trama coletiva, incluindo principalmente a exclusão e o racismo, a ecologia social consiste em modificar e reinventar as maneiras de ser no seio do casal, da família, do trabalho e do contexto urbano. Isto será possível não somente pelas “intervenções comunicacionais”, mas também pelas “mutações existenciais, portanto, sobre a essência da subjetividade” (GUATTARI, 1989, p. 22), tanto quanto pelas “práticas experimentais reais”. O importante aqui é o paradigma estético e a arte de criar uma relação com o outro que seja inédita, não regida por valores midiáticos estereotipados que não levariam em conta a singularidade e a complexidade inerente a cada situação. No que diz respeito às problemáticas ligadas à ecologia ambiental, quanto aos abusos causados aos rios, montanhas, animais e plantas, diante das

maiores preocupações relacionadas com as ameaças à biosfera, ao aquecimento global e à extinção de espécies, Guattari apela para uma capacidade coletiva, um tango polifônico entre ecologia individual, social e política. Ou seja, “qualquer apreensão de um problema ambiental pressupõe o desenvolvimento de um universo de valores e, portanto, um engajamento ético-político” (GUATTARI, 2013, p. 75). Trata-se de criar novos valores que não sejam unicamente focados nas valorizações capitalistas de um ganho econômico perdendo todo propósito humano. O desafio da subjetividade ecológica é tanto estético (criação de novas sensibilidades) quanto ético (criação de outras relações com o outro) e de um modo que não seja controlado pela autoridade transcendente de uma moral. Ela consiste, a partir do momento em que se toma consciência da finitude, isto é, do fato de que um lapso de tempo nos é concedido para trabalhar em proveito de uma (re)construção de si e da relação com o outro, em cultivar e reanimar valores em vias de extinção (solidariedade, empatia), em inventar o novo, em se questionar sobre o “sentido das responsabilidades não só em relação à sua própria sobrevivência, mas também à do futuro de toda a vida neste planeta, das espécies animais e vegetais, e também das espécies incorpóreas, tais como a música, as artes, o cinema, o amor [...]” (GUATTARI, 2013, p. 60).

No entanto, o campo da ecologia ambiental, do meio “natural”, não é realmente explorado pelo próprio Guattari. Este continente permanece pouco povoado conceitualmente. Aí também habitam medos como o de um “retorno” retrógrado à natureza sem vínculos com as invenções dos homens, como o advento de um capitalismo verde. Levando isto em consideração, ao invés de circunscrever três áreas ecológicas, eu multiplicaria as

situações ecológicas e dentro de cada uma delas examinaria como uma ecosofia opera (sabedoria de habitar), onde se articulam e dialogam a ecologia do eu e a ecologia do *socius*. Neste *socius*, integraria as inteligências e sensibilidades mais do que humanas (animais, vegetais), o espaço comum, o conjunto não sendo composto apenas por seres humanos, mas também pelo avô Tília, grande-irmão Taro (como dizem os havaianos quando falam desta leguminosa), a Floresta Amazônica... No decorrer da história da espécie humana, e até entre certos povos e na maneira de viver de muitas pessoas atualmente, mantêm-se relações com o vento, paisagens e florestas. Tudo isto fala, canta e participa de uma música comum. O encontro com um animal, o trovão, o granizo, o arco-íris, a maneira de produzir frutos de uma árvore, fazem parte dos acontecimentos importantes de um dia, suscitam a reflexão coletiva e que sejam consultados os antepassados para interpretar o significado de um acontecimento particular, porque disso depende a sobrevivência de uma alma, a subsistência da comunidade. Com as mudanças climáticas atuais, esse tipo de preocupação vai voltar à mesa de discussão.

EXEMPLO DE RELATO: O PEQUENO PRÍNCIPE DE SAINT-EXUPÉRY

O conto do Pequeno Príncipe fala sobre como habitar o inabitável. Seu falar tem a eficácia de um poder transformador. Atuante no que afirma, ele inventa um remédio para o irreparável. Mergulha no irrespirável das lesões e intensifica o sopro vital, fornecendo uma dose de cuidado e responsabilidade à nossa forma de construir relacionamentos. Este inabitável permite ser habitado tanto no que diz respeito ao conceito filosófico quanto ao pensamento pelos afetos.

Portanto, é uma abordagem polifônica. Falei a pouco de ecosofia, ou seja, da concatenação de uma ecologia do eu e do *socius* guiada por um paradigma ético-estético. Designei este *socius*, e pareceu-me apropriado incluir raposa, árvore e cobra, pois são inteligências que participam de nossos agenciamentos coletivos e cujo conhecimento contribui para a formação do nosso. O Pequeno Príncipe é uma daquelas histórias que realizam este movimento ecosófico de fazer música com seu coral particular e com o dos outros. Pode-se ver, no decorrer dos encontros, que se articula e se constrói um diálogo com o meio ambiente pessoal e interpessoal, que se modela uma relação consigo e com o outro, sendo este humano (o aviador, o rei, o homem de negócios), animal (a raposa, a cobra), vegetal (a flor, o baobá) ou mineral (o vulcão, o deserto), que se reporta ao cósmico (a estrela, o sol), ao terrestre (o nosso planeta Terra) ou ao extraterrestre (o pequeno príncipe). Os problemas filosóficos ligados à ecologia levantados, experimentados e rearticulados, a fim de superá-los, são os seguintes: articulação do distante e do próximo, do visível e do invisível, do local e do global (minha flor - minha terra - meu animal/a floresta amazônica, as populações animais), do efêmero e do durável...

Já que não temos a possibilidade de nos sentar ao redor do fogo e aí passar a noite, vou rever muito brevemente as etapas desta caminhada ecosófica na qual se aprende esse *fazer música* de modo coletivo, tanto no nível das populações íntimas, quanto com outras entidades humanas, animais, vegetais e cósmicas. Estas etapas são as seguintes:

1) O pequeno príncipe pratica cuidadosamente a lógica do coexistir. Ele cuida de seu ambiente, do que faz sentido para ele, a saber: todo

dia, depois de fazer sua higiene pessoal, ele faz a higiene do planeta. Ele limpa a boca dos vulcões, arranca os rebentos do Baobá e rega as flores.

2) Um acontecimento inesperado vem perturbar o seu agenciamento: a chegada de uma flor muito complicada. Esta desconhecida provoca nele a confusão em sua lógica do coexistir. Seu *ethos*, sua arte e estilo de vida se veem abalados. Daí surge a paralisia e a tristeza. O pequeno príncipe, que não sabe gerir suas impaciências nem acolher sua tristeza como uma hóspede passageira, partirá abandonando tudo o que faz sentido para ele. Viverá com esse amor ferido, mas continuará o trabalho de aprender a amar sua flor. Em cada um dos seus encontros, fará uma consulta sobre esta questão. É um animal, a raposa, que irá fornecer a dosagem do medicamento que o ajudará a “curar” sua ferida, iniciando-o na arte de *fazer música* com o outro. Este remédio consiste no despertar para uma nova consciência cujos ingredientes são:

a) Aprender a criar um tempo para o encontro, aprender a desacelerar e exercitar a paciência. Longe de uma cultura intensiva, estar atento ao tempo que as coisas levam para se criarem é o que dá seu sabor, sua raridade. Assim, criam-se os laços que libertam. Aqui, o encontro ecológico é previsto como a arte de cultivar interações que fazem crescer com autonomia cada uma das partes envolvidas na relação.

b) Aprender a coexistir com acontecimentos próprios à travessia do vivo, ao país das lágrimas, ao luto, à solidão. Este aprendizado é realmente aquele de uma ecologia de si. No ecossistema de um ser coexiste uma variedade de afetos. É uma polifonia em que cada polaridade emocional tem algo a dizer, sua voz a exprimir. A ecologia de si seria

experimentada como a arte de “coexistir” com as várias vertentes emocionais, para desvendar as complementaridades, as interações, e estar atento àqueles momentos em que um polo assume o domínio sobre os outros, arriscando silenciá-los permanentemente.

c) Aprender a ver com todos os seus sentidos, não apenas a olhar com os olhos. “O essencial é invisível para os olhos”. Para além do simples reconhecimento orgânico, começa-se a ver as forças que estão trabalhando na constituição do visível. Ao perceptivo se junta o afetivo, e segue-se uma operação de captação destes pequenos acontecimentos discretos que dão fôlego. A partir disto, fazemos de um ambiente comum um meio sagrado. Aquilo que faz viver estabelece também a imanência: no riso do amigo, na árvore do parque, na pedra que se encontra em nossas mãos e na qual a montanha é dobrada. Segue-se uma articulação renovada do local e do global, do durável e do efêmero. No amigo, há um mundo que precisa ser cuidado; na defesa desta árvore, há um gesto em favor do planeta.

3) O pequeno príncipe, por sua vez, transmite o remédio ao aviador, que por sua vez o divulgará ao leitor.

Nós não escaparemos disto, pois o pequeno príncipe, que tem o irritante hábito de fazer uma série de perguntas a quem estiver no seu caminho, nos faz estas perguntas também. Quais são elas?

Esta história não esgota todas as questões. Outras histórias como “*Sexta-feira ou a vida selvagem*”, “*Christiane F., 13 anos, drogada prostituída*” colocam-nos diante de outras situações ecológicas, confrontam-nos com outros problemas ecosóficis que suscitam outras questões. Quais são elas?

Tradução de Teresa Cristina de Arruda Botelho

REFERÊNCIAS

DESCARTES, R. *Discours de la méthode*. Paris: GF Flammarion, 1966.

GUATTARI, F. *Chaosmose*. Paris: Galilée, 1992.

_____. *Les trois écologies*. Paris: Galilée, 1989.

_____. *Qu'est-ce que l'écologie?*, Paris: Lignes/Imec, 2013.

Recebido em: 11/10/2015

Aceito em: 11/10/2015

* Texto apresentado no *Seminário dos doutorandos*, 19 de novembro de 2014, Université de Liège (ULg). Esta versão foi gentilmente cedida pela autora para tradução e publicação pela *ClimaCom* para este dossiê.

² Resumo aos cuidados dos formuladores do volume I do 5º Relatório de avaliação do IPCC disponível em: <http://www.ipcc.ch/report/ar5/wg1/docs/WG1AR5_SPM_brochure_fr.pdf>.

³ Uma multiplicidade de registros semióticos engendra a subjetividade, não estando estes nas relações hierárquicas, fixados de uma vez por todas. Para cada ser humano, existe uma “heterogeneidade dos componentes agenciando a produção de subjetividade”. Guattari os reúne em três grupos: “1) dos componentes semiológicos significantes, que se manifestam através da família, da educação, meio ambiente, da religião, da arte, do esporte... 2) dos elementos fabricados pela indústria das mídias, do cinema etc. 3) das dimensões semiológicas a-significantes colocando em jogo máquinas informacionais de signos, funcionando paralelamente ou independentemente com o fato de elas produzirem e veicularem significações e denotações e escapando então dos axiomas propriamente linguísticos”. (GUATTARI, 1992, p. 15).

Sismografia*

Ana Godoy [1]

Resumo: A partir da relação entre eventos diversos e certa cinematografia e literatura, o artigo procura esboçar a relação entre catástrofe, governo e imaginação como componentes eficazes das mudanças climáticas, bem como, e principalmente, vislumbrar seus abalos e os funcionamentos que a eles escapam e se contrapõem.

Palavras-chave: Catástrofe. Imaginação. Mudanças climáticas.

Seismography

Abstract: As from the connection between various events and certain cinematography and literature, the article tries to draft the relationship between catastrophe, government and imagination as effective components of climate change, as well as mainly tries to glimpse their undermining and the functionings that escape and oppose to it.

Keywords: Catastrophe. Imagination. Climate change.

[1] Ana Godoy é doutora em Ciências Sociais (Ciência Política) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pesquisadora associada à Sub-rede Divulgação Científica e Mudanças Climáticas (Labjor/Unicamp) da Rede Clima (financiamento CNPq). É autora de *A menor das ecologias* (São Paulo: Edusp, 2008).

Quand le monde devient si noir qu'il faut tâtonner avec les mains, et qu'on pense qu'il se défait comme une toile d'araignée! C'est comme quand quelque chose est et cependant n'est pas. Quand tout est sombre, avec encore une lueur rouge à l'ouest, comme d'une forge.

(Woyzeck de Bruckner)

Em outra ocasião², ao me deter no prelúdio de *Coração de cristal*, de Werner Herzog - na cena em que contemplamos o nevoeiro de *time-lapses*³ que escorre ondulante acompanhado de uma tomada atordoante do alto de uma cachoeira -, dizia que ele nos permitia pensar a menor inclinação de uma folha como uma vertigem que sobrevém, pois entendia, como ainda entendo, que a catástrofe não diz respeito exclusivamente aos efeitos de grandes eventos, mas ao engendramento de novas configurações espaço-temporais que resultam seja dos colapsos das subjetividades e dos cotidianos no contemporâneo, seja de certa desorganização das existências. Nesse sentido, a catástrofe correria por baixo, conectando-nos aos eventos, fazendo ressoar o corpo da terra em cada corpo singular - como se a inclinação de uma folha reunisse nela toda a potência de uma convulsão desordenada que nos espreita e convoca.

Tal como Herzog e o selvagem visionário Hias de *Coração de Cristal*, é preciso então contemplar a catástrofe em seu minimalismo, e perguntar-se com que “palavras de uma linguagem medida poderíamos chegar a enunciar o excesso ali tornado visível” (BUESCO; CORDEIRO, 2005, contracapa).

É preciso, talvez, então, a contrapelo de uma ecologia que busca integrar os diferentes níveis de relações para minimizar os efeitos de uma

catástrofe projetada, integrar a noção de ruptura que ela porta na experiência do devir das gentes e da Terra. O que pomos em jogo aqui é um combate a um modo de governo cujo regime de práticas não se ocupa mais de reduzir ao previsível e familiar o que se desconhece, mas trabalha a partir do reconhecimento de que a catástrofe, por pertencer ao futuro (e por isso tornar todos os futuros catastróficos), não pode ser conhecida. Nesse sentido, ela se apresenta como um dispositivo de governo acionado por modos diversos de conhecimento, articulados a uma dada racionalidade, em que a imaginação (os futuros imaginados convertidos em dados de projeção de cenários) acoplada à experiência sensorial (do medo, da ansiedade) tornam o que advém - o novo, a ruptura e a descontinuidade - permanentemente ameaçadores.

O combate que propomos diz respeito, então, a uma certa relação com a instabilidade, em que se está sempre à beira de romper com uma ordem que reflete as experiências humanas como sendo (ou devendo ser) afeitas à aceitação passiva de tudo aquilo que se contrapõe à mudança. Diz respeito também à potência do que resta quando tudo se apresenta a nós como perdido. E por fim diz respeito a uma recusa em catastrofizar toda e qualquer situação - impulso intelectual que nada mais é do que o reconhecimento de que nossa herança comum, como pontuou o polêmico filósofo Zizek (2012), é uma mesma catástrofe ontológica.

O leitor notará, portanto, que este breve artigo é uma espécie de composição sismográfica, no sentido de remeter a uma arte de registrar os abalos e movimentos imperceptíveis que põem em jogo intelectuais e especialistas e o bloqueio do investimento político numa ruptura radical - seja pela recalibração da imaginação que não cessa de ser rebatida sobre um futuro

catastrófico, seja pela despolitização da imaginação que a leva a produzir as imagens de um mundo desejável igualmente catastrófico, uma vez que em nome dele todo horror se justifica; em ambas as vias, a ela desempenha um papel de suplemento de governo traduzido em termos de “cenários futuros” econômico-climáticos (ARADAU; VAN MUNSTER, 2011). Pois é preciso não esquecer que

[...] é a imaginação que atravessa os domínios, as ordens e os níveis abatendo as divisórias, co-extensiva ao mundo, guiando nosso corpo e inspirando nossa alma, apreendendo a unidade da natureza e do espírito, consciência larvar, indo sem parar da ciência ao sonho e inversamente (DELEUZE, 2006, p. 284).

E que, ao fazê-lo, conecta o atual ao virtual. É precisamente esta coextensividade ao mundo que torna a imaginação criadora, permitindo-nos confrontar a impossibilidade e criar mundos. É precisamente por este motivo que ela se torna imprescindível, contemporaneamente, para o governo das populações em relação aos eventos futuros (ARADAU; VAN MUNSTER, 2011). Nesse sentido, as mudanças climáticas se avizinham dos atentados terroristas, pois participam do mesmo mundo imaginado no qual o desconhecido modula práticas de governo e subjetivação da forma mais insidiosa: via os sentidos.

O ABC DAS CATÁSTROFES

Deixemos, por ora, Hias em silêncio na mais alta montanha, para nele divisar “o mais concentrado de todos os silêncios”, como assim o chamou Aníbal Machado. Pois este é aquele

[...] que reúne as forças do cosmos e resume numa tensão extralúcida as experiências do tempo, o silêncio dos silêncios - [...] aquele, de poucos instantes, anterior à catástrofe que sabemos irremediável e próxima. [...]

Nesse momento, a única saída é virarmos para o outro lado da vida e nos vermos passeando no jardim do bairro, parados nalgum terraço ou sentados numa espreguiçadeira, a apreciar o próprio desastre que nos vai vitimar. Se ocorrer alguma frase de ternura familiar, por exemplo: “Vamos dormir, meu bem?” - manifestação alucinatória de um desejo de volta à segurança em circunstância impossível - o trágico poderá ser evitado (MACHADO, 2004, p. 100).

Este pequeno trecho que abre o *ABC das catástrofes*, série de fragmentos que posteriormente passaram a integrar o igualmente fragmentário *Cadernos de João*, exortam um modo de pensar que tem na força da imaginação, no seu vagabundear errante entre delírio e ciência, os meios para evitar não a catástrofe, mas o trágico - que seria, quem sabe, converter-nos em fanáticos, em fascistas, em receosos patológicos, em crédulos obstinados, em retraídos afetivos - modos variados da indiferença que provoca “o anestesiamiento progressivo das forças de vida” (GIL, 2004, p. 99), reduzindo-nos ao “estado hipnótico-consumista do Homo Otarius” (PELBART, 2006, [s.p.]).

Vamos imaginar então que o trágico a ser evitado é aquele em que o anúncio da catástrofe ou sua realização nos reconforta intelectualmente (ou porque “era esperado”, ou porque “tinha que dar nisso”), pois nos permite crer que nossa inteligência, ainda assim, chega a algum lugar (o *conhecido desconhecido*), esse lugar onde se reúnem especialistas, onde não há praças tampouco varandas. Ali onde tudo está morto ou em vias de morrer. O trágico a ser evitado

seria também então o consenso obsessivo que nos impediria de apreender a disrupção radical de certo modo de vida ao (tentar) tornar menos intensos os abalos e as flutuações que percorrem, subterrâneos, a pretensa solidez do “negócio da administração da vida”, ao qual os especialistas nos querem enganchar por todos os lados.

Mas o que há, afinal, de tão importante no jardim do bairro, na varanda, na espreguiçadeira e na voz que convida “vamos dormir, meu bem?” senão os corpos todos entremeados, abandonados em preguiça sobre a lona (talvez listrada), caminhando a passos lentos ou em frenética e combativa correria no jardim - que poderia ser aquele no Parque Gezi ou na Praça Roosevelt, por que não? -, debruçados sobre os arcos de ferro (ou concreto?) de uma varanda qualquer, tudo isso em qualquer lugar, tão longe e tão perto que mal conseguimos vislumbrar os corpos que se aninham. Há corpos, diremos então. Há gentes. E estão sobre a Terra, ainda que a varanda se confunda com a amurada de um transatlântico, e a espreguiçadeira com uma maca e o jardim não passe de uma floreira diante de uma casa, numa rua qualquer de Kyoto - ou do cenário de *Nelken* de Pina Bausch. Trata-se simplesmente de um outro espaço-tempo, efeito de um vigor e uma cintilância que nos fazem desviar da morte em vida, pois escapa a um certo tipo de ordem que inclui tudo, inclusive a catástrofe, e que estrutura nossa experiência sensível do mundo segundo um regime de governo por antecipação.

MALDIÇÃO I

Fala-se de fim e de catástrofe como se estes não se dirigissem ao limite do conhecimento e a uma radical incognoscibilidade, como se não dissessem respeito ao corpo, como se

o corpo neles não estivesse terrivelmente implicado, como se nada, nenhum deles, dissesse respeito à Terra. Graças a esse lugar onde se encastelaram especialistas, e alguns intelectuais, espécie de lócus amaldiçoado onde qualquer futuro é catastrófico e por isso natimorto, interpôs-se um abismo entre o corpo próprio e o corpo da Terra, tornando equívoca a compreensão de ambos. Assim é que o que se passa em um está longe (demasiadamente) do que se passa no outro, de modo que a intensidade experimentada pelo primeiro nada diz ou pode dizer do que acomete o segundo. Por essa razão, não *vamos dormir, meu bem*; não recriaremos nossas existências. Vamos, sim, alucinar a catástrofe até a exaustão e ver se ela dá em algum lugar, mesmo que esse lugar seja apenas aquele onde nossa inteligência e seus cálculos possam nos levar e a todos os especialistas: sem varanda, nem jardim, nem espreguiçadeira, nem gentes. Mundo inabitável. Lá haverá apenas degelo nas calotas, belas frases, taxas e variáveis, o infinito dos tratados que algum país não assinou, conversões de geoengenharia, tabelas, fórmulas, doenças com nomes estranhos, e toda sorte de acordos, negociações e compromissos infames.

ONDE TUDO SE PASSA

Mas se olharmos com atenção, nos daremos conta de que “eu e meu bem”, ali aninhados,

[...] esse aglomerado de ossos, vísceras e humores, esse complexo de fibras excitáveis e depósito de memórias - é menos unidade orgânica do que passagem de fluidos, folhas da grande árvore cósmica que liga céus e terra, espírito e sangue, espaço de dentro e espaço de fora numa viva transmutação de forças com o Universo. (MACHADO, 2004, p. 54).

Tudo se passa então nessa distância — onde com certeza não cabem nem os especialistas, nem os fascistas e nem os chatos, porque, afinal, e a razão é simples, é preciso saber “produzir catástrofes com uma naturalidade que desconcerta e liberta, como se obedecessem às leis de um outro mundo que parodiasse o nosso” (MACHADO, 2004, p. 164), tal como o fizeram os irmãos Marx e Buster Keaton, ou Fitzgerald e Lowry, ou Tarkovsky, Herzog e Béla Taar, ou o Homem em pé em Taksim e a anônima conexão-batom que se dirigia para a Praça da Sé, ou ainda o silencioso Vesúvio ao recobrir de lava a casa de Vedio Sirico, rico comerciante de Pompéia, na qual estava inscrita a frase “Salve Lucrum”, ao lado de outras onde se lia “Lucrus gaudium” (Lucro é alegria). De modos diversos, do Vesúvio e seus humores à conexão-batom e seus amores, passando por cineastas e romancistas, eles expõem tudo o que tomávamos por garantido. E a subversão na ordem das coisas que põem em marcha tem lugar simultaneamente na vida e na composição dos filmes, performances e romances.

Assim é que o problema que a catástrofe coloca não é redutível à magnitude do evento (aspecto sem dúvida importante), mas se amplia e intensifica segundo o modo como nos faz engajar com o mundo — essa a única maneira talvez de avaliarmos o grau de indiferença ou em que medida já não passamos de sobreviventes.

[Pois é preciso não esquecer que a catástrofe sob a forma de crise econômica permanente se tornou um estilo de vida, flexível o bastante para produzir e capitalizar toda sorte de miséria, de destruição, de alterações e alterações, inclusive, e talvez especialmente, as climáticas. Nesse sentido, a catástrofe seria um regime antecipatório aberto e ilimitado de organização social, econômica e política, em que salvar o lucro ou dizê-lo bem-vindo e com

ele se regozizar é o que deve (continuar a) ser feito, a que preço for.]

DO PONTO DE VISTA DO COSMOS

Parece que a natureza teve desejo de criar um laboratório de cristalização nas vísceras do Vesúvio.
(Monticelli e Covelli)

Mas nem “o último dia de Pompéia”, que se passou em 79 d.C., em que a *catástrofe veio em direção aos seus habitantes*, nem a vila do século XVIII imaginada por Herzog em *Coração de Cristal*, onde, tomados num transe coletivo, seus habitantes *vão em direção à catástrofe* como sonâmbulos, foram tão desgraçados quanto essa que nos faz crer que a primeira é uma fatalidade e a segunda uma destinação inelutável, e que somos um único sujeito universal sobre uma Terra única que decide tudo *sobre* ela, ao invés de uma multiplicidade *com* ela — quem sabe “nossa única chance para todas as combinações que nos habitam” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 19) e para os mundos que habitamos, e, cuja qualidade, igualmente única, torna-os não permutáveis e sem equivalência. Portanto, nada será tão simples, nem ontológica, nem material, nem cognitiva e nem climaticamente do ponto de vista do cosmos, do qual participamos “eu e meu bem” e nossa espreguiçadeira, mas também os especialistas, os intelectuais, os chatos e os fascistas, ainda que sem dúvida não nos assemelhemos, ainda que com certeza o capital assim o pretenda.

LUCRUM GAUDIUM

Estamos em Pompéia e também num vilarejo da Baviera. Aqui e ali há potes de barro, taças de cristal, amores e perfídias, mercados e

mercadorias, e ventos agitando a vida e as cortinas, crimes sendo maquinados, grupos insurretos, bobagens sendo ditas, e toda sorte de microscópicas ebulições atizando os corpos uns em direção aos outros e à Terra e suas atmosferas. E as pequenas rachaduras que craquelam lentamente as taças e as paredes das edificações coincidem com aquelas na política, nas existências individuais e coletivas de então que parecem de algum modo insistentemente nos percorrer e concernir.

Talvez a ideia fosse que a Pompéia remontada por peritos nos desse a ver apenas a enormidade da catástrofe que sobre seus habitantes se abateu, e não a intensidade das existências ali petrificadas numa variedade de últimos gestos que nos habituamos a chamar de “o último dia de Pompéia” — como se Pompéia, como a Terra, fosse ela também uma unidade sintética que a catástrofe recobriria, alheia aos inúmeros gestos que construíram as infinitudes de cenas que compuseram aquela Pompéia — rica estação de férias dos romanos, passagem privilegiada de mercadorias - que ali encontrou seu derradeiro fim — não sem antes ter experimentado um violento terremoto, em 65d.C., que pouca gente matou, mas que destruiu boa parte da cidade que então foi abandonada e saqueada, e os que ficaram e os que chegaram se ocupavam, naquele último dia, em meio à ruídosidade dos negócios, das pequenas políticas e grandes obras, de reconstruí-la e aprimorá-la em proveito dos humores variáveis do Império, e de certo mal escutaram o Vesúvio. Mas o princípio do *Lucrum gaudium* não é precisamente este, capitalizar nossos sentidos? Fazer escutar e perceber certas coisas em detrimento de outras? Transformar toda fatalidade em uma questão de ganho ou perda (moral, divina, econômica, mas sempre decalcada), fazendo-nos compadecer inermes?

Todavia, a catástrofe (anunciada ou não) não é tampouco uma destinação a ser cumprida, mas aquilo que põem incessantemente em jogo o gesto livre diante de tudo quanto se nos impõe exigindo total aceitação e abandono. É isso que Hias, o vidente de *Coração de cristal*, torna visível: a delirante ausência de vontade que faz com que muitos alucinem a catástrofe, e que pode levar a toda sorte de horrores. A questão então não é simplesmente ver, mas, sim, que ver não é o bastante. Hias é essa marcação constante da urgência da decisão. Dirá ele a um dos habitantes, que ouve dizer da chegada de um gigante que virá destruí-los, que se trata apenas da longa sombra de um anão, acrescentando “Se nada mudar, você achará que isso é uma bênção.” — uma vez que a intensidade da catástrofe nada tem a ver com sua dimensão, como tão bem mostrou Glauber Rocha em *Terra em transe*, e que a distribuição entre bênção e fatalidade, sempre convertida em lucro, mal disfarça a impotência da vida que se estanca ao alcançar uma finalidade. A fórmula do cristal vermelho é também aquela do *Lucrum gaudium*.

De modo que a efetiva (por assim dizer) catástrofe, aquela subterrânea e imperceptível, tal qual a revolução, que não cessa de abalar os micro e insidiosos fascismos, bem como os “Bloons”⁴ que nos espreitam, corre por entre e pelos corpos - e com sorte nos fará pensar sobre a percepção e a consciência (como já o fizera Nietzsche), sobre a imaginação e a estética, sobre a ética e a possibilidade de contemplar um outro mundo neste aqui.

Pois sabemos, como certo cinema há muito vem insistindo, que é em meio à “ruína material e a desordem anímica” (RANCIÈRE, 2013), seja imersos numa cotidianidade de chuva e vento, de seca e devastação, de penúria e apatia,

que aqueles anônimos cujas vidas bordejam a mais extrema precariedade, conhecidos tão somente como dados estatísticos, encarnam efetivamente uma possibilidade de mudança, e fazem tremer os intelectuais e especialistas.

MALDIÇÃO II

Mas onde tudo se passa? Nas ruas, nas praças, nas casas, nas oficinas, em lugares “onde se chocam e se enfrentam também afectos, palavras, corpos, que desejam e de alguma forma nos fazem desejar fugir” (MIRANDA, 2014, [s.p.]). Pois se para a catástrofe que é o capitalismo a questão é, a qualquer preço, “Salvar o lucro” sem perder o clima (!), o problema que se nos coloca, por outro lado, é como viver e como fazer a vida persistir, ou como enfrentar os fazedores de promessas que nos empurram existências sonambúlicas, confinadas e estéreis, submersas em medo e culpa, garrafas pets, pneus e bobagens, projetos de renovação urbana e reciclagem geral, desastres calculados e antecipadamente cumpridos.

Como em *Coração de cristal*, também em *Kárhozat* (Maldição), de Bela Taar, e em *Stalker*, de Tarkovsky, um vidente confronta as coletividades amaldiçoadas, onde se está numa terra habitada por mortos vivos, em que o lucro provável é a derradeira catástrofe, em que se põe a crença à prova numa zona devastada, reenviando-nos de novo e outra vez para este mundo, esta Terra, sempre num corpo a corpo com a matéria primitiva que constitui tudo o que é vivo.

Está-se então na Praça Taksim, é-se o homem em pé e silente ao lado de tantos outros, está-se mais uma vez nas escadarias da Sé, na

Candelária, é-se o índio, a mulher, o negro, o jovem, a criança, o animal, é-se enfim o que há de mais precário, e luta-se com o corpo pelo corpo para que a vida em todas as suas formas persista – esse é o sentido da Terra.

Em meio àqueles que desejam salvar o lucro, alguns muitos já não escutam o Secretario de Estado, o general, o patrão, o técnico, o especialista. Já não escutam o grande paranoico sob o discurso da razão que fala pelos outros em nome de uma maioria silenciosa. Intuem que esse mundo está destinado, sem dúvida, à catástrofe, sentem em seus corpos que ele se arruína, e sabem a que se aferrar uma vez mais: boca a boca, coração a coração – “vamos dormir, meu bem?”, nestas ruas, neste jardim, nesta praça, nestas florestas, nestas cidades, sobre esta Terra.

Todos estes filmes que parecem convidar o intelectual e o especialista a interpretar a catástrofe, convidam-nos de outra parte a esgotar nossas interpretações até o ponto onde só reste a materialidade dos corpos, sua existência, em que finalmente se vê e escutam coisas nunca antes vistas ou ditas, e para as quais nos faltam as palavras – pois “aquilo para o qual temos palavras, já o deixamos para trás” (NIETZSCHE, 2006, IX, § 26).

E “com suas pausas e seus temores, o *stalk* é [então] a marcha daqueles que avançam em território desconhecido” (DANEY, 1981, [s.p.]), aqueles que espreitam e que, cambaleantes, numa dança singular, caminham sobre a Terra, contraindo o entorno e apostando contra ele (RANCIÈRE, 2013), porque sabem que tem de haver mais do que a platitudo burocrática das planificações e gestões, dos cálculos e previsões aos quais tudo que é vivo foi reduzido.

PARA ENCERRAR: “O QUE FIZESTES ENQUANTO ESPERAVAS?”

Os cineastas e filmes aqui elencados, tal qual o Vesúvio, lembram-nos que é preciso contemplar, pois contemplar é questionar; é preciso então estar atento à corporalidade, à fisicalidade do mundo. Cada um a seu modo, eles nos forçam a concentrar-nos no que as pessoas fazem e dizem, em como agem no mundo, como se implicam com os elementos e em como os próprios elementos se exprimem. Talvez aí os gestos sejam imperceptíveis, mas tão intensos quanto arrebatadores. É isso que nos permite seguir os pequenos abalos, perceber como eles comunicam uma catástrofe singular na passagem de uma coisa a outra, seja como esgotamento de uma época ou de um modo de viver, forçando-nos em outra direção.

Há corpos, há gentes, mas porque efetivamente há a Terra – sua gravidade, sua temporalidade, seu magma, seus gases, sua atmosfera, suas variações. Sobre ela, Hias, o selvagem visionário de *Coração de cristal*, estende o braço em direção ao horizonte. Ele contempla “a distância para o fim do mundo”. Ao som de “Oh wie nah ist der Weg hinab” de Popol Vuh, estamos aqui e ali, titubeantes, nas praças, nas ruas, nos jardins, nas amuradas, nas espreguiçadeiras, nos espaços os mais insuspeitados - e talvez seja isso que fazemos, alguns de nós, enquanto esperamos: contraímos distâncias, aproximamos corpos (orgânicos, conceituais, imagéticos), relatos (científicos, artísticos, filosóficos, anônimos), buscando de algum jeito delimitar as formas de experiência sensível que nos permitem ainda e de novo crer no mundo. E tomados pela vertigem, participamos do ilimitado, e vemos, antes mesmo que se torne visível, uma nova terra que emerge das ruínas desta.

É preciso então dar algum crédito a Aníbal Machado, para quem não importa qual seja a arquitetura do que edificamos, “seus escombros sempre obedecerão ao estilo barroco”, e, por isso, como queria Lezama Lima (1988), serão sempre começo - arte da contraconquista, ou “barroco de trincheira”, ou ainda, se se preferir, rebelião subjacente que, tal qual um laboratório de cristalização, junta os restos, suspeitando das grandes causas e apostando na reviravolta.

Ao invés de integrar a morte ao seu projeto (de futuro), como o faz o bom revolucionário, o cidadão de bem, o especialista e o capitalismo verde, o insubmisso faz circular a vida. Ao reclamar um *ethos* em cada gesto⁵, sejam eles os mais banais, sustenta a abertura para um futuro incalculável, liberando, assim, a imaginação e seu deambular (da ciência ao sonho e vice-versa) dos cálculos e dos cenários onde se amesquinha e agoniza.

Trata-se sempre dos modos variáveis pelos quais nos engajamos sensível e concretamente com o mundo e da diferença infinita de expressões desse mundo.

There's no end. No end now.
Over and Done, Mihály Víg (para *Kárhozat*)

REFERÊNCIAS

GODOY, A. A menor das ecologias. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, ano 8, n. 13, p. 143-154, 2011. Disponível em: <https://cadernosdesubjetividade.files.wordpress.com/2013/09/cadernos2011_baixaeresolucao.pdf>. Acesso em: 20/10/2015.

ARADAU, C.; VON MUNSTER, R. **Politics of Catastrophe: Genealogies of the Unknown**. New York: Routledge, 2011.

BUESCU, H. C.; CORDEIRO, G. (orgs.). **O Grande Terramoto de Lisboa**. Ficar Diferente. Lisboa: Gradiva, 2005.

CANGI, A. Prólogo. Papeles insumisos. Imagen de un pensamiento. In: PERLONGHER, Néstor. **Papeles Insumisos**. Buenos Aires: Santiago Arcas, 2004.

CORAÇÃO de Cristal. Alemanha. Dir. Werner Herzog. 1976. 1DVD (94min), col. Título em alemão: Herz aus glauss

DANEY, S. La presencia física de los elementos. **Libération**, 20 de noviembre de 1981. (In: **Cine, arte del presente**. Antología al cuidado de Emilio Bernini y Domin Choi. Argentina: Santiago Arcos, 2004).

DELEUZE, G; PARNET, C. **Diálogos**. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GIL, J. Metafenomenologia das invejas. In: PELBART, P. P.; LINS, D. (org.). **Nietzsche e Deleuze – Bárbaros e civilizados**. São Paulo: Annablume, 2004.

KÁRHOZAT. Hungria. Dir. Béla Tarr. 1988. 1DVD (120min). Título em inglês: Damnation

LEZAMA LIMA, J. **A expressão americana**. Trad. Irlemar Chiampi. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MACHADO, A. O Abc das catástrofes. In: **Cadernos de João**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

MIRANDA, A. Béla Tarr, ‘El Tiempo del después’, de Jacques Rancière. **Observaciones Filosóficas**, n. 19, 2014. Disponível em: <<http://www.observacionesfilosoficas.net/belatarr.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

NIETZSCHE, F. **Crepúsculo dos Ídolos**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

PELBART, P. P. Como viver só. Palestra. In: SEMINÁRIO: VIDA COLETIVA, 4. Seminários Internacionais para a 27ª Bienal de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2012/12/19/como-viver-so-palestra-com-peter-pal-pelbart-video-do-4o-seminario-vida-coletiva-seminarios-internacionais-para-a-27a-bienal-de-sao-paulo-abaixo-a-transcricao-integral-da-p/>>. Acesso em: 10. Nov. 2015.

RANCIÈRE, J. **Béla Tarr, el tiempo del después**. Trad. Mariel Manrique. Santander: Shangrila Textos Aparte, 2013.

STALKER. União Soviética. Dir. Andrei Tarkovsky. 1979. 1DVD (163min).

ZIZEK, S. Os intelectuais e a paixão pela catástrofe. Introdução. **La Repubblica**, 31/03/2012 [tr. br. de Moisés Sbardelotto]. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/508096-os-intelectuais-e-a-paixao-pela-catastrofe-artigo-de-slavoj-zizek>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

Recebido em: 12/11/2015

Aceito em: 12/11/2015

* Este artigo é uma contribuição da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais financiado pelos projetos do CNPq Processo 550022/2014-7, CNPq No. 458257/2013-3 e FINEP Processo 01.13.0353.00.

² Refiro-me ao artigo “A menor das ecologias” (2011).

³ A paisagem da abertura, que integra a sequência da queda d’água, foi filmada na Bavária; ela é suplementada por uma montagem de uma série de tomadas feitas ao longo de dez dias no Parque Nacional Denali (Alaska), no Parque Nacional de Yellowstone (Wyoming), em Monument Valley (Colorado) e nas Cataratas do Niágara. A escolha destas localidades, sua importância, não caberia numa nota explicativa. Do ponto de vista deste artigo, a suplementação seria um deslocalizador, um desidentificador, no sentido de que a Bavária não é “a” Bavária, mas uma Bavaria qualquer em qualquer lugar. Nesse sentido, uma localidade é sobretudo um funcionamento, uma maquinação de elementos que descrevem uma certa ecologia.

⁴ “Bloom seria um tipo humano recentemente aparecido no planeta e que designa essas existências brancas, presenças indiferentes, sem espessura, o homem ordinário. Bloom tem a tonalidade afetiva que caracteriza nossa época de decomposição niilista [...] Bloom é a figura que representa a morte do sujeito e de seu mundo, onde tudo flutua na indiferença sem qualidades, em que ninguém mais se reconhece na trivialidade do mundo de mercadorias infinitamente intercambiáveis e substituíveis.” (PELBART, 2006, [s.p.]).

⁵ Ver aqui o prólogo contundente de Adrián Cangi para o belíssimo livro de Néstor Perlongher, *Papeles insumissos*.

ENSAIOS

A corrida pela antena — sobre o antropocentrismo e o antropomorfismo

Fabiane Borges [1] e Hilan Bensusan [2]

Resumo: Este ensaio discute a corrida por antenas que disputam desejos, escuta, faro, demarcação no espaço a partir de dois pontos de vistas: selenita antropocêntrica e selenita antropomórfica.

Palavras-chave: Antenas. Espaço sideral. Antropocentrismo e antropomorfismo.

The race for antenna - about anthropocentrism and anthropomorphism

Abstract: This essay discusses the race of antennas vying wishes, listening, scent, demarcation in space considering two points of views: anthropocentric selenite and anthropomorphic selenite.

Keywords: Antennas. Outer space. Anthropocentrism. Anthropomorphism.

[1] Fabiane M. Borges é psicóloga, ensaísta e artista, desenvolve pesquisa sobre arte urbana, performance, movimentos sociais, esquizoanálise, saúde mental. Dedicou sua tese de doutorado a assuntos relativos à cultura espacial, satélites, foguetes, comunicação e programas de apropriação orbital (*open source*) a partir do ponto de vista de pequenas e médias empresas e *hacklabs* (faça você mesmo e cultura *maker*). Publicou os livros *Dominios do Demasiado* (São Paulo: Hucitec, 2010), *Breviário de Pornografia Esquizotrans* (Brasília, DF: Ex Libris, 2010), *Ideias Perigozas* (Des. centro. 2010), *Peixe Morto* (Rio de Janeiro: Imotirô. 2011). Mantém o site <http://catahistorias.wordpress.com>

[2] Hilan Bensusan fez graduação na Universidade de Brasília, mestrado na Universidade de São Paulo e doutorado na Universidade de Sussex. Sua tese de doutorado foi sobre naturalismo e indução; desde então (1999), pesquisa sobre pensamento, experiência, holismo, o debate Davidson-McDowell, as variedades de naturalismo, autoconhecimento, singularidades, diferenças e, mais recentemente, ontologia das potências. Publicou inúmeros artigos em periódicos internacionais (como *Theoria, Philosophia*) e nacionais (como *Manuscrito, Kriterion, Principia*), além de capítulos em livro e trabalhos completos em anais de eventos. Os títulos incluem: “When my own beliefs are not first-personal enough”, “Ist meine eigene Weltanschauung third-personal enough”, “Minimal Empiricism Without Dogmas”, “Showing the inferentialist the way out of the bottleneck”, “O intellectus com os pés na res”, “O pensamento sem luz própria”. Publicou, em 2008, *Excessos e Exceções* (São Paulo: Idéias & Letras).

O espaço sideral é destamado, cheio de matéria e vazios, algo que pode ser descoberto, viralizado, como se viraliza países e corpos, com significados, máquinas, reprodução. O espaço entre as moléculas também é destamado — povoado de corpos e buracos com suas funções, estruturas e gambiarras. Cheios de tecnologias iminentes, cheios de xamãs, cada um com uma frequência de onda.

Há disputa de desejos também nesses terrenos. Tudo o que existe tem um plano singular para o mundo, seja de domínio, seja de expansão, seja de autoaniquilamento, seja de composição e transformação de si. As maçãs, as moléculas, os vírus. Todo tipo de engrenagem se processa na conquista de mais Espaço. Esses pontos de vista demarcarão as novas Terras os novos Espaços, conforme sua habilidade para exercer seu desejo. No espaço sideral há partículas de antenas, e, portanto, partículas de governos, partículas de desgovernos, assim como partículas de colaboração e afeto, planos que nem sempre conseguem andar juntos, que não raro guerreiam. Disputa-se escuta, faro, demarcação.

Na órbita da terra, em seu primeiro satélite — a Lua —, duas selenitas conversam. São aglomerados de antenas e outras artimanhas de captura feitas de basalto, titânio e anortita. São antrópicas, de causa humana, feitas quase que a imagem e semelhança das marcas que os terráqueos deixaram nos mares lunares. Elas são marcas do antropoceno na Lua. Pensam a Terra sob o jugo semântico dos seus colonizadores, ainda que tomem partidos diferentes diante de suas propulsões.

Selenita Antropocêntrica: A humanidade é uma coisa que gosta de ordenar, de coordenar. De alguma maneira, é impelida para fora de si. Eu penso assim aqui da Lua: toda forma de

conhecimento é uma aliança, por isso é um poder. Os humanos chegaram e mostraram como cortejam as alianças. E as alianças parecem cortejar os humanos. Obter conhecimento é receber um sinal estável de alguma coisa — um sinal que permaneça. Mas capturar não é somente receber o sinal, é se apropriar dele. Não basta receber o sinal, é preciso decodificá-lo. Captura é receptividade e apropriação do sinal. A receptividade sem decodificação é cega, e os humanos aprendem a manejar alguns de seus instrumentos de captura — seus olhos, seus ouvidos, seus narizes — aprendendo a extrair deles alguma reportagem sobre alguma coisa. Eles têm que aprender a fazer para si órgãos de captura. São de uma raça de capturadores. Uma coisa é a antena, outra coisa é a captura. A receptividade é como uma produção, a apropriação é como um registro — há muita receptividade sem registro, sem apropriação. Todo espaço está cheio de antenas por toda parte, são como satélites ainda sem órbita. Quem acoplar primeiro capta o sinal. É uma corrida. Travar conhecimento com outro povo é fazer uma aliança que permita usar seus recursos, suas capacidades, suas conexões. Um outro povo tem outras antenas e sabe como operar aquela receptividade — eles têm o sistema operacional de seus satélites. Mas agora, não há mais povos novos para terem suas antenas capturadas. As antenas humanas foram saturadas. É preciso fazer outras alianças para captar outros sinais. Agora, sobraram as antenas soltas, não colonizadas, perdidas, sideradas. Mais complicado é quando ninguém sabe operar a receptividade, é preciso decodificar o sinal sem saber como proceder um tal acoplamento. Esta é a corrida pelo espaço fora dos limites do que é território humano. A era das antenas humanas se satura de controle sobre si mesma. O espaço aberto é o campo dos sinais à espera da captura humana — já que a

inteligência humana é a forma que o universo tem de compreender a si mesmo.

Selenita Antropomórfica: A humanidade ainda é um instrumento de captura, mas cada vez mais submissa ao grande controle. Eu vejo isso nos humanos que conheci. No entanto, em vez de me render aos seus dotes, prefiro enxergá-los como exemplo. Não é só a humanidade que opera antenas. É só na língua dos terráqueos que há uma diferença entre nada e ninguém. Há alianças por toda parte, sim, mas as alianças não são apenas conquistas. Elas têm dois lados ativos. Aquilo que se vê, aquilo que se mostra – aquilo que se recebe, aquilo que se entrega. Todas as coisas têm seus satélites, suas antenas. Quando Armstrong chegou aqui, ele fez um acordo com todos os Selenitas que se dispuseram a mostrar suas crateras, sua cor, suas rochas. É sempre um jogo do que é mostrado e do que fica encoberto. Tudo está povoado de receptores de sinais, e cada receptor é diferente de todos os outros. Cada receptor tem sua zona de captura e tem sua zona de aturdimiento – onde tudo fica escuro, indiferenciado, indefinido. Cada pedaço de antena é também povoado por infinitos outros receptores – não há um terreno, por menor que seja, livre de receptores. Fazer uma aliança, então, seria saber operar as conexões, imergir em processos de transcomunicação e intração. Como os índios faziam, antes do antropoceno. A questão é: quem recepta pelas minhas antenas? Se tudo que existe emite, é preciso que seja mais dinâmico o processo de antenagem; antenar por antenas alheias, radicalizar as conectividades.

Selenita Antropocêntrica: Calma! Tudo o que existe está à espera de captura!! Captura humana. O Sputnik foi mandado ao espaço como um rádio, como um satélite. A política sideral

é feita à imagem da política na Terra, mas os humanos constroem para si outros corpos, os corpos humanos do futuro têm a forma de satélites. O sideral é sideral para eles – eles desejam o sideral, desejam o calendário que os astros traçam, toda esta astrografia feita de vapores raros, de órbitas sem epiciclos, de astros sem desastre. A política sideral pode ser feita pelas máquinas que se repetem dia após dia, ciclo após ciclo, ano-luz após ano-luz. É claro que há dentro delas também uma microbiota selvagem que rói impaciente cada engrenagem. Mas não importa – o que importa é o tempo humano. É a escala do agora e do daqui a pouco que interessa, daqui a pouco lá na Terra. E daqui a pouco, tudo é território. Não se trata de ocupar, mas de transmitir. Sputnik era um rádio. Tudo começa com as transmissões. O corpo é transmissão, é massa de manobra para a construção de satélites. O território humano é sempre um pouco como uma propriedade, uma extensão do corpo, aquilo que expressa, aquilo que me permite seguir recebendo e transmitindo. Um ninho, um nicho, uma mina de nióbio. Um projeto político que se tornou sideral: a natureza está no tempo dos astros, nos minerais da lua, no elo entre as partículas, nas redes de transmissão do espaço afora. Um cosmos, ou parte de um cosmos em expansão, e em expansão o território. O espaço que importa é aquele que importa para o corpo, aquele que transmite à humanidade, que está repleta de pensáveis, de satélites da subjetividade objetiva dos condutores da corrida espacial.

Selenita Antropomórfica: Corrida? A corrida espacial é a continuação da política por outros meios. Polos, polos, uma multiplicidade de polos que se arregimentam a cada segundo – nós mesmos nos infiltramos nos cadáveres putrefando, pelos pedaços de silício terrestres e nos pássaros que olham para a lua. E no

cheiro do queijo. E no pensamento ardendo pelas bordas de Lovecraft, nas esquinas das grandes cidades de madrugada. O que é humano tem seus limites sempre em frangalhos. Nós estamos no meio das transmissões deles, há selenita em cada cratera posta entre o pensamento deles e a palavra deles. Já que o cosmos é espectro – e sempre vai haver mais espectro que os cercamentos humanos. Os *aliens* parecem ruído de transmissão, mas ocupam canais na aglomeração. As antenas são feitas de outras antenas que são feitas de outras antenas – não há frequência de condução que seja pequena demais para não caber mais modulação, para não caber outra antena. Em tudo na terra há uma ocupação extraterrestre. Mesmo nos direitos humanos, nas ciências humanas ou nas rochas mortas dos combustíveis fósseis do antropoceno. Não é só o capital que ocupa e resiste nos hábitos humanos: são torrentes de outros fluxos. E aqui no espaço exterior, sideral, nada é só calendário. Sempre há contrabando. Sempre há infiltração. Os humanos agora começaram a demolir as barreiras entre as espécies: a abolir o regime darwinista. Eles começaram para si uma guerra da recombinação, querem as estrelas, querem os genomas. Mas também os genomas os querem – a biotecnologia também têm outros agentes, que pactuam, confabulam, conspiram, inspiram, infiltram, bloqueiam. Tudo que existe tem um plano. Eles também estão no risco, também vivem na abertura de estar à disposição de todas as outras antenas do mundo. Acho mesmo que os humanos descobriram que há mais sideral no grão de areia, no pólen, no espaço habitado entre os genes. Ali eles colocam satélites, ratoeiras megalomaniacas.

Selenita Antropocêntrica: A humanidade é a inteligência mais sofisticada do universo, a

consciência da natureza, o que possibilita a ela pensar a si mesma. Você fala de todas as coisas parecidas – mas a humanidade está no centro das coisas parecidas. Além das estrelas sobre os humanos, há também os impulsos dentro deles – quando eles pensam, eles encontram os labirintos da razão: e eles são confins, eles são o próprio desbravar, mesmo que não haja nada a ser transmitido antes que eles modulem suas antenas. Antes do sinal transmitido, não há nada – um nada talvez feito de ruídos, da balbúrdia dos ritmos entulhados, o aturdimiento do tudo que não diz nada para a compreensão humana. O antiquíssimo – o idêntico. Os sinais mesmo só sinalizam quando modulados, depois que atravessam a catábase da noite branca, da visibilidade sem sombras, da nudez das vísceras. E as vísceras não dizem nada da forma dos corpos, de sua nervura, de sua estatura, de sua compostura. É que tem que haver um centro, uma modulação central, que espalha pelos interstícios das coisas aquilo que lhe importa, que transforma espontaneidade em captura. Sem o centro, as modulações perdem as dimensões, um ritmo contagia o outro e não há transmissão. O centro é uma espécie de última imunidade, é aquilo que não fica à mercê, que tem uma proteção, como se fosse o único receptor capaz de criar sentido, compreensão, um receptor de um nível mais alto, é a antena inescapável. Os humanos carregam a nervura do cosmos.

Selenita Antropomórfica: Imunidade... Sim, aqueles que estão dispensados de prestar algum serviço com o resto... Aqueles que não precisam estar munidos. *Munis*, munição, município, monetário. Prestar um serviço é uma maneira de ocupar um lugar em uma comunidade. Quem é imune não repete o sinal dos outros: repete apenas seu próprio sinal – não está aberto a contato, a contágio, a sincronizações. Imune é

o emissor que não recebe. Só uma imunidade livra dos contágios das pulsações dos sinais – os ritmos são contagiantes. De resto, tudo o que está para jogo repete seus sinais de alguma maneira – tudo amplifica tudo. Todo dispositivo de captura que não está imune pode sofrer interferência. Os sinais têm uma cadência, um molejo, um requebrado. É tudo intensidade – aquilo que se transmite de um corpo para outro –, minha mensagem é minha temperatura, meu palanque é meu corpo, meu delírio é meu nó nas cadeiras. Os astros parecem imunes aos outros corpos – seguram calendários nos seus lombos –, mas também eles amplificam com suas perambulações as confabulações do universo. Não são imunes. Nem imunes são os calendários, os horários, os ritmos diários. Tudo é um termômetro frágil.

Aluna uma nave espacial equipada com uma câmera iluminada e uma maquinaria desencantada; ela pousa precisamente entre as duas selenitas. Sai dela uma voz. Gutural, mas maquínica. Atormentada, mas esclarecida. Bem computada, mas atravessada de uma nódoa de breu.

Espectro: É fácil pensar que uma de vocês duas tem que estar certas. É bem confortável. Antenas, termômetros, capturas, serviço à comunidade, imunidades... Tudo como se vocês tivessem já conhecido a grande eminência nessa oposição entre antropocentrismo e antropomorfismo de duas extraterrestres colonizadas que viviam sob a égide de Hélios (o sol) e agora vivem sob a égide do Antropos (o humano).

A medida de verdade que vocês selenitas, já bem colonizadas pelo medo humano, consegue suportar é a medida da incapacidade de

imaginar o que não tem rosto, não tem apetites, não faz pactos com santos nem demônios. Vocês só conseguem entender aquilo que vocês já entenderam. Há, no entanto, muitas outras possibilidades – pode ser que o mundo ele mesmo seja muito diferente do mundo criado pela captura humana. É possível que o mundo possa ser capturado por outras antenas. Mas essa ignorância da modulação é também antropocêntrica – aquilo que os humanos não capturam. A ignorância é, aliás, antropomórfica e antropocêntrica. É antropocêntrica porque é antropomórfica: aquilo que é ignorado pode ser capturado e, portanto, são os humanos que não o capturam. É ignorado pelos humanos, tem a forma deles. E é ativa, como diz o antropomórfico, e é passiva, como quer o antropocêntrico. Já fora do escopo da ignorância, há o implacável extra-humano. Desencantado, macabro, aniquilador. E se o humano, tão parecido com um barro especial ou com um barro exemplar (ou feito por um barro como todos os outros), não fosse feito de barro algum - porque não foi feito jamais? E se não houver nada de humano nos humanos? Só biotecnologia, e intensidades térmicas, e microbiota, e sistemas operacionais em paralelo. Antenas? Demasiado humanas. Não há sintonias e modulações. Há manivelas. E manivelas apenas rodam. A lua de vocês segue rodando. Sua superfície é de tranquillitita $(\text{Fe}^{2+})_8\text{Ti}_3\text{Zr}_2\text{Si}_3\text{O}_{24}$. Mas tranquillitita é feita de ferro, silício, oxigênio, titânio e foi encontrada também em Pilbara, na Austrália.

É apenas mais do mesmo.

O espectro desaparece. Como se tivesse terminado ali a missão de seu programa espacial.

Selenita Antropocêntrica: Não creio – de qualquer jeito, os humanos estão fadados a pensar que são especiais, que são uma exceção ao resto do Cosmos, que escapam da mera aglomeração de matéria do resto do mundo. Os humanos são mais do que isso – eles são setas em direção aos horizontes. Dizem que os humanos procuram o espaço sideral porque eles querem se libertar das agruras da vida monoplanetária. Este talvez seja o destino deles, sair das garras de seu planeta e poder escolher onde pousar, onde viajar, onde se estabelecer. Captar outros sinais, já que quando os sinais começam a ser emitidos desde satélites de toda parte do cosmos até onde quer que estejam os humanos, já não importa onde eles estejam. A rede dos satélites deles já compõe uma espécie de Antropea, um planeta disperso, cada vez mais independente da Terra e de seus vulcanismos idiossincráticos. A Terra talvez seja apenas uma plataforma de lançamento, de onde eles vão partir para todo o resto do universo, lentamente, mas decididamente. E agora que começaram, que se desprenderam de vez do apego ao seu planeta natal, ninguém mais vai detê-los, ainda que eles sejam reduzidos em número...

Selenita Antropomórfica: Não creia tanto nestes poderes – há muito mais sinais do que aqueles que os humanos captam. E acredite, há muito mais antenas, capturando e transmitindo sinais. Empáfia humana pensar que não há outros programas espaciais olhando para todo o resto do cosmos. Não acredito neste espectro também – há antenas, por toda parte. E mesmo entre os humanos, há muitas capturas, há muitos roedores, muitos moduladores larvais. A Terra e seus terranos, todos, não só os humanos. Não despreze a força deste planeta, cheio de civilizações, há tanto tempo. Os habitantes da terra, em suas alianças enlameadas, vão dar

um jeito de sobreviver a qualquer catástrofe, nem que seja o pacto entre o silício e a maçã, sobrevivendo bem longe em formato de satélite ou robô nas galáxias tardias.

Recebido em: 25/10/2015

Aceito em: 25/10/2015

RESENHAS

Escrever e publicar em tempos de catástrofe

Natalia Monzón Montebello [1] e Ana Godoy [2]

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes*. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015, 160 p. (Coleção *Exit*).

_____. *In Catastrophic Times - Resisting the Coming Barbarism*. Série Critical Climate Change. Tradução de Andrew Goffey. Open Humanities Press/Meson Press: 2015, 158 p. (Col. Critical Climate Change). Disponível em: <http://meson.press/wp-content/uploads/2015/11/978-1-78542-010-8_In-Catastrophic-Times_Stengers.pdf>.

Filósofa com formação em química, Isabelle Stengers é professora de filosofia da ciência na Universidade livre de Bruxelas. Talvez seus trabalhos de maior divulgação no Brasil foram escritos junto a Ilya Prigogine, como é o caso de *A nova aliança – metamorfose de ciência*, publicado em 1984 pela editora da Universidade Nacional de Brasília, e de *O fim das certezas – tempo, caos e as leis da natureza*, que a editora da Universidade Estadual Paulista publica em 1996. Tanto Stengers quanto Prigogine são leitores atentos de Gilles Deleuze, descrevendo um certo deslizamento fora dos territórios duros,

ditos tradicionais, do conhecimento científico. Também em coautoria, junto a León Chertok, a editora Jorge Zahar publicou em 1990 o livro *O coração e a razão – a hipnose de Lavoisier a Lacan*. E há, ainda, duas obras de sua exclusiva autoria publicadas no Brasil: *Quem tem medo da ciência? – ciência e poderes*, da editora Siciliano, de 1990, e *A invenção das ciências modernas*, da editora 34, de 2002.

Até que, em 2015, a editora Cosac Naify, hoje oficialmente encerrada, publica seu *No tempo das catástrofes*, no interior da série que tem o eloquente nome de *Exit*...

Já de saída, a Coleção *Exit* da Cosac Naify apresenta-se, no site da editora, como recurso para pensar as questões do século XXI. Dessa maneira, os editores prometem “[...] um espaço que busca identificar e analisar criticamente vários temas do mundo contemporâneo”.³ E esse espaço, lamentavelmente breve, é inaugurado em 2014 com *24/7 – capitalismo tardio e os fins do sono*, de Jonathan Crary, professor de arte moderna da Universidade Columbia, em Nova Iorque. Segue-se, em 2015,

[1] Natalia M. Montebello é doutora em Ciências Sociais (Ciência Política) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora visitante do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde realiza seus estudos de pós-doutorado (financiamento CAPES).

[2] Ana Godoy é doutora em Ciências Sociais (Ciência Política) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUSP). É pesquisadora associada à Sub-rede Divulgação Científica e Mudança Climática - Rede Clima (financiamento CNPq).

Teoria do drone, do jovem filósofo francês Grégoire Chamayou, que a editora apresenta com um ensaio crítico que “[...] trata das implicações éticas, jurídicas e filosóficas da atuação de drones armados – veículos aéreos, não tripulados, controlados à distância, com câmeras de alta definição e armados de mísseis –, como estratégia de controle territorial e de guerra contemporâneos”⁴. Do limiar do homem sem sono, funcionando produtivamente 24 horas por dia, 7 dias por semana, isto é, do homem de um capitalismo não humano, passando pela guerra teleguiada, também não humana, limiar do espaço que de campo de batalha torna-se intensidade potencial, virtual e real da imanência da guerra, a coleção devém num mundo provavelmente demasiado humano, no catastrófico antropoceno que Isabelle Stengers desenha em *No tempo das catástrofes*, no próprio limiar do vivente. Encerrando-se, junto com a editora, a coleção *Exit* com o incômodo ensaio de Stengers.

Incômodo, num mundo onde, à força de cúpulas, acordos e tratados (governamentais e/ou acadêmicos, tanto faz), são apaziguadas as questões das chamadas mudanças climáticas – essa denominação, ela mesma, um apaziguamento. Stengers dispensa as meias palavras: não se trata de crise, mas de catástrofe. *No tempo das catástrofes* foi inicialmente publicado como *Au temps des catastrophes. Résister à la barbarie qui vient*, pela editora La Découvert, de Paris, em 2008. Sobra dizer que algo do impacto – ou melhor, do incômodo – do título em francês perde-se na edição brasileira... Novamente, sem meias palavras: não se trata de um certo “excesso (corrigível?) de capitalismo”, mas de barbárie.

A edição brasileira acompanha a francesa na breve apresentação que a autora faz de seu

ensaio. Breve, porém precisa: Stengers se reconhece, em seu ensaio, no cristalino gesto de uma intervenção, à maneira daquele que, num debate, “[...] toma a palavra e apresenta o que está sendo debatido ‘de uma maneira um pouco diferente’, provocando uma pequena pausa” (p. 5 da edição brasileira). Intervenção, isto é, uma pausa, um deslizamento, um abalo menor, um ruído..., de maneira nenhuma um tratado profético/profilático, de maneira nenhuma uma demonstração e um aviso, como a própria autora afirma. Esse seu ensaio/intervenção desdobra-se de uma primeira intervenção sua, durante um debate na televisão belga, a respeito de nosso despreparo para estes tempos catastróficos. Breve será também o ensaio, então, que busca transmitir (não convencer) “[...] o que nos faz sentir, pensar, imaginar” (p. 5 da edição brasileira).

Assim como no Brasil, nos Estados Unidos, também em 2015, aparece a tradução do ensaio de Isabelle Stengers, *In Catastrophic Times: Resisting the Coming Barbarism*, mas desta vez em edição eletrônica, aberta. E desta vez prefaciada especialmente pela própria autora. A edição norte-americana foi preparada pela Open Humanities Press em colaboração com a Meson Press, dentro da série *Critical Climate Change*, sob a direção de Tom Cohen e Claire Colebrook. A Open Humanities Press propõe disponibilizar livremente, ou seja, gratuitamente, obras do pensamento crítico contemporâneo a leitores de qualquer canto do planeta. Alteração do suporte, alteração do espaço, da intensidade, do princípio: há uma intervenção na intervenção, um deslizamento outro, para fora do campo, do território demarcado pelo papel (em todos os sentidos) cultural, comercial e político do livro.

Na apresentação da série, Tom Cohen e Claire

Colebrook pontuam que a “sensação atual de esgotamento, decadência, mutação e exaustão exige novos modos de endereçamento, novos estilos de publicação e autoria, e novos formatos e velocidades de distribuição”⁵. A importância da proposta dessa colocação está em que ela articula o esgotamento de um certo modo de habitar o planeta à urgência de uma transformação também na compreensão que temos do endereçamento e do estilo daquilo que escrevemos, isto é, do modo como nos colocamos na relação com o outro qualquer a quem chamamos leitor. É nesse sentido que um modo de habitar o planeta é inseparável do modo como produzimos a escrita que toma os processos que o atravessam. Ao contrário do que possa parecer, a exigência aqui é ainda mais alta que aquela posta até então, em que as singularidades dos modos de existência são rebatidas sobre o capitalismo, que deveria dar a última palavra sobre tudo. Supor que tal funcionamento aconteça exclusivamente na esfera das instituições é o que ajuda a manter bloqueadas as passagens que porventura criamos individual e coletivamente. A proposta da série, nesse sentido, afirma a imanência dos modos de dizer e a potência singular dos mundos que neles estão enovelados, abrindo-se às velocidades outras que desde aí são experimentadas. Romper com o modo único de editar, publicar e distribuir participa, portanto, da ruptura radical com um certo tipo de mundo que se pretende único, e que por mais sedutor que se apresente e que de nós se acerque, sua marca segue sendo a de uma violência discreta e insidiosa que nos penetra por todos os lados: a de nos fazer dizer, escrever, pensar e agir de uma certa maneira - pois o que aí está implicado é precisamente a intervenção nas maneiras de perceber que configuram os mundos singulares que constituímos e que nos constituem.

Uma vez que as mudanças climáticas põem em jogo as diversas dimensões de nossa existência individual e coletiva, pressionando no sentido de uma reconfiguração vital, Cohen e Colenbrook assinalam a necessidade de que esta reconfiguração se dê também “nos modelos conceituais, premissas políticas e definições de ‘vida’”⁶. Com extrema acuidade, os editores afirmam a importância de publicar “em forma experimental monografias oportunas que redefinem os limites dos campos disciplinares, a interface das linguagens conceituais e científicas, e das intervenções geomorfológicas e geopolíticas”⁷. Isso porque – aspecto que distingue a série e a põe em relação com iniciativas outras engendradas em outros lugares – parte-se de uma compreensão de mudanças climáticas que se volta para as mutações do contemporâneo, e portanto para as mutações dos modos de conhecer e pensar que correspondem “às temporalidades da mutação terrestre”⁸. Tais mutações, desafiadoras sob qualquer ângulo que se as tome, dizem respeito também ao encontro necessário e vital entre intelectuais, pesquisadores, conceitos, ações e leitores, encontro cujo critério não passa pela compra e a venda de livros (ou artigos, dentre outros produtos denominados “acadêmicos”), mas por certa disposição ressoante em relação ao que se passa, ao que se nos passa.

No prefácio dedicado à edição norte-americana, Stengers retoma certa inquietação que experimentam alguns intelectuais e pesquisadores contemporâneos ao enviarem seus manuscritos para as editoras, qual seja: o que é necessário fazer? Mostrar a atualidade daquilo que se problematiza para levar o leitor para a discussão que importa – o que se está vivendo em consequência da crise financeira –, ou resistir à maneira pela qual o capitalismo, liberado daquilo que o limita, impõe seu próprio

horizonte temporal? Tais questões, do modo como as tomamos aqui, reenviam-nos para a relação complicada posta pela finitude de um modo de relação que se explicita no desarranjo financeiro - ele mesmo nos confrontando ao ilimitado no capitalismo e também ao ilimitado da potência de resistir, cuja expressão, em arranjos concretos (e complexos), porta sua própria e sempre renovada finitude. Nesse jogo entre finito e infinito, a catástrofe sinaliza a coincidência derradeira entre o ilimitado no capitalismo e a finitude de nossas existências e da Terra tal qual a conhecemos.

Stengers, no decurso do prefácio, lança o olhar para o que se passou no período que separa a primeira edição desta. De forma clara, ela pontua que o grande embate que se prepara já não se dá propriamente entre negar ou não o aquecimento global e as mudanças climáticas, mas na assunção da solução pela geogenharia, cuja “incerteza radical em relação às catástrofes que é susceptível de produzir, para não falar de sua eficácia, não vai fazer com que a máquina capitalista hesite, porque ela é incapaz de hesitação: não pode fazer outra coisa senão definir todas as situações como uma fonte de lucro” (p. 8-9 da edição norte-americana).

A entrada em cena da geogenharia, num futuro próximo, se apresentaria, segundo a autora, como a solução “lógica”, uma vez que corresponderia às demandas da financeirização da vida e afirmaria “que o caminho capitalista técnico-industrial, é o único viável” (p. 9 da edição norte-americana). Stengers vê aqui a produção infinita da guerra, que nos tornaria a todos reféns, constringendo-nos “a servir mestres que se apresentarão como salvadores” (p. 9 da edição norte-americana) contra um inimigo invencível (o aquecimento global) que deve ser sempre mantido à distância. Esta

seria, em seu ponto de vista, a fabricação da “solução infernal”, em que nos conformamos a ser reféns trabalhando em proveito do mercado da guerra, alavancado pela geoengenharia, contra o aquecimento global ou, se não o fizessemos, seria o fim do mundo.

Mas a importância dessa reflexão, cujo caráter (semi)ficcional a autora não despreza, vem a propósito não de uma imobilização, mas de um questionamento direto àqueles, notadamente os cientistas, os intelectuais, que pensaram que “era suficiente soar o alarme negligenciando o fato de que os poderes políticos tinham apenas entregado o leme ao capitalismo e renunciado solenemente a qualquer liberdade de ação” (p. 10 da edição norte-americana), mas também àqueles que aderiram às promessas do capitalismo verde. Nesta investida, Stengers chamará atenção para algo que cada geração, a seu modo, perde ou corre o risco de perder: a transversalidade das lutas.

O que a mobilizou a escrever seu ensaio foi justamente este conjunto de “aqueles” que dessa ou daquela maneira viram as mudanças climáticas como parte do argumento para a reconciliação dos “homens de boa vontade”, como meio de imposição da “paz social” e de instalação do moralismo burocrático culpabilizador - “Não tínhamos nós já começado a ouvir que mesmo os desempregados devem aprender a reduzir a sua pegada de carbono?” (p. 11 da edição norte-americana). O problema de todos que a todos cabe solucionar: o ônus de pagar a dívida contraída pelos “Estados ao entregarem o futuro (em toda a sua opacidade) ao capitalismo” (p. 11 da edição norte-americana).

Nesse sentido, a transversalidade das lutas, para a autora, diz respeito também ao enfrentamento de quaisquer grandes narrativas

conceituais “perfeitamente compatíveis com a miragem do antropoceno” (p. 12 da edição norte-americana) e que tendem a envenenar a nova geração de ativistas que confronta concretamente uma racionalidade de Estado, e “todos aqueles que estão experimentando com possibilidades de modos de viver e de cooperar que haviam sido destruídos em nome do progresso” (p. 12 da edição norte-americana).

Stengers encerra o prefácio dizendo que o livro se endereça aos que lutam e experimentam para responder às questões postas por uma natureza que foi deslocada de seu papel tradicional. E o empreendimento arriscado que o conjunto de ensaios se propõe é formular essas questões como uma espécie de antídoto para o veneno das grandes narrativas deixado pela geração da qual ela faz parte.

Questão (im)provável: qual a importância do livro ser publicado por esta ou aquela editora, nesta ou naquela coleção, uma vez que, aparentemente, o que importa é o tal do “livro em si” – espécie de entidade pseudokantiana dotada de uma existência previamente dada, que mesmo desprovida de qualquer humor quase filosófico seria, ao fim e ao cabo, identicamente publicado aqui e ali? Afinal, mudam-se as capas, o papel é mais ou menos pólen, mas a “coisa” é sempre a mesma. E uma vez que o que importa é o livro “em si”, ele se transforma numa espécie de dispositivo pacificador, em nada diferente das ações corporativas que nos transformam em devedores satisfeitos (mais ou menos bem vestidos, alimentados e “lidos”) na conta do carbono, da água etc. Assim é que o desprezo pelo agenciamento livro oblitera justamente os agenciamentos dos quais ele participa, bem como certa reverberação das mutações em curso.

O quê, afinal, nos faz hoje sentir, pensar, imaginar? Ou talvez: como sentimos, pensamos, imaginamos hoje, em tempos catastróficos? É uma questão que vai de encontro à história, à memória e à existência de cada um. Uma questão antes ética do que política – e por isso mesmo diretamente política. Uma questão-mundo, mundo que range em cada existência, sentida, pensada, imaginada nas maneiras de dizer... E dizer é uma prática: não é só o que se diz, o problema da verdade, mas o gesto, aquilo que se faz, um problema de luta, um confronto contra o tempo, precisamente contra a verdade do tempo. “Nada a ver com o signifiante”,⁹ diz Gilles Deleuze, em 1972 (já então em tempos catastróficos), em conversa com Michel Foucault. Um livro que se apresenta como intervenção e que nos dispensa de toda metafísica do livro em si, da obra, de um pensamento da verdade; um livro-intervenção coloca-nos no vivaz, porém incômodo ponto de fuga em que podemos não mais dizer “isto é”, em que não mais falamos pelos outros. Não há mais sujeito, homem/planeta, a ser salvo, não há mais futuro a ser prometido, não há, em suma, mais mistério a ser desvendado. Um livro, dizemos ainda com Deleuze e Foucault, é uma caixa de ferramentas: use-o! Se lhe servir, use-o!

Livro intervenção ensaio caixa de ferramentas, num mundo em colapso: afinada com o pensamento molecular de Deleuze, Stengers abre mão das salvagens institucionais. Nesse sentido, seu texto nos convida à análise crítica, e urgente, de um plano político que insiste, pelo alto, em medidas inter, trans, na verdade plurinacionais, pautadas pela noção dos direitos universais, pelo discurso das garantias desses direitos, da liberdade de ir e vir, passando pela liberdade de expressão/pensamento às liberdades identitárias, de minorias e vítimas

em geral. Estranhas liberdades, a cada vez mais soterradas sob a densa névoa de um mundo a ser salvo, de um futuro a ser repartido, o mais justamente possível, embora nunca cheguemos a uma reflexão certa a respeito da justiça. De qualquer modo, é o apelo aos direitos do homem, de cada homem em todos seus imagináveis gêneros e situações, que ainda comanda, como desde os prenúncios do capitalismo, nossas ações globais (ou, na maioria dos casos, nossas intenções globais) em proveito da vida futura. Assim como já o fizera Deleuze, e uns outros, Stengers convida-nos a pensar de uma maneira outra, de *n-1* maneiras outras... Não vamos salvar o planeta, e não vamos resolver uma suposta crise ambiental, pois a catástrofe já está instalada: do antropoceno ao capitaloceno, nossa pegada planetária revira do avesso as eras geológicas, devorando todo tempo pela escala humana, sem dúvida demasiado humana. Não mais um “capitalismo do bem”, mas uma vida outra, multiplicidade. Se o ensaio abre-se à experimentação, e permanece em aberto, ele também dispensa o universalismo centralista e hierárquico (e hierarquizante) dos tratados. Antes de tudo, Stengers nos propõe uma outra língua, uma língua menor, livre, língua da palavra que cria.

Em setembro de 2014, aconteceu na Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, o colóquio “Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra”, organizado pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN-UFRJ), pela filósofa Débora Danowski, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), e pelo antropólogo Bruno Latour, do Instituto de Estudos Políticos de Paris. Cabe primeiro dizer que as palestras

do colóquio foram disponibilizadas num canal do Youtube, assim como os textos, que se encontram no site do evento¹⁰. Novamente, o território do saber científico, tradicionalmente demarcado pelo espaço acadêmico – do papel impresso à sala de conferências – é pulverizado nos espaços moventes da Internet. E Isabelle Stengers estava entre os palestrantes.

Numa resenha do evento que a revista *Piauí* publicou em sua edição de outubro de 2014¹¹, encontram-se algumas declarações de Stengers, oferecidas durante uma entrevista: “Os cientistas do clima precisam de apoio. Eles devem desconfiar de seus aliados tradicionais – as empresas e o Estado –, que podem se apropriar completamente do problema com consequências catastróficas”. Um ano mais tarde, a frase de Stengers parece encontrar novo redimensionamento ao explicitar os aliados necessários e desejados no prólogo da edição norte-americana de seu livro: “os que lutam e experimentam para responder às questões postas”. Eis o detalhe: não se trata de defender, de salvar, nem mesmo de demonstrar ou mostrar o problema, trata-se de inventar outras palavras, ou melhor, outros modos de dizer, outros textos: textos livres do Estado. Do Estado e seus direitos, suas garantias, seus tratados, seu livros...

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M.; DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder”. In: FOUCAULT, M. *Estratégia, poder-saber*. Ditos e Escritos, IV. Tradução de Vera Lúcia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2003, p.39.

Recebido em: 15/11/2015

Aceito em: 15/11/2015

³ Cosac & Naify. Disponível em: <<http://editora.cosacnaify.com.br/ObraSinopse/2948/No-tempo-das-cat%C3%A1strofes.aspx>>. Acesso em: nov. 2015.

⁴ Cosac & Naify. Disponível em: <<http://editora.cosacnaify.com.br/ObraSinopse/2832/Teoria-do-drone.aspx>>. Acesso em: nov. 2015.

⁵ Disponível em: <<http://openhumanitiespress.org/critical-climate-change.html>>. Acesso em: nov. 2015.

⁶ Disponível em: <<http://openhumanitiespress.org/critical-climate-change.html>>. Acesso em: nov. 2015.

⁷ Disponível em: <<http://openhumanitiespress.org/critical-climate-change.html>>. Acesso em: nov. 2015.

⁸ Disponível em: <<http://openhumanitiespress.org/critical-climate-change.html>>. Acesso em: nov. 2015.

⁹ FOUCAULT; DELEUZE, 2003, p. 39.

¹⁰ Disponível em: <<http://osmilnomesdeguaia.eco.br/>>. Acesso em: dez. 2015.

¹¹ Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/esse-mundo-ja-era/>>. Acesso em: dez. 2015.

Lembranças do futuro: memória e escolha no filme *Mr. Nobody*

Renato Salgado de Melo Oliveira [1]

Mr. Nobody. Direção: Jaco Van Dormael. Produção: Jean-Yves Asselin. Roteiro: Jaco Van Dormael. [S.l.]: França, Reino Unido, Bélgica e Canadá, 2009. 35mm (157 min), Dolby Digital, color.

O psiquiatra, diante de seu paciente sem memórias, propõe uma técnica antiga, que talvez possa funcionar: a hipnose. “Lembre-se de trás para frente”, diz ele valendo-se de uma bola de metal que flutua no ar para ditar o ritmo monótono de suas palavras. O paciente, um senhor muito idoso, diz que se recorda de uma memória muito antiga, de antes mesmo de ele nascer, em um onde anterior, neste lugar, ou tempo, no qual, ou quando, as crianças que lá aguardavam já sabiam de tudo que viria a acontecer em suas vidas. No momento antes de nascer, um anjo colocava o dedo em suas bocas, como um pacto de silêncio, e então se esqueceram de silenciá-lo, nasceu lembrando de todo o seu futuro.

Esse paciente se chama Nemo Nobody (Nemo Ninguém), nasceu em 1974, e com seus 118 anos tornou-se, em 2092, o último homem a morrer de velhice, após a ciência ter conquistado um procedimento médico que torna as pessoas imortais. No leito, esperando sua morte, assim como esperou nascer, está preso a uma espécie de *show* televisivo que acompanha seus últimos dias como um grande evento, em meio a propagandas e participação interativa do público que pode votar se os médicos devem deixá-lo partir ou se devem tentar prolongar artificialmente a sua vida.

Nemo está no leito e um jornalista entra no quarto com um gravador muito antigo, diz ter roubado do museu da universidade e achou que seria melhor para deixar o velho mais à vontade. Quer um furo, uma entrevista, entrou escondido; Nemo se lembra de tudo e vai lhe contar a sua história de vida.

Mas Nemo se lembra ou não se lembra?

[1] Renato Salgado de Melo Oliveira é graduado em História e mestre em Divulgação Científica e Cultural, ambos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é doutorando em Teoria e Crítica Literária na Unicamp. E-mail: renatosmo@gmail.com

O velho conta que, com nove anos, seus pais se divorciaram, a separação acontece em uma estação de trem, a mãe vai partir e entra no vagão, estende a mão e o garoto corre em direção a ela e se junta à mãe. O garoto corre, o pai grita seu nome, “Nemo!”, ele olha para trás, perde o embalo, o cadarço se solta e o sapato cai (o dono da fábrica fez um acordo para comprar cadarços de baixa qualidade por um preço muito mais em conta), Nemo fica com o pai. O repórter diz que não está entendendo, afinal Nemo foi com a mãe ou ficou com o pai? Qual versão é a verdadeira? O velho responde: “Todas”.

Mr. Nobody é um filme sobre o tempo, escolhas, acaso e multiplicidade. Ainda criança, Nemo pensa que ao evitar a escolha pode suspender o tempo, mas está errado, não escolher é, na verdade, a escolha de se pôr à mercê, o mundo acaba escolhendo por ele. Em cada um desses momentos em que a vida impõe múltiplas possibilidades o filme também se multiplica em cada uma delas: o divórcio do pai, as três mulheres que conheceu..., em cada uma delas, toda uma temporalidade própria se configura. Quais são verdadeiras? Todas! Isso é possível, pois Nemo tem essa memória louca, uma memória do futuro, e a verdade do futuro é outra distinta do passado.

A memória do futuro se fragmenta em suas infinitas cenas ou paisagens, todas elas são verdadeiras, pois são potências. A linha temporal que conduz essas narrativas futuras não é de ordem cronológica ou excludente (só uma história verdadeira: é isso *ou* aquilo), são linhas de pura intensidade, rizomas, cada uma conduzindo a mais mudanças (é isso e aquilo). Por isso todas são verdadeiras, pois a verdade escapa da lógica da afirmação do dado, para a afirmação do porvir, uma memória do futuro, uma verdade do futuro. O *Ninguém* de Nemo

não é um esvaziamento, apesar de ser uma falta, é justamente a negação da escolha, de uma ideia de escolha, a falta de uma identidade ser isso *ou* aquilo. Devem deixá-lo morrer, ou prolongar artificialmente sua vida? Ligue e dê a sua opinião!

A vida de Nemo não pode ser narrada através de uma linha, e por isso o filme produz uma superfície. Em uma das versões de Nemo, ele regressa todo domingo a um mesmo lugar, na esperança de encontrar Anna, a mulher que ama, a vida dele se torna fixa neste momento da espera, como se, em uma suspensão, o tempo aguardasse o momento de voltar a fluir. Essa versão de Nemo enche uma parede de sua casa com fotos, são paisagens do fluir virtual de sua vida, estratégia para orientar forças capazes de manter a suspensão violenta do tempo. A superfície do filme é como essa parede, infinitas paisagens virtuais para suspender o tempo e evitar a escolha, ao menos uma certa escolha. Mas por que evitar a escolha se todas elas são verdades?

Antes de procurar uma resposta para essa questão, precisamos entender que essas paisagens não são isoladas, não são ilhas, uma atravessa a outra: Nemo chama o filho que tem, em uma vida, pelo nome do que tem em outra; as sensações, os rostos, os nomes, tudo transita de uma paisagem para outra. Isso acontece porque não se trata de projeção futura, de exercício de inventar um futuro, são marcas da memória, nesse lugar em que a memória quase se torna indissociável do sonho. Nemo lembra-se do futuro, por isso essas rupturas, essas confusões; é a nebulosidade e a incerteza que marcam as paisagens.

A memória é mais próxima da poesia que da prosa, os gregos já sabiam disso, e não se trata apenas de uma questão de técnica mnemônica,

é também um problema estético. A memória pode ter um conteúdo relativamente narrativo, mas o que a produz são os ritmos, as pulsões, as quebras de sentidos, a nebulosidade dos signos e a crueldade com as palavras.

A superfície filme não é feita só de memórias futuras, existem outras forças humanas que agem nela: o sonho e a imaginação. Em uma das paisagens, Nemo vai para Marte, outra é uma cena de teatro, ambas frutos da máquina de escrever. No entanto, há sonhos: todos vestidos iguais, todos os carros iguais, camas iguais, uma etiqueta de preço sempre presa no abajur ao lado da cama. Esse sonho parece nos apontar para a escolha que Nemo quer evitar. Devem deixá-lo morrer, ou prolongar artificialmente sua vida? Ligue e dê a sua opinião!

O jornalista insiste, quer saber o que é ou não verdade - ele não tem culpa de não entender, é o trabalho dele. Nemo idoso o encara e interroga: como pode ter tanta certeza de que ele próprio é real, que ele próprio é verdade? E logo Nemo afirma que ambos não são mais que o sonho de um menino de nove anos, em uma estação de trem, diante de uma escolha impossível. Um menino que não podia escolher, por não saber o que adviria de suas possibilidades, e na esperança de cavar uma fuga, lança-se a lembrar do futuro, e agora não pode escolher justamente por conhecer as suas possibilidades. Novamente, o tempo se encontra suspenso na escolha, fotos nas paredes, paisagens múltiplas.

Os sonhos parecem nos dar uma pista para conhecermos que escolha é essa que quer ser negada, diante da qual Nemo fica suspenso no tempo. Devem deixá-lo morrer, ou prolongar artificialmente sua vida? Ligue e dê a sua opinião! As roupas iguais, as camas iguais, os carros iguais, a etiqueta de preço. O sonho

parece ser um ensaio do desejo aprisionado pela lógica capitalista do consumo, escolher é consumir: escolha o carro, a cama, o carro, o abajur. A interação se tornou uma questão de escolha (já ligou?), tudo na vida foi reduzido a uma noção consumista de escolhas. Porém, a promessa era de que essas escolhas seriam a liberdade, o ser do indivíduo, em que cada um poderia se afirmar único, mas os carros são todos iguais, e as roupas e as camas. O problema dessa escolha, que causa a angústia do menino de nove anos, em pé na plataforma, é que as suas possibilidades já estão dadas de antemão (o pai *ou* a mãe; qual das três meninas?). São escolhas que negam qualquer possibilidade de futuro, pois se limitam, na verdade, a um acervo de decisões já tomadas pelo mercado, pela família, pela ciência, pela verdade, e que reduzem a experiência da vida a um finito do aceitável, do moral, do lucro, do certo. Qual é a escolha certa? É a pergunta que se faz o tempo todo Nemo, enquanto está preso a essa lógica de verdade; mas, ao conseguir produzir um novo sentido para a escolha, nesse processo de lembrar o futuro, finalmente entende que não há escolha certa, todas elas o são na medida em que aceitem a vida – “não tenho medo de morrer, tenho medo de não ter vivido o suficiente”, diz ele ao jornalista.

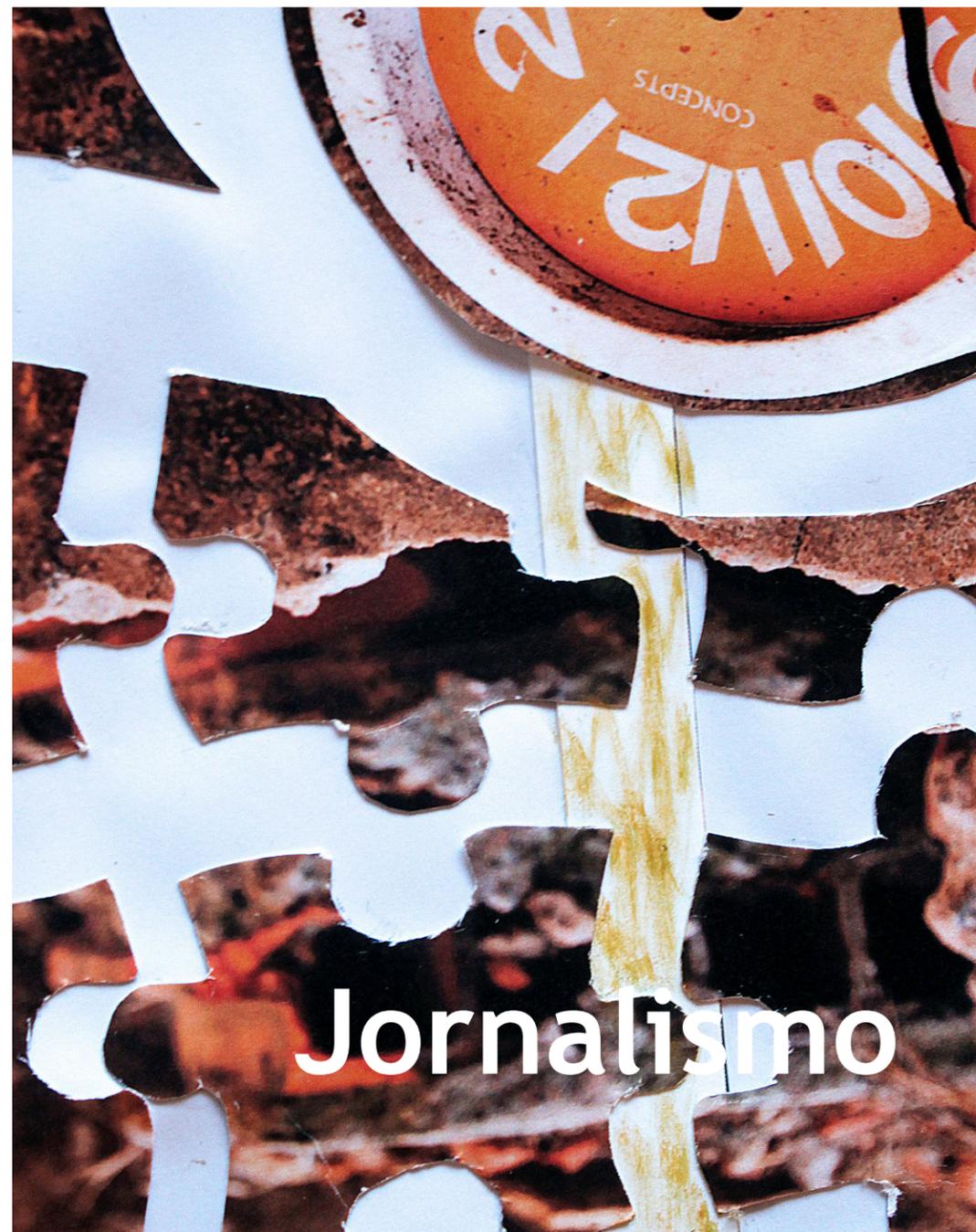
Não importa quantas possibilidades a escolha dê a você, sempre será finita, é o que Nemo Nobody está querendo nos dizer, sempre será finita. Transformar a escolha em uma possibilidade realmente infinita é um ato de resistência, de provocação. Exige que abdicuemos do possível, do dado, em favor da construção de uma alternativa futura, não que seja certa no futuro, mas que, como a lembrança do futuro, tome para si esse furor do impossível, do incerto, do nebuloso que existe além do horizonte definível. É preciso que seja

uma alternativa em branco, sem nome, um Mr. Nobody, uma borda. Ela precisa ser criada, inventada no instante em que a bifurcação da escolha se apresenta. Só assim se faz possível tornar a escolha realmente infinita, pois diante de n alternativas, escolhemos a $n+1$, sempre $+1$ em direção ao infinito. Só assim o mundo se torna um espaço de produção da diferença, no mais estamos escolhendo os mesmos carros, as mesmas roupas, abdicando do devir em nome do consumo da vida.

O menino pode retornar ao tempo, viveu todas as vidas possíveis em um instante, vê o trem partindo com a mãe, o pai derrotado na plataforma. Depois que o trem passa, percebe que existe um outro caminho para além do trilho, que não se mostrava como alternativa, um caminho que ele achou, e ele corre, foge por essa estrada.

Recebido em: 14/11/2015

Aceito em: 14/11/2015



SUMÁRIO

Para cada edição da *ClimaCom Cultura Científica* - pesquisa, jornalismo e arte escolhemos um tema relacionado às mudanças climáticas, abordado em notícias, reportagens, resenhas e entrevistas.

REPORTAGENS

Arte, ciência, filosofia: encontros potentes com a catástrofe
Pág. 112

Artistas argentinos criam com o rio
Pág. 114

Quando a redução aumenta
Pág. 116

NOTÍCIAS

A arte de reinventar a COP-21
Pág. 122

Hiroshima e Nagasaki depois do fim
Pág. 125

Às bordas do Ribeirão Anhumas
Pág. 127

Encontro em favor das águas
Pág. 128

Rio soterrado vem à tona
Pág. 129

COLUNA ASSINADA

Semiárido da Luz do Conhecimento!
Pág. 134

REPORTAGENS

Arte, ciência, filosofia: encontros potentes com a catástrofe

Sebastian Wiedemann, cineasta e pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF), fala sobre os desassossegos que motivaram a organização do evento “(A)mares e ri(s)os infinitos: preparos e ensaios com a catástrofe”, realizado em 1/10 na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e 2/10 no MIS-Campinas, do qual foi curador junto com a pesquisadora Susana Dias do Laboratório de Jornalismo Avançado da Universidade Estadual de Campinas (Labjor/Unicamp).

Revista ClimaCom: A chamada do evento é para um encontro-ação como ensaio e preparo com a catástrofe. Qual a proposta?

Sebastian Wiedemann: (A)mares e ri(s)os infinitos nasce como uma resposta a certo desassossego diante de uma quase sistemática desvitalização dos espaços de arte em razão das lógicas representativas que se impõem. Sentíamos que espaços convencionais como o museu não afetavam o suficiente. O que aqui nos move é uma pergunta pela vida que vaza como os rios nos mares, e que resiste a ser ancorada em um quadro de referência. O que nos interessa é a correnteza de atos de criação que, por procurarem afirmar a vida, podem e querem compartilhar as mesmas águas. Perguntamo-nos por como estar juntos, sendo que a atual crise ambiental nos obriga a inventar infinitos modos de atualizar e abrir possíveis para essa pergunta. Por isso tomamos a decisão por um encontro-ação - um espaço para criar populações de afetos entre nós e as coisas-seres do mundo, privilegiando as águas em suas potências de seca e inundação.

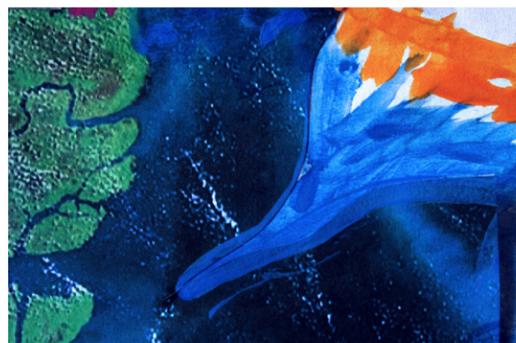


Imagem do ensaio *Vazar infinitos*, produzida por Sebastian Wiedemann e grupo multiTÃO.

Revista ClimaCom: Como rios e risos se articulam?

Sebastian Wiedemann: Poderíamos dizer que esse projeto tem por inspiração a vontade de criar emaranhados e nomadismos no pensamento e nos corpos, onde efetivamente aconteça e se invente uma escuta com as águas, um ouvir o rio que faz rir. Não esqueçamos que, numa boa gargalhada, um corpo sempre se desajeita e se desarticula, e um outro, novo, aparece, talvez um que crie alianças afirmativas com a catástrofe.

Revista ClimaCom: O evento abre com a exibição do filme *Ouvir o rio: uma escultura sonora de Cildo Meireles*. Como vocês tomaram contato com essa obra e em que medida ela poderá servir como inspiração para a oficina de fotografia-pintura que será oferecida em seguida?

Sebastian Wiedemann: Acreditamos que todo movimento de resistência é um movimento de coletividades, de legiões. Nesse sentido, já faz algum tempo que se estabeleceu uma amizade no pensamento com Cildo Meireles. A força do simples, a decantação de seus processos criativos e a eficácia minimalista de suas obras é algo que sempre nos instigou muito. O filme nos coloca um rico campo problemático: de um lado, o desdobramento do processo criativo da obra *RIO:OIR* e, de outro, o que a imagem cinematográfica faz com tudo isso. Um atrito entre a potência de um ato de criação e comunicação - ou pensamento - aparece em nosso contexto mais próximo. Problema que poderíamos pensar, talvez, com a seguinte pergunta: se entendemos comunicação e divulgação como um modo de fazer variar e proliferar potências de pensamento entre ciência, arte e filosofia, como evitar a armadilha da representação que constantemente tenta capturar as imagens e, contrariamente, afirmar que sempre se trata de um problema de experimentação? A oficina que propomos é uma tentativa de tornar mais rico ainda esse problema, uma linha por onde essa pergunta pode vazar, assim como a pintura faz vazar a fotografia. Uma oficina na qual queremos compartilhar com os participantes um dispor-se junto com os materiais, ser matéria plástica com eles. De modo algum apelamos a objetos a serem analisados. O filme, assim como a obra de Cildo Meireles, são conglomerados de afetos com os quais queremos fazer proliferar certa plasticidade no pensamento, a mesma que poderia deslocar posições tristes como a da vítima

ou o do culpado, que fazem da catástrofe algo impotente. Afirmar com a oficina a catástrofe como força de vida. A vida é isto: o encontro de diferentes que algo de novo nos doa.

Revista ClimaCom: Durante o evento, a proposta é também produzir um audiovisual. O que vocês pretendem explorar?

Sebastian Wiedemann: Há uma imanência das águas, um encontro infinito delas. O rio nunca nasce numa nascente e nunca termina no mar. Do mesmo modo, sentimos que (a)mares e ri(s)os infinitos não pode terminar no evento. Propomos essa produção audiovisual não como um registro que seria uma continuação do evento, mas como uma variação. A imagem como esse lugar que faz variar o mundo. Fazer da imagem esse lugar de passagem, onde as experiências e experimentações do evento possam ganhar outra vida em relação a encenações que temos pensado fazer especialmente para a imagem com os convidados especiais. Um ensaio onde, como temos insistido, queremos fazer proliferar as águas em aliança com as forças da catástrofe, que será um elemento que atravessará esse audiovisual, mas também todo o evento e o livro que surgirá na oficina de fotografia-pintura da abertura. Gostamos de pensar nele como um livro-nascente, livro que se abrirá em cada encontro do evento e que, sem dúvida, de algum modo, será a personagem principal do audiovisual que produziremos. Livro como nascente de rios, de catástrofes e destroços alegres para os quais a imagem quer ser canal, para quem sabe desembocar em um efetivo mar de imagens. Nesse sentido, poderíamos pensar que (a)mares e ri(s)os infinitos será aberto com o filme *RIO:OIR* e encontra a sua proliferação e variação audiovisual dialogando com Marulho, também do artista plástico Cildo Meireles. Amar e rir com a catástrofe, levar o rio de afetos desse evento a um mar de imagens.

Artistas argentinos criam com o rio

No segundo dia do encontro-ação “(a)mares e ri(s)os infinitos”, integrantes da organização artístico-ambiental Ala Plastica compartilharam suas experiências colaborativas, realizadas no rio de La Plata, durante a palestra intitulada “La vocación del lugar. Mirada y la práctica biorregional”, que aconteceu em 2 de outubro, das 9h às 12h, no MIS de Campinas.

Revista ClimaCom: A Ala Plastica é uma organização não governamental que promove alternativas ambientais em zonas críticas desde 1991. Qual é o enfoque artístico da organização?

Alejandro Meitin: Temos desenvolvido uma amplagada de obras artísticas não convencionais concentrando ações na comunicação e trocando experiências e conhecimentos com grupos locais para promover dinâmicas auto-organizativas. Podemos dizer que a Ala Plastica é uma visão compartilhada quanto ao assumir novas formas e estratégias de ação coletiva e criatividade para desenvolver outra objetividade diante do processo de fragmentação da vida, promovendo a revalorização do potencial específico da arte e o poder da imaginação na construção coletiva dos territórios. Para isso, conta com o surgimento de novos pontos de vista das comunidades, com a criação de redes de diálogo, de revalorização do conhecimento popular, além de produção de pesquisa e de relações estratégicas, a fim de catalisar o potencial de regeneração da comunidade para fortalecer o debate do ponto de vista sócio-ecológico em face de concepções políticas e tecnológicas unilaterais.



Projeto Ala Plastica

Revista ClimaCom: Que tipo de iniciativas a Ala Plastica vem experimentando?

Alejandro Meitin: Nas iniciativas, estão incluídas estratégias dialógicas ligadas a contextos sociais e antropológicos em contraste com a ideologia modernista da neutralidade da arte. Assim, a arte é parte de um trabalho compartilhado, produzido no todo ou em negociações com grupos, ativistas, associações etc., que constituem “comunidades experimentais” com o envolvimento dos participantes levando a uma imersão no processo de criação. Nessa imersão, o pensamento e a discussão pública tornam-se material do núcleo constitutivo,

envolvendo um grupo social ou, por vezes, toda a população de uma região, na encenação de “microutopias” ou “microcomunidades” de interação humana. Trata-se de um movimento cultural focado na criatividade social, em vez de na autoexpressão. Por meio de conversas, narrativas fotográficas, mapas, imagens de satélite, desenhos, textos e mapeamentos que incluem os insights dos residentes em relação às ações que danificam o meio ambiente ou o tecido social, essa forma de trabalho altamente experimental mobiliza novos modos de ação coletiva e de criatividade. A obra, então, se constitui como um conjunto de forças e efeitos que operam em numerosos registros de significação e interação discursiva.

Revista ClimaCom: O enfoque é o rio?

Alejandro Meitin: Colaboramos em longo prazo com entidades regionais, nacionais e internacionais a partir de propostas biorregionais sobre rios, sistemas e recursos hídricos. Também participamos de investigações, elaborações e execuções de projetos de regeneração de zonas costeiras, urbanas e rurais, junto com artistas, paisagistas, artesãos, autoridades locais, especialistas em controle de contaminação e na restauração ecológica. Na arte, desenvolvemos metodologias para a recuperação dos sistemas naturais e sua compreensão.

Revista ClimaCom: Como a experiência da Ala Plastica poderia contribuir para a valorização dos rios no Brasil?

Alejandro Meitin: Os rios, as águas e seus ambientes jogam um papel importante na ecologia urbana. Atualmente, eles não apenas são concebidos como áreas de recreação para os cidadãos, mas também como corredores de biodiversidade para fauna e flora. Para

que esses múltiplos propósitos possam dar lugar a melhorias, devem estar referenciados não apenas na qualidade dessas áreas como espaço público, como também ter em conta, fundamentalmente, a estrutura do ecossistema. No nosso entender, esses aspectos são temas interessantes para viabilizar a participação e a criatividade pública em atividades relacionadas aos problemas hídricos, além de uma participação ativa da comunidade fora do conceito de obra pública, o que poderia levar os cidadãos de diferentes idades a sentirem-se mais familiarizados com os cursos d’água e com os problemas que lhes afetam em seus locais de residência.

Quando a redução aumenta

Por Janaína Quitério | Dinâmicas demográficas desafiam o pensamento sobre a crise ambiental.

Na matéria intitulada “Crescimento populacional aumenta mudanças climáticas, dizem cientistas”, elaborada pela agência France Press em 2012 e reproduzida pelo portal de imprensa brasileiro G1, aparece a discussão sobre o “grande responsável indireto pelo aquecimento global” - debate causador de controvérsias durante a conferência *Planeta Sob Pressão (Planet Under Pressure)*, realizada em Londres, meses antes da Rio +20, e que se mantém aquecidas até hoje.

O problema é enforcado logo na gravata, ou linha-fina, da notícia - nome técnico dado ao resumo inserido abaixo da manchete jornalística - quando duas soluções foram apresentadas: diminuir as taxas de natalidade e mudar o padrão de consumo. À primeira proposta, Francine Modesto dos Santos, socióloga e doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), dá o nome



Caixa de futuro criada pelo grupo multiTÃO em 2015. A caixa de futuro desenha partituras impossíveis que convidam a tocar o futuro.

de “neomalthusianismo mobilizado em nome das mudanças climáticas”.

De fato, na declaração final preparada pela comissão científica da conferência que antecedeu a Rio +20, o aumento da população global e a aceleração do consumo foram mencionados como entraves para o desenvolvimento sustentável. Tal conexão tem sido problematizada como uma retomada dos princípios de controle populacional propostos pelo economista e demógrafo britânico Thomas Malthus, que, no final do século 18, defendeu a tese de que o crescimento populacional era o principal responsável pela miséria no mundo, já que não haveria condições de produzir alimentos para todos. Hoje, a construção argumentativa do neomalthusianismo, que faz relação entre crescimento populacional e mudanças climáticas, tem aflorado, segundo Francine Santos, tanto em meios acadêmicos quanto na imprensa desde a divulgação do quarto relatório (AR4) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), em 2007.

Em artigo publicado em 2010 sobre a temática, ela escreve: “Algumas correntes de pensamento já apresentavam - e, com a divulgação dos cenários sobre as mudanças ambientais pelo IPCC, começaram a apresentar ainda com mais veemência - a necessidade de limitar o número de pessoas no planeta”. No quinto relatório (AR5), divulgado no final de 2013, essa relação linear entre crescimento demográfico e pressão sobre os recursos naturais não apenas

se manteve como continuou central ao ser posta como “um dos mais importantes drivers do aumento das emissões de CO₂ provenientes da queima de combustíveis fósseis”, ressalta a demógrafa.

Mas pode mesmo o crescimento populacional ter papel preponderante no agravamento de problemas ambientais a ponto de se justificar o ressurgimento de controles natalistas, tais como os que já foram aplicados nos países em desenvolvimento diante do medo da explosão populacional atribuída a eles em décadas anteriores? E por que essa relação direta - que Modesto dos Santos classifica de reducionista e limitadora - entre volume populacional e impacto ambiental ainda permanece presente em relatórios importantes como os do IPCC, uma referência internacional em pesquisas sobre mudanças climáticas?

Ricardo Ojima, coordenador do Programa de Pós-graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGD/UFRN), dá pistas sobre essa associação no artigo “As dimensões demográficas das mudanças climáticas: cenários de mudança do clima e as tendências do crescimento populacional”, publicado em 2011. Para ele, o fato de ter havido um aumento expressivo tanto da concentração de dióxido de carbono na atmosfera quanto das taxas de crescimento populacional em ritmo efusivo, ambos na segunda metade do século 20, fez vincularem, de forma automática, os aumentos das emissões de gases de efeito estufa (GEE) à expansão populacional.

Não que o aumento da população não exerça pressão sobre os recursos naturais - exerce! -, mas Ojima problematiza: quando houver diminuição do volume populacional, as pressões ambientais deixarão de existir? “Em minha opinião, isso não ocorrerá porque não

se trata apenas de crescimento populacional, mas do impacto que cada indivíduo tem sobre os recursos”, explica. Essa é também a avaliação da demógrafa Francine Modesto dos Santos, para quem tratar a população como um problema ambiental - tornando-a alvo principal de medidas mitigadoras - é perigoso: “O decréscimo da população não implica necessariamente em queda da degradação ambiental, pois é o atual modelo de produção e níveis de consumo que exercem uma maior influência sobre a mudança climática”, avalia. Para ela, focar na questão do volume populacional é, na realidade, um argumento que encobre os verdadeiros responsáveis pela maioria dos problemas de degradação ecológica no mundo.



Caixa de futuro criada pelo grupo multiTÃO em 2015. A caixa de futuro desenha partituras impossíveis que convidam a tocar o futuro.

O combate às afirmações de que o aumento do volume da população tem relação direta com o aumento nas emissões de GEE começa quando os demógrafos constatarem que cerca de 80% das emissões ocorrem nos países que respondem por cerca de 20% da população mundial. Essa ligação desconsidera, ainda, a estrutura etária, os processos de urbanização ou a redução do

tamanho médio dos domicílios ao pensar sobre os elementos forçantes ou mitigadores - termos que aparecem nos quarto e quinto relatórios do IPCC - em cenários futuros das mudanças climáticas.

Em ensaio de 2012, publicado no livro *População e sustentabilidade na era das mudanças climáticas globais: contribuição para uma agenda brasileira*, Ricardo Ojima contesta a afirmação de que o controle de natalidade seja efetivo. Ao contrário. Em curto prazo, a redução das taxas de natalidade deverá exacerbar o volume das emissões de GEE, uma vez que, por um lado, casais menores tendem a consumir mais e, em consequência, tendem a ter um maior impacto ambiental e, por outro, estruturas etárias mais envelhecidas tendem a aumentar o nível e o padrão de consumo. “No caso do Brasil, a projeção mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta para um decréscimo populacional antes do meio deste século e, como as taxas de fecundidade aqui caíram muito rapidamente - o Brasil passou de cerca de seis filhos por mulher até os anos de 1970 para menos de dois filhos nos primeiros anos do milênio -, o envelhecimento também ocorrerá de forma rápida, mas é difícil crer que os problemas ambientais brasileiros diminuirão com essa redução”, conclui.

Inverno demográfico em pleno verão?

Na notícia com a qual iniciamos esta reportagem, apenas na metade do texto é que se faz menção ao fato de que o controle de natalidade em benefício do planeta é pensado para países em desenvolvimento - e não para países ricos, onde a taxa de fecundidade está caindo há muito mais tempo e com consequências visíveis. De fato, países como Dinamarca, Alemanha, Japão, Rússia - além da “América branca”, como caracteriza a filósofa

da ciência Donna Haraway, em seu artigo “Anthropocene, Capitalocene, Plantatiocene, Chthulucene: making kin”, publicado neste ano - têm investido em políticas de incentivo à fecundidade, mas, segundo Ojima, sem sucesso: “Poucas políticas pró-natalistas tiveram efeito capaz de resgatar os níveis de fecundidade que garantissem a reposição da população decrescente, e isso tem se tornado fator de grande preocupação devido aos inúmeros problemas que o envelhecimento populacional decorrente disso pode causar”, avalia.

A redução das taxas de natalidade, por outro lado, também tem sido apropriada por perspectivas conservadoras. No documentário *Demographic Winter (Inverno demográfico, o declínio da família humana)*, de 2008, economistas (entre eles, o prêmio Nobel em Economia de 1992, Gary Becker), demógrafos, psicólogos, e outros especialistas, reduzem toda a discussão sobre a queda da taxa de natalidade ao comprometimento da reprodução do capitalismo. Segundo eles, haverá risco não apenas para a economia, como também deficit no sistema de seguridade e saúde com o decréscimo da População Economicamente Ativa (PEA), queda na produtividade e na coleta de impostos, além do aumento do emprego da mão de obra imigrante. No documentário, a questão da imigração abre brechas, inclusive, para perspectivas xenófobas, na medida em que alguns especialistas expressam preocupação com a vinda de imigrantes e a consequente alteração na composição racial e social dos países europeus.

E é justamente sobre essas questões - do medo de imigrantes e da busca por projetos pró-natalistas baseados, no fundo, na limpeza/pureza racial (“that racial purity projects”) - que Donna Haraway chama atenção para as

políticas existentes em benefício da natalidade. Mas, em outra via de pensamento, a filósofa da ciência propõe a invenção de um olhar diferente para a questão, sem que se leve em conta, necessariamente, o nascimento de mais bebês no mundo (“to birth or not to birth a new baby is not in question for me”), de forma a proliferar maneiras de estabelecer relações de parentesco que não sejam concebidas apenas como vínculo biológicos e familiar.

Criar laços de parentesco sem precisar de novos bebês, para Haraway, inclui pensar, por exemplo, em políticas públicas que abranjam tanto nativos quanto imigrantes, sem xenofobia, e em políticas de incentivo que mantenham as pessoas saudáveis e produtivas por mais tempo. Mas a necessidade de alianças ultrapassa as fronteiras dos humanos, afinal, como a filósofa ressalta, essa imensa destruição em curso atingirá não apenas as 11 bilhões ou mais pessoas que habitarão a Terra no final do século 21, mas a miríade de outros seres com os quais também compartilhamos o planeta.

NOTÍCIAS

A arte de reinventar a COP-21

4/12/2015 | Janáina Quitério | Fora dos muros das negociações institucionais, movimentos artísticos e populares inventam outro clima para sensibilizar o mundo sobre as consequências da degradação ambiental.

“Imagina que, em 2015, você seja um jovem morando em uma favela. Agora, imagina que, em 2050, os Estados Unidos terão construído uma ilha flutuante para receber você como um refugiado ambiental”. A proposta figurava em pleno telão do Teatro Nanterre-Amandiers, nos arredores de Paris, enquanto 200 jovens, vindos de vários países, participavam de um jogo teatral de simulação organizado pelos estudantes do renomado Instituto de Estudos Políticos da Sciences Po (SEAP), em maio deste ano - seis meses antes da abertura da 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (COP-21), que acontece na capital francesa de 30 de novembro a 11 de dezembro.

A ideia do *Make it Work - The theater of Negotiations* foi fazer um exercício de reinvenção das regras vigentes nas COPs - cujo primeiro fórum aconteceu em 1995, em Berlim, após ter sido idealizado na ECO 92, no Rio de Janeiro - como ferramenta potente para repensar a estrutura e o modus operandi de um “esforço internacional” que será responsável pela existência futura - ou não - de todas as formas de vida no planeta. “Por 20 anos, as

negociações internacionais sobre o clima estão paralisadas em face da urgência da degradação climática, especialmente à relacionada com as emissões de CO₂”, justificam os organizadores.



Imagem da oficina de fotografia-pintura realizada durante o evento “(a)mares e ri(s)os infinitos”, em outubro de 2015.

Para o antropólogo e filósofo da ciência Bruno Latour, professor da Science Po e idealizador do evento, as negociações no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) têm sido ineficazes em razão da complexidade das questões envolvidas estarem encerradas num tipo de negociação que privilegia o papel do Estado nas decisões, em detrimento dos múltiplos atores - e seus interesses políticos em jogo. “Integrar as entidades com seus interesses tira a negociação do utópico, torna-a uma representação mais realista”, explica Latour no documentário *Climate Make It Work*, de David Bornstein, lançando em novembro deste ano e disponível para locação no Vimeo.

Em parceria com outras universidades, como a London School of Economics, a Universidade de Columbia e a Universidade de Tsinghua, em Pequim, os jovens tiveram três dias de

preparação e três dias de improvisação para reinventarem uma forma de representação que colocasse no mesmo palco delegações que não estão representadas nas negociações governamentais, como comunidades indígenas, organizações não governamentais, regiões polares, corporações de petróleo, indústrias de agrotóxico, internet, entre outras. “Em maio passado, nós imaginamos uma situação em que as delegações não estatais fossem representadas em igualdade com os Estados. ‘Atmosfera’ estava no palco, mas também ‘Solos’ e ‘Oceanos’, com todas as contradições que existem entre pescadores, tubarões e massas de corais”, contou Bruno Latour à revista francesa *Telerama*, em entrevista concedida no dia da abertura da COP-21.

Os jovens prepararam seus papéis antes, mas Philippe Quesne, chefe do Teatro de Nanterre-Amandiers e diretor de palco na simulação, ressaltou que a improvisação estava constantemente em jogo: “Isso pode alimentar outra maneira de ver os reais debates. Na COP real, as questões são as mesmas, e os chefes de Estado provavelmente irão reencenar os arranjos já feitos nos bastidores. É uma dramatização!”, Quesne joga com as palavras em entrevista dada ao filme de Bornstein.

Assim, imersos no desafio de conter o aumento da temperatura da Terra em dois graus Celsius até 2100, os jovens se dividiram em 42 delegações, que incluíram representações de animais - a exemplo dos orangotangos mortos pelo desmatamento - e fizeram um documento final com a adoção de medidas, tais como a criação de um status legal para refugiados do clima e a conexão global do mercado de carbono. “Temos de reinventar o que significa ‘agir’, ser otimista, entusiasta ou indignado”, respondeu Latour à *Telerama* sobre o porquê

do chamado às artes. “Se a política é a ‘arte do possível’, ainda é necessário que haja artes para multiplicar esses possíveis”.

Outros chamados para inventar o futuro

Inventar novas maneiras de pensar e novas narrativas também é a proposta do *Festival Global de Atividade Cultural sobre Mudanças Climáticas (ArtCop21)*, que vem reunindo agentes culturais do mundo todo de forma colaborativa desde setembro, com concentração de atividades artísticas durante o mês da COP-21, não apenas nos arredores de Paris, sob o lema “Clima é Cultura”. A pergunta que move o evento é semelhante à que motivou a simulação teatral de maio e se constitui como um chamado à imaginação de um mundo futuro: “A abordagem científica e política que rege a agenda da COP-21 será suficiente para negociar acordos internacionais capazes de combater as alterações climáticas?” Até o início de dezembro estavam registrados 512 eventos de 52 países.

Entre eles, destaca-se a instalação visual *Exit* - em exposição no Palais de Tokyo, em Paris, até 10 de janeiro de 2016. Composto por um conjunto de mapas animados, é possível perceber visualmente as relações complexas entre migrações, refugiados políticos e o aumento recente de refugiados climáticos a partir das catástrofes naturais que, desde 2008, deslocam em média 26 milhões de pessoas por ano - ou uma pessoa por segundo. Os mapas também demonstram que há diferenças marcantes entre os maiores emissores de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global e que desencadeia a degradação também das relações humanas, e os países mais prejudicados pelas catástrofes ambientais.



Imagem da oficina de fotografia-pintura realizada durante o evento "(a)mares e ri(s)os infinitos", em outubro de 2015.

Uma preocupação para além dos governos

A COP-21 tem sido apontada por especialistas climáticos, governos, artistas e ativistas políticos como a última tentativa de barrar os desastres ambientais já em curso e que irão se agravar caso não seja atingida a meta de contenção do aumento da temperatura em dois graus até 2100. Além disso, é nesta conferência que os 195 países e a União Europeia, membros da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), tentarão chegar a um novo acordo climático que deverá entrar em vigor em 2020, substituindo o já esvaziado Protocolo de Quioto.

Em entrevista à *Agência Brasil*, o secretário executivo do Observatório do Clima, Carlos Ritti, alerta que dois graus é o limite considerado seguro para gerenciar os impactos ambientais. Mas, apesar disso, as Contribuições Intencionais Nacionalmente Determinadas (INDC) apresentadas para a COP-21 mostram que, caso sejam implantadas todas as medidas propostas pelos países membros, ainda assim a temperatura da Terra aumentará 2,7 graus.

Não é à toa que a preocupação extrapola os muros governamentais e se mostra nas ruas com a organização de marchas em todo o mundo. De acordo com notícia publicada pelo Instituto Socioambiental (ISA), mais de 700 mil pessoas em 170 países participaram de mobilizações nos primeiros dias da COP-21, com o intuito de pressionar os governos a firmar um compromisso sério durante a conferência. Em Paris, mesmo com o estado de emergência decretado pelo governo francês depois dos atentados de 13 de novembro, foi organizada uma corrente de sapatos em frente a estátua da Marianne, na Praça de La Republique, sob o slogan "Nossos sapatos marcharão por nós", coordenado pela organização não governamental Avaaz.

De acordo com o site da Global Climate March, mantido pela Avaaz, até o segundo dia da COP-21 aconteceram quase 2500 mobilizações populares em todo o mundo.

Hiroshima e Nagasaki depois do fim

6/11/2015 | Janaína Quitério | Exposição partilha a insistência da vida em silêncios, imagens e narrativas após a catástrofe.

Seis de agosto, 1945, 8h15. Uma bomba nuclear pôs fim à cidade japonesa de Hiroshima. Três dias mais tarde, foi em Nagasaki que acabou o mundo: mais de 200 mil pessoas morreram em consequência das duas explosões que destruíram uma infinidade de diferentes formas de vida nas duas cidades de um mundo em guerra.

Mas, depois do fim, o recomeço - ou, como propôs a exposição fotográfica organizada durante o mês de outubro no Museu da Escola Catarinense da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), "depois do fim, o cotidiano", que reuniu registros feitos por Marcos Reigota, professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (Uniso).

Quinze imagens foram selecionadas no acervo do pesquisador, que havia participado, no ano 2000, das lembranças do ataque nuclear em ambas as cidades, ocasião em que captou com sua câmera analógica não apenas as celebrações pela paz feitas pela população local, mas também o cotidiano dos moradores.

No último mês de agosto - 70 anos após as explosões -, Reigota lançou a memória dessa viagem com a publicação do livro *Hiroshima e Nagasaki*, e-book disponível gratuitamente,



"Depois do fim, o cotidiano" expôs fotografias do pesquisador Marcos Reigota durante o mês de outubro, em Florianópolis.

que teve apoio e financiamento da Fundação Japão. Mas a ideia de revisitar o seu acervo fotográfico para compor uma exposição partiu do grupo interdisciplinar de pesquisa Tecendo - Educação ambiental e estudos culturais, ligado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a coordenação de Leandro Belinaso Guimarães, também integrante da Sub-rede Divulgação Científica e Mudanças Climáticas da Rede CLIMA.

A proposta da exposição era escolher as fotos a partir do silêncio que as imagens ressoavam como um convite à reflexão. Crianças e idosos - que, em virtude do horário das explosões, foram os maiores afetados, por estarem em suas casas enquanto as mulheres jovens trabalhavam na indústria da guerra nos arredores das cidades, e os homens se encontravam nos campos de batalha - aparecem com os olhos fechados e a cabeça baixa, como se pensassem, como se

meditassem. “Procuramos fazer uma seleção fotográfica capaz de estimular a sensação de silêncio e de reflexão, em contraste com o barulho em meio à profusão de informações que a gente vive, tentando escapar da pergunta ansiosa sobre como é a vida em Hiroshima e Nagasaki e cuja resposta a exposição não se propôs a dar”, enfatiza Belinaso.

A fala silenciosa das imagens

De fato, uma das principais questões que jornalistas e divulgadores da exposição lançaram à curadoria do evento diz respeito a como tem sido a vida local após o fim - discussão que a revista *ClimaCom* tem trazido no âmbito das questões ambientais e cujas reflexões foram aprofundadas pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e pela filósofa Deborah Danowski no livro *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins* (2014), no qual o Grupo Tecendo se inspirou.

Mas, apesar de as fotografias relevarem informações, a partir das quais é possível enxergar um cotidiano, não se trata de tecer uma representação da vida em Hiroshima ou Nagasaki. Muito pelo contrário, como explica Belinaso: “Essa vida pós-bomba que se pode desprender das fotografias é uma construção ficcional que cada visitante rearranja por meio de sua leitura”.

Assim, as imagens não registram um tempo, mas instauram condições para a criação de narrativas ficcionais a partir dos elementos que elas trazem à tona - tal como propõe o filósofo Jacques Rancière no livro *O espectador emancipado* (2008), ao problematizar o engajamento do público quando se trata da sensibilização pretendida por uma imagem ou obra de arte. Um encontro no qual se articulam outros tempos, “ficções do tempo”

com possibilidades de inúmeras conexões e rearranjos, como enfatiza Belinaso, em que o registro realístico das explosões em Hiroshima e Nagasaki - e sua memória - não está em jogo. A exposição também tirou de cena qualquer pretensão didática, ao abrir mão de legendas ou indicativos de como ler as fotografias: ao visitante foi permitido inventar.

Depois da exposição, o Grupo Tecendo não pretende dar fim às reflexões e, a partir de textos e produções imagéticas que os integrantes realizaram durante o evento, publicarão todos os processos de pensamento disparados pela exposição na página do grupo Grupo Tecendo no Facebook. “Eu diria que a exposição ainda não terminou”, conclui Belinaso.

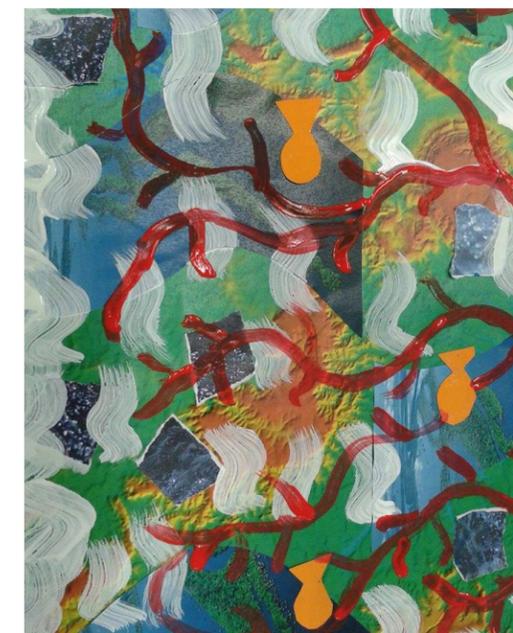
Às bordas do Ribeirão Anhumas

1/10/2015 | Janaína Quitério | Geógrafo e pesquisador do Instituto de Geociências da Unicamp participa de visita guiada às margens do ribeirão Anhumas, no distrito de Barão Geraldo, como parte do encontro-ação *(a)mares e ri(s)os infinitos: preparos e ensaios com a catástrofe*.

No fluxo das reflexões propostas pelo encontro-ação organizado por pesquisadores do Laboratório de Jornalismo Avançado da Universidade Estadual de Campinas (Labjor/Unicamp) e da Rede Clima e por artistas que têm criado com as mudanças climáticas em curso, o geógrafo e pesquisador Salvador Carpi Júnior coordena uma visita guiada ao ribeirão Anhumas, no distrito de Barão Geraldo, Campinas.

A proposta é apresentar aos participantes os diagnósticos dos problemas ambientais e sociais levantados pelo Projeto Anhumas entre 2003 e 2006 - um projeto de pesquisa de políticas públicas - em que Carpi Júnior coordenou a equipe responsável por identificar e mapear os riscos ambientais na bacia hidrográfica.

A visita guiada sairá do Labjor-Unicamp às 14h e encerra as atividades do dia 1º de outubro, que começa às 9 horas com a exibição do filme documentário *Ouvir o rio: uma escultura sonora de Cildo Meireles*, seguida de uma oficina-pintura que comporá, de forma coletiva, um



Trabalho realizado na oficina de fotografia e pintura realizada no evento *(a)mares e ri(s)os infinitos*

livro-objeto que deseja captar sentidos para a questão das águas.

Na visita guiada, Salvador Carpi Júnior irá promover um debate sobre questões os valores simbólicos da água e dos rios; percepção, memória, conscientização e educação ambiental relacionados à água; conhecimento científico versus conhecimento empírico/popular sobre o ribeirão, bem como compartilhará dados e experiências socioambientais com o Anhumas.

01/10, às 14h, com saída do Labjor Cidade Universitária “Zeferino Vaz” Prédio da Reitoria V (3º piso). (em frente à Praça da Paz)

O evento é gratuito, mas é preciso se inscrever no e-mail climacom@unicamp.br.

Encontro em favor das águas

28/09/2015 | Janaína Quitério | Nos dias 1 e 2 de outubro, o encontro-ação *(a)mares e ri(s)os infinitos: preparos e ensaios com a catástrofe* reúne artistas e pesquisadores para criar alianças afirmativas em tempos de catástrofes climáticas.

Como tornar potente nossa relação com a água? Como continuar diante da finitude? Ambas as perguntas delineiam o curso do encontro-ação organizado por pesquisadores do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas (Labjor/Unicamp) e da Rede Clima e por artistas que têm se desdobrado em inventar relações com as mudanças climáticas, em especial com as águas em tempo de escassez.

Para o cineasta colombiano e pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF) Sebastian Wiedemann, que divide a curadoria do evento com a pesquisadora do Labjor Susana Oliveira Dias, trata-se de “abraçar a catástrofe” como algo capaz de nos forçar a pensar diante das finitudes que se impõem. “O que nos interessa é a correnteza de atos de criação que, por procurarem afirmar a vida, podem e querem compartilhar as mesmas águas”, pontua o cineasta.

O rio é a curva-mestra de todo o evento. Na abertura, que acontece na sala de aula do Labjor em 1º de outubro, às 9 horas, a programação inclui a exibição do filme documentário *Ouvir o rio: uma escultura sonora de Cildo Meireles* seguida de uma oficina-pintura que comporá,

coletivamente, um livro-objeto capaz de esboçar sentidos para a questão das águas: um “livro-nascente de rios futuros”, como propõem os curadores do evento.



Ouvir o rio: uma escultura sonora de Cildo Meireles, por Marcela Lordy

Sinopse: Dirigido por Marcela Lordy, o filme documentário *Ouvir o rio: uma escultura sonora de Cildo Meireles* acompanha a busca poética do artista plástico carioca de renome internacional pelos sons dos rios em várias regiões do Brasil, de onde emerge uma “escultura sonora” que exprime nossa relação com os corpos d’água. O filme foi exibido em vários festivais nacionais e internacionais.

01/10, às 9h, na sala de aula do Labjor Cidade Universitária “Zeferino Vaz” Prédio da Reitoria V (3º piso).

(em frente à Praça da Paz)

O evento é gratuito, mas é preciso se inscrever no e-mail: climacom@unicamp.br

Rio soterrado vem à tona

30/09/2015 | Janaína Quitério | Oficinas de preparação corporal e de confecção de lanternas luminosas contribuem para a elaboração do cortejo “Rios de luz”, inspirado em rituais do estado do Pará, por avenidas que encobrem o Córrego Tanquinho. As atividades fazem parte do encontro-ação *(a)mares e ri(s)os infinitos: preparos e ensaios com a catástrofe*, em 2 de outubro, no MIS-Campinas.



Oficina-Cortejo: “Rios de luz”, realizada por Armando Queiroz e Hellen Audrey no MIS-Campinas em outubro de 2015

Um rio se afoga? - perguntam os organizadores do encontro-ação *(a)mares e ri(s)os infinitos: preparos e ensaios com a catástrofe*, evento organizado por pesquisadores do Laboratório de Jornalismo Avançado da Universidade Estadual de Campinas (Labjor/Unicamp) e da Rede Clima e por artistas que têm se desdobrado em propor relações com as mudanças climáticas, em especial com as águas em tempo de escassez.

Se afogar-se é deixar de respirar, replicam os curadores do evento, um rio concretado é, então, um rio morto, afogado. Como forma de resistência a essa morte, a proposta é ensaiar, coletivamente, relações poéticas com as águas a partir da oficina-cortejo Rios de luz, que sairá do Largo do Pará em direção à Avenida Anchieta, na região central de Campinas, por onde passava o córrego Tanquinho, hoje embaixo de grandes avenidas da cidade.

A oficina começa às 14 horas, no MIS-Campinas, com a exibição de filmes produzidos pelo artista visual Armando Queiroz, que vem de Belém (Pará) para propor um encontro com a questão: como inventar outros espaços possíveis entre

arte, vida e afeto? O artista emenda a roda de conversa com a oficina de produção de lanternas para o cortejo sobre o córrego Anhumas - uma intervenção artística inspirada na mistura de vários rituais paraenses que relacionam o homem e as águas. Rituais como o Círio de Oriximiná (médio Amazonas) e suas lanternas de papel de seda; a Trasladação noturna, que antecede o próprio Círio de Nazaré em Belém, e suas velas de fochos multicoloridos pelo uso garrafas PET para a proteção da chama contra o vento, assim como o ritual da Lanterna dos Afogados, que acontece quando alguém se afoga, quando então pequenas cabaças com velas acesas são lançadas ao rio. Diz-se que as cabaças param onde estão as pessoas afogadas.

No cortejo sobre o córrego canalizado, a proposta é fazer com que essas lanternas busquem os rios soterrados, poluídos, escondidos por estruturas de cimento - emergindo-os poeticamente à superfície. A dançarina Hellen Audrey se junta ao cortejo contribuindo com uma oficina de preparo do corpo por meio de exercícios e técnicas corporais de dança, que despertarão o corpo para a presença cênica, para um estado

corporal alterado. “Um transe de um corpo que corteja-caminhos-mundos, um retardo que afirma a criação de corpos-ruas-rios em cada gesto”.

A oficina-cortejo acontece das 16h às 19h, saindo do MIS-Campinas. O evento é gratuito, mas é preciso se inscrever no e-mail climacom@unicamp.br

COLUNA ASSINADA

Semiárido da Luz do Conhecimento!

28/09/2015 | Por Paulo Nobre | Ph.D. Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Coordenador Geral da Rede Brasileira de Pesquisa em Mudanças Climáticas Globais - Rede CLIMA. Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI).

*“A Seca, que traz a fome e a morte!
O Sol, que traz a luz e a vida!”*

Na porção semiárida da Região Nordeste, que abriga 22+ milhões de pessoas em 980.000 Km² (IBGE, 2010) são características marcantes: os recursos hídricos escassos e a abundante energia radiante do sol. E das interligações entre água escassa, solo raso e sol abundante surge seu bioma perfeitamente adaptado da *Caatinga*.

A lógica da água como insumo basilar para o desenvolvimento da Região Nordeste norteou investimentos Federais ao longo de décadas. E não obstante tenha contribuído para a melhoria de sua infraestrutura hídrica, se mostrou insuficiente para promover a riqueza de sua população. Reféns de práticas agrícolas exóticas e programas de distribuição de renda, a população de baixa renda permaneceu sujeita às consequências adversas da seca. *Não obstante suas riquezas naturais abundantes, a Região Nordeste continua a registrar um bolsão histórico de pobreza e inequidade social.*

Este ensaio apresenta elementos de um novo paradigma econômico-social, que procura nos elementos do clima local suas vantagens comparativas a outras regiões do país e do planeta. O elemento mais abundante no clima semiárido do Nordeste é sua insolação. Aproveitada para integrar o parque gerador de energia elétrica fotovoltaica distribuída no país, traz a possibilidade de tornar a Região próspera. Tal possibilidade se materializa pela conjugação de desenvolvimentos tecnológicos recentes para conversão fotovoltaica, que tornaram os custos de sua instalação extremamente competitivos relativo a outras tecnologias, associada à infraestrutura de geração e distribuição da hidroeletricidade no território nacional.

O novo paradigma, aqui denominado “*Semiárido da Luz do Conhecimento*” é alicerçado em três elementos endógenos e abundantes na Região: a luz solar, o bioma *Caatinga*, seu povo.

A Geração distribuída de energia elétrica fotovoltaica em pequenas propriedades rurais, sobre áreas em avançado processo de desertificação representa uma forma perene de geração de renda própria, para uma faixa da população historicamente excluída. Um hectare de plantio de milho no semiárido produz uma riqueza, num ano de chuvas regulares, que representa uma centésima parte da riqueza gerada pela energia elétrica fotovoltaica com tecnologia atual (i.e. eficiência de 10%). Além disto, a utilização dos painéis como área coletora de água de chuva, armazenada em cisternas, apresenta um fator adicional de resiliência ao clima semiárido, favorecendo a fixação do homem no campo. No mais, a implantação de um parque distribuído de microgeração de painéis fotovoltaicos em todo

o semiárido do Nordeste (não somente, mas também nas demais Regiões do país), alavanca uma cadeia produtiva de grande envergadura, desde o financiamento de pesquisa em física do estado sólido em centros de pesquisa e universitários nacional, até serviços de montagem e manutenção de painéis, além de sua própria eventual fabricação no Nordeste. Em adição aos fatores benéficos em escala de nação que esta cadeia produtiva acarreta, a geração massiva de energia fotovoltaica distribuída contribuiria com o esforço de mitigação da emissão de gases de efeito estufa, colocando o Brasil no mapa do mundo com uma matriz energética 100% limpa.

O Replantio da Caatinga é complementar ao esforço de geração fotovoltaica distribuída, na medida em que aumenta a resiliência climática contribuindo para a regularização do ciclo hidrológico, preservação da umidade, do solo e da biodiversidade. Com trabalho remunerado através do *Programa Replantando Caatinga*, representa uma fonte complementar de renda ao trabalhador rural.

O Ensino para o “cidadão do mundo” representa no longo prazo a mais potente alavanca para a transformação social, particularmente na presente era da informação, onde a distância entre o mercado consumidor e ofertante de serviços é medida em megabits por segundo, sendo inversamente proporcional à largura de banda das vias expressas de telecomunicações, a internet. Adicionalmente, as condições ambientais severas a que está sujeita a população no Nordeste semiárido, podem representar uma vantagem comparativa para os jovens do Nordeste no mercado mundial interconectado pela internet, ao contarem com o ensino de línguas, inclusão

digital e eletrotécnica, assim como técnicas agrícolas avançadas, adaptadas ao clima; com apoio financeiro do *Programa Bolsa Estudante Cidadão do Mundo*.

Os elementos elencados neste ensaio representam uma provocação conceitual ao paradigma da seca e da fome, desafiado neste repente da luz e da vida. O clima semiárido do Nordeste pode representar um diferencial definitivo para a promoção do desenvolvimento regional e inclusão social, pela adequação das atividades econômicas locais com suas potencialidades naturais.

Os conceitos aqui apresentados são frutos da vivência do autor na pesquisa sobre o clima do Nordeste, suportados por resultados de pesquisa em curso da Rede CLIMA, criada pelo Governo Federal com o objetivo de gerar a base científica do conhecimento sobre as mudanças climáticas para apoiar a criação de políticas públicas no Brasil.

Per si, o conhecimento científico e tecnológico são insuficientes para modificar o destino do homem. No entanto, aliado às instituições em sua implementação como políticas públicas possibilita alterar nossa percepção da “realidade”, gerando no presente condições para a materialização de um outro futuro, que ousamos sonhar. E ao representar uma conquista de cada pessoa, se pereniza através das gerações.



Arte

SUMÁRIO

Esta seção da *ClimaCom Cultura Científica* - pesquisa, jornalismo e arte funciona como um espaço expositivo no qual serão publicadas, quadrimestralmente, produções artísticas e culturais relacionadas às mudanças climáticas, submetidas à avaliação peer review nos mais diversos formatos (ensaios fotográficos, vídeos, animações, instalações etc.) e relacionadas ao tema proposto por cada edição da revista. Também serão divulgadas produções audiovisuais resultantes de experimentações (oficinas-instalações) feitas pela equipe da revista, pesquisadores, artistas convidados e públicos diversos.

PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS

Las cuencas como laboratorios de gobernanza

Ala Plástica

Pág. 142

Machinery

Lucho Soldevilla

Pág. 150

Psychohydrography

Peter Bo Rappmund

Pág. 152

Despacho

Carla Lombardo

Pág. 154

Habitare

Beatriz Souza

Pág. 158

Extraterritorial

Ж

Pág. 166

Insustentável Eu

Hellen Audrey

Pág. 168

LABORATÓRIO-ATELIÊ

(a)mares e ri(s)os infinitos: preparos e ensaios com a catástrofe - vídeo

Pág. 176

Livro-ri(s)o

Pág. 180

Caixa de futuro

Pág. 192

Vazar infinitos

Pág. 200

(a)mares e ri(s)os infinitos: ensaios e preparos com a catástrofe - um encontro ação | evento
Pág. 210

ARTISTAS CONVIDADOS

Cortejo do rio
Tatiana Plens e Janaína Quitério
Pág. 220

PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS

Las cuencas como laboratorios de gobernanza

Ala Plástica

Durante 2014, artistas nacionales e internacionales que trabajan en prácticas territoriales y en cuencas hidrográficas de América y Europa fueron invitados a desarrollar un programa de 2 semanas que consistió en un andar juntos por ecosistemas litorales, para mapear conflictos y controversias en fusión con el contexto local, guiados por la idea de producción colectiva, dentro de una iniciativa autogestionada denominada “Las cuencas como laboratorios de gobernanza”, proyecto co-comisariado por Alejandro Meitin de Ala Plastica, Mauricio Corbalán de M7red ambos integrantes de Nodo Sur del Ecuador Político y Teddy Cruz del Centro para Ecologías Urbanas de la UCSD como interlocutor remoto. Ver artículo: “Autoorganización e interdependencias: las cuencas como laboratorios de gobernanza”.

Concepção: Ala Plástica

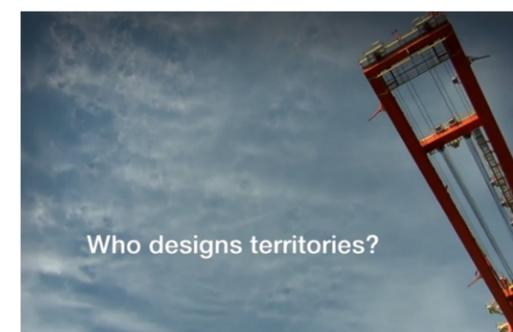
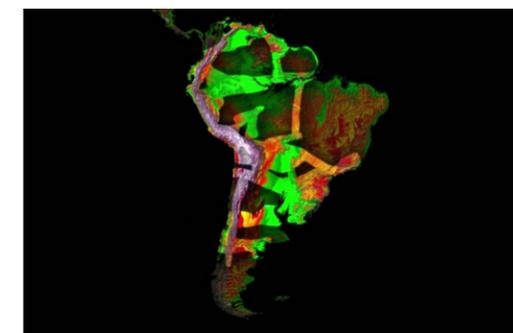
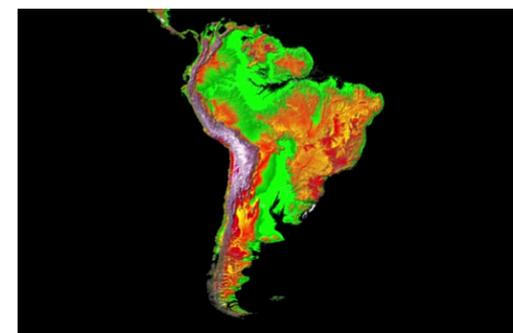
Ala Plástica, es una organización artístico-ambiental que desarrolla su actividad principalmente en el área del Estuario del Río de la Plata (Argentina) y el Delta del Paraná. Desde 1991, Ala Plástica ha llevado a cabo una serie de iniciativas artísticas no convencionales a escala bioregional. Sus miembros y colaboradores provienen de saberes diversos, cambiando la conformación del colectivo según las investigaciones, ejercicios o proyectos. Éstos reúnen una trama compleja de intervenciones que articulan al mismo tiempo ecología, sostenibilidad, trabajos en red, producción de conocimiento, recuperación de economías locales y entramados sociales partiendo de modelos de expansión rizomática e investigación participativa. 2 personas se encuentran tras la coordinación de las operaciones: Silvina Babich y Alejandro Meitin.

Mais informações disponíveis em: <<https://cuencaslab.wordpress.com/>>.



Disponível em:

<http://climacom.mudancasclimaticas.net/?p=4398>





ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte | Vol. 4 - Ano 2 / Dezembro de 2015 / ISSN 2359-4705

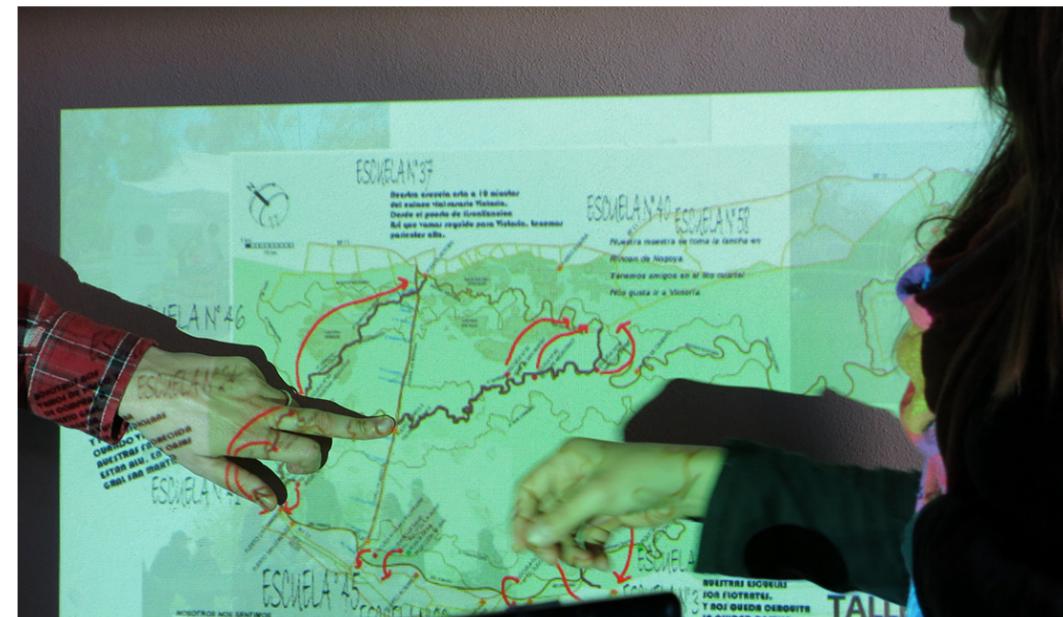


ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte | Vol. 4 - Ano 2 / Dezembro de 2015 / ISSN 2359-4705





ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte | Vol. 4 - Ano 2 / Dezembro de 2015 / ISSN 2359-4705



ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte | Vol. 4 - Ano 2 / Dezembro de 2015 / ISSN 2359-4705

Machinery

Lucho Soldevilla

Machinery explora, de manera abstracta, el movimiento generado por las máquinas que “transportan” a los ciudadanos y cómo estas máquinas al mismo tiempo de llevan de la energía necesaria para mantener el flujo vital de la ciudad y del sistema que forma. Mediante la combinación del movimiento interno de los dispositivos (escaleras, trenes a los ascensores) con un movimiento externo (movimientos de cámara), estas ideas de movimiento, energía y transporte adquieren un nuevo significado, generando una especie de vértigo y la idea de que no existe un equilibrio o dirección.

Concepção: Lucho Soldevilla

Lucho Soldevilla (Lima - Perú 1978-). Máster en Media-Design del Piet Zwart Institute en Rotterdam. Licenciado en realización audiovisual de la Facultad de Comunicaciones de la Universidad de Lima. Bachiller con especialidad en cine y vídeo de la misma Facultad. La obra de Luis tiene un fuerte vínculo con su formación académica, el cine. Él toma el lenguaje cinematográfico y lo fusiona con el potencial expresivo del espacio. En sus instalaciones el aspecto físico de la imagen funciona como columna vertebral de la narración, explorando diversas connotaciones del paisaje como un retrato social.

Mais informações disponíveis em: <<http://cargocollective.com/luchosoldevilla>>.



Disponível em:

<http://climacom.mudancasclimaticas.net/?p=3950>



Psychohydrography

Peter Bo Rappmund

An analysis of the flow of water from mountain to aqueduct, city to sea. Shot at and around the Eastern Sierra Nevada, Owens Valley, Los Angeles Aqueduct, Los Angeles River and Pacific Ocean.

Concepção: Peter Bo Rappmund

Peter Bo Rappmund is a Texas-based artist whose practice relies on understanding both empirical and metaphysical properties of built and natural environments. He has exhibited his work worldwide, including at MoMA (New York); Anthology Film Archives (New York); National Maritime Museum (London); REDCAT (Los Angeles, CA); and the Locarno, New York, CPH:DOX, Vienna, Vancouver, Ann Arbor, and Hong Kong International Film Festivals. Rappmund held a solo exhibition at the Laguna Art Museum (Laguna Beach, CA) in 2012, and his work belongs in the permanent collection of the George Eastman Museum (Rochester, NY). He is currently working on Communion Los Angeles, a project about the 110 freeway in Southern California. He received his MFA from the School of Music and School of Film/Video at California Institute of Arts (CalArts).

Mais informações disponíveis em: <<http://peterborappmund.name/index.php/projects/psychohydrography/>>.

Ficha técnica:

Theatrical

Video: HD | 63 minutes | color | stereo

Installation

Loop: HD | 60 minutes | color | stereo

Photos: chromogenic color prints

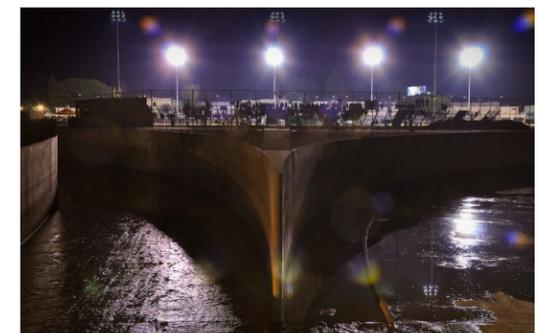
Maps: millimeter paper

2010



Disponível em:

<http://climacom.mudancasclimaticas.net/?p=3954>



Despacho

Carla Lombardo

Pré-história do futuro. Intervenção performativa, argila. Vila de Nazaré. Cabo de Santo Agostinho. Brasil. Maio 2015. Capas temporais superpostas que definem pontos de tensão e cisalhamento no nordeste do Brasil. 1º: Gondwana. Neste exato lugar, a placa sul-americana se separou da África, dando origem ao Oceano Atlântico. 2º: As Américas. 1498 - Vicente Yañes Pinzón (Espanha) chegou ao Cabo de Santo Agostinho antes dos portugueses. 3º: Escravidão. Sendo já terra de domínio português, transforma-se em área de porto negreiro, de pessoas trazidas da África. 4º: Ordem e progresso. Instala-se o Porto de Suape e uma refinaria, um dos maiores polos industriais do Nordeste do Brasil, intensificando a ruptura e a tensão. Prepara-se o terreno para o antropoceno e para os futuros restos fósseis (a humanidade).

Concepção: Carla Lombardo

Mais informações disponíveis em: <<http://www.carlalombardo.com/despacho.php>>.





Habitare

Beatriz Souza

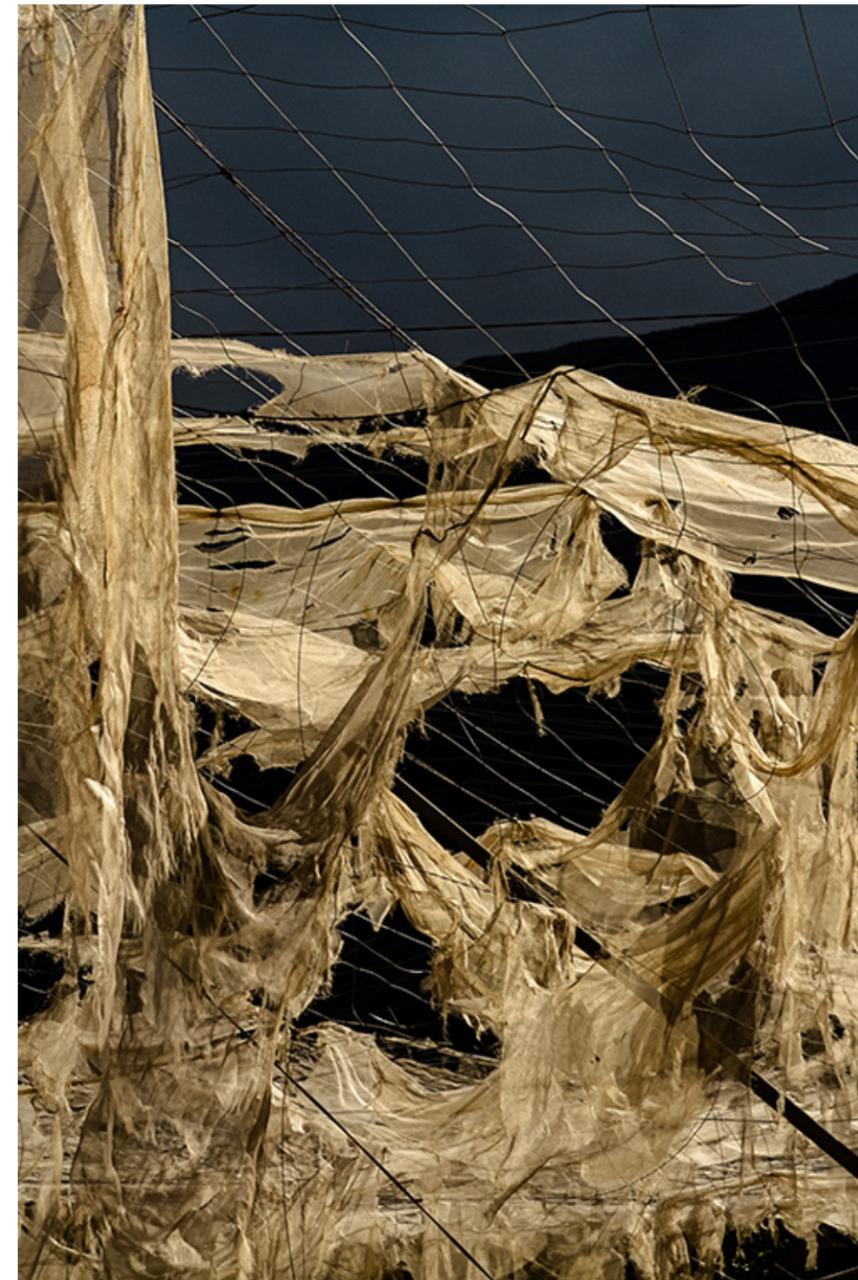
O infinito do trabalho do tempo, que age sobre as estufas abandonadas, criadas pela ação humana sempre finita, demora-se nas coisas e nos seres, construindo paisagens que nada sabem das grandes catástrofes (esgotamento do solo? ausência de água?), que apenas ressoam entre os tecidos rasgados. Ali, nada se restringe, mas expande. O sol, o céu, o ar, a vegetação, tudo participa na construção deste viver, que é alheio aos modos como as gentes estão habituadas a se relacionar com o tempo de habitar. Sem regras, sem controle, sem isolamento, as estufas abandonadas criam corpos próprios, que se conectam com um tempo-espço de habitar a terra que somente a elas pertence, mas que, de alguma forma, é compartilhado pelos outros seres. Já não são mais ilhas atmosféricas, já não são mais ilhas: são paisagens que se abrem para o (in)finito do habitar sobre a terra.

Concepção: Beatriz Souza | Universidad de La Laguna, Canárias, Espanha | Ciências sem Fronteiras - CNPq









Extraterritorial

Ж

Imagem pobre - o real virtualizado em Extraterritorial. O território é um espaço reticulado, limitado. Lugar de controle, espaço onde se aplica a escala humana. A paisagem é a possibilidade de encontrar a natureza inumana na qual o homem se instala. Extraterritorial propõe a ativação de um regime de visualização, em simultaneidade, de estados complexos no qual a natureza se vê afetada por uma ordem de processos que já não deixa nenhum exterior intacto. Ao real, soma-se um vetor de virtualidade; o real como um espelho que vem rivalizar e radicalizar a presença e o controle do homem sobre este espaço. Este processo leva o homem ao limite, à sua desapareição tanto nas imagens como na terra. Se a paisagem, na Antiguidade, serviu para que o homem admirasse sua forma, seu corpo, no Renascimento ela é a desculpa para a expressão de um *pathos*, de um sentimento. Na Modernidade, já se entende sua autonomia, sua exterioridade e imanência. Na sua forma contemporânea, a paisagem se apresenta como a tentativa de substituição do real pelo virtual, imagens de síntese em permanente atualização. Extraterritorial: a paisagem como oportunidade para o encontro com a vida em mutação descontínua.

Concepção: Ж | kkotik@gmail.com | kkinema.com.br

Ficha técnica:

Filme-designer: Ж

Laboratório: Labor Berlin / Lucas Maia

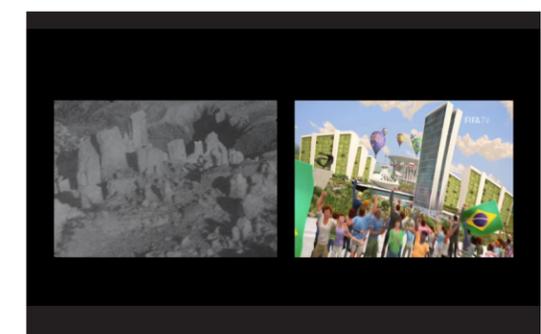
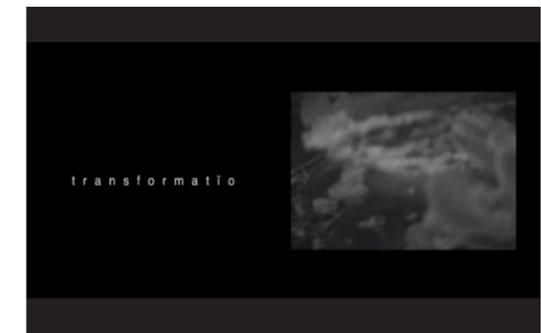
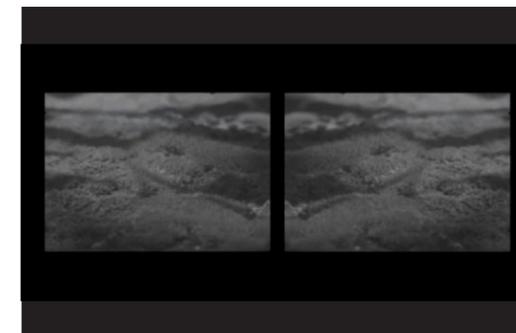
Som: Ж + Akira

Design Gráfico: .txt texto de cinema



Disponível em:

<http://climacom.mudancasclimaticas.net/?p=3945>



ARTE

Insustentável Eu

Hellen Audrey

Inspirado no livro *A Insustentável Leveza do Ser*, de Milan Kundera, a performance *Insustentável Eu* é um trabalho iniciado em 2010, inspirado em nossas instabilidades emocionais e em nossas formas de sentir e refletir o mundo - uma metáfora para representar as relações entre os seres humanos e as reverberações provenientes dessas relações. A performance, concebida para ser apresentada em palco, teve uma versão para espaços alternativos e, em 2011, foi apresentada no Festival de Teatro Berlin Lacht, na Alemanha.

Criação e interpretação: Hellen Audrey

Trilha sonora: Guga Costa

Fotografia: Débora Branco

Produção: Confraria dos Ventos

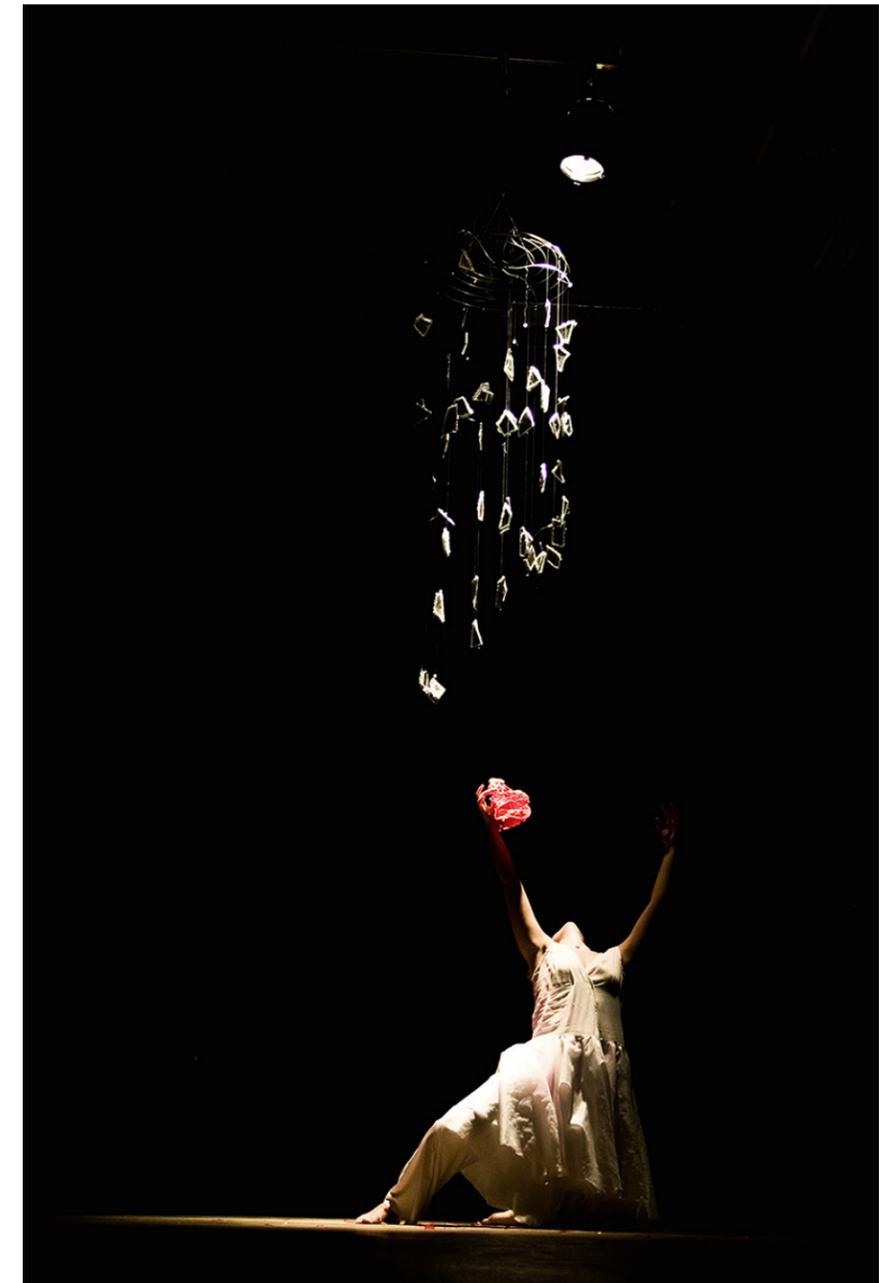
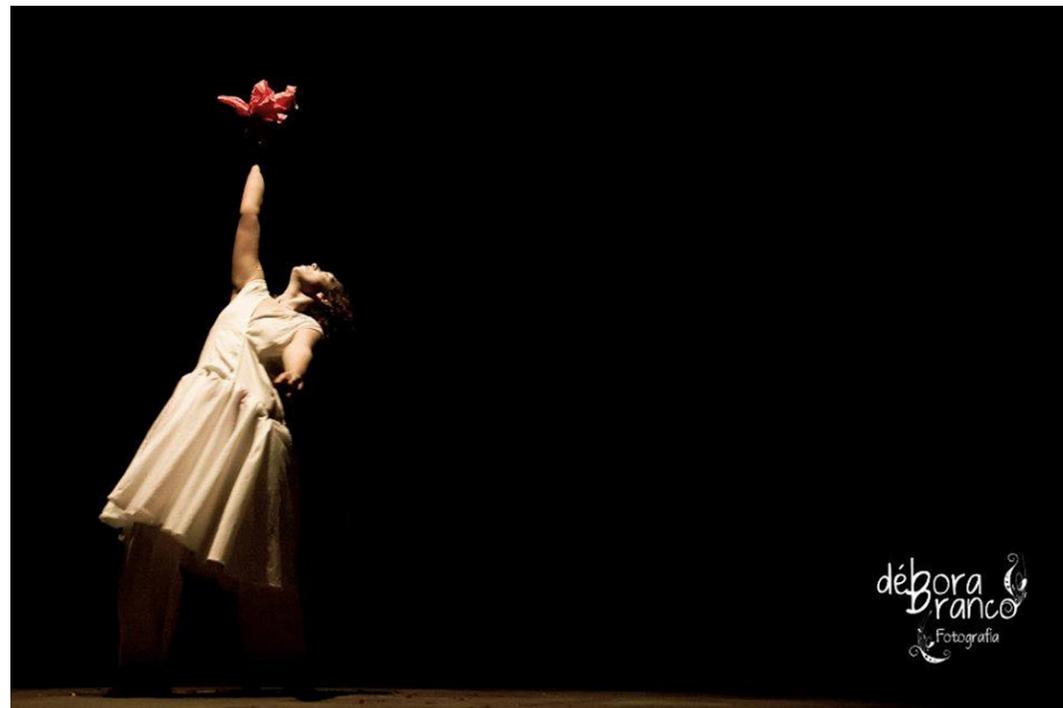
ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte | Vol. 4 - Ano 2 / Dezembro de 2015 / ISSN 2359-4705

débora
branco
Fotografia



Papéis que se transformam em tinta
 Metáforas de nossas relações
 O outro, como espelho de nós mesmos, refletidos no mundo
 Das relações inesperadas nascem as cicatrizes
 Transformando o corpo, a mente, as atitudes
 O homem soma!

Uma frágil existência muitas relações
 desperta o corpo e as emoções de formas distintas
 Mas somente os sentidos podem nos mostrar a leveza do ser
 Uma suave poesia é escrita em meu corpo
 Como inspiração,
 EU





LABORATÓRIO- ATELIÊ

(a)mares e ri(s)os infinitos: preparos e ensaios com a catástrofe - vídeo

Sebastian Wiedemann e Susana Dias

“O que é afetar-se pelos rios?”. Pergunta aberta-em-vídeo num desdobrar infinito. Sem respostas, antes um proliferar lento e sinuoso em novas perguntas. “O que é afetar?”. “O que é um rio?”. Chove nos limites em infinitas direções. Uma catástrofe atinge o abatimento que recai sobre imagens, palavras e sons, estraçalhando a opinião, arrastando as metáforas e lavando a interpretação. Olhos d’água não veem, jorram! A câmera se nega a capturar, *chove, vaza, segue* o encontro das águas, *segue* rios de mãos, de corpos que, por serem chuva, são também papéis, tintas, tesouras, cores, linhas, luzes. *Seguir* rios, criar *com* eles. Encontro de curvar-serpentear as imagens num montar-modelar-modular. Desacelerações que são a vida mesma dos rios, dos corpos, das ruas, que são a vida mesma das imagens! *Compor* rios vivos, *decompor* rios vistos. Compostos audiovisuais feitos ri(s)os, abrindo fendas nos hábitos perceptivos e deixando brotar afetos d’água turbulentos entre artes e ciências, cascatas de continuidades descontínuas. “Pode uma imagem se afogar?”. E o cosmos sussurra: *faz das minhas lágrimas alegria!* Surgem rios nunca vistos, que não foram previstos, nem pré-concebidos. Fotografias de satélite inundadas por rios voadores instauram novas relações entre superfícies e velocidades, desdobram rios e céus e restituem a percepção de que o céu também é rio, de que o rio também é céu. Imagens - de satélite -, imagens a é r e a s! Nascem rios que convocam a eficácia precária de um navegar errante, que só pode acontecer em barquinhos de papel. Um navegar-movimento-de-câmera inventando novas coordenadas. Uma montagem que, entre o satélite que se diz óptico e a mão que se diz háptica, cria diagramas impossíveis que tentam modelar qualiquantitativamente o vazar infindável dos rios, o devir mar dos rios. “O que é se afetar?”. “O que é um rio?”. No meio, só conseguir rir em tentar, entre imagens, ser rio, medir o que sempre nos escapa. A vida-rio nos escapa, embora uma iminência faça com que nos perguntemos: “Pode um rio se afogar? Como continuar diante da finitude? Como tornar potentes nossas relações com as águas?”. Sem resposta, só um vídeo-pergunta; vazar vazar com o rio, perder-se em seu curvar, nas suas sinuosidades. Entre visualidades e sonoridades, aprender a montar como quem carrega um rio dentro. Não saberemos o que é um rio, mas talvez, abraçando a catástrofe de nossa percepção, tenhamos sentido sua intensidade. (a)mares e ri(s)os infinitos. Um pequeno gesto, uma pergunta, olho d’água que chega ao mar e que, talvez, quem sabe, nos prepare para continuar...

Este vídeo é uma composição com outros preparos e ensaios que aconteceram durante o encontro-ação *(a)mares e ri(s)os infinitos* em Campinas, nos dias 1 e 2 de outubro de 2015. O rio foi a curva-mestra de todo o evento. Iniciamos assistindo ao filme “*Ouvir o Rio: uma escultura sonora de Cildo Meireles*”, em que Marcela Lordy nos dá a conhecer o processo de criação de “*Rio:Oir*”, obra que abre escutas ao longo do corpo-mundo para as potências sonoras das águas, que podem ser ouvidas em tantos cantos: no canto das águas, no canto das bocas... Com a artista plástica Fernanda Pestana, realizamos a oficina de criação coletiva de um *Livro-ri(s)os* que gargalhava os limites do fotográfico e documental na relação com a pintura. Na companhia do geógrafo da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Salvador Carpi Júnior, e de moradores da região, nos dispusemos nas bordas do Ribeirão Anhumas para conhecer seus problemas (poluição, erosão...), bem como ouvir as experiências singulares de quem tem um rio em seu quintal. Com Alejandro Meitin e Silvina Babich, da organização artística-ambiental “Ala Plástica”, de La Plata (Argentina), conhecemos uma fabulosa proposta de práticas de pesquisa e criação que colocam numa mesma mesa de trabalho artes e ciências. E, em busca de ensaiar relações poéticas com a água que resistam à finitude, terminamos o evento com uma oficina de produção de lanternas com o artista visual de Belém do Pará, Armando Queiroz, e de preparo do corpo com a dançarina Hellen Audrey, para o cortejo “*Rios de Luz*”. O cortejo saiu do Largo do Pará, região central de Campinas, em direção à Avenida Anchieta, por onde passava o Córrego Tanquinho, hoje embaixo de grandes avenidas. Desejos de dar uma existência poética aos rios soterrados e afirmar que os rios somos nós, as relações que inventamos e nossa capacidade de cuidar e manter acesas as pequenas centelhas de vida. Um dispor os corpos em outras velocidades e afetos na cidade de Campinas. Um abraçar um mar sem fim de novas relações possíveis quando nos deixamos inundar pela vida.

Rios e risos de agradecimentos aos artistas convidados e a todos que conosco estiveram.

Leia também: “Arte, ciência, filosofia: encontros potentes com a catástrofe”, entrevista sobre o evento com o cineasta e pesquisador Sebastian Wiedemann.

Ficha técnica:

Direção e Roteiro

Sebastian Wiedemann

Susana Dias

Montagem e som

Sebastian Wiedemann

Susana Dias

Captação

Sebastian Wiedemann

Susana Dias

Oscar Guarín

Realização

Grupo multiTÃO-prolifer-artes sub-vertendo ciências, comunicações e educações (CNPq, Labjor/Unicamp)

Sub-rede Divulgação Científica e Mudanças Climáticas

Livro-ri(s)o

Fernanda Pestana e Sebastian Wiedemann (Grupo multiTÃO, Labjor/Unicamp)

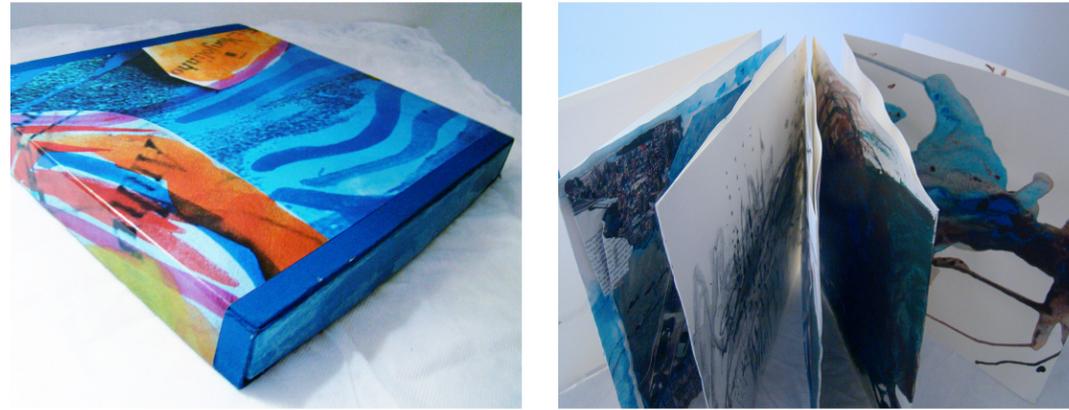
A criação do *Livro ri(s)o* fez parte da oficina de fotografia-pintura realizada durante o evento *(a) mares e ri(s)os infinitos: um encontro-ação: preparos e ensaios com a catástrofe*, em outubro de 2015 na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e no Museu da Imagem e do Som de Campinas. A proposta era produzir coletivamente um livro no encontro com imagens de águas, mares e ri(s)os, imagens de divulgação científica e mudanças climáticas re-cortadas, re-compostas, re-pintadas, por um colorir e rir no encontro entre arte e ciência. O livro é composto por quatro blocos nos quais se adensam páginas dobradas que conectam a experiência coletiva de inventar novas visualidades para a questão da finitude da água. Dobras que amarram as imagens criadas com os públicos participantes, alinhavam a vontade de fazer e misturar-se com o outro, provocar um ri(s)o coletivo diante das diversas questões que permeiam as águas e as mudanças climáticas. Re-configurações das imagens da seca, da enchente, do gráfico, do satélite, do desastre, da catástrofe.

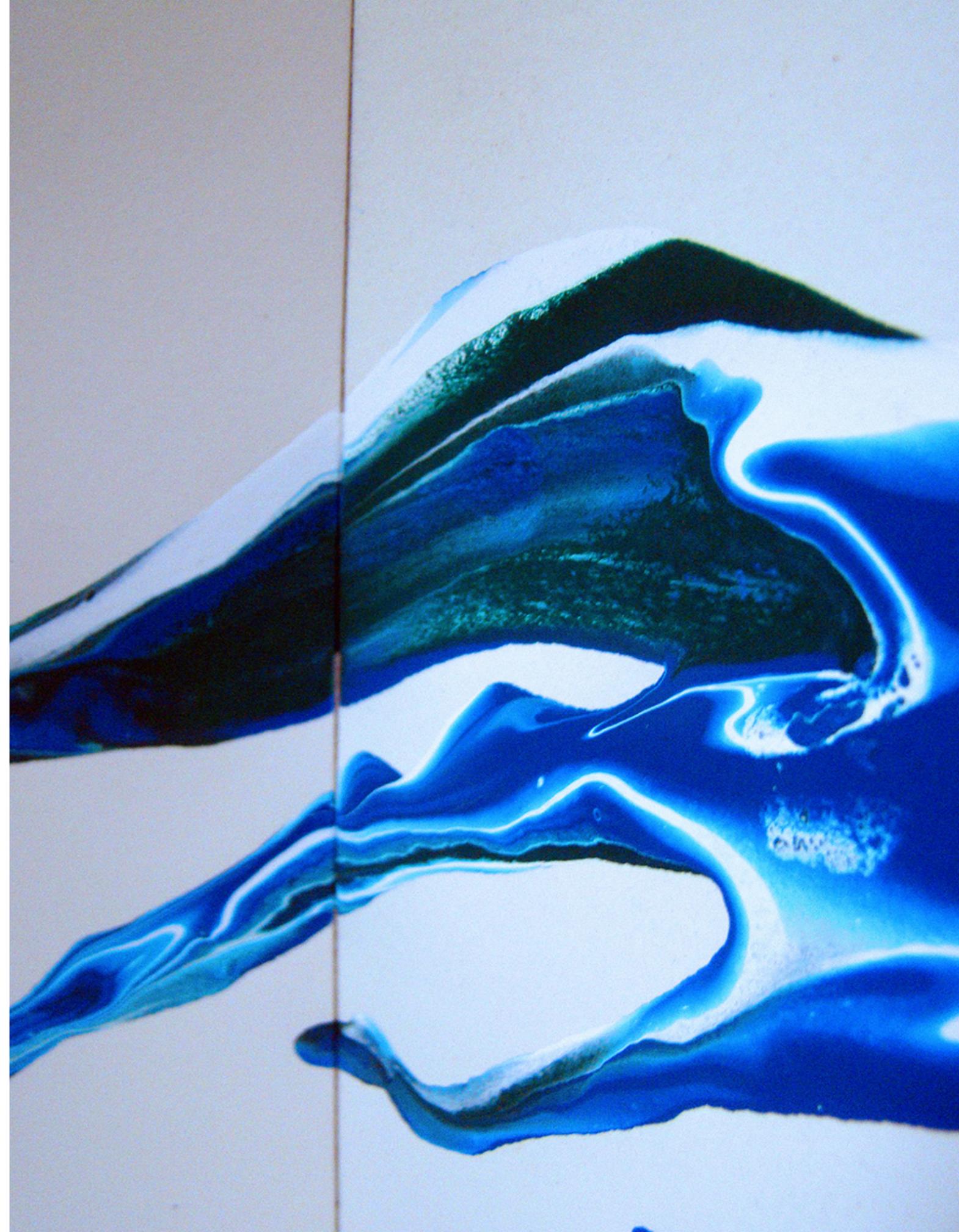
Concepção: Fernanda Pestana e Sebastian Wiedemann (Grupo multiTÃO, Labjor/Unicamp)

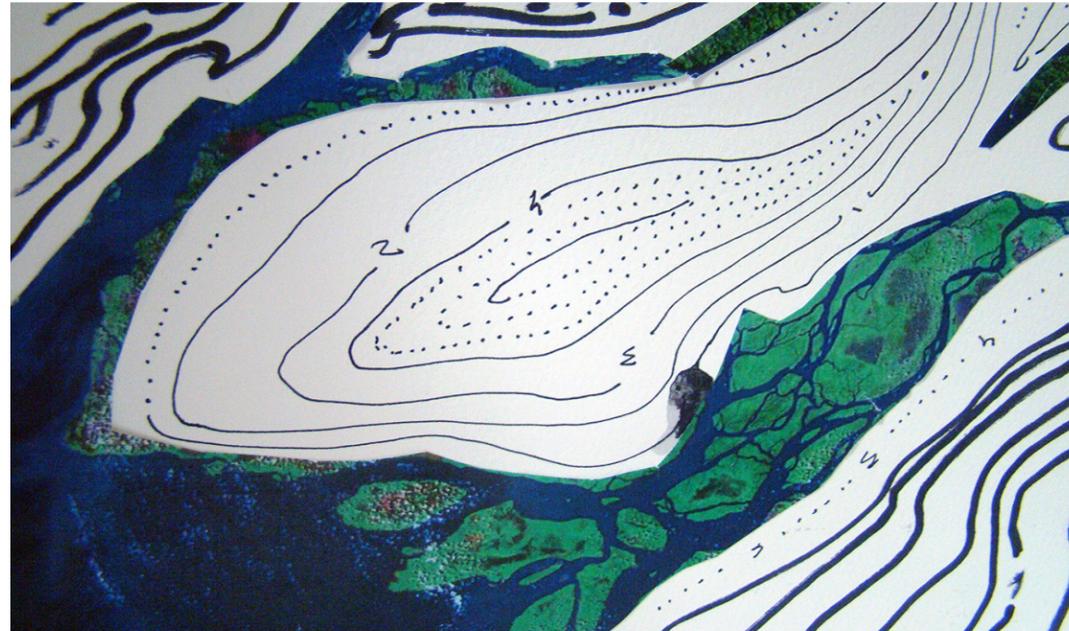
Produção e fotografia: Fernanda Pestana

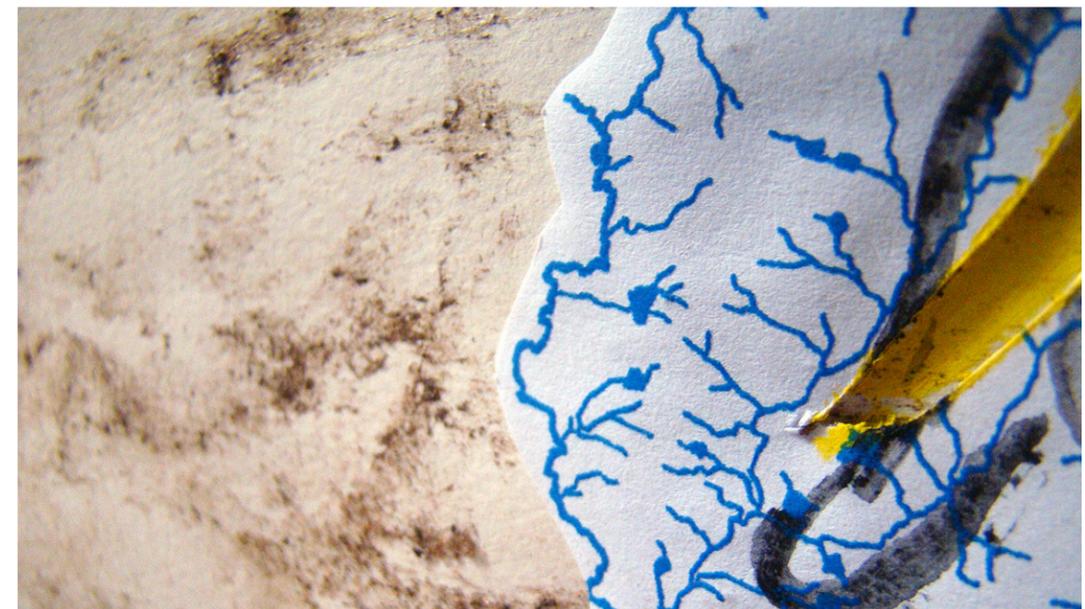
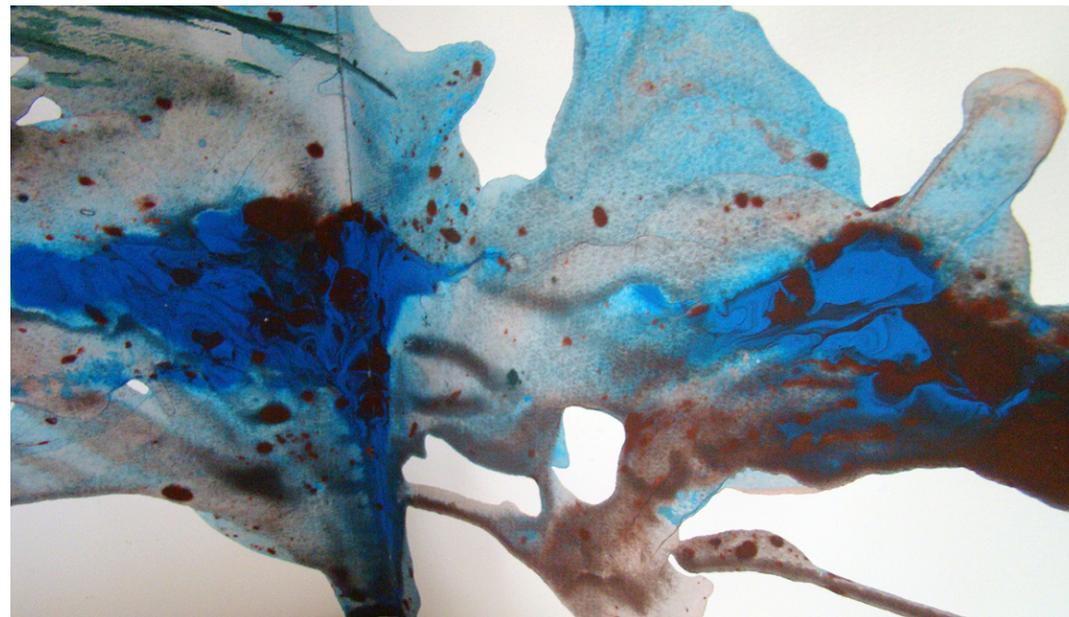
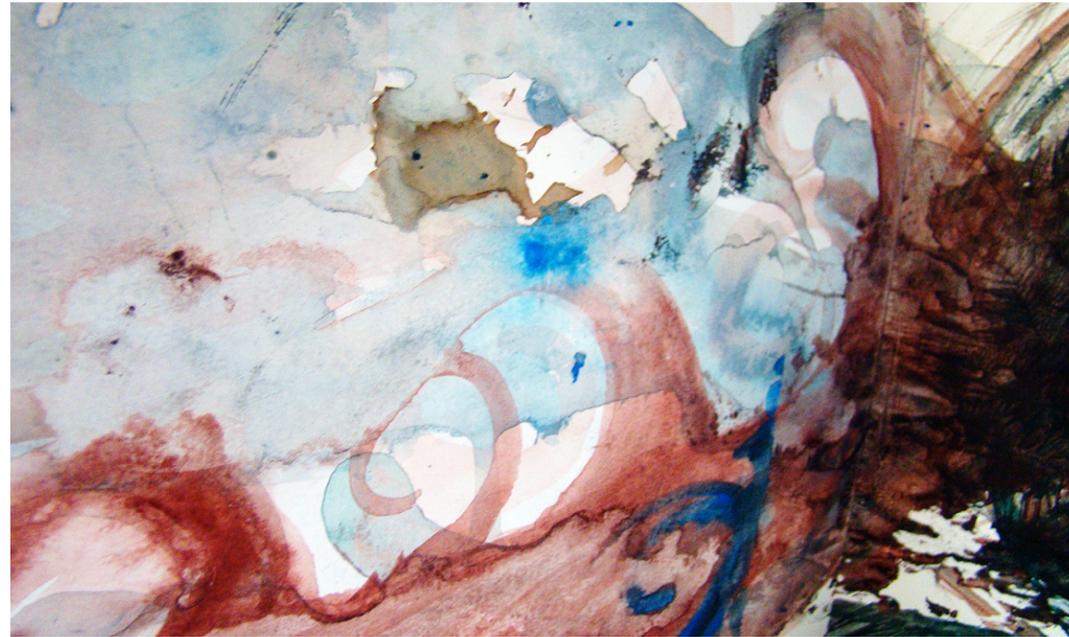
Esta publicação é uma contribuição da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais financiado pelos projetos do CNPq Processo 550022/2014-7, CNPq No. 458257/2013-3 e FINEP Processo 01.13.0353.00

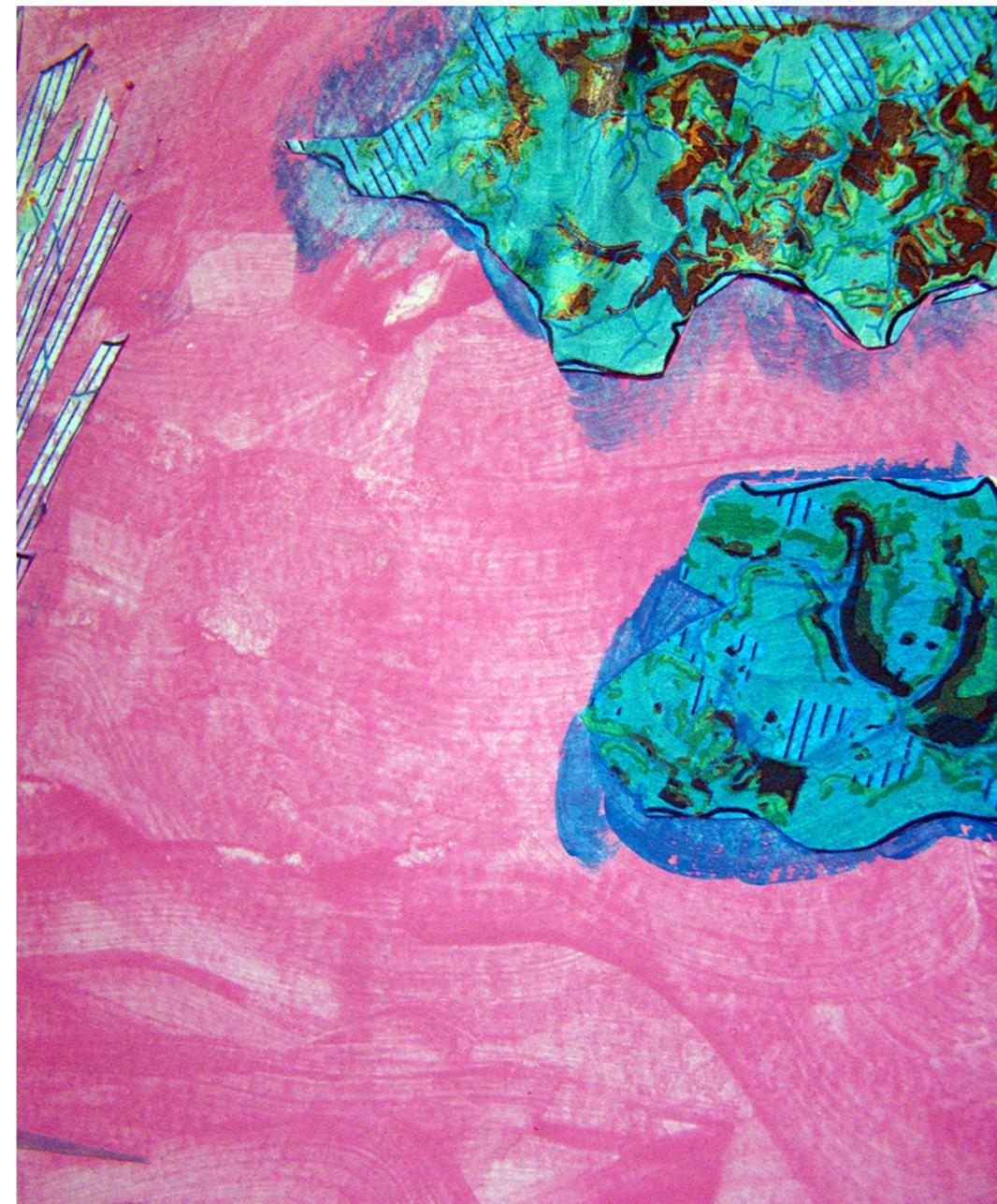












Caixa de futuro

Susana Dias, Fernanda Pestana e Cristiane Delfina (Grupo multiTÃO, Labjor/Unicamp)

A pergunta “Como tocar o futuro?” mobilizou o grupo multiTÃO para a produção de uma caixa de futuro que brinca com as simbologias das previsões meteorológicas e com os objetos de laboratório. Brinca, também, com o tempo. A caixa não se propõe a guardar um presente a ser desvendado em um futuro distante, em que seus objetos e imagens abarcariam um conjunto de memórias a serem saudosamente revisitadas. Ela busca inspiração na música para encontrar modos de movimentar, simultaneamente, presente e futuro, mesclar os tempos que fixam os significados das imagens com outras possibilidades de pensar, entender, expressar, significar o futuro. Compor sonoridades e visualidades que tocam um futuro que não está nas grandes narrativas insistentemente repetidas em torno da problemática das mudanças climáticas. A caixa desenha partituras que convidam a tocar a nota-Sol, nota-chuva, nota-bequer, nota-pipeta, nota-vento... Tocar outros sentidos para os símbolos e instrumentos que regem a configuração do fim dos tempos. Uma caixa flexível que se desmonta nas entrelinhas de partituras impossíveis, remonta-se no instante em que as imagens fazem companhia para uma musicalidade que afeta os sentidos da divulgação científica e das mudanças climáticas, reinventa (e bagunça) as memórias de um futuro por vir.

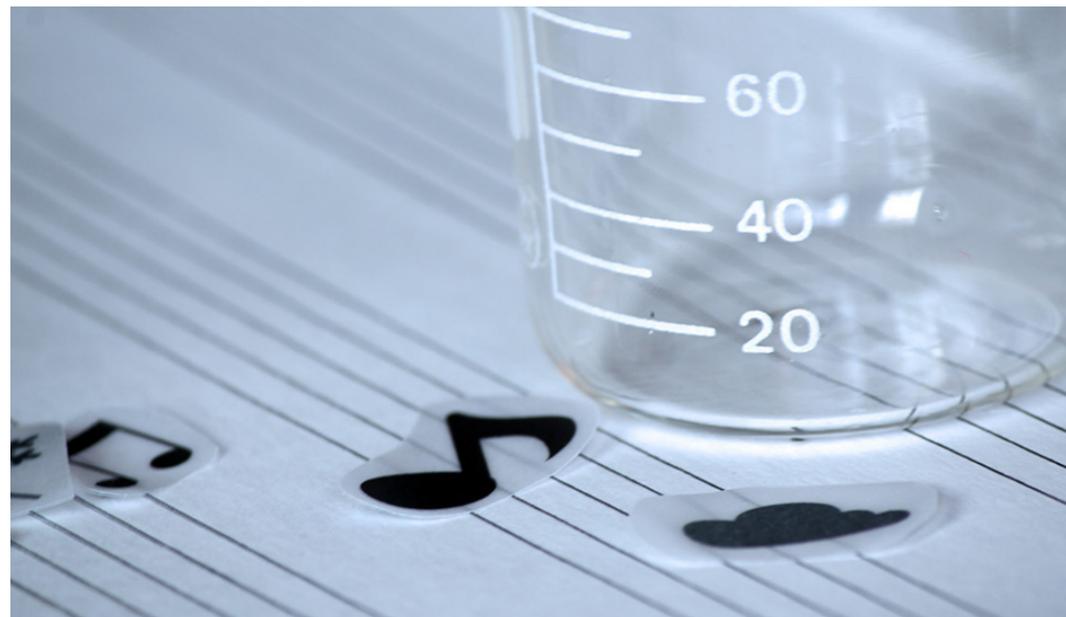
Concepção: Grupo multiTÃO (Labjor/Unicamp) com Susana Dias, Fernanda Pestana e Cristiane Delfina

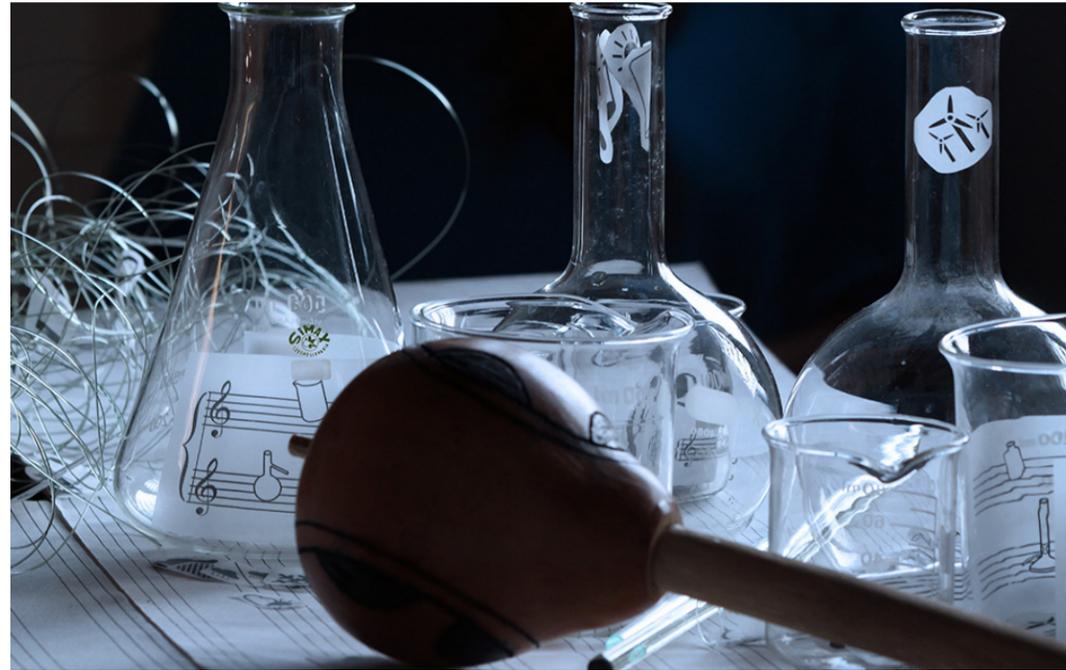
Produção: Fernanda Pestana

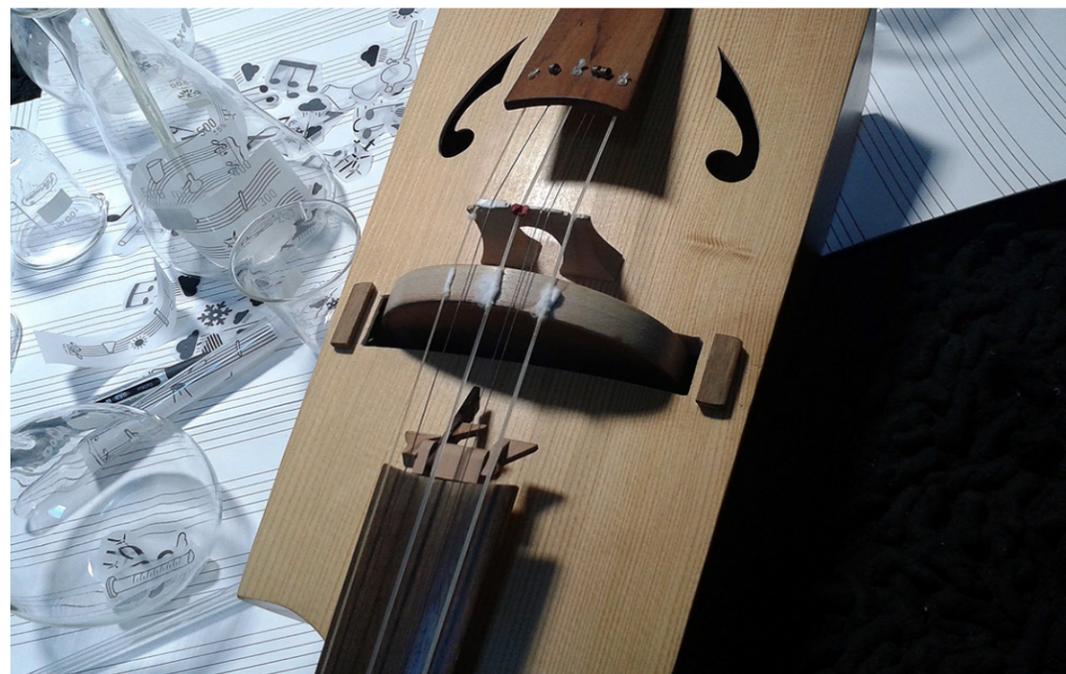
Fotografia: Susana Dias

Esta publicação é uma contribuição da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais financiado pelos projetos do CNPq Processo 550022/2014-7, CNPq No. 458257/2013-3 e FINEP Processo 01.13.0353.00









Vazar infinitos

Sebastian Wiedemann (cineasta e pesquisador) e Grupo multiTÃO (Labjor/Unicamp)

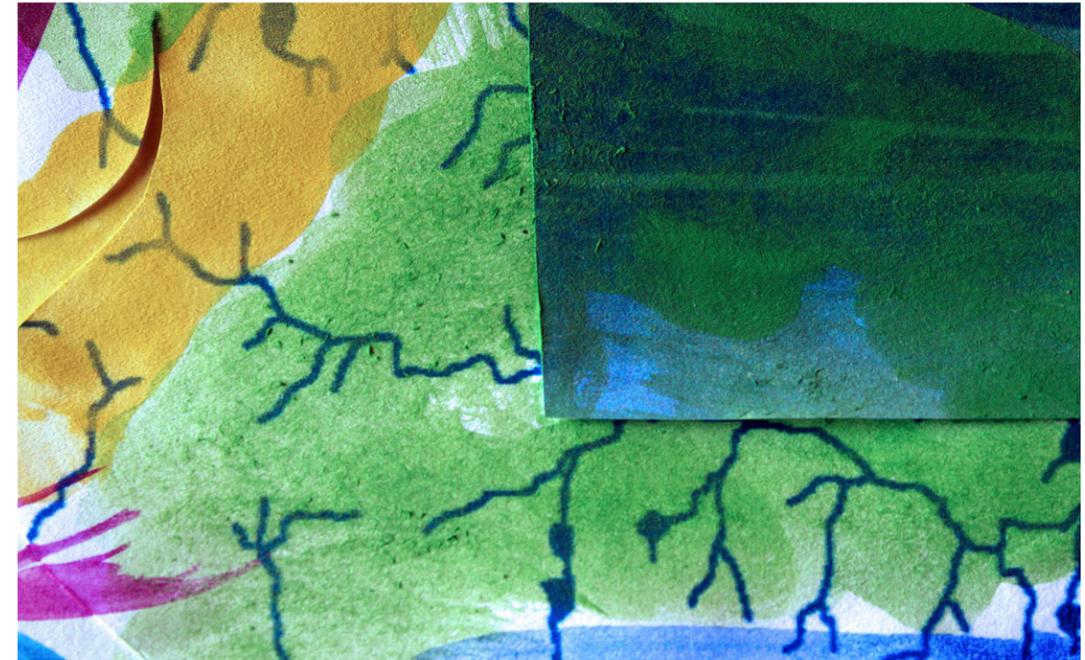
Encontros de criação coletiva de imagens que gargalham, estremecem o leito, umedecem as margens das fotografias. Improvisações de água, tinta e cor por um curso que se desdobra por superfícies afluentes. Pinturas com o rio para uma composição que desemboca pelas mãos e olhares a fim de multiplicar o sentido das águas. Imagens-correntes abarcadas por fluxos - balsas para travessia dos afetos, risos e cores. Tinta que encontra a correnteza, tinge o som do rio, remonta a hidrografia dos mapas. Ri(s)os que desafiam a criação de um futuro; (a)mares que explodem na trama fotográfica - tromba d'água para devolver ao rio o riso.

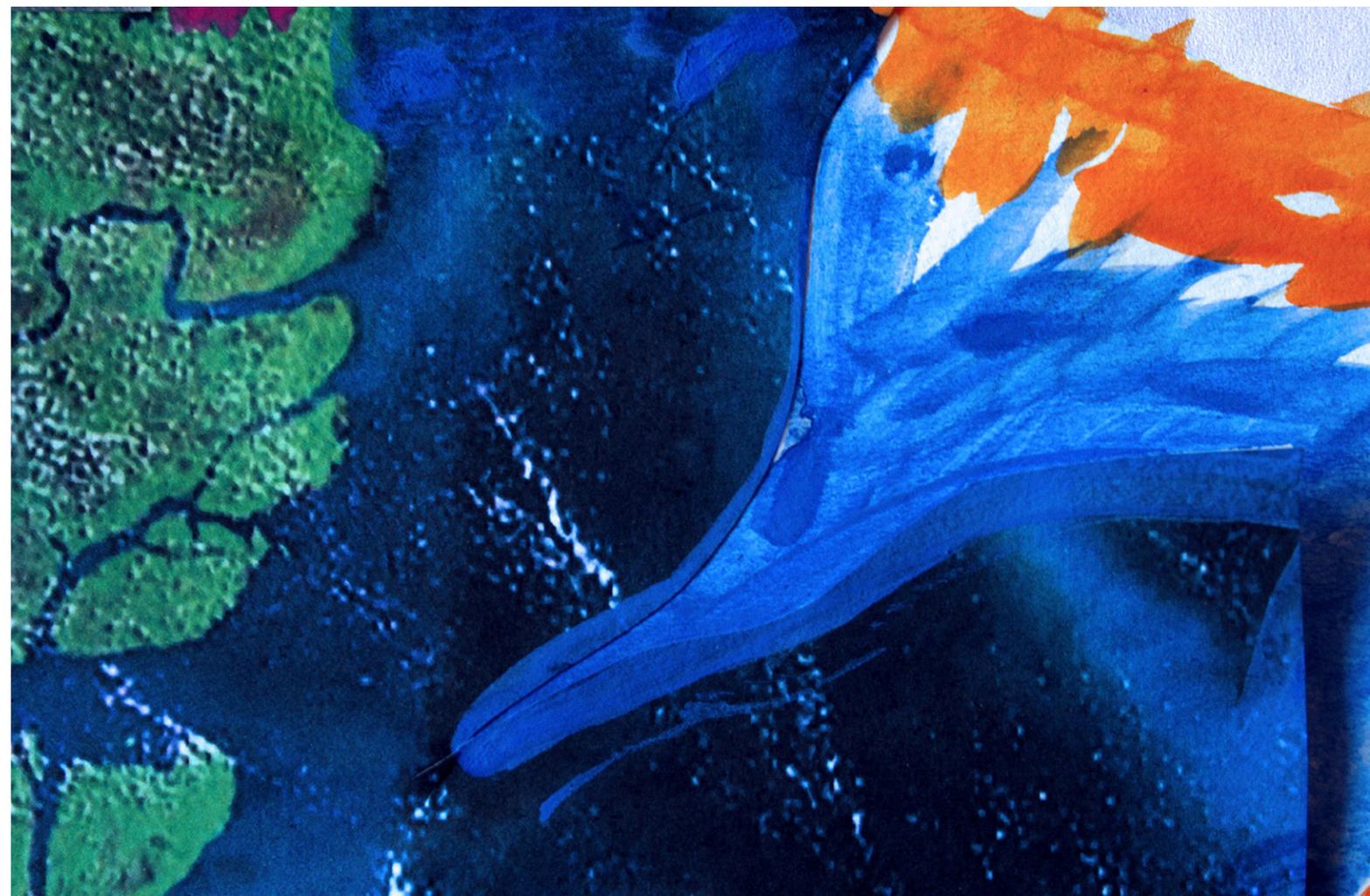
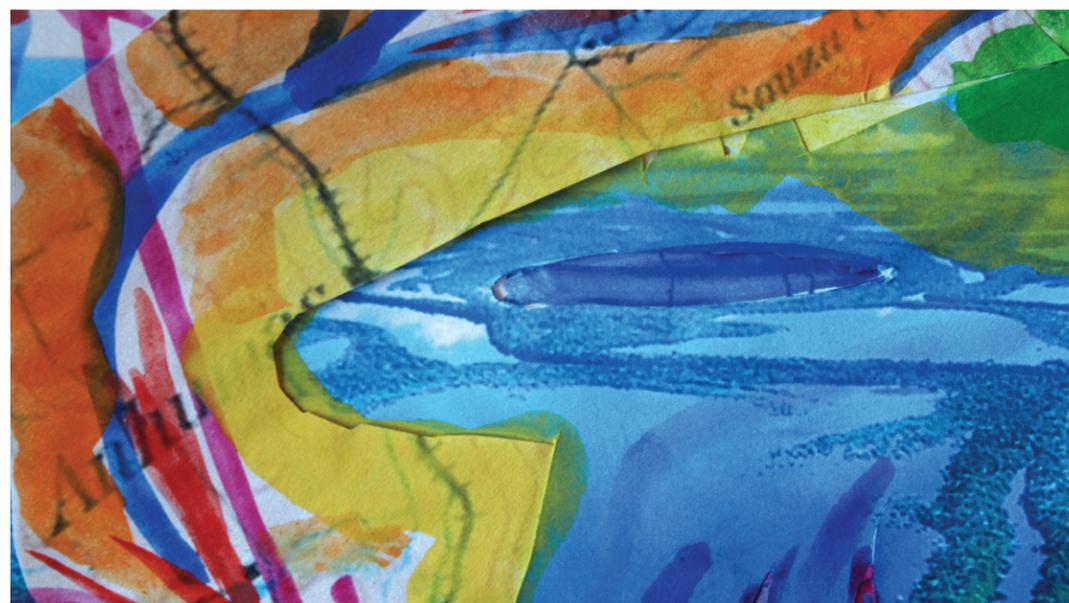
Imagens: Sebastian Wiedemann (cineasta e pesquisador); Grupo multiTÃO (Labjor/Unicamp): Susana Dias, Janaína Quitério, Tatiana Plens, Michele Gonçalves, Vivian Marina, Natasha Mota, Fernanda Pestana.

Fotografia: Susana Dias

Esta publicação é uma contribuição da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais financiado pelos projetos do CNPq Processo 550022/2014-7, CNPq No. 458257/2013-3 e FINEP Processo 01.13.0353.00











(a)mares e ri(s)os infinitos: preparos e ensaios com a catástrofe - um encontro-ação/evento

Sebastian Wiedemann (cineasta e pesquisador) e Susana Dias (Grupo multiTÃO, Labjor/Unicamp)

Como continuar diante da finitude? Como tornar potente nossa relação com as águas? Perguntas que, neste encontro-ação, convoca preparos e ensaios. Não há manuais, mas um dispor-se à beira d'água para convocar as potências de avaliação e confiança na vida. Abertura a um movimento fractal e infinito da vida, onde deixá-la passar é abrir-se a um logo preparo de quem na segura extrema, na casa arruinada e inundada, sente o maior fôlego para continuar. Um pensar e criar capaz de acolher a catástrofe como força de fazer proliferar e variar os finitos, desorganizar os conjuntos, formas e problemas já dados. Pensar a catástrofe do lado da vida como quem compõe com o rio e se joga ao mar. Corpos e relações em estado de catástrofe que, na maior das prudências, isto é, perguntando-se pela vida na maior proximidade com ela, afirmam a possibilidade de trazer o infinito ao finito. O "como continuar" pede uma dignidade que se afirma na descontinuidade de mares e rios, para abrir continuas variabilidades de amares e risos pela vida.

Curadoria: Susana Oliveira Dias (Grupo multiTÃO, Labjor/Unicamp) + Sebastian Wiedemann (cineasta e pesquisador)

Esta publicação é uma contribuição da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais financiado pelos projetos do CNPq Processo 550022/2014-7, CNPq No. 458257/2013-3 e FINEP Processo 01.13.0353.00

PROGRAMAÇÃO:

01/10 (9h às 12h) (Labjor-Unicamp)

Exibição do filme "Ouvir o rio: uma escultura sonora de Cildo Meireles" de Marcela Lordy e oficina de fotografia-pintura "(a)mares e ri(s)os infinitos"

Responsáveis - Sebastian Wiedemann (cineasta-pesquisador), Susana Oliveira Dias (grupo multiTÃO) e Fernanda Pestana (grupo multiTÃO)

Proposta - Rir o rio. O rio rir. Fazer dos avessos uma possibilidade de invenção. Um gargalhar pela vida que se espalha correntezas. Nos risos os corpos ganham sinuosidades, balançares de quem perde o controle, de quem de seu contorno faz uma mobilidade. Nessa disposição alegre, perguntar-se por como devolver ao rio a liberdade do rir, o improvisado que desloca os movimentos dados. Risos que devoram o rio, que acolhem e transmudam sua sonoridade. Ora escutamos o que farfalha entre bocas e rios. Ora escutamos como o rio aprende a desembocar, jorrar buracos de risos. Vaivém de e em infinitas direções, onde o homem não é mais um animal que ri, mas que faz rir o mundo. Compor páginas para a criação coletiva de um livro-ri(s)jo que gargalha, estremece o leito, umedece as margens das fotografias. Improvisações de água, tinta e cor por um curso que se desdobra por páginas afluentes. Pintar o som do rio para compor um livro-ouvinte que desemboca pelas mãos e olhares a fim de multiplicar o sentido das águas. Livro-corrente abarcado por fluxos sonoros e visuais, balsa para travessia dos afetos, risos e cores. Tinta que encontra a correnteza, tingindo o som do rio, remonta a hidrografia dos mapas. Páginas de um livro-raso de terreno seco; de um livro-risco que desafia a criação de um futuro; de um livro-

rasgo que explode na superfície fotográfica - tromba d'água para devolver ao rio o riso. Livro-ri(s)jo como possibilidade de movimento, águas nômades, correntezas migratórias abrindo risos. Um rio portátil, um rio desdobrável, rio que abraça a terra, fazendo de qualquer lugar seu território, fazendo de qualquer canto onde seja desdobrado um nascimento. Livro-nascente de rios futuros.

Visita Guiada - (saída do Labjor-Unicamp às 14h)

Local - Margens do Ribeirão Anhumas - Barão Geraldo

Responsável - Salvador Carpi Junior, geógrafo-pesquisador do Laboratório de Geomorfologia e Análise Ambiental, Depto. de Geografia-Unicamp, participou do projeto Anhumas.

Proposta - Um dispor-se nas bordas do Ribeirão Anhumas para conhecer os diagnósticos já feitos dos problemas existentes na região (poluição, erosão...), bem como as histórias de quem mora na beira do rio.

02/10 - MIS-Campinas

(9h às 12h)

Palestra Ala Plástica: "La Vocación del lugar. Mirada y la Práctica Biorregional"

Responsáveis - Alejandro Meitin e Silvina Babich, da organização artística-ambiental de La Plata, Argentina

Proposta - Palestra sobre os trabalhos desenvolvidos pela Ala Plástica. A política colaborativa de organização, suas ferramentas,

perspectivas de trabalho e iniciativas em desenvolvimento.

(14h às 15h30)

Exibição de filmes e conversa “Vida, afeto e política”

Responsável - Armando Queiroz, artista visual de Belém do Pará

Proposta - O artista apresentará suas obras convocando uma conversa sobre os modos de ensaiar relações poéticas com a água que resistam à morte e propondo um intenso encontro com a questão: como, desde dentro dos fluxos audiovisuais dominantes, inventar outros espaços possíveis entre arte, vida e afeto?

(16h às 19h)

Oficina-Cortejo: “Rios de luz”

Responsáveis - Produção de lanternas com Armando Queiroz e preparo do corpo com a dançarina Hellen Audrey - Cortejo a ser feito no Largo do Pará em direção à Avenida Anchieta, por onde passava o Córrego Tanquinho, hoje embaixo das grandes avenidas de Campinas

Proposta - Pode um rio se afogar? Afogar-se é deixar de respirar, finar-se. Um rio concretado, morre. Mesmo que seu fluxo continue subterrâneo, deixa de respirar para fora, afoga-se. A negação de um rio é morte. Iminência de ensaiar relações poéticas com a água que resistam à morte. Fazer com que os corpos d’água afogados - rios soterrados, poluídos, escondidos por estruturas de cimento... -

apareçam na superfície da cidade em rios de corpos luminosos. Desejos de afirmar que os rios somos nós, as relações que inventamos e nossa capacidade de cuidar e manter acesas as pequenas centelhas de vida. Armando Queiroz oferece uma oficina em que apresentará seus filmes e proporá a intervenção “lanterna dos afogados”. A intervenção é uma recriação de um ritual comum em Belém do Pará quando alguém se afoga. As pessoas vão aos rios, com pequenas cabaças e velas acesas e as lançam ao rio. Diz-se que onde as cabaças param estão as pessoas afogadas. Uma aparição que cria uma espécie de território frágil, de existência poética dos corpos desaparecidos. A dançarina Hellen Audrey colaborará com a proposta do artista oferecendo uma oficina de preparo do corpo por meio de exercícios e técnicas corporais de dança que despertam o corpo para a presença cênica, para que os participantes experimentem um estado corporal alterado. O “corpo dilatado” ou “denso” se move não no tempo real, mas no tempo sensorial, valorizando a observação do momento presente e das sensações corporais. Convocando a lentidão, a suspensão e o esvaziamento para promover um transe distinto daquele mobilizado pelos centros urbanos. Um transe de um corpo que corteja-caminha-mundos, um retardo que afirma a criação de corpos-ruas-rios em cada gesto, que se deixa afetar pelos mínimos movimentos. Um inventar velocidades outras que inundam os corpos, corpos-correnteza, corpos-risos-dos-gestos. Dispor de emergências onde se aprende, entre a litania do gesto e a velocidade luminosa que se carrega, dar força a um rio que para além de sua aquosidade propaga, caminha, andarilha vidas...

Ensaio-(a)mares e ri(s)os infinitos, uma variação audiovisual

Responsáveis - Sebastian Wiedemann e Susana Oliveira Dias

Proposta - Produção audiovisual com o encontro proposto para a revista *ClimaCom*. Como estar o mais próximo possível da água e dos problemas de sua in-finitude? Propomos explorar o rio não como o que encontramos nos mapas e dicionários, mas como redes de relações sensíveis que podem ser experimentadas com imagens, palavras e sons. Diante de um rio extremamente humanizado, e de humanos pouco tocados pelos rios, perguntarmo-nos sobre como ensaiar outros movimentos e afetos. Investir em variações audiovisuais que abram novos campos de possíveis ao apostarmos na abundância de forças secas ou aquosas, nas potências de ressecar-inundar as lógicas perceptivas dominantes arrastando-as para além do já dado e convocando forças de futuro, inesgotáveis. A produção audiovisual pensada como um ensaiar infindável para um combate afirmativo, sem início, nem fim, sem direita, nem esquerda... Variações, onde entendemos a imagem como processo, registros em arrebentações criadoras, imagem que não pode conter o rio nos seus contornos, rio seco ou desbordado tem que passar... ensaiar audiovisual como desembocadura do mar no rio, do rio no mar, ensaiar que experimenta o impossível, não se detém em estados de coisas, em propriedades dos corpos, mas inventa um corpo-rio-mar para enfrentar o problema.

(a)mares e ri(s)os infinitos é uma proposta desdobrada pelo grupo de pesquisa multiTÃO: prolifer-artes subvertendo ciências, educações e comunicações (Labjor/Unicamp, CNPq) e da Sub-rede Divulgação Científica e Mudanças Climáticas, da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede CLIMA), vinculados ao Laboratório de Estudos Avançados de Jornalismo (Labjor) e à Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA), ambos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Um grupo que propõe reunir pessoas para pensar e criar, coletivamente, o que podem as imagens, palavras e sons com as mudanças climáticas diante da urgência de politização que o tema reivindica. Urgência de repensar, portanto, a própria comunicação e divulgação científica. Tarefa que o multiTÃO tem enfrentado na revista *ClimaCom*, espaço de proliferação das produções realizadas com convidados em eventos dessa natureza.



Amare e rios infinitos

um encontro-ação: preparos e ensaios com a catástrofe

**Como continuar diante da finitude?
Como tornar potente nossa relação com as águas?**

Curadoria - Susana Oliveira Dias + Sebastian Wiedemann

01/10

9h às 12h | Sala de aula Labjor-Unicamp

Exibição do filme "Ouvir o rio: uma escultura sonora de Cildo Meireles" de Marcela Lordy e **oficina de fotografia-pintura** "(a)mares e ri(s)os infinitos" com Sebastian Wiedemann (cineasta-pesquisador), Susana Dias e Fernanda Pestana (grupo multiTÃO Labjor-Unicamp)

14h às 17h | Saida do Labjor-Unicamp

Visita guiada às margens do Ribeirão Anhumas com Salvador Carpi Junior (Pesquisador do Depto. de Geografia da Unicamp)

02/10 MIS-Campinas

9h às 12h

Palestra "La Vocación del lugar: Mirada y la Práctica Biorregional" com Alejandro Meitún e Silvina Babich da Ala Plástica, organização artística-ambiental de La Plata, Argentina

14h às 15h30

Exibição de filmes e conversa "Vida, afeto e política", com o artista Armando Queiroz, artista visual de Belém do Pará

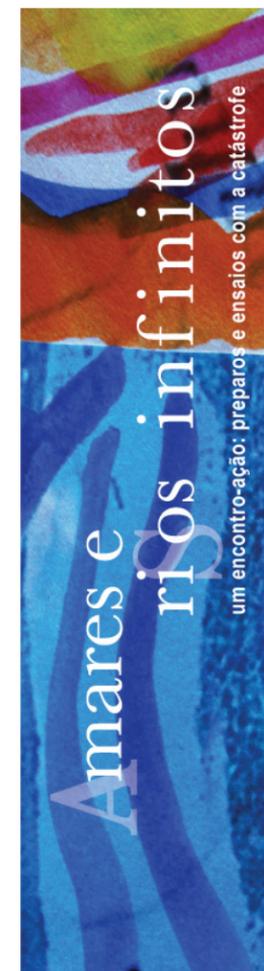
16h às 19h

Oficinas-Cortejo "Rios de luz", produção de lanternas com Armando Queiroz e preparo do corpo com a dançarina Hellen Audrey para um Cortejo a ser feito no Largo do Pará em direção à Avenida Anchieta, por onde passava o Córrego Tanquinho, hoje embaixo das grandes avenidas de Campinas

GRATUITO | INSCRIÇÕES: climacom@unicamp.br

PROMOÇÃO REVISTA CLIMACOM
http://climacom.mudancasclimaticas.net

clima.com
ClimaCom
Divisão Científica e Mudanças Climáticas
CLIMA
CNPq
BRASIL
SZS



Amare e rios infinitos

um encontro-ação: preparos e ensaios com a catástrofe

14h às 15h30

Exibição de filmes e conversa "Vida, afeto e política"

Responsável - Armando Queiroz, artista visual de Belém do Pará

Proposta - O artista apresentará suas obras convocando uma conversa sobre os modos de ensaiar relações poéticas com a água que resistam à morte e propondo um intenso encontro com a questão: como, desde dentro dos fluxos audiovisuais dominantes, inventar outros espaços possíveis entre arte, vida e afeto?

16h às 19h

Oficina-Cortejo: "Rios de luz"

Responsáveis - Produção de lanternas com Armando Queiroz e preparo do corpo com a dançarina Hellen Audrey - Cortejo a ser feito no Largo do Pará em direção à Avenida Anchieta, por onde passava o Córrego Tanquinho, hoje embaixo das grandes avenidas de Campinas

Proposta - Pode um rio se afogar? Afogar-se é deixar de respirar, finar-se. Um rio concretado, morre. Mesmo que seu fluxo continue subterrâneo, deixa de respirar para fora, afoga-se. A negação de um rio é morte. Iminência de ensaiar relações poéticas com a água que resistam à morte. Fazer com que os corpos d'água afogados - rios soterrados, poluídos, escondidos por estruturas de cimento... - apareçam na superfície da cidade em rios de corpos luminosos. Desejos de afirmar que os rios somos nós, as relações que inventamos e nossa

capacidade de cuidar e manter acesas as pequenas centelhas de vida. Armando Queiroz oferece uma oficina em que apresentará seus filmes e proporrá a intervenção "lanterna dos afogados". A intervenção é uma recriação de um ritual comum em Belém do Pará quando alguém se afoga. As pessoas vão aos rios, com pequenas cabaças e velas acesas e as lançam ao rio. Diz-se que onde as cabaças param estão as pessoas afogadas. Uma aparição que cria uma espécie de território frágil, de existência poética dos corpos desaparecidos. A dançarina Hellen Audrey colaborará com a proposta do artista oferecendo uma oficina de preparo do corpo por meio de exercícios e técnicas corporais de dança que despertam o corpo para a presença cênica, para que os participantes experimentem um estado corporal alterado. O "corpo dilatado" ou "denso" se move não no tempo real, mas no tempo sensorial, valorizando a observação do momento presente e das sensações corporais. Convocando a lentidão, a suspensão e o esvaziamento para promover um transe distinto daquele mobilizado pelos centros urbanos. Um transe de um corpo que corteja-caminha-mundos, um retardo que afirma a criação de corpos-ruas-rios em cada gesto, que se deixa afetar pelos mínimos movimentos. Um inventar velocidades outras que inundam os corpos, corpos-correnteza, corpos-rios- dos-gestos. Dispor de emergências onde se aprende, entre a litania do gesto e a velocidade luminosa que se carrega, dar força a um rio que para além de sua aquosidade propaga, carinha, andanilha vidas...

Ensaio-(a)mares e ri(s)os infinitos, uma variação audiovisual

Responsáveis - Sebastian Wiedemann e Susana Oliveira Dias

Proposta - Produção audiovisual com o encontro-ação proposto para a revista CimaCom. Como estar o mais próximo possível da água e dos problemas de sua in-finitude? Propomos explorar o rio não como o que encontramos nos mapas e dicionários, mas como redes de relações sensíveis que podem ser experimentadas com imagens, palavras e sons. Diante de um rio extremamente humanizado, e de humanos pouco tocados pelos rios, perguntamo-nos sobre como ensaiar outros movimentos e afetos. Investir em variações audiovisuais que abram novos campos de possíveis ao apostarmos na abundância de forças secas ou aquosas, nas potências de ressecar-inundar as lógicas perceptivas dominantes arrastando-as para além do já dado e convocando forças de futuro, inesgotáveis. A produção audiovisual pensada como um ensaiar infundável para um combate afirmativo, sem início, nem fim, sem direita, nem esquerda... Variações, onde entendemos a imagem como processo, registros em arrebatações criadoras, imagem que não pode conter o rio nos seus contornos, rio seco ou desbordado tem que passar... ensaiar audiovisual como desembocadura do mar no rio, do rio no mar, ensaiar que experimenta o impossível, não se detém em estados de coisas, em propriedades dos corpos, mas inventa um corpo-rio-mar para enfrentar o problema.

<http://climacom.mudancasclimaticas.net>

(a)mares e ri(s)os infinitos é uma proposta desdobrada pelo grupo de pesquisa multiTÃO: prolifer-artes subvertendo ciências, educação e comunicações (CNPq) e da Sub-rede Divulgação Científica e Mudanças Climáticas, da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede CLIMA), vinculados ao Laboratório de Estudos Avançados de Jornalismo (Labjor) e à Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA), ambos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Um grupo que propõe reunir pessoas para pensar e criar, coletivamente, o que podem as imagens, palavras e sons com as mudanças climáticas diante da urgência de politização que o tema reivindica. Urgência de repensar, portanto, a própria comunicação e divulgação científica. Tarefa que o multiTÃO tem enfrentado na revista CimaCom, espaço de proliferação das produções realizadas com convidados em eventos dessa natureza.



Como continuar diante da finitude? Como tornar potente nossa relação com as águas? Perguntas que, neste encontro-ação, convoca preparos e ensaios. Não há manuais, mas um dispor-se à beira d'água para convocar as potências de avaliação e confiança na vida. Abertura a um movimento fractal e infinito da vida, onde deixá-la passar é abrir-se a um logo preparo de quem na secura extrema, na casa arruinada e inundada, sente o maior fôlego para continuar. Um pensar e criar capaz de acolher a catástrofe como força de fazer proliferar e variar os finitos, desorganizar os conjuntos, formas e problemas já dados. Pensar a catástrofe do lado da vida como quem compõe com o rio e se joga ao mar. Corpos e relações em estado de catástrofe que, na maior das prudências, isto é, perguntando-se pela vida na maior proximidade com ela, afirmam a possibilidade de trazer o infinito ao finito. O "como continuar" pede uma dignidade que se afirma na descontinuidade de mares e rios, para abrir contínuas variabilidades de amares e risos pela vida.

Curadoria:
Susana Oliveira Dias + Sebastian Wiedemann

PROGRAMAÇÃO

01/10

9h às 12h - Labjor - Unicamp

Exibição do filme "Ouvir o rio: uma escultura sonora de Cildo Meireles" de Marcela Lordy e **oficina de fotografia-pintura** "(a)mares e ri(s)os infinitos"

Responsáveis - Sebastian Wiedemann (cinasta-pesquisador), Susana Oliveira Dias (grupo multiTÃO) e Fernanda Pestana (grupo multiTÃO)

Proposta - Rir o rio. O rio rir. Fazer dos avessos uma possibilidade de invenção. Um gargalhar pela vida que se espalha correntezas. Nos risos os corpos ganham sinuosidades, balançares de quem perde o controle, de quem de seu contorno faz uma mobilidade. Nessa disposição alegre, perguntar-se por como devolver ao rio a liberdade do rir, o improviso que desloca os movimentos dados. Risos que devoram o rio, que acolhem e transmitem sua sonoridade. Ora escutamos o que farfalha entre bocas e rios. Ora escutamos como o rio aprende a desembocar, jorrar buracos de risos. Vaivém de e em infinitas direções, onde o homem não é mais um animal que ri, mas que faz rir o mundo. Compor páginas para a criação coletiva de um livro-ri(s) que gargalha, estremece o leito, umedece as margens das fotografias. Improvisações de água, tinta e cor por um curso que se desdobra por páginas afluentes. Pintar o som do rio para compor um livro-ouvinte que desemboca pelas mãos e olhares a fim de multiplicar o sentido das águas. Livro-corrente abarcado por fluxos sonoros e visuais, balsa para travessia dos afetos, risos e cores. Tinta que encontra a correnteza, tinge o som do rio, remonta a hidrografia dos mapas. Páginas de um livro-raso de terreno seco; de um livro-risco

que desafia a criação de um futuro; de um livro-rasgo que explode na superfície fotográfica – tromba d'água para devolver ao rio o riso. Livro-ri(s) como possibilidade de movimento, águas nômades, correntezas migratórias abrindo risos. Um rio portátil, um rio desdobrável, rio que abraça a terra, fazendo de qualquer lugar seu território, fazendo de qualquer canto onde seja desdobrado um nascimento. Livro-nascente de rios futuros.

Visita Guiada - (saída do Labjor-Unicamp às 14h)

Local - Margens do Ribeirão Anhumas - Barão Geraldo

Responsável - Salvador Carpi Junior, geógrafo-pesquisador do Laboratório de Geomorfologia e Análise Ambiental, Depto. de Geografia-Unicamp, participou do projeto Anhumas

Proposta - Um dispor-se nas bordas do Ribeirão Anhumas para conhecer os diagnósticos já feitos dos problemas existentes na região (poluição, erosão...), bem como as histórias de quem mora na beira do rio.

02/10 - MIS-Campinas

9h às 12h

Palestra Ala Plástica: "La Vocación del lugar. Mirada y la Práctica Biorregional"

Responsáveis - Alejandro Meitin e Silvina Babich, da organização artística-ambiental de La Plata, Argentina

Proposta - Palestra sobre os trabalhos desenvolvidos pela Ala Plástica. A política colaborativa de organização, suas ferramentas, perspectivas de trabalho e iniciativas em desenvolvimento.

ARTISTAS CONVIDADOS

Cortejo do rio

Tatiana Plens e Janaína Quitério

O ensaio poético (poema e imagens) foi produzido a partir da oficina-cortejo Rios de luz, realizada em outubro de 2015, no encontro-ação *(a)mares e ri(s)os infinitos*, por pesquisadores do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas (Labjor-Unicamp) e da Rede CLIMA, além de artistas que buscam criar conexões com as mudanças climáticas.

Ensaio visual e legenda poética: Tatiana Plens (Jornalista e Fotógrafa. Mestranda em Divulgação Científica e Cultural na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É integrante do Grupo de criação e pesquisa multiTÃO do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor-Unicamp) e do Coletivo Cê. Desenvolve pesquisa em divulgação cultural, na experimentação com a escrita entre imagens e palavras).

Poema: Janaína Quitério (Jornalista e mestranda em Divulgação Científica e Cultural na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), integra o grupo MultiTÃO (Labjor/Unicamp) e a sub-rede de Divulgação Científica e Mudanças Climáticas da Rede CLIMA, onde é bolsista-repórter da Revista ClimaCom).

O cortejo foi precedido de uma oficina, realizada no Museu de Imagem e Som (MIS - Campinas), na qual os participantes aprenderam, com o artista visual Armando Queiroz, a produzir lanternas com velas que remetem ao ritual “lanternas dos afogados”, tradicional de Belém do Pará. Nesse ritual, quando acontece um afogamento no rio, são depositadas nele cabaças iluminadas para encontrar o corpo desaparecido. Também houve uma preparação com a dançarina Hellen Audrey para fazer os participantes fluírem como rio. O cortejo se deu nas ruas do centro de Campinas, onde corpos fizeram variar a permanência do rio e o convocaram para deslizar em luz pela cidade. O ensaio poético foi escrito em nove estrofes de nove versos cada - número que remete ao fim e pressagia os recomeços.



Que ciência e divulgação podem se deixar afetar pelo rio, vaziar pelas superfícies da cidade, fora dos laboratórios e dos museus, e convocar outros sentidos?



Ofício de auscultar o rio, para buscar o fio invisível de sua infinitude, aproximar-se dele, iluminar sua linha, trançar os corpos por ela.



Uma aliança com a força de lentidão das águas e com a fragilidade das luzes de vela, para ouvir o rio rir.



Rio que, no seu murmúrio e na sua fragilidade, resiste.



E, convocado a um encontro em intensidade, faz transbordar água pelos olhos de quem se fez...



Corpo de luz.

Eu nunca tinha sido rio assim,
de corpos abraçados
a fluir em marcha
l e n t o s...
à mercê da euforia em rush
imune ao afluxo gritante
de uma cidade que me despejou pros canos, sem prantos
- como tantos outros corpos d'água.
Esgotado.

Tornaram-me rio em concreto,
canalizado,
oculto,
afogado.
É melhor que eu não esteja à vista?
É melhor que eu ceda espaço
ao desenvolvimento - movimento
- desenvolvimento -
frenético da cidade?

Nesse trajeto, sou memória-lembrança
do que já tinha sido: eu, córrego Tanquinho,
nascido no que hoje se fez largo,
de antigos brejos e campinhos
de onde emergiu a Campinas
... despetalada...
em mais de um milhão
de corpos armados
em plásticos, borrachas, rodas de lata.

Eu nunca tinha sido rio assim
- substância que sobe da profundidade
e perfura a superfície.
Uma energia espiritual que corre solta,
com duração própria.
Eu sou corrente, sou movimento,
de artistas, cientistas, peixes, lontras,
quem se importa?
Sou a realidade intuída.

- O que vocês estão fazendo? - um transeunte pergunta.
- São crentes? Vão a algum velório?
Mas os rios atravessam as margens sem olhar de lado:
avançam em silêncio rimado.
Eu, comitiva em pororoca.
O destino? À frente, apesar das curvas. Ao futuro!
Se paro, abraço vidas que me enlaçam,
como num semáforo vermelho,
onde os pedestres se unem depois da faixa.

Eu nunca tinha sido assim:
uma luz de rio,
lanterna que me lança à tona e
escoa os escombros que sufocam.
Pela Avenida Anchieta, onde atravesso soterrado,
deposito velas no caminho
com meus membros de polvo
pra lembrar que lá embaixo
espirro poemas terrâneos.

Em ritmo cadavérico,
os corpos fluem líquidos
como se chorassem
alheios à correnteza urbana, desabitada.
Eu, rio-cortejo-de-corpos-entrelaçados,
germino ceras em brasa
aos sopros infinitos,
expiração-inspiração simultânea
a sorver as almas d'água.

*“Uma incelença entrou no Paraíso
A-deus, irmão, a-deus
Até o dia do juízo”.*
O fim se aproxima,
mas não tremo:
a foz é um encontro de águas
- mistura de densidade.
O cortejo se despede.
Menos eu, incelença da resistência.

Sendo rio-cortejo,
sobrevivo à inteligência,
livro-me da representação.
Eu sou um transe de bailarinos
que convoca o povo das ruas
a dançar em coro, a rodar em ritmo
no fluxo virtual de vidas.
Apesar da lama,
depois do fim.